



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ÉMERSON DIAS DE OLIVEIRA

**A AGRICULTURA CAMPONESA NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE FAXINAL/PR:
TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS AVANÇOS DA
AGRICULTURA CAPITALISTA**

Londrina
2019

ÉMERSON DIAS DE OLIVEIRA

**A AGRICULTURA CAMPONESA NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE FAXINAL/PR:
TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS AVANÇOS DA
AGRICULTURA CAPITALISTA**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina
2019

ÉMERSON DIAS DE OLIVEIRA

**A AGRICULTURA CAMPONESA NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE FAXINAL/PR:
TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS AVANÇOS DA
AGRICULTURA CAPITALISTA**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Margarida de Cássia Campos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Zaqueu Luiz Bobato.
Universidade Estadual do Centro-Oeste –
UNICENTRO

Profa. Dra. Vanessa Maria Ludka.
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Profa. Dra. Gessilda da Silva Viana
Instituto Interamericano de Cooperação para a
Agricultura – IICA Brasil

Profa. Dra. Janaina Zito Losada
Universidade Federal do Sul da Bahia – UF SB

Londrina, 28 de fevereiro de 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

DE OLIVEIRA, Émerson Dias.

A Agricultura Camponesa na Microrregião Geográfica de Faxinal/PR : Territórios de Resistência Frente aos Avanços da Agricultura Capitalista / Émerson Dias de Oliveira. - Londrina, 2019.
351 f.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Agricultura de Autoconsumo - Tese. 2. Campesinato - Tese. 3. Autonomia - Tese. 4. Território - Tese. I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. III. Título.

À pessoa mais compreensível que já conheci,
À confidente que suporta todos os meus lamentos,
À companheira de todas as horas e ocasiões,
A quem me apoiou e me estimulou a não desistir e seguir em frente,
À mulher que sempre esteve comigo nos momentos felizes e tristes,
À amiga com quem divido meus sonhos e segredos,
Aos momentos já vividos e que ainda passaremos juntos,
A você, minha querida esposa, Marina Sartori Uzelotto Dias,
Venho dedicar esta tese de doutorado, pois essa conquista não é só minha, mas nossa.

Dedico também aos camponeses e camponesas da Microrregião Geográfica de Faxinal/PR, os
quais prontamente abriram suas casas e corações para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Durante os anos de trabalho e esforços que resultaram nesta tese, pessoas, instituições e situações me ajudaram, ensinando e apoiando. Com isso, amplio o entendimento de agradecimento para tudo e para todos/as que direta/indetamente implicaram no presente trabalho. Agora que alcanço os meus objetivos não poderia de deixar reconhecê-los.

Ao Professor Dr. Nilson Cesar Fraga, pesquisador-militante em prol dos anônimos e sem vozes, um mestre que consegue passar ensinamentos nas mais inusitadas e informais situações. Um educador que transborda em si uma paixão pulsante acerca das histórias e geografias dos caboclos, sobretudo, os paranaenses e catarinenses. Mais que orientador, um companheiro que me aceitou como aluno mesmo eu sendo um desconhecido em sua trajetória acadêmica, o qual conduziu e indicou os melhores caminhos a serem tomados ao longo destes quatro anos de pesquisa. Destaco aqui meu grande encantamento e gratidão. Muito obrigado, por tudo e para sempre.

A Prof^ª. Dr^ª. Margarida de Cássia Campos, pelas orientações e diálogos sempre frutíferos e incentivadores, a qual contribui de maneira substancial no exame de qualificação com reflexões fundantes para a finalização desta pesquisa.

A Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Maria Ludka, pelas dicas teóricas de caráter cirúrgico no início do doutorado, sugerindo as possibilidades da investigação acadêmica em torno da agricultura de autoconsumo, uma contribuição que frutificou e resultou em muitas dos levantamentos aclarados no decurso deste estudo. Meu muito obrigado de coração, pelo apoio e sugestões ao trabalho.

A Prof^ª. Dr^ª. Eliane Tomiasi Paulino, pela sua generosidade em dividir conosco seu conhecimento, sua ética e sua humildade através da disciplina Agricultura no Capitalismo: das teorias às territorialidades, bem como pela sua singular contribuição na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Zaqueu Luiz Bobabto, a Prof^ª. Dr^ª. Gessilda da Silva Viana e a Prof^ª. Dr^ª. Janaina Zito Losada pelas considerações e apontamentos levantados na defesa do trabalho, uma contribuição que enriqueceu ainda mais as reflexões empenhadas no presente estudo.

Agradeço especialmente à minha mãe Hortência Dias de Oliveira e ao meu pai (*in memorian*) Cícero Vitor de Oliveira. Sou grato pelo apoio e amor incondicional que tenho e sempre tive de vocês, favorecendo que eu pudesse atingir este tão sonhado título acadêmico. Obrigado por estarem ao meu lado de modo tão amoroso e por serem os principais responsáveis por quem eu sou hoje.

Aos meus irmãos (Leandro, Leidiane e Éderson), pessoas iluminadas por quem guardo um amor imenso, os quais sempre me incentivaram e torceram pela minha vitória.

Aos meus amados sobrinhos (Lucas, Amanda e Paola) que, sempre me trouxeram imensa alegria e paz em tê-los por perto. Vocês sempre estarão em meu coração!

Ao minha esposa Marina pelos anos compartilhados com amor e cuidado. Obrigado por tornar meu mundo melhor com a tua dedicação e por compreender as minhas ausências neste período de estudo.

Aos professores e funcionários envolvidos com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, em especial aos Técnicos Administrativos Anderson e Édna, pois não mediram esforços em sempre atender-me da melhor maneira possível ao longo deste período em pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por propiciar e contribuir na construção deste Doutorado.

A família GEOTMAQUISTÃO, companheiros da pesquisa e também do lazer que me auxiliaram a crescer pessoalmente e profissionalmente, desde as refeições no Pinguim, no Papo Cabeça, nas festividades que passamos juntos, nas atividades da Pós, nos eventos científicos, enfim, foram momentos únicos que levarei sempre comigo. Atualmente estes integrantes expandiram-se e muitos são calouros com os quais tive pouco contato, portanto, faço questão de nomear aqui os “geotmaquistaneses” que tive um contato mais próximo: Kévo, Cristina, Vanessa, Naibi, Heitor, Margarida, Édna, Tiara, Mateus, Gustavo, Diego e o Dean.

Não poderia esquecer também os colegas do doutorado e mestrado que me foram contemporâneos: Arthur, Silas, Anderson, Claudia, Franciele e Fábio que me ajudaram no desenvolvimento desta tese. Vínculos de companheirismo foram aqui estabelecidos.

Sou grato as diversas instituições que me receberam ao longo da pesquisa, as unidades da EMATER de cada um dos municípios da microrregião estudada, as prefeituras, as organizações de feirantes e principalmente, a cada propriedade camponesa que me acolheu de forma tão carinhosa nas visitas de campo. A hospitalidade camponesa foi um dos fatores que mais me marcaram nesta tese. Estes sujeitos ficavam maravilhados e orgulhosos de poderem expressar um pouco da sua vivência cotidiana. Era impossível sair de cada família camponesa visitada sem um aprendizado novo, uma experiência única e com a certeza de que o campesinato perpetua a sua luta e resistência nos campos da Microrregião Geográfica de Faxinal/PR.

Ao amigo Douglas Rafael de Queiroz, companheiro de longa data e que desde a juventude acompanha o meu trilhar pessoal e profissional. Tenho saudade dos jogos de futebol nos domingos a tarde no sítio dos Crestani e no campinho do Ginásio, das idas a igreja para ver as meninas e dos momentos de descontração. Desejo que você e seus familiares que sejam sempre muito felizes.

As Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE) pela oportunidade de mostrar o meu valor profissional. Nisto inclui-se todo o seu corpo docente, discente e funcionários, com destaque aos Professores Rolando, Fabiano, Magda, Silvia, Denikid, Erik, Rafael, Douglas, Lucimar, Júlio, Meire e Nanci e aos funcionários Pedro, Dolores e Laisa.

Ao estimado Professor Alex pela leitura de finalização e incentivo do trabalho, uma contribuição ímpar no meu processo de aprendizado.

Uma gratidão especial aos alunos do curso de Administração, Contábeis e Pedagogia da UNIVALE; agradeço pela consideração, carinho e apoio que me proporcionaram. Também aprendi muito com vocês!

Aos integrantes do Polo UAB de São João do Ivaí/PR pela confiança, carinho e amizade. A Coordenadora Cristina e as tutoras Bárbara, Daiane, Fátima, Marina e Regiane. Aos alunos Hidek, Carla, Suemi e Jacqueline pelo apoio e consideração.

“O mundo tem dois campos: os que aborrecem a liberdade, porque só a querem para si, estão em um; os que amam a liberdade e a querem para todos, estão em outro”.

José Martí

OLIVEIRA, Émerson Dias de. **A agricultura camponesa na microrregião geográfica de Faxinal/PR: territórios de resistência frente aos avanços da agricultura capitalista.** 2019. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

O lugar e o papel do campesinato no mundo contemporâneo traz para o debate geográfico inúmeras questões sociais, sendo que este esforço exige uma interpretação ampla e concreta acerca das relações que envolvem tanto o espaço urbano como o rural. Diante disto, são válidas as afirmações intrínsecas ao método dialético, que percebe o desenrolar do tempo-espaço através das contradições inerentes em seus fenômenos e/ou objetos, realidade esta que é visível no cotidiano campesino. Os camponeses estão tradicionalmente revestidos de um propósito social de contradição e resistência aos padrões determinados pelos modelos ditos hegemônicos, forjando assim uma capacidade singular de compreender e vivenciar o mundo. O desafio colocado nesta tese surgiu desta consideração, ou seja, uma discussão do camponês e não-camponês enquanto partes de um cenário único e totalitário, abrindo assim possibilidades de aproximação/compreensão aos símbolos e práticas camponesas presentes nos campos da Microrregião Geográfica de Faxinal/PR. Desta feita, o objetivo desta tese procurou através da busca, a análise e identificação das territorialidades camponesas vigentes nesta microrregião, embasar-se de um apanhado teórico-conceitual a fim de contribuir na construção do discurso da ‘Agricultura de Autoconsumo’ como categoria e prática primordial da reprodução camponesa. Esta prática social não se resume única e exclusivamente no suprimento alimentar (comida), mas pelo abastecimento de uma série de necessidades locais, que são autonomamente discutidas e decididas pela coletividade e vontade dos próprios camponeses. As reflexões teóricas, os levantamentos de dados e as entrevistas apuradas ao longo deste estudo, serviram de fundamento para instituir um aporte teórico que coloca a agricultura de autoconsumo enquanto uma categoria social pertencente aos camponeses. Essa peculiaridade deve-se ao fato dos territórios camponeses serem constituídos enquanto lugares de reprodução social da vida, da comida, do solo, da água, dos animais, da comunidade rural, enfim, um emaranhado de relações materiais/imateriais que se bastam (e necessitam) em si mesmos. É por isso que o campesinato não é plenamente compreendido ao ser analisado de forma fragmentada e muito menos ainda quando considerado isolado do espaço urbano, pois a menor ou maior integração ao capital agrário não lhes descaracteriza sua condição social, portanto, o que guia a essência camponesa e garante a reprodução de suas unidades familiares são as várias estratégias típicas da agricultura de autoconsumo.

Palavras-chave: Agricultura de autoconsumo. Autonomia. Campesinato. Território. História de vida.

OLIVEIRA, Émerson Dias de. **Peasant agriculture in the geographical micro-region of Faxinal / PR: territories of resistance to the advances of capitalist agriculture.** 2019. 351 p. Thesis (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The place and role of the peasantry in the contemporary world brings to the geographical debate innumerable social questions, and this effort requires a broad and concrete interpretation of the relations that involve both urban and rural space. In view of this, the intrinsic affirmations of the dialectical method, which perceives the unfolding of time-space through the contradictions inherent in its phenomena and / or objects, is a reality that is visible in the everyday peasant. Peasants are traditionally clad in a social purpose of contradiction and resistance to the patterns determined by the so-called hegemonic models, thus forging a unique capacity to understand and experience the world. The challenge posed in this thesis arose from this consideration, that is, a discussion of the peasant and non-peasant as part of a unique and totalitarian scenario, thus opening up possibilities of approximation / understanding to the peasant symbols and practices present in the fields of the Geographic Microregion of Faxinal / PR. The purpose of this thesis was to search, analyze and identify the peasant territorialities in force in this micro-region, based on a theoretical-conceptual approach in order to contribute to the construction of the discourse of 'Self-Consumption Agriculture' as a category and practice peasant reproduction. This social practice do not restricted solely to the food supply, but by supplying a range of local needs that are autonomously discussed and decided by the collectivity and will of the peasants themselves. The theoretical reflections, the data surveys and the interviews investigated throughout this study, served as a basis for establishing a theoretical contribution that places self-consumption agriculture as a social category belonging to peasants. This peculiarity is due to the fact that peasant territories are constituted as places of social reproduction of life, food, soil, water, animals, rural community, in short, a tangle of material / immaterial relations that are sufficient (and need) in themselves. This is why the peasantry is not fully understood when it is analyzed in a fragmented way, much less even when considered isolated from urban space, since the less or greater integration of agrarian capital does not deprive them of their social condition, therefore, what guides the essence peasant and guarantees the reproduction of their family units are the various typical strategies of self-consumption agriculture.

Keywords: Self-consumption agriculture. Autonomy. Peasantry territory. Life's history.

OLIVEIRA, Émerson Dias de. **La agricultura campesina en la microrregión geográfica de Faxinal / PR: territorios de resistencia a los avances de la agricultura capitalista.** 2019. 351 p. Tesis (Doctorado en Geografía) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESÚMEN

El lugar y papel del campesinado en el mundo es una cuestión que trae para el debate innumerables consideraciones sociales contemporáneas, siendo que este esfuerzo exige una interpretación amplia y concreta acerca de las relaciones que envuelven tanto lo urbano y lo rural. En este sentido, es válida las afirmaciones intrínsecas al método dialéctico que percibe el desarrollo del tiempo-espacio a través de las contradicciones inherentes en sus fenómenos y / o objetos, realidad ésta que es visible en el cotidiano campesino. Estos sujetos sociales están revestidos de un propósito social de contradicción y resistencia a los determinados por los modelos dichos hegemónicos, forjando así una capacidad singular (campesina) de comprender y explicar el mundo. El desafío planteado en esta tesis surgió de esta consideración, es decir, una discusión del campesino y no campesino como partes de un escenario único y totalitario, abriendo así posibilidades de aproximación / comprensión a los símbolos y prácticas campesinas presentes en los campos de la Microrregión Geográfica de Faxinal. De esta manera, el objetivo de esta tesis buscó a través de la búsqueda, el análisis e identificación de las territorialidades campesinas vigentes en esta microrregión, basarse en un atrapado teórico-conceptual para contribuir en la construcción del discurso de la Agricultura de Autoconsumo como categoría y práctica primordial de la reproducción campesina. Esta práctica social no se resume única y exclusivamente en el suministro alimentario (comida sino por el abastecimiento de una serie de necesidades locales, que son autónomamente discutidas y decididas por la colectividad y la voluntad de los propios campesinos. Las reflexiones teóricas, los levantamientos de datos y las entrevistas constatadas a lo largo de este estudio, sirvieron de fundamento para instituir un aporte teórico que coloca la agricultura de autocosmos como una categoría social intrínseca a los campesinos. Esta peculiaridad se debe al hecho de que los territorios campesinos son constituidos como lugares de reproducción social de la vida, de la comida, del suelo, del agua, de los animales, de la comunidad rural, en fin, un enmarañado de tipos materiales / inmateriales que se basan y necesitan en sí mismos. Es por eso que el campesinado no es plenamente comprendido al ser analizado de forma fragmentada y mucho menos aún cuando es considerado aislado del mundo urbano, pues la menor o mayor integración al capital agrario no les descaracteriza su condición social, lo que guía el sentido campesino y, garantiza la reproducción de la unidad familiar son las varias estrategias típicas de la agricultura de autoconsumo.

Palabras clave: Agricultura de Autoconsumo. Autonomía. Campesinado. Territorio. Historia de Vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Valores culturais da MRG de Faxinal (agropecuária e religiosidade).....	33
Figura 2:	Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa.....	44
Figura 3:	Território Rural Vale do Ivaí.....	103
Figura 4:	Capitania de São Paulo.....	110
Figura 5:	Encontro das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná.	112
Figura 6:	Divisão do norte do Paraná nos anos 1950.	123
Figura 7:	Ilustração da localização das Terras da CTNP até 1927.	126
Figura 8:	Repartição de terras executado pela CMNP. Em (a) tem-se visão gráfica vertical e em (b) é uma visão gráfica em perspectiva.	127
Figura 9:	Primeiras estradas e rodovias realizadas no Paraná em fins dos anos 1950.....	148
Figura 10:	Balsa sobre o Rio Ivaí entre Cruzmaltina e Lidianópolis / Porto Ubá (1966).	152

LISTA DE FOTOS

Foto 1:	Morada camponesa com sua reprodução social autogestionária e autônoma (Borrazópolis/PR).....	28
Foto 2:	Sede da COAMO em Cruzmaltina/PR.....	164
Foto 3:	Outdoor da VII Festa do Tomate em Faxinal/PR (2016) e uma estufa de tomate em Cruzmaltina/PR.....	185
Foto 4:	Trabalhadores rurais da COOPERVAL no corte de cana e uma colhedeira de cana na roça (Marumbi/PR).....	194
Foto 5:	Comunidade de Guaracy (Kaloré/PR), restando apenas uma família moradora.....	198
Foto 6:	Estrada rural usada por veículos do agronegócio em área de qualidade e localização valorizada em Marumbi/PR.....	209
Foto 7:	Cultivo de hortaliças em uma propriedade camponesa (comunidade rural Canutã em Marumbi/PR).....	214
Foto 8:	Estufas de tomate no Assentamento Três Barras (Faxinal/PR).....	220
Foto 9:	Propriedade camponesa na Estrada Faxinalzinho/Km 13, Faxinal/PR.....	224
Foto 10:	Aquecendo água para limpeza de frango em uma propriedade camponesa no Quilômetro 20 em Bom Sucesso/PR.....	239
Foto 11:	Residência de Família da Agricultura Familiar junto às estufas de tomate (Faxinal/PR).....	248
Foto 12:	Propriedade camponesa (comunidade rural Uruzinho em Kaloré/PR).....	251
Foto 13:	Cultivo de uva e banana em uma propriedade camponesa (comunidade rural Placa São Vicente em Borrazópolis/PR).....	258
Foto 14:	Produção de doce em propriedade camponesa na comunidade rural Palmeirinha em Cruzmaltina/PR.....	267
Foto 15:	Construção de granja de frangos em uma propriedade camponesa na comunidade rural Molina em Rio Bom/PR.....	273
Foto 16:	Estufa de Tomate na Estrada São Pedro – Cruzmaltina/PR.....	277
Foto 17:	Secagem de fumo na Comunidade Rural Cruzeiro em Rio Bom/PR.....	285
Foto 18:	Feira do produtor em funcionamento no município de Jandaia do Sul.....	300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Evolução do uso do solo no Paraná.....	132
Gráfico 2:	Involução da cobertura florestal Paranaense.....	161
Gráfico 3:	Tamanho das propriedades no Paraná entre 1970 e 2006.....	167
Gráfico 4:	Concentração Fundiária da MRG de Faxinal.....	176
Gráfico 5:	Distribuição da População nos municípios da MRG de Faxinal.....	216
Gráfico 6:	Valor bruto adicionado na Agropecuária, Indústria e Serviços na MRG de Faxinal.....	228
Gráfico 7:	Estabelecimento e área da agricultura familiar e não familiar na MRG de Faxinal.....	254

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização Geográfica da Microrregião de Faxinal-PR.....	26
Mapa 2: Formação Socioespacial da Microrregião de Faxinal.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Categorias de caracterização camponesa	63
Quadro 2:	O processo de penetração do capitalismo na agricultura	76
Quadro 3:	Relação entre a agricultura de autoconsumo e a reprodução social camponesa	310
Quadro 4:	Totalidade da Reprodução Social dos Camponeses (as) da MRG de Faxinal	315

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Número de estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área – Paraná – 1970/2006.....	166
Tabela 2:	Indicadores socioeconômicos da MRG de Faxinal.....	170
Tabela 3:	Situação Jurídica dos Imóveis Rurais dos municípios da MRG de Faxinal.....	172
Tabela 4:	Módulos Fiscais dos municípios da MRG de Faxinal.....	173
Tabela 5:	Situação Jurídica dos Imóveis Rurais da MRG de Faxinal.....	175
Tabela 6:	Produção animal nos municípios da MRG de Faxinal em 2014.....	178
Tabela 7:	Produção Agrícola do município de Bom Sucesso nas últimas cinco safras.....	180
Tabela 8:	Produção Agrícola do município de Borrazópolis nas últimas cinco safras.....	182
Tabela 9:	Produção Agrícola do município de Cruzmaltina nas últimas cinco safras.....	184
Tabela 10:	Produção Agrícola do município de Faxinal nas últimas cinco safras.....	188
Tabela 11:	Produção Agrícola do município de Kaloré nas últimas cinco safras.....	189
Tabela 12:	Produção Agrícola do município de Marumbi nas últimas cinco safras.....	191
Tabela 13:	Produção Agrícola do município de Rio Bom nas últimas cinco safras.....	192

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

CEASA	Central de Abastecimento
CTN-Bio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CAIs	Complexos Agroindustriais
COFEP	Conselho de Coordenação e Fomento ao Cooperativismo do Paraná
COLARI	Cooperativa de Laticínios de Mandaguari Ltda
COAMO	Cooperativa Agroindustrial Mourãoense
COOPerval	Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda
COCARI	Cooperativa Agropecuária e Industrial de Mandaguari
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FSE	Formação Sócio-Espacial
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MRG Faxinal	Microrregião Geográfica de Faxinal – PR
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SULCOOP	Projeto Centro-sul de Cooperativismo,
PICs	Projetos de Integração de Cooperativismo
NORCOOP	Projeto Norte de Cooperativismo na Região Norte e Noroeste
SEAB	Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná
SELP	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
T-D-R	Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO: OS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS COEXISTENTES NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL/PR	23
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS: UM CAMPO QUE FALA E VIVE.....	35
2.	AGRICULTURA CAMPONESA E A PRODUÇÃO EM TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA	47
2.1	CAMINHOS DA AGRICULTURA CAMPONESA NO CAPITALISMO: PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO.....	59
2.2	TERRITÓRIO E PRODUÇÃO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO	80
2.3	TERRITÓRIO CAMPONÊS – VIVIDO E IDENTITÁRIO	91
3.	MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL NO CONTEXTO DO NORTE PARANAENSE	102
3.1	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESTADO DO PARANÁ	105
3.1.1	Formação Socioespacial do Norte do Paraná	114
3.2	A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR COMO “SERTÃO VAZIO” A SER OCUPADA.....	133
3.3	A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR EM DADOS E ANÁLISES ESTRUTURADAS	159
3.4	PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR.....	179
3.5	O INGRESSO DA SOJA TRANSGÊNICA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR.....	197
4.	MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL: AUTOCONSUMO E AGRONEGÓCIO COMO INTERAÇÃO SOCIAL	205
4.1	A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS CAMPONESES NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL	232
4.2	O QUE PRODUZ A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL? AGRICULTURA CAMPONESA.....	264
4.3	AUTOGESTÃO, AUTOIDENTIFICAÇÃO E AUTOCONSUMO NO CAMPESINATO.....	287

CONCLUSÃO – UM CAMPO QUE SE FALA, QUE VIVE E QUE PERMANECE	309
REFERÊNCIAS	317
APÊNDICE 01	350

INTRODUÇÃO: OS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS COEXISTENTES NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL/PR

Discorrer acerca das territorialidades camponesas é uma tarefa extremamente estimulante, pois um mundo amplo e plural de possibilidades é permitido ao pesquisador, uma vez que os mistérios que envolvem essa questão interagem têmporo-espacialmente diante das realizações sociais (materiais e imateriais) dos homens e mulheres do campo. Portanto, os estudos teóricos ou opiniões pré-estabelecidas acerca destes sujeitos sociais são esforços que trazem em si uma significativa dificuldade, pois esta empreitada exige dos agentes externos uma abordagem cuidadosa quando do estudo destes domínios, visto que cada comunidade camponesa¹ apresenta um emaranhado de abstrações singulares e próprias a respeito do mundo vivido.

Apesar do vasto esforço impetrado pelo capital agrário em assegurar que esta questão já está superada e incoerente ao seu sentido histórico, os atores e autores sociais desse debate sustentam a permanência da luta e resistência camponesa na contemporaneidade, uma realidade que arrasta milhões de famílias no Brasil e no mundo. Assim, é justamente através do ‘incômodo social’ (ora de afirmação, ora de desconstrução) instaurado com as mobilizações dos levantes sociais camponeses em estado de luta e resistência, que se fortalece ainda mais a conscientização política dos seus protagonistas na busca pela garantia do direito a ter direitos.

Desta feita, o objetivo deste estudo teve como finalidade central analisar e identificar as territorialidades camponesas vigentes na Microrregião Geográfica de Faxinal/PR – MRG de Faxinal –, um esforço teórico-conceitual que busca contribuir na construção do discurso da ‘Agricultura de Autoconsumo’ como categoria e prática primordial da reprodução camponesa. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi refletir como o autoconsumo vem sendo tratado na ciência geográfica, além de afirmar a inaplicabilidade da noção de subsistência ao cotidiano destes trabalhadores, uma construção teórica que traz para o debate uma variedade de condicionantes que explicam os modelos sociais instalados nestes contextos.

¹ O que entendemos por camponato? São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o camponato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais (NEVES; SILVA, 2008, p. 07).

Esta foi a principal intenção deste estudo, instruir-se do arcabouço teórico da ciência e vivência camponesa para desconstruir qualquer inferência ao campesinato como agricultura de subsistência. Vale destacar que, para além das obliquidades geográficas, a agricultura de autoconsumo já possui algumas abordagens em outros paradigmas científicos e políticos, entretanto, estes últimos abstêm-se da sutileza em preservar a condição classicista e a integridade do ‘modo de vida’ camponês. Por isso, estas abordagens acabam por mesclar a lógica camponesa em atributos e práticas dos ideais da agricultura empresarial. Portanto, se fez necessário um apurado desdobramento desta questão, pois a compreensão da agricultura camponesa é bastante complexa e curiosa, a qual carece de estar alinhada com a realidade do campo brasileiro, que além de lugar da agricultura capitalista, é também os lócus da luta e resistência pelo direito a dignidade humana.

Esta tese, por meio de estudos geográficos decorrentes dos processos civilizatórios² incorridos na MRG de Faxinal, se respaldou em uma abordagem teórica e empírica acerca das formas de uso e ocupação do campo na área pesquisada, destacando a agricultura de autoconsumo e os progressivos avanços territoriais da agricultura capitalista, além de outras percepções analíticas da área com o intuito de melhor demonstrar os objetivos propostos neste estudo. O embate destas duas territorialidades é uma questão antiga no cenário nacional. Para Oliveira (1991), esta problemática foi avivada com os períodos de crise após os anos 1960.

E como produto dessa crise a que ninguém ficou imune, procurou-se avançar em direção a uma posição mais crítica na geografia agrária brasileira frente à questão agrária. Uns preferiram o “milagre brasileiro” e tiraram proveito, idolatrando-o ou procurando o caminho de uma ciência neutra, quantitativa, pragmática e engajada. Nós outros, preferimos ajustar contas com nossas consciências. Preferimos colocar as coisas no lugar. Preferimos o caminho da identificação de nossa produção com os interesses da maioria da população trabalhadora do país. E é esse quadro que tem se imposto a nós geógrafos desse país. Uns engajam-se no sistema, procurando desenvolver trabalhos que visem à sua “santificação científica”, outros colocam-se do outro lado, inevitavelmente contra o estado de coisas vigentes (OLIVEIRA, 1991, p.10).

Assim, estão colocadas as duas territorialidades em discussão ao longo deste estudo, sendo que a provocação aqui posta teve como propósito evidenciar a supremacia das virtudes camponesas frente à agricultura capitalista na MRG de Faxinal, uma discussão que não

² O Civilizado criou desde o trem do progresso que segue em frente continente a continente levando sua marca ao todo como a resistência ao trem. E é neste contexto que novamente a civilização encosta na barbárie, que o limite entre ambos, tido como claro pelas trombetas ufanistas do “progresso”, que proclamam em várias línguas a necessidade de “seguir em frente”, fica tão tênue como difuso. A Civilização é a mesma que defende os oprimidos e os queima [...] (JÚNIOR, 2012).

entende a hegemonia quantitativa da extensão territorial e da produção agrícola como necessariamente o critério do bem-estar social. Portanto, é com a compreensão das organizações e práticas camponesas que se apercebe o quão insustentável é a exploração empresarial da terra, além de que neste ensaio se permite comprovar a permanência e enfrentamento dos camponeses enquanto classe social nesta microrregião.

Considerando o diminuto acervo bibliográfico relacionado à formação sócio-espacial do recorte espacial em estudo, a presente pesquisa elaborou, secundariamente, um levantamento das geografias e histórias comportadas na gênese deste domínio. Deste intento, é possível compreender e relacionar as oscilações populacionais locais (quali-quantitativas) com as formas de gestão territorial imposta nesta microrregião, principalmente após as décadas de 1970/80.

A costura temporal da tese está edificada, particularmente, a partir de 2003, aonde houve a consolidação da entrada da soja transgênica no Brasil e no Paraná, sobremaneira, com o aumento das *commodities*, quando as policulturas camponesas depararam com um desafio ainda mais severo na defesa de seus interesses. Neste sentido, ampliou-se significativamente a escala de área ocupada pelos territórios monocultores, proclamando-se cada vez uma que entende a ‘terra de negócio’ como o sinônimo do progresso, distorcendo o ideário social da importância camponesa.

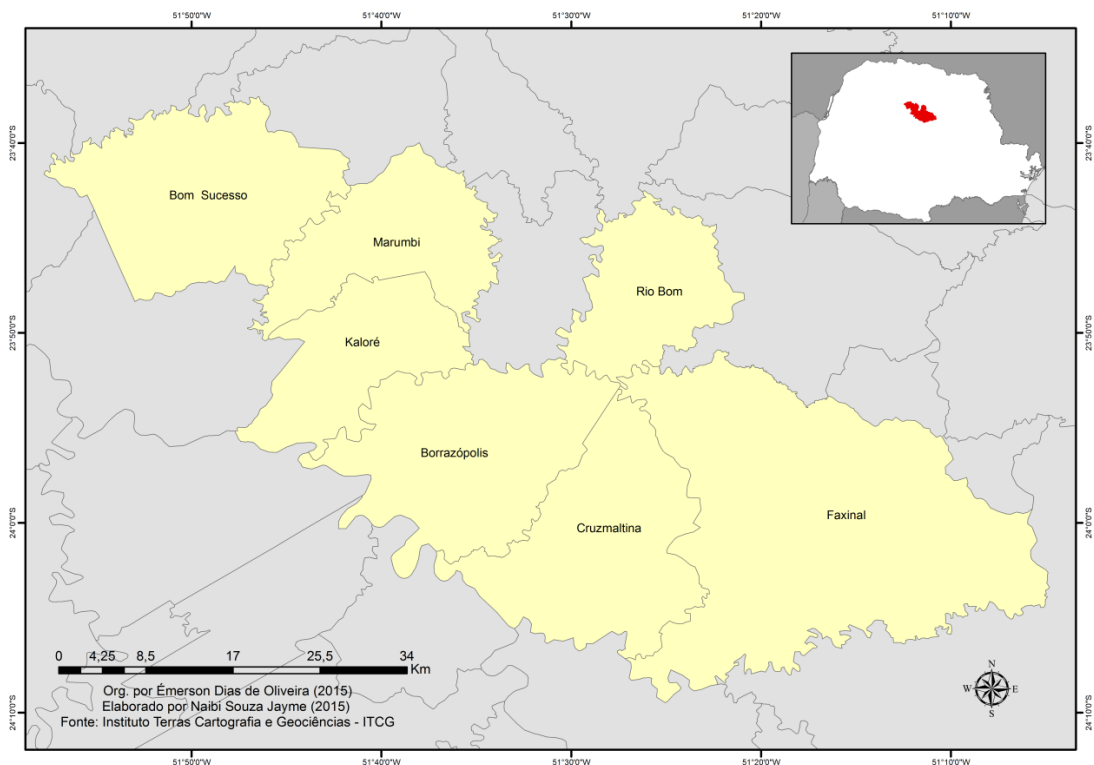
O estudo destaca também, o isolamento desta área em comparação aos municípios com maior dinamismo econômico na região Norte - Paranaense, um cenário que evidencia a deficiência e o atraso infraestrutural das dinâmicas socioeconômicas desta microrregião, com destaque para o elevado contingente de pessoas que se viram obrigadas a migrar para os limites urbanos, onde subsistem em condições quase sempre miseráveis. Portanto, os empreendimentos agrário-capitalistas pouco contribuem com a distribuição e/ou fixação da renda nos municípios estudados, pois deixam como resultado um passivo social que precariza os rumos, sonhos e destinos de grande parte dos munícipes da MRG de Faxinal.

A escolha e delimitação desta área em estudo deveu-se pelo fato de haver poucos estudos desta microrregião³ em particular. Isto se dá em decorrência dos seus municípios (Bom Sucesso, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Kaloré, Marumbi e Rio Bom) serem constituído por parâmetros econômicos pouco expressivos, culminando num desinteresse em

³ As Microrregiões são definidas como “partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do Espaço” (IBGE, 1990, p.8). Estas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, indústria, extrativismo mineral, ou pesca e não caracterizam as Microrregiões como áreas individuais auto-suficientes. A divisão em Microrregiões geográficas associou critérios de homogeneidade à critérios de interdependência, como a vida de relações a nível local, produção, distribuição, troca e consumo, na repartição do espaço nacional.

abordagens mais complexas envolvendo este recorte espacial. Por isso, realizou-se um intenso levantamento histórico visando situar as construções sociais que contribuíram para a formação de suas estruturas jurisdicionais vigentes atualmente.

Foi elaborada uma busca histórica acerca de cada um dos sete municípios da MRG de Faxinal, considerando as três principais frentes de colonização que ocorreram nestas localidades (pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a Companhia Rio Bom e a ocupação posseira deslocada de um planejamento público-privado específico, onde a presença efetiva do Estado se dá apenas na metade do século XX). Nestes domínios é possível destacar que, independentemente dos métodos de entrada e ocupação na microrregião, a terra foi sempre tida como a barganha primordial do controle social, seguindo uma sina antiga já implantada em outras regiões pioneiras dominadas pelo capital-agrário. O Mapa 01 representa a localização da área territorial político-jurídica da microrregião em estudo.



Mapa 1: Localização Geográfica da Microrregião de Faxinal-PR.

Fonte: Instituto Terras Cartográficas e Geociências - ITCG, adaptado pelo autor.

Este ensaio trouxe a tona também um cenário bastante evidenciado quando se desloca pela MRG de Faxinal, ou seja, a ampliada extensão da “Paisagem do Agronegócio”. Apesar do enfoque não abordar necessariamente a categoria geográfica “Paisagem”, esta surge diretamente vinculado na concepção da condição camponesa, pois estes são

significativamente prejudicados quando da intervenção agrário-capitalista no campo, desestabilizando os ciclos e regimes da natureza, processos esses que decorrente de sua alargada escala, abrange também as pequenas propriedades, inviabilizando uma (re)produção adequada da vida camponesa.

Por outro lado, os estudos mostraram que a resistência camponesa segue firme em seus propósitos de vida, um cenário de luta que ganha intensidade tão quanto à territorialidade agrário capitalista avança, a exemplo do elevado preço a qual a terra vem sendo comercializada na microrregião. Desta feita, não é raro encontrar propriedades de camponeses mais obstinados em sua resistência que se veem como uma verdadeira ilha envolvida pelas explorações monocultoras, bem como define Woortmann (1990), “[...] são como que ilhas cercadas por um oceano de perigos; um *mundus* camponês cercado pelo (mundo) *mundus* da mercadoria, da propriedade privada mercantil desvinculada do trabalho, da ambição; mundo que ameaça a ordem moral, mas com a qual é preciso saber lidar” (p. 22).

Os trabalhos de campo na presente tese confirmam essa realidade, considerando a tendência de existir poucas propriedades camponesas nas áreas rurais mais nobres. O sentido de nobre aqui colocado está vinculado com a noção de terrenos planos para o melhor deslocamento de máquinas agrícolas e próximo de infraestruturas facilitadoras do escoamento produtivo como rodovias, aglomerados urbanos e estradas rurais conservadas. Assim, os lugares das moradias camponesas na microrregião estudada, tendem a terem suas localizações secundarizadas nos domínios rurais, com terrenos mais acidentados (impróprio ao uso de máquinas agrícolas), acesso dificultoso e distante de estradas rurais de melhor qualidade, entre outras condições peculiares as territorialidades camponesas.

Entretanto, é nestes lugares que a terra ganha uma dimensão para além do cultivo e do labor, pois ela representa a liberdade camponesa de controlar o tempo e a intensidade do trabalho. Desta feita, através dos levantamentos extraídos nas visitas de campo, foi evidenciado o cotidiano do modo de vida dos camponeses da MRG de Faxinal, mostrando as estratégias de vida utilizadas por esses trabalhadores no seu dia a dia. Portanto, estão transcritos seus hábitos, costumes e valores, ou seja, os esforços desenvolvidos por esses sujeitos na garantia da reprodução social da unidade familiar, uma gama de elementos constitutivos da sua soberania existencial.

É justamente esse embate que dá sentido à resistência camponesa, considerando que “a permanência da questão camponesa no mundo ‘moderno’ carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território”

(PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16). Assim, é necessário destacar, que as territorializações do/no campo não são todas instruídas na vontade da territorialidade agrário-capitalista, pois o campesinato também permanece e busca a sua reprodução de vida. A coexistência destes dois tipos distintos de produção do/no campo está bastante visível nas paisagens rurais da microrregião, sendo que em algumas localidades, passado e presente coexistem com uma materialidade singular até aos olhares mais desatentos. A aparente superação de um modelo agrícola por outro, faz-se presente em antigas realizações camponesas agora territorializadas pelos domínios de monocultivos; como casas abandonadas, árvores frutíferas isoladas, antigos carreadores, terreiros de tijolo amontoados, entre outros. O inverso também é verdadeiro, com destaque para as ocupações camponesas de antigas áreas latifundiárias, entre outras que resistem e permanecem diante do avançar da agricultura capitalista (Foto 01).



Foto 1: Morada camponesa com sua reprodução social autogestionária e autônoma (Borrazópolis/PR).

Fonte: Do autor (2018).

A questão intrigadora aqui levantada é o grau de autonomia produtiva e territorial que a agricultura de autoconsumo exerce na microrregião em estudo, ou seja, uma preocupação que está respondida e destacada ao longo do estudo. Qual campo e quais estratégias estes camponeses se utilizam no seu processo de reprodução, sendo que o elemento de

direcionamento central desta realização é a reprodução da vida em todas as suas perspectivas possíveis.

Assim, entende-se que o campo não é apenas o lugar da mecanização, mas o é também da vida e da autonomia camponesa. É por isso que o campo surge enquanto uma realidade social dialética dotado de plenas condições de subsidiar ambos os modelos agrícolas (a agricultura dos camponeses e das corporações). Portanto, o delineamento dos ajustes territoriais entre o modo de vida camponês e o modo de produção capitalista é um dos propósitos desta tese. Um esforço que busca evidenciar as racionalidades impetradas em cada um destes modelos, além de expor as consequências que os sentidos e processos de ambos os formatos imprimem no meio social.

Os estudos realizados na presente tese esclarecem ainda, os reflexos socioeconômicos que a predominância do controle da terra por parte da agricultura empresarial impõe na MRG de Faxinal. Ao longo da pesquisa foram destacadas as alternâncias de cultivos proeminentes em cada município, os quais são também concentrados na produção de *commodities* agrícolas. Entretanto, a produção agrícola da classe camponesa também tem seu registro na microrregião, sendo que estas realizações acontecem em formatos não-lineares no interior de sua reconstituição histórica, isto é, perpassa discontinuidades.

Outra questão destacada é a compreensão da chamada ‘agricultura familiar’, um encadeamento teórico utilizado por parte dos estudiosos da questão agrária, os quais utilizam desta nomenclatura para indicar os sujeitos integrados ao capital, divergindo das estruturas camponesas clássicas. Entretanto, não foi o intento aqui adentrar nesse debate teórico, sendo, portanto, agricultura familiar e camponesa tratadas aqui com o mesmo sentido, ou seja, atores sociais que se organizam em classe social e expressam um modo de vida peculiar em suas respectivas localidades, um esforço que tem a garantia da vida como propósito central.

Neste sentido, com o intento de uma melhor compreensão dos estudos camponeses, está também explanada uma abordagem envolvendo a noção da “Nova” Ruralidade ou “Novo” Rural amplamente divulgado após os anos 1970, haja vista, a proeminência instituída pelas elites agrárias, associando as transformações tecnológicas à intensificação da concentração fundiária. Essa imposição articulada com o apoio de organismos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), ONU (Organização das Nações Unidas), Banco Mundial e outras instituições do gênero, buscou afirmar e servir aos desejos desenvolvimentistas e progressistas do capital-agrário, servindo como sustentáculo teórico para suas dominações territoriais.

Destarte, todas essas realizações típicas dos territórios da agricultura capitalista se chocam cotidianamente contra as formas de resistência camponesa, conforme discorrido em Oliveira (2001, p.185), “pois o capitalismo se desenvolve de maneira heterogênea, complexa, desigual e contraditória”. A racionalidade camponesa está representada em um emaranhado de territorialidades que busca manter vivo seus ideais e propósitos de vida, ou seja, são edificações sociais solidamente construídas nas práxis de seus sujeitos, um processo que se dá deslocado das intencionalidades do capital agrário. Assim, são os valores materiais e imateriais da vivência camponesa, que constituíram e balizaram os parâmetros essenciais dos objetivos expostos neste estudo.

Em tempos de desconstrução teórica da lógica camponesa por parte de outros paradigmas interpretativos acerca dos estudos rurais, as reflexões dialogadas no presente estudo estão alinhadas com os propósitos camponeses que acreditam na permanência e perpetuação camponesa. A concepção camponesa volta-se eminentemente para a noção das virtudes existenciais destes sujeitos, abstendo-se de vícios interpretativos abordado em outras ciências, pois antes de qualquer sentido, o camponês apresenta como intenção principal de vida, a prática de uma agricultura de autoconsumo, ou seja, suprir-se soberanamente⁴ com as demandas necessárias à sua reprodução familiar.

O sentido de ter trazido para o debate científico a noção do autoconsumo no campesinato possui uma importância única para esses trabalhadores, visto que eles conseguem visualizar na própria comida a materialização do seu trabalho e conhecer todos os procedimentos realizados neste processo. Assim, a comida ganha um sentido muito próximo com seu produtor, praticamente uma expressão dele, que tem o seu reconhecimento na partilha e troca comunitária. Dito de outra forma, “comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, terra é mãe que a fornece por meio do trabalho”. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 39). No entanto, a comida é apenas uma das implicações inseridas nesta questão, pois o autoconsumo significa uma série de necessidades camponesas, as quais são autonomamente discutidas e decididas pela vontade destes sujeitos.

Um dos respaldos deste estudo se dá na busca da aproximação teórica envolvendo o equilíbrio da “produção e consumo” discutido em Chayanov (1981), possibilitando

⁴ A noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real (ROSSET, 2006, p. 319).

compreender os mecanismos de satisfação das necessidades sociais, inclusive alimentar, elaborados pelos camponeses da MRG de Faxinal. Esta conexão racional está amparada e vinculada com a vida, pois esses sujeitos direcionam os seus esforços primeiramente para o abastecimento do grupo familiar, o restante, é nos lugares camponeses, secundarizado. Para Paulino (2012), a condição destes sujeitos enquanto controladores dos meios de produção e do trabalho os colocam como classe *sui generis* no capitalismo, pois eles procuram “na terra muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários” (p. 32).

Assim, os caminhos pontuados ao longo desta pesquisa são necessariamente, uma busca científica voltada para a compreensão da ‘terra de trabalho’ camponês, “essa última entendida como a possibilidade de realização do trabalho, não da renda, não do lucro médio, mas do trabalho autônomo camponês, contraditoriamente preso e liberto do julgo capitalista” (ALMEIDA, 2006, p. 337). Para tanto, estão esboçadas algumas comparações e considerações teóricas das ‘terras de negócio’ vigente na agricultura empresarial.

Neste sentido, considerando que o principal elemento característico da unidade familiar camponesa está atrelado a garantia da sua reprodução social, que se realiza em sua maior parte por meio do próprio trabalho no lote familiar, surge assim à percepção do autoconsumo, definição teórica que é pouco usual e discutida na geografia agrária. Algumas colocações já estão expostas por alguns autores da geografia acerca do tema, sem, entretanto, haver um aprofundamento conceitual significativo. Para Fabrini (2010), “a produção para autoconsumo emerge como atividade que implica na construção da autonomia, independência e geração de renda” (p. 83) aos trabalhadores camponeses.

À vista disso, a demonstração científica dos sentidos camponeses está colocada nesta tese o mais próximo possível do cotidiano destes trabalhadores, buscando distanciar-se de qualquer influência externa ou intervenção no objeto de estudo (a agricultura de autoconsumo), ou seja, não se busca estudar as territorialidades camponesas, mas centrar-se em um exercício analítico do/no lugar camponês. O cuidado teórico aqui retratado tem como parâmetro a concepção de uma “ordem moral” (WOORTMAN, 1990) que está instruída nas comunidades camponesas. Os lugares camponeses são na realidade dotados de sentidos que entendem a terra e a família “[...] como representação de sua vida, de sua moral, de seu trabalho. Terra e família são categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMAN, 1990, p. 37).

Portanto, no instante em que ao trabalhador do campo lhe é permitido escolher o que, como e quando plantar, mudam-se os valores e significado do campo. “Para isso, recorre aos marcos da resistência construída a partir das forças locais e do território, como a produção para o auto-consumo, a autonomia e o controle sobre o processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros” (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 14). É importante destacar que a compreensão destas peculiaridades nos lugares⁵ camponeses sempre foi ininteligível a maior parte das análises políticas e científicas hegemônicas. Isto se deve ao fato de os sentidos do mundo capitalista não apresentar uma relevância eminentemente significativa na vivência camponesa.

Essa racionalidade substantiva, característica dos sujeitos camponeses é uma afronta crucial ao mundo dito ‘pós-moderno’, pois inexiste uma submissão completa às imposições do capital. Na lógica camponesa o trato com a natureza ganha um sentido raro nos tempos atuais, pois sua apropriação ocorre de forma comunitária, “as fontes de água são percebidas como recursos que ultrapassam o domínio de uma família; são entendidas como recursos comuns de uma coletividade circunscrita, sujeita a códigos específicos de apropriação e uso” (GALIZONI; RIBEIRO, 2014, p. 70).

Por outro lado, a lógica do discurso científico pós-moderno é um modelo social replicado pela maioria dos indivíduos na sociedade atual. Este discurso está em Lyotard (1986) através da superação da dialética do espírito e na negação da emancipação humana, a exemplo dos movimentos tradicionais camponeses que dão suporte a estes sujeitos sociais, estão sendo massacrados pelas mídias sociais e imobilizados pelos tentáculos do capital.

A condição pós-moderna é, todavia, tão estranha ao desencanto como à positividade cega da deslegitimação [...] [...] O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos *experts*, mas na paralogia dos inventores (LYOTARD, 1986, p. 17).

É contra o avançar desta ideia de mundo que o movimento camponês luta e resiste, uma organização social que está bastante consolidada entre os camponeses da MRG de Faxinal. Assim, o que se discute aqui não é o fim dos mercados, do dinheiro ou qualquer outra implicação que envolva as transações financeiras, mas o entendimento de que a reprodução social dos camponeses é uma questão que demanda territórios, tempo, conservação dos

⁵ Conforme coloca Shanin (1979), o campesinato não é uma realidade estática. “Como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança (SHANIN, 1979, p. 13).”

recursos naturais, políticas públicas, infraestruturas, enfim, uma série de garantias que quase sempre são espoliadas pelo sistema capitalista. Desta feita, as análises aqui se concentram no entendimento das histórias e estórias das unidades camponesas, as quais carecem de viver um campo em que é possibilitada a perpetuação dos seus respectivos modos produtivos.

A necessidade de se valorizar e permitir o espaço da reprodução social camponesa é um enquadramento que se dá em virtude das aptidões socioeconômicas da microrregião denunciar o seu padrão eminentemente agrícola e interiorano (Figura 01). Portanto, os territórios camponeses são questões de vital importância neste estudo, pois além dos processos territorializantes da agricultura empresarial, estão também presentes os dos sujeitos sociais integrantes da classe camponesa.

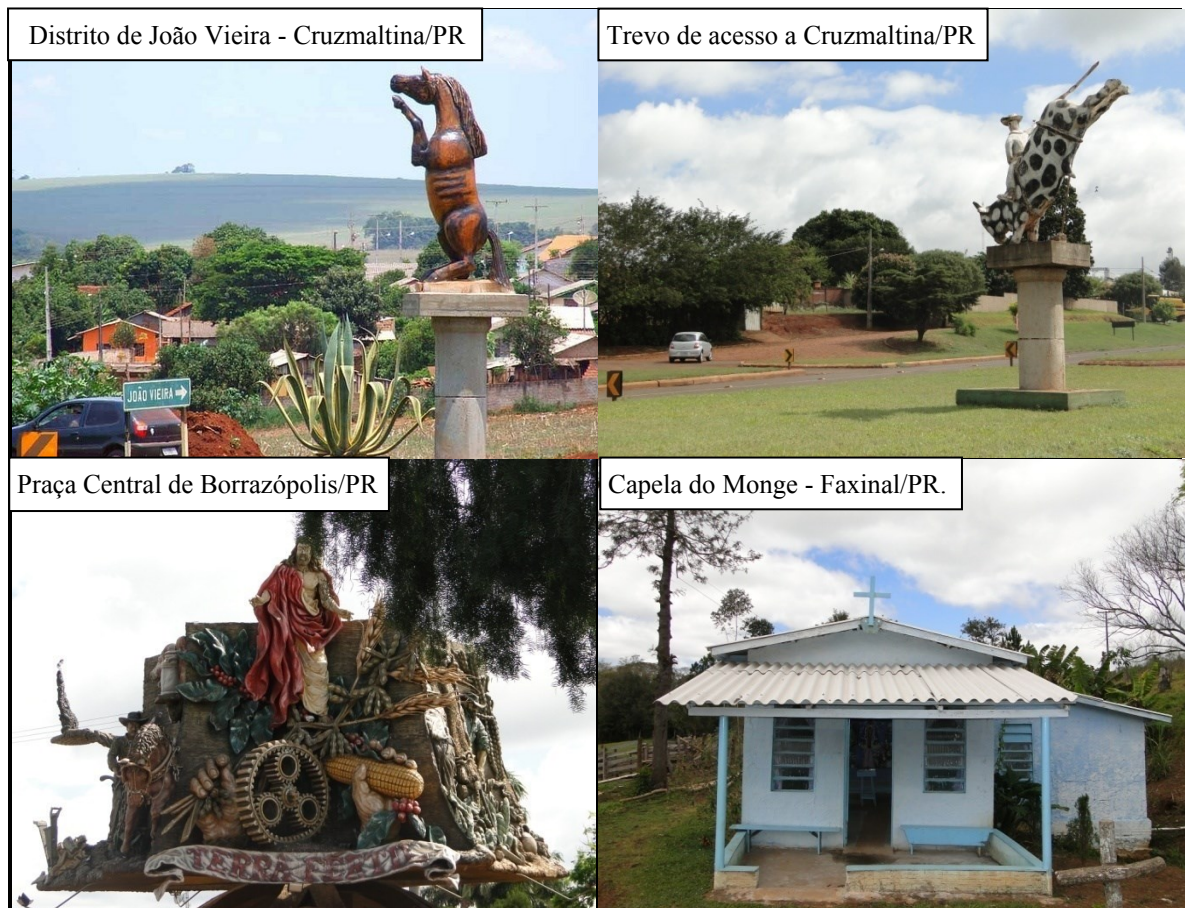


Figura 1: Valores culturais da MRG de Faxinal (agropecuária e religiosidade).
Fonte: Do autor (2017).

Assim, considerando a riqueza de relações que essa temática envolve, o esforço aqui proposto analisa a condição camponesa na MRG de Faxinal, um modelo social que se materializa por intermédio da agricultura de autoconsumo. Neste sentido, esta tese, enquanto discussão da ciência geográfica se reveste e alinha-se com as outras categorias científicas de

abordagem ao campesinato, a fim de contribuir na construção de um entendimento envolvendo a agricultura de autoconsumo praticada pelos camponeses.

A necessidade de um delineamento teórico acerca da categoria “autoconsumo” no interior da lógica camponesa⁶ é de fundamental importância para a politização das questões camponesas. Essa realidade decorre do fato de haver nos últimos tempos, um esforço ampliado pelos paradigmas científicos contrários à resistência camponesa, através da descaracterização da existência camponesa, inferindo a agricultura de subsistência como prática destes sujeitos. Essa nomenclatura ‘subsistência’, instruído com o sentido do atraso⁷ camponês é usada equivocadamente ou quase sempre na forma proposital no meio político/científico, estando totalmente desvinculada da organização classicista camponesa, pois a reprodução da vida como elemento primeiro no sentido camponês destoa completamente da agricultura de sub (baixa) existência a serviço do capital-agrário.

A supremacia da agricultura de autoconsumo perante a agricultura de subsistência em mostra que nos lugares camponeses por mais árduo que seja o trabalho ele torna-se prazeroso, pois o esforço empenhado neste trabalho é efetivamente usufruído pela unidade familiar, trazendo para além da estabilidade material um valor moral partilhado e reconhecido pelos demais camponeses. O sucesso da fartura camponesa está instruído em lavouras diversificadas (policulturas), potencializando sua autonomia existencial. Assim, “a alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês, pois este é conhecedor do processo de produção (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 260).

Desta feita, o campesinato ganha força e oportunidade de fazer valer sua principal vantagem comparativa, o tempo, visto que esses sujeitos não se preocupam em otimizar tempos, movimentos e outras estruturas dos moldes capitalistas, pois o camponês se resguarda, se abastece, se alimenta, se prepara e adéqua sua vida as exigências naturais, visando uma interferência sustentável com o seu lugar. Corroborando deste sentido, Almeida (2003, p. 75), coloca que as vidas desses trabalhadores estão dispostas em volta dos ciclos naturais do plantar e do colher, “[...] suas decisões são orientadas pelas necessidades do

⁶ As autênticas unidades camponesas, como se apresentam em um determinado momento em um espaço específico, equivalem às diversas expressões da arte da agricultura presente no ajuste de cada um dos muitos equilíbrios. Portanto pastos e gado são adaptados, variedades de plantas são cuidadosamente selecionadas e aprimoradas, o insumo de trabalho é definido, o capital é formado, o conhecimento é desenvolvido e as redes são exploradas. Os diversos equilíbrios são vinculados em um todo coeso que se traduz no planejamento organizacional da propriedade (PLOEG, 2016, p. 85).

⁷ Essa noção confirma a discussão de Martins (1994), evidenciando a verdadeira vontade e concepção rural do capital-agrário, considerando um “Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento do poder” (p. 13).

núcleo familiar”. Neste sentido, debater e identificar o autoconsumo na vivência camponesa é uma tarefa que exige uma plena harmonia com todos os significados destes lugares.

Esse foi o desafio refletido nesta tese, retratar uma configuração da agricultura camponesa tendo como razão primordial o autoconsumo destas famílias, uma realização que procura antes de tudo uma realização de ‘máxima abundância’, contradizendo a colocação da subsistência. Outra questão primordial na presente discussão foi à inexistência de hierarquias teóricas acerca das categorias aqui a serem levantadas, pois todos os debates desta questão então inter-relacionados numa totalidade única, aonde o essencial está pautada na garantia e qualidade da reprodução social da vida camponesa. Assim, é verdade que cada comunidade⁸ camponesa apresenta seu jeito único de expressar suas identidades, no entanto, como já colocado, a finalidade de todos é a reprodução da vida, ou seja, o autoconsumo dos seus integrantes enquanto uma condição que caracteriza a sustentabilidade das unidades familiares do campo. Isso porque “a comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica [...]” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 39).

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS: UM CAMPO QUE FALA E VIVE

Com o objetivo, no caso aqui secundário, de compreender como se deu o processo de ocupação e formação social da microrregião em estudo, destacando as observações da agricultura capitalista e as dinâmicas socioeconômicas urbanas, foi elaborado um estudo histórico-geográfico da Microrregião Geográfica de Faxinal, permitindo mostrar e situar o meio social no qual estão inseridos camponeses estudados neste ensaio. Por intermédio de uma abordagem geo-histórica foram identificados os traços comuns que permitem configurá-los enquanto sujeitos sociais que partilham a agricultura de autoconsumo.

Neste sentido, para melhor compreender esses questionamentos se utilizou do materialismo histórico dialético como suporte teórico, o qual por intermédio de elementos práticos, tecnológicos (materiais) e o modo de produção dispostos historicamente viviliza-se um entendimento das suas contradições, uma realização que efetivamente se dá na e pela práxis. O materialismo histórico dialético como forma de compreensão da realidade teve uma influência significativa do filósofo idealista Georg Hegel (1770 – 1831), sendo sistematizado com as reflexões de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), malgrado eles

⁸ “A consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o circundam é o começo da consciência de que o homem vive em sociedade” (MARX; ENGELS, 1996, p. 44).

próprios nunca empregaram essa expressão, superando tanto o idealismo⁹ como o materialismo do seu tempo.

Esse método se apresenta como um esforço de compreensão da contradição dos fenômenos, possibilitando a intervenção transformadora da realidade e de novas sínteses na esfera de conhecimento e do contexto histórico. Surge como um instrumental de captação dos fatos sociais, da realidade enquanto práxis e da interpretação que possibilite compreender as suas problemáticas para além da aparência dada.

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado, (MARX, 2003, p. 28).

A compreensão marxista destaca o entendimento dos fenômenos no sentido do seu movimento social, permitindo a construção de um concreto que se dá na sociedade e no espaço. “O concreto é concreto porque a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida [...] (MARX, 1982, p. 14). Por isso, fala-se em uma realidade social que não é estática, mas dialética, contraditória, viva e móvel, o que exige um esforço peculiar na compreensão de sua essência, a qual insere também o uso da categoria totalidade. Assim, “quando se assume a Geografia como ciência social, o materialismo histórico e dialético passa a nos fornecer um número muito maior de subsídios para prosseguir o trabalho” (MORAES; COSTA, 1984, p. 59).

Assim, através de um posicionamento político de interpretação dos fenômenos em estudo, têm-se um alinhamento no ponto de vista de classe (camponesa) na relação entre Trabalho e Capital, evidenciando as contradições e enfrentamentos das duas territorialidades já pontuadas anteriormente, pois no instante em que se historiciza a vida dos homens, é possível sua interpretação histórica e de seus eventos nas mais diversas dimensões. A discussão territorial é de fundamental importância nesta realidade em virtude da amplitude que o termo abrange, visto que conforme Haesbaert (2007), os sujeitos determinam seus próprios territórios, e a destruição destes levaria o fim desses sujeitos, de seus valores, de seus ordenamentos sociais, pois esses, não existem sem seus territórios.

⁹ Para Marx, Hegel (1770-1831), filósofo alemão que acreditava que a ideia constitui-se a própria realidade, ou seja, que são os pensamentos, as ideias, que determinam a vida material e Feurbach (1804-1872), que dizendo-se materialista, toma a essência genérica do homem como ponto de partida da história, admitindo a existência do indivíduo isolado, abstraído do seu contexto histórico (SOUZA; DOMINGUES, 2009, p. 01).

Esta compreensão remete ao instrumento da soberania social, uma realidade doutrinadora dos lugares camponeses, visto que “a soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações, como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos” (FERNANDES, 2009, p. 203). Desta feita, é possibilitado pensar seus processos vitais entrelaçados ao contraditório movimento da história, em última instância, a fronteira dessa ação humana está instalada nas condições materiais de produção da vida emergidas historicamente. “A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social [...] (ENGELS, 1981, p. 54).

Considerando o debate teórico do autoconsumo na agricultura camponesa como objeto deste estudo, este exige um criterioso entendimento da vivência destes sujeitos¹⁰, surgindo desta feita o materialismo histórico dialético como um método de análise que permite compreender essa questão em sua essência, pois, inserido num ‘mundo de privações’ a classe¹¹ camponesa choca diuturnamente com a negação de sua existência política, um movimento engendrado pelas elites hegemônicas que busca sua superação em proveito do capital-agrário rentista. Logo, ao refletir a territorialidade camponesa enquanto processo histórico contraditório, permeado por conflitos, o método dialético evidencia na própria construção social desses sujeitos, sua condição classicista e os caminhos para a continuidade de suas lutas sociais.

Assim, para que se possa compreender melhor o fenômeno da resistência camponesa como uma das condicionantes do seu modo de vida, deve ser analisado o processo de produção histórico-espacial a partir da formação econômica da microrregião em estudo; desta forma, a escolha metodológica aqui colocada é o de se trabalhar a categoria geográfica do autoconsumo à luz do materialismo histórico. Para tanto, foram elaboradas observações diretas com a vivência camponesa, troca de ideias, escuta de suas experiências, contos e causos, acompanhamento ao trabalho em seus roçados e pastagens, participação nos acontecimentos populares locais e análise da sua produção de vida, ou seja, uma atividade executada de maneira que considere o camponês como agente central, afim de que este possa expressar efetivamente seus traços culturais e possibilitar a compreensão de sua lógica de sobrevivência.

¹⁰ “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual” (MARX, 1974, p. 136).

¹¹ “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Colocação seguida de nota de Engels pontuando que essa questão é válida somente para as sociedades em que ocorre uma apropriação privada da produção.

O materialismo histórico enquanto uma doutrina das leis gerais do desenvolvimento da sociedade esclarece que o real deve ser respeitado pela sua materialidade, ou seja, nas práxis¹² material dos homens, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. O extrato material pré-existente sempre foi e será a condicionante para as relações sociais de produção, onde a compreensão dessas condicionantes possibilita entender todas as questões humanas. Neste sentido, os homens “ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar” (MARX, 1996, p. 37).

De acordo com Marx (2008), através da compreensão das relações de produção de uma determinada sociedade é possível compreender a estrutura econômica instaurada socialmente, um modelo que acaba por comportar todos os homens e destinos:

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Desta feita, é importante reconhecer o processo de construção social instruído por diversos agentes sociais, explicando as feições organizacionais totalizadas posteriormente. Em referência as realidades sociais estudadas nesta tese, são visíveis que esse movimento carrega também consigo, marcas visíveis da territorialidade camponesa, uma realização para além da construção eminentemente hegemônica do território, decorrente da crescente politização dos seus sujeitos vinculados em lutas¹³ passadas e presentes. A intervenção no pré-existente ocorre sempre por intermédio do trabalho, sendo para Marx esse um elemento primordial na constituição do homem, considerando que o trabalho explica e reflete todo o visível (sociedade). “O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX, 1996, p. 28).

Através das visitas de campo realizadas confirmou-se algumas evidenciações teóricas distribuídas ao longo da pesquisa como: relativo distanciamento das propriedades

¹² O conceito de práxis de Marx pode ser entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e conseqüente da atividade prática - é prática eivada de teoria (PIRES, 1997, p. 86).

¹³ Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (NEVES, 2009, p. 12).

camponesas, intensa atuação do complexo agroindustrial, assalariamento rural com a presença de bóias-frias e a presença dos monocultivos agrícolas como o plantio de cana-de-açúcar, soja, trigo e milho, resultando numa elevada dependência destes domínios ao capital-agrário.

Por outro lado, a territorialidade camponesa também se faz presente e emancipada como: organizações de comércio e distribuição dos produtos camponeses, permanência camponesa nas propriedades familiares, volta de antigos camponeses ao formato de unidades familiares, aumento das propriedades camponesas para garantir a manutenção de suas próximas gerações, entre outras estratégias atinentes a estes sujeitos sociais. Assim, essas realidades (camponesas e capitalistas) são as condicionantes atuais que irão caracterizar a história presente a ser contada no futuro, pois “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem [...] [...] e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2003, p. 12).

Neste contexto, o modo de vida camponês pode ser entendido como um fruto da consciência material, histórica e dialética de seus envolvidos, que em virtude de serem carregados de intencionalidades singulares e típicas de seus lugares, apresentam-se totalmente incompreensíveis e desconexas as práxis ditas ‘hegemônicas’. A materialização da própria história do sujeito só ocorre quando acontece uma plena compreensão das questões que constituem seu mundo vivido, ou seja, esta teoria ganha um sentido pleno quando os sujeitos se politizam de sua ação social, permitindo que suas mobilizações sejam carregadas em sentidos de luta e construção social própria.

A complementaridade do materialismo histórico dialético junto aos objetivos desta tese é compreendida no instante em que o homem busca satisfazer sua necessidade primeira, ou seja, garantir a reprodução da vida através dos esforços em suprir-se de alimentos e outras necessidades vitais. Através do autoconsumo camponês é estruturada toda uma racionalidade de trato com a terra de forma equilibrada e sustentada, caracterizando um modo de vida particularizado destes sujeitos, além de outras dimensões da vida em sociedade, singularizando a construção da vivência camponesa. A importância de se organizar visando saciar primeiro as necessidades da unidade familiar está esclarecida em Paulino (2006, p. 42), pois “quanto maior for a parte da produção interna destinada ao consumo, maior a segurança alimentar da família e menor, portanto, a necessidade de recorrer ao mercado para satisfazer as necessidades básicas”.

Neste ínterim, a utilização do método histórico dialético surge como uma ferramenta que considera a “Dialética da natureza, da história e do conhecimento” (GADOTTI, 1997, p. 27), enfim, dos lugares e suas interações. Além do materialismo histórico dialético, esta tese

apoiou-se nas obras do professor Milton Santos, que ao referenciar-se nos escritos marxistas da Formação Econômica e Social (FES), faz uma interpretação afirmando ser “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. [...]” (SANTOS, 1977, p. 81). Este embasamento teórico vincula-se com a discussão kantiana, o qual discute a noção de tempo e espaço como categorias filosóficas essenciais para o entendimento da realidade. “Sem estas, a existência não seria possível, porque não se pode conceber nada antes, depois ou mesmo sem tempo e espaço” (SPOSITO, 2004, p. 97). Desta feita, para compreender a atual conjuntura social dos camponeses da Microrregião Geográfica de Faxinal, se utilizou dos alinhamentos teóricos da formação sócio-espacial local, pois:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado de sua evolução. [...] É preciso definir as especificidades de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da formação socioeconômica, a apreensão da particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1977, p. 84).

Corroborando deste sentido, Kosik (1976) também insere a noção do espaço na análise marxista e complementa este debate ao colocar que “a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação interna de interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (p. 42). Essa reflexão possibilita a identificação de todos os atores sociais na elucidação do mundo, mesmo que posicionados em condições não hegemônicas como é o caso dos camponeses, uma abordagem científica que dá conta de realizar um adequado enfoque das condicionantes camponesas.

Buscando alcançar o objetivo indicado, e confirmar as hipóteses instituídas, foram elaborados apanhados de documentações diversas, que fundamentaram o desenvolver deste estudo (revisão bibliográfica sobre o assunto e a temática de estudo), o qual ocorreu através de buscas documentais em órgão estatais, tais como: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB), Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Autarquias do setor agrário, Secretarias e Departamentos Municipais de Agricultura dos municípios da Microrregião Geográfica de

Faxinal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acervos e arquivos públicos estabelecidos na área da pesquisa, entre outros.

Em relação à verificação sócio-espacial atual, utilizou-se de algumas fontes dos municípios da Microrregião Geográfica de Faxinal, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Gini da Renda Domiciliar, o Valor Bruto da Produção Agropecuária, a Densidade Demográfica, o Produto Interno Bruto, a População, a área dos imóveis rurais, entre diversas outras observações com o intuito de uma melhor explicação acerca da área em estudo. Para as análises do período pós década de 1950, foram utilizados autores com estudos envolvendo a região norte do Estado do Paraná que, entre reflexões prático-teóricas e relatos de antigos atores sociais da microrregião em estudo, possibilitaram a elaboração de um acervo significativamente sólido e explicativo acerca do quadro sócio-espacial referente aos limites em estudo.

A construção desta tese buscou evidenciar as particularidades da condição camponesa¹⁴ no seu dia-a-dia, buscando identificar os valores e práticas autogestionárias característicos destes trabalhadores, com destaque para a realização do autoconsumo familiar. Uma análise que viabilizou entender as artimanhas dos processos de avanço do capitalismo agrário nos territórios camponeses e as atividades de resistências destes últimos. A existência destes dois modelos agricultáveis (camponês e capitalista) estrutura-se de maneira essencialmente cômoda ao capital financeiro, pois “a força do sistema capitalista não provém de sua reprodução ampliada sobre zonas a ele “exteriores”, mas emana do relacionamento entre espaços não-homogêneos, irregulares, não-idênticos” (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 139). Estas explorações permitiram especificar e discorrer acerca do jogo de forças e poder que os territórios do capitalismo agrário buscam impor aos territórios camponeses.

Neste estudo foram aplicados questionários semi-estruturados através de diálogos partilhados junto aos camponeses da MRG de Faxinal. A escolha pela entrevista deve-se ao fato de que nelas “[...] a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33). Os entrevistados estão entendidos no sentido de co-sujeitos da investigação e não ‘objetos’ do estudo, sendo que as conversas se concentram em assuntos dirigidos pela busca de se conhecer a condição camponesa destes. O questionário (em apêndice) compreende 15 (quinze) comentários na forma de pergunta com o intento de identificar as iniciativas e ações

¹⁴ Ela não pode ser analisada tão-somente pelas condições objetivas, mas também por valores morais que os trabalhadores objetivam mediante explicitação de visões de mundo e formas de se conceber socialmente. [...] [...] Representam um legado de experiências de lutas, de conquistas e derrotas, mas, antes de tudo, de crenças coletivas na transformação social (NEVES; SILVA, 2008, p. 34).

camponesas em seus processos diários de resistência social e reprodução da vida. A escolha destas famílias camponesas ocorreu através da indicação dos técnicos da EMATER instalada em cada município estudado, sendo que foram realizadas 02 (duas) entrevistas por município, totalizando um montante de 14 (quatorze) entrevistas ao final dos trabalhos de campo.

Esse tipo de entrevista semiaberta foi realizado de forma que possibilitou ao entrevistado falar livremente sobre o tema perguntado, sendo que após suas falas e explicações foram extraídas as abordagens atinentes ao conteúdo perguntado inicialmente. Suas falas e seus modos de falar foram preservados, rompendo, desta forma, o ato de corrigir a fala de homens e mulheres do campo, deixando seu linguajar repleto de significações para quem ler, para que eles e elas possam se ver nas folhas de uma tese acadêmica, cujo mundo camponês, aqui foi registrado. Assim, teve-se o cuidado de intervir o mínimo possível nas respostas catalogadas, excetuando-se o apontamento inicial levantado para o início e direcionamento da conversa.

Discutindo deste tipo de entrevista, Triviños (1987) destaca que questionamentos anteriores favorecem o surgimento de novas hipóteses emergidas através das respostas dos informantes. Assim, o elemento principal é instruído na relação investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (p. 152).

A título de definição, a entrevista seria uma forma de buscar informações, face a face, com um entrevistado. Pode ser entendida como uma conversa orientada para um objetivo, sendo esse objetivo estabelecido pelo pesquisador. Dentre as várias formas de entrevista, remetemos à entrevista semi-estruturada, que traz como uma de suas características a elaboração prévia de um roteiro (MANZINI, 2003, p. 13).

Os questionamentos semiestruturados direcionam para uma temática geral sobre o qual se estrutura um roteiro com indagações principais. É um tipo de entrevista que pode ser aplicada para diferentes finalidades, pois é através das respostas levantadas é que se constrói a pesquisa, visto que os resultados dependem essencialmente do debate incutido quando do diálogo expresso pelo entrevistado, favorecendo “[...] não só a descrição dos fenômenos, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Outras vantagens do uso de entrevista deste tipo são apontadas por Manzini (1991), pois:

Na entrevista semi-estruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente, a entrevista semi-estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, completadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. (MANZINI, 1991, p.154).

Os valores e significados extraídos nestas entrevistas serviram como matéria-prima de comparação e reflexão teórica da autonomia camponesa, sendo que esse esforço buscou entender as singularidades territoriais do sujeito camponês na microrregião em estudo. Entretanto, todas estas tarefas possuem como precedência um cuidadoso trabalho de delineamento das categorias geográficas conceituais indicadas nos extratos deste estudo. Assim, é importante pontuar algumas contribuições como a discussão de espaço em Raffestin (1993), território e territorialidade em Saquet (2001), o debate acerca da Formação Sócio-espacial em Santos (1982), a teoria da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) em Deleuze; Guattari (1997), o discurso da desterritorialização *in situ* e desterritorialização *ex situ* por Haesbaert (2007), entre diversos outros autores que geograficamente deram um suporte essencial nas reflexões aqui levantadas.

Em relação aos estudos específicos acerca do campesinato é inegável a importância que o aporte teórico dos pensadores clássicos da questão agrária, dentre eles os marxistas Kautsky (1980) e Lênin (1985) que contribuiu no presente estudo com as teorias explicativas da inserção do capitalismo na agricultura. Apesar de o campo atual ser totalmente adverso ao da agricultura da Rússia e europeia, suas discussões não perderam a atualidade mesmo após um século. A racionalidade camponesa está também destacada nos estudos de Chayanov (1974), Polanyi (2000) e de autores contemporâneos como Oliveira (1991, 1999, 2005, 2007), Fernandes (2000, 2005, 2008), Paulino (2003, 2006, 2012), Almeida (2003, 2006), Fabrini (2008, 2012), Amin; Vergopoulos (1977), Ploeg (2008, 2009, 2016), Woortman (1983, 1990) entre diversos outros que promoveram uma compreensão mais bem ordenada envolvendo as questões camponesas.

Os desafios já indicados nesta pesquisa remetem ao caráter indissociável entre teoria e prática nos estudos camponeses, visto que nem sempre as categorias científicas dão conta de expressar as virtudes presentes nos compostos organizacionais destes sujeitos. Os saberes inerentes nos “jeitos” e “modos” camponeses desestabilizam quaisquer concepções científicas e políticas externalizadas destes lugares, exigindo do estudo um cuidado tanto na abordagem prática quanto da transcrição dos valores e mensagens expressadas pelos entrevistados. Assim, para um melhor entendimento ao desenvolvimento da discussão

conceitual, foi elaborado um fluxograma (Figura 02) do estudo, o qual facilita a observação da estrutura desta pesquisa.

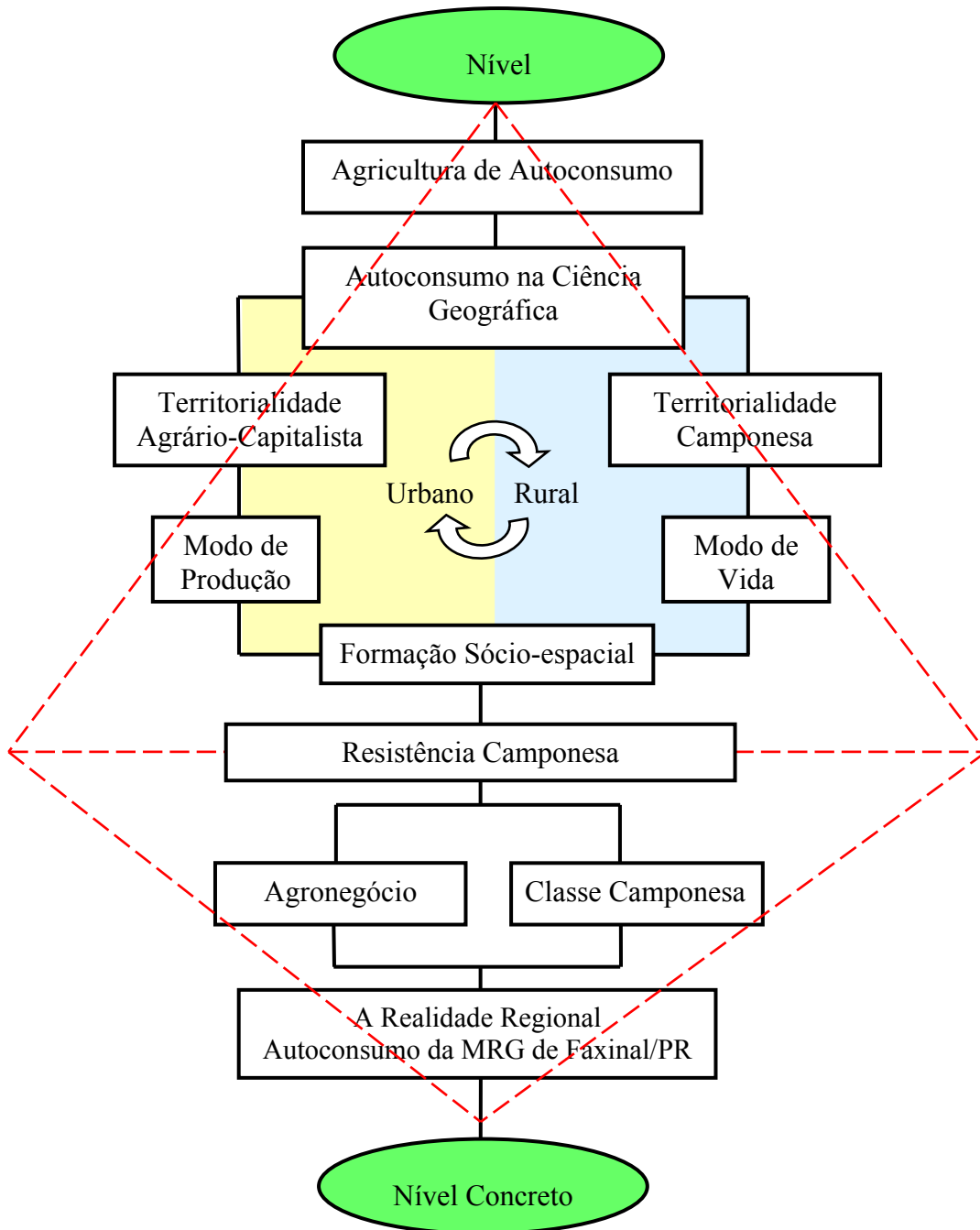


Figura 2: Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa.
Fonte: O autor (2018).

A tese está elaborada em dois patamares, o Nível Conceitual (indicado na parte superior do triângulo pontilhado) e o Nível Concreto (indicado na margem inferior do

triângulo), conforme representação apresentada no Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa. A dimensão conceitual da tese instrui-se de uma ampla construção teórico-literária com vista a dar subsídios de interpretação do Autoconsumo na Ciência Geográfica, a partir da Resistência Camponesa. Neste sentido, tendo como campo de atuação os domínios rurais e urbanos da Microrregião Geográfica de Faxinal, visto que não dá para discutir a questão rural sem discutir a questão urbana, estão dimensionadas as territorialidades Agrário-Capitalista e Camponesa com seus respectivos modos de interferência espacial (Modo de Produção Agrário-Capitalista e o Modo de Vida Camponês).

O Nível Concreto se propõe, sobretudo, com subsídios que procuram identificar a Condição Camponesa na microrregião estudada entremeio aos avanços territoriais do agronegócio. Desta feita, está demonstrada uma detalhada análise de informações socioeconômicas acerca da realidade local, que serve de fundamento para diversas colocações envolvendo o objeto em estudo.

Para o entendimento dos propósitos discutidos neste estudo, ele está dividido em três capítulos, inicialmente a introdução, intitulada: “Introdução: Os Territórios Agrários Coexistentes na Microrregião Geográfica de Faxinal/PR”, a qual objetivou apresentar resumidamente as ideias a serem debatidas no transcurso deste estudo, apresentando o recorte temporal e espacial, expondo alguns indicadores que remetem ao objeto da tese, bem como pontua superficialmente as problemáticas atinentes ao tema e serviu para indicar os encaminhamentos metodológicos utilizados.

No primeiro capítulo: “Agricultura Camponesa e a Produção em Territórios de Resistência”, ele está subdividido em três subcapítulos, sendo que o primeiro, intitulado “Caminhos da agricultura camponesa no capitalismo: produção de autoconsumo” desenvolve-se um debate da teoria camponista, discursando algumas reflexões acerca dos autores clássicos dos estudos agrários (Lênin, Kautsky, Chayanov, entre outros). Reflete ainda a histórica dialética de contradições a qual o campesinato sempre esteve envolvido nos seus processos de luta. No segundo subcapítulo, tem-se um esforço teórico atinente ao entendimento do território enquanto conceito geográfico que se aplica aos camponeses, referenciando-se autores nacionais e estrangeiros que tratam da temática e finalizando, o subcapítulo terceiro “Território camponês – vivido e identitário”, a discussão se respalda nas leituras de Karl Polany e Theodor Shanin, além de outros pesquisadores que buscam evidenciar as virtudes e valores presentes no cotidiano do mundo camponês.

O segundo capítulo: “Microrregião Geográfica de Faxinal no Contexto do Norte Paranaense”, está dividido em cinco subcapítulos; o primeiro, “Formação socioespacial do

Estado do Paraná”, elabora um breve resgate histórico dos principais acontecimentos que contribuíram para a atual configuração socioespacial da microrregião estudada. O segundo subcapítulo, “A Microrregião Geográfica de Faxinal/PR como “sertão vazio” a ser ocupada”, disserta sobre os processos de ocupação da microrregião, um elaborado estudo que se utilizou de diversas fontes de pesquisa a fim de constituir uma adequada compreensão dos movimentos que especificamente compõe a formação socioespacial deste recorte de estudo. O terceiro subcapítulo, “A Microrregião Geográfica de Faxinal/PR em dados e análises estruturadas”, apresenta um levantamento de indicadores socioeconômicos que ajudam a entender e interpretar os processos organizativos da formação socioespacial da microrregião. O quarto subcapítulo, “Produção agrícola dos municípios da Microrregião Geográfica de Faxinal/PR” se ateve em identificar os parâmetros socioeconômicos de cada um dos sete municípios em estudo, evidenciando a hegemonia do capital enquanto representação ideológica nestes domínios. O quinto subcapítulo, “O ingresso da soja transgênica na Microrregião Geográfica de Faxinal/PR”, detalha a intensificação do complexo agroindustrial nestes domínios, processo que altera drasticamente a dinâmica socioeconômica local e concentra ainda mais a renda na microrregião.

O terceiro capítulo intitulado “Microrregião Geográfica de Faxinal/PR: Autoconsumo e Agronegócio como interação social”, está dividido em três subcapítulos; o primeiro “A reprodução social dos camponeses na Microrregião Geográfica de Faxinal” traz uma contribuição teórica acerca do campesinato e sua relação com as práticas instruídas por estes sujeitos no recorte de estudo. O segundo subcapítulo “O que produz a Microrregião Geográfica de Faxinal? Agricultura camponesa” discorre de parte das entrevistas levantadas ao longo de estudo, destacando as atividades produtivas que algumas propriedades camponesas visitadas executam bem como os deferentes processos de lutas engendrados por estes atores sociais. Já o terceiro subcapítulo “Autogestão, auto identificação e autoconsumo no campesinato” traz uma discussão acerca do caráter autônomo vigente nas propriedades camponeses, instante em que é possibilitado discorrer acerca da agricultura de autoconsumo enquanto uma totalidade permeada de reciprocidades que se distribuem nas diversas atividades realizadas no cotidiano camponês. É aqui que se percebem as possibilidades e propósitos que o autoconsumo tem no campesinato, uma realização social que está distribuída material e imaterialmente no vivido destes sujeitos, forjando-lhe um sentido peculiar que consolida os camponeses enquanto uma classe social (para si) dotada de um modo de vida próprio.

1. AGRICULTURA CAMPONESA E A PRODUÇÃO EM TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Desvendar os caminhos e obstáculos que permeiam as questões agrárias é uma tarefa extremamente complexa e instigante, dada à importância que o campo assume quando os seus interesses entram em cena. As diferenças internas que o constitui envolve dois tipos de realidades sociais, a camponesa e a corporativista, cada qual com seu *modus operandi* de construir suas territorialidades¹⁵. A coexistência destes domínios imprime no campo valores que lhes são peculiares, sendo que no caso da agricultura camponesa, ela historicamente tem resistido diante dos avanços do capital agrário. Já a agricultura capitalista, enfaticamente apregoado como uma espécie de ‘panaceia’ mundial que garante a segurança alimentar da humanidade, caracteriza-se pelos ideais da maximização financeira e reserva¹⁶ de valor da terra para especulação, entre outros ‘arbitrios’ e ‘jeitos’. “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Esse ritual de ações e reações presentes nos recortes territoriais agrários é oriundo dos diferentes formatos de territorialidades testemunhados nesse meio, sendo que as maneiras que essas práticas se dão nos seus respectivos domínios, irão produzi-lo, diferenciá-lo e se diferenciar em si mesmo, surgindo às distintas formas de territorialidade. Essa divergência material e imaterial no manuseio territorial é que possibilita constituir as diferenças ideológicas de compreensão e tratamento nos processos estruturais da terra, trazendo à tona os diversos questionamentos e embates imagináveis em relação às territorialidades rurais.

Retomando algumas discussões de Santos (2005) quando este discorre sobre a utilização do território geográfico, o autor coloca que esta definição ocorre através da perspectiva do uso, em que o domínio territorial passa a ser constituído como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes, compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Essa noção evidencia que o território ganha sentido quando se dimensiona o uso que ali se dá, explicando claramente que o entendimento dos conflitos territoriais está muito aquém de observações superficiais ou primárias refletidas pelos fenômenos analisados.

¹⁵ “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

¹⁶ O Brasil possui uma elite agrária mais rentista que produtiva, conforme Oliveira (1997; 2007).

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação /consumo e suas articulações e mediações [...]. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência [...]. Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Ciente das singularidades presentes na delimitação e recorte dos territórios agrários, o campo brasileiro comporta uma agricultura identificada pelo seu caráter classicista¹⁷ e pela resistência existencial, a agricultura camponesa. A discussão envolvendo estes atores sociais é uma questão significativamente complexa, dada a presença de inúmeras outras nomenclaturas e conotações ideológicas que os referencia, sendo estas imprecisas e insuficientes no atendimento dos anseios desta pesquisa. Portanto, refletir e revivificar o conceito de ‘camponês e campesinato’ é aqui importante como forma de complementar os propósitos deste ensaio.

Desta forma, com a consciência de que os estudos rurais nem sempre são tratados na sua literal realidade e em consideração as reais necessidades dos trabalhadores do campo, Shanin (1980) elabora importantes observações sobre estes sujeitos sociais:

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de capitalismo, proletariado e, é claro, modo de produção, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua (p. 76).

Paulino (2006) coloca que o camponês atua como “senhor de si” pelo fato de ser dono do meio de produção – a terra¹⁸ –, razão pela qual eles agem no intuito de preservar a terra, postura corriqueiramente entendida como conservadora pelos de fora. O processo de

¹⁷Fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura (THOMPSON, 1989, p. 09).

¹⁸ “O controle sobre a terra (seja através de que mecanismos for) é sempre um aspecto estratégico na luta camponesa por autonomia e progresso [...]” (PLOEG, 2008, p. 73).

resistência camponesa na forma de movimento e sujeitos de direitos se dá em dois formatos principais; um como movimento institucionalizado e político mais abrangente (regional e nacional) e outro na forma de ações particularizadas, de autoajuda e ações comunitárias localizadas, considerando os enfrentamentos de cada localidade.

A conjuntura material e existencial da vivência camponesa vai muito além da noção econômica do território, contradizendo a ótica capitalista do campo que percebe o viés financeiro enquanto o interesse principal, sendo esta a fundamental diferença que destoa estes dois tipos territoriais no campo. Desta feita, surge a noção da classe social, uma vez que se entende de forma distinta o campo tanto pelo campesinato quanto pelo agronegócio. Aos camponeses, essa mobilização “[...] se desenrola no plano da luta de classes, a qual remete à capacidade política de construir o devir que os camponeses têm demonstrado ao longo dos séculos, a despeito de sua vulnerabilidade ante os mecanismos de extorsão empreendidos pelas forças dominantes (PAULINO, 2006, p. 284).

É importante destacar que as mobilizações camponesas são questões antigas no território nacional, a qual desde sempre representou uma ameaça aos interesses da aristocracia rural¹⁹. O esforço em barrar o campesinato já foi colocado na Lei de Terras²⁰ nacional em 1850, uma das primeiras manobras políticas da elite agrária que dificultou o acesso a propriedade aos trabalhadores do campo. Ao colocar a compra como forma de aquisição da terra, esta foi negada a todos os sujeitos do campo desprovidos de recursos financeiros, corroborando para a fusão, em uma mesma pessoa²¹, do capitalista e do proprietário fundiário, privatizando vastas extensões de terras no Brasil em proveito do capital.

Através da Lei de Terras “as ideias de colonização ingressaram no patrimônio jurídico da classe dos senhores rurais, corporificando-se afinal na legislação do império” (GUIMARÃES, 1968, p. 111). É deste período também, já na passagem do século XIX para o XX, que surge a concepção da origem do pequeno agricultor imigrante, no caso aqui os ‘colonos’, que surge na administração colonial, pois “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terra em área destinada à colonização” (STYFERTH, 1992, p. 80). Neste entendimento são excluídos os ditos ‘caboclos’ ou ‘brasileiros’. Assim, “o

¹⁹ O Brasil era um grande empreendimento colonial cuja característica, durante mais de 300 anos, foi a lavoura, a mineração e a economia de exportação. A escravidão era a forma predominante de trabalho, mas sempre a margem da economia de exportação e, com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa (SCHWARTZ, 2001, p. 123).

²⁰ Lei de Terras - Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. “O começo de um período em que a terra não era só um instrumento para explorar o trabalho do outro e extrair um excedente, mas era também uma base de acumulação capitalista – a conversão da renda da terra em capital” (MARTINS, 1986, p. 34).

²¹ José de Souza Martins (1981; 1994; 2010; entre outros) discorre amplamente sobre tal aliança entre terra e capital.

ignorado tornou-se clandestino, fora da lei, objeto de penalização. Seu espaço era a terra devoluta, não mais a pública” (MARTINI, 2006, p. 184). Isto é, de caboclo passou a intruso, e desta feita a expulsão lhe tornou corriqueira. No entanto, são estes ocupantes de terras devolutas os precursores da propriedade camponesa no Brasil.

[...] *cabocoulo* (caboclo) denominou, ao longo do tempo, aquele trabalhador livre que viveu da natureza, da terra pública, e nela circulava, até 1850, em posse legal, a partir de quando foi enxotado legalmente por pretendentes mais poderosos; que viveu em terra devoluta, quase sempre não devassada, inapropriada, mas por princípio em condição ilegal, a menos que comprovasse posse; foi aquele que fez cultivo sazonal, extração vegetal, caça, pesca, comércio e trabalho eventual em derrubada de mato, roça, cuidando de rebanhos nos momentos de grande serviço (tosa de ovelhas, marcação de gado); eram os mestiços em geral; eram aqueles que não eram vistos por serem andejos; eram aqueles que se escondiam para fugir. (MARTINI, 2006, p. 155).

Afinal, a coação econômica e política sobre o campesinato é uma realização histórica. “Desde o período das sesmarias no Brasil colônia os camponeses têm sido considerados pelas classes dominantes, e por ampla parcela da intelectualidade que lhe é orgânica, como os ‘pobres do campo’: necessários, mas desprezíveis” (CARVALHO, 2015, p. 03). Decorrente deste processo de não acesso a terra pelos camponeses, o país possui ainda em pleno século XXI uma estrutura fundiária semelhante à da sua fundação. Essa questão é colocada em Martins (2010) pelo que ele denominou de “cativeiro da terra”, pois se implantou a exploração e domínio do território em substituição ao antigo trabalho escravo, sendo que para o trabalho ser livre a terra tem que ser cativa, apenas um molde diferenciado e ainda mais perverso da coerção física e econômica do capital sob o trabalho e a distribuição da terra.

Entretanto, a territorialidade camponesa não se submeteu a essa e diversas outras barbáries forjadas pelo capital desde o período colonial, a luta camponesa é uma verdade que coexiste nesta questão. Sendo deixados de fora dos planos políticos, tratados pejorativamente com outras nomenclaturas²² aviltantes (caipira, caboclo, caiçara, tabaréu, caipora, jeca-tatu entre outros), os camponeses compõem-se por sujeitos envolvidos em outras conjunturas (negros fugitivos/livres, povos indígenas expropriados de seus lugares originais, imigrantes

22 “São palavras que desde os tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações ou das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas” representando uma leitura agrário-capitalista destes sujeitos do mundo rural (MARTINS, 1986, p. 22).

legais/ilegais entre outros), são forjados num processo constante de embate físico e ideológico frente às estruturas do capital agrário.

Contraditoriamente, é a transformação da terra em mercadoria que permitirá a sua inserção enquanto classe no jogo das representações políticas, pois o mesmo deixa de ser um sobrante, integrando-se pelo simples fato de se tornar proprietário, independentemente do quinhão fundiário, numa sociedade em que o critério de inclusão é progressivamente mediado pela propriedade privada. Todavia, lembramos que esse status não alcança exclusivamente os pequenos proprietários de terra, mas todos os demais que possuem o controle dos meios de produção, seja via arrendamento, cessão ou posse. Enfim, é o reconhecimento jurídico-institucional do pequeno produtor autônomo que vai consolidar, no pacto político, a existência camponesa [...] (PAULINO, 2003, p. 26-27).

Para Martins (1986), o aparecimento do conceito teórico de campesinato no Brasil acontece através de uma importação política, em meio às ações do Partido Comunista Brasileiro – PCB –, uma trama para conquistar as massas rurais em meados da década de 1940, considerando o contexto mundial de incidência da III Internacional Comunista²³. Afirmando essa realidade do campesinato neste período no país, Carneiro; Cioccarri (2011) concordam com Martins (1986) sobre o contexto de surgimento do sujeito camponês e ainda enfatizam que apesar do aspecto político na efetivação conceitual da classe camponesa, “não se pode deduzir disso que as mobilizações sociais no campo não tenham sido iniciativas genuínas” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 25), evidenciando que a iniciativa do PCB foi apenas o estopim de um movimento muito maior que os camponeses²⁴ realizam a partir de então no meio social.

Conforme Andrade (1964), o processo de luta camponesa iniciada após a década de 1950, entremeio aos trabalhadores sem-terra no Nordeste do Brasil, representou o gesto inaugural que efetiva a ação de resistência e luta no campo brasileiro, fazendo com que a massa camponesa visse na própria ação a principal solução do problema agrário de sua realidade. Este contexto se torna plural ao considerar que o governo direciona para a região

²³Organização internacional fundada por Vladimir Lenin e pelo PCUS (bolchevique) em 1919, reunindo os partidos comunistas de diferentes países. Tinha como propósito, conforme seus primeiros estatutos, lutar pela superação do capitalismo, o estabelecimento da ditadura do proletariado e da República Internacional dos Soviéticos, a completa abolição das classes e a realização do socialismo, como uma transição para a sociedade comunista, com a completa abolição do Estado e para isso se utilizando de todos os meios disponíveis, inclusive armados, para derrubar a burguesia internacional (SOUZA, 2013).

²⁴“Durante a ditadura militar no Brasil, o uso do termo “camponês” poderia ser suficiente para desencadear prisões, torturas e assassinatos. Mas o que o regime fazia calar não eram as palavras [...] [...] Foi justamente esse sentido político do termo “camponês” que passou a ser combatido, não apenas pelos agentes da repressão militar, como também por latifundiários e seus capangas” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 25).

uma política pública enganosa de colonização²⁵, concebida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, a qual ‘resolveria’ a questão. Entretanto, “seria, se bem-sucedida, uma solução a longo prazo e beneficiaria apenas um pequeno número de pessoas, enquanto a maioria absoluta dos camponeses continuaria a vegetar, como ocorre até hoje, em condições sub-humanas de vida” (*ibidem*, p. 244).

A segunda metade do século XX representou o período onde o campesinato mostrou efetivamente sua face ideológica e operacional de forma unidirecional no Brasil. Impulsionado inicialmente pelo PCB, as Ligas camponesas²⁶ inauguram e contribuem para um importante momento do processo de busca por direitos sociais no cenário nacional, fato esse que ocorre em conformidade com outras exigências de direitos e em paralelo com as lutas travadas por outros setores e classes sociais (movimento feminista, operários, contracultura, democracia, entre outros) que também estavam engajados nos arrochos políticos impostos com a intensificação do regime militar.

A luta e resistência camponesa contracenada com as ligas camponesas, a qual foi advogada e liderada por Francisco Julião no Nordeste brasileiro nos anos 1950, representou o estopim dos movimentos sociais do campo no Brasil, não que antes não havia, mas o cenário que se projetava era diferente, considerando que o capital se tornara monopolista e ainda mais ‘cruel’ na ânsia de maximizar-se. Os trabalhadores do campo organizam-se e se erguem contra o regime elitista. Julião (1962) expressou categoricamente os transtorno e aborrecimentos daquele período, sendo que aquelas adversidades deveriam ser utilizadas como estímulos as iniciativas de emancipação da classe camponesa frente os embaraços seculares de que eram vítimas:

Os camponeses são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros, os condiceiros e os sitiantes. Toda ela se encontra manietada pelo regime de servidão, movendo-se dentro do mesmo cenário trágico, de onde só emerge para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere e, por fim, o cemitério. Não conhece o berçário, a creche, a escola, a cultura e a saúde, a paz, o futuro, a vida.

²⁵ O conceito de colonização deve ser contextualizado, visto que o seu significado muda no tempo e no espaço. É um ato político e uma forma de “*produção do social*” complexos, segundo José Vicente Tavares dos Santos, fazendo parte diversos atores e forças sociais em conflitos, onde entram em cena sonhos, esperanças, desejos, interesses econômicos e decisões políticas. O ato de colonizar é também social, pois traz consigo a tensão social – ou conflito social –, que deve ser minimizada pelos programas de colonização, regulamentos pelo Estado. Colonizar também é um ato econômico, visto que, geralmente tem por objetivo o desenvolvimento econômico de uma determinada região do país ou do Brasil como um todo. Entretanto, continua sendo uma questão do Estado (MYSKIW, 2002, p. 62).

²⁶ Organizações de camponeses formadas pelo PCB a partir de 1945 como um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Suas ideias reformistas e associadas ao viés socialista foram dizimadas pelo regime militar recém-instalado (MARTINS, 1986).

Porque acreditamos na pureza do espírito desses milhões de brasileiros, que é fecundo como a terra do aluvião, convocamos todos os patriotas para remover os obstáculos que séculos de injustiça social levantaram contra ele, e, tomando-o como base, edificar uma sociedade sem sofrimento nem angústia. Esse é o sentido de nossa luta (JULIÃO, 1962, p. 272-273).

Os camponeses vêm assim, na luta e no enfrentamento a única maneira de conquistar e garantir seus direitos sociais, destacando que a violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil. Considerando a afirmação de Marx de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”, (MARX, 1982, p. 25), quando ele discorre sob a ação camponesa esclarece perfeitamente a realidade destes, gente sem qualquer direito ou garantia social, impulsionando efetivamente sua luta e resistência como classe:

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cerceará o entendimento de sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado (MARTINS, 1981, p. 25).

O trabalho de luta e enfrentamento camponês frente aos avanços²⁷ das territorialidades agrário-capitalistas constitui-se um quadro em que o capital visa unicamente à subjugação e sujeição da ótica camponesa aos interesses do mercado. Assim, é forjada a condição de classe social entre os camponeses, os quais estabelecem propósitos unitários em decorrência de sua resistência e de recriação²⁸ no campo, uma estratégia de superação a contraditória ação do capital no campo. “Essa resposta pode ser encontrada exatamente na concepção de que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, e, portanto, cria as condições para a reprodução dessa produção familiar camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

²⁷ Mal nos damos conta de que o avanço do capital sobre o sertão e a floresta, há choro e ranger de dentes, há morte e miséria, há violência e injustiça (MARTINS, 1982, p. 108).

²⁸ As três formas de recriação do campesinato: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação da terra. “E assim se desenvolve num constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 24).

A noção camponesa instruída enquanto classe ciente do seu papel social pode ser entendida com os estudos de Thompson (1987), referente à noção do fazer-se classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Portanto, as experiências surgidas nos processos de luta e resistência camponesas, constroem uma noção política nestes sujeitos. É neste sentido que os distintos métodos de mobilização no campo se dão, a exemplo das ocupações de terra como forma de trazer à tona a questão agrária, pressionando as elites agrárias e o próprio governo sobre as verdadeiras demandas camponesas, ou seja, o acesso a terra. Assim, tem-se o surgimento do MASTER²⁹ e MST³⁰ que luta pelo acesso a terra (re-territorialização camponesa), entre diversos outros movimentos agrários coexistindo junto aos interesses do capital agrário.

Logo, “acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto [...] [...] camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica” (OLIVEIRA, 2001, 194). Para Gohn (2000) não apenas os camponeses excluídos/expropriados integram o MST, pois este movimento “foi formado por uma grande horda de excluídos; desempregados moradores de ruas e nas ruas, desajustados com as famílias e com o mundo [...] não se trata de um coletivo de agricultores, mas dos excluídos do mundo do trabalho e do mundo da vida” (GOHN, 2000, p. 75).

A condição dos camponeses como classe singular dentro do capitalismo esboça uma dialética territorial que historicamente tem envolvido e envolve a questão agrária. No Brasil em específico, o significativo empoderamento desta classe nos anos 1970, contribuiu na convergência política de atores sociais, tanto do meio rural como urbano, que realizaram a redemocratização do país ao final da década de 1980. Essa materialidade foi essencial para o

²⁹ Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) - primeiro movimento de pequenos agricultores, surgido no Rio Grande do Sul (RS), no final dos anos 50 (FERNANDES, 2000).

³⁰ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984) - Movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na Longa Marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

fortalecimento da mobilização camponesa, visto que em certos pontos, houve avanços positivos em algumas de suas reivindicações.

A construção de uma unicidade nacional de luta no campo adequada a cada obstáculo regional confrontada por esses sujeitos decorre do fato de estar presente uma singular capacidade de resistência e (re) criação – concreta e ideológica – da unidade camponesa no interior da territorialização agrário-capitalista. As mobilizações camponesas no campo é uma realidade que tem ameaçado a hegemonia dos latifúndios, pois se caracteriza pela costura e superação frente às manobras e perversidades³¹ impostas pelo capital agrário aos processos de luta e resistência camponesa. Neste sentido, é fundamental a reflexão do campesinato enquanto um movimento social que tem seus reflexos em toda a sociedade envolvente.

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe, e sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1986, p. 22-23).

Assim, os territórios de resistência camponesa, permeados por práticas de autoajuda entre os pares destes domínios favorecem a integração dos ideais camponeses, “[...] grosso modo, podemos dizer que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 309). É em virtude dessa complexa estrutura consolidada nos movimentos camponeses, que sua condição como classe se desenvolvem dentro e na contramão da lógica do discurso desenvolvimentista do agronegócio, tendo em vista que este último caracteriza-se por uma insaciável extração de renda³² na terra.

A resistência camponesa está materializada no imaginário social a partir da instituição dos movimentos sociais. Martins (1986) discorre sob o assunto ao citar os exemplos do MST, o messianismo entre outras iniciativas de abrangência maior que também atuam neste sentido.

³¹ Os problemas são muitos e vão desde os entraves para acesso ao crédito, ao mandonismo burocrático, à imposição stalinista e à não-compreensão do ideário camponês da produção em terra própria e da liberdade do trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 205).

³²No entanto, a renda não é um tributo particular, cobrado apenas aos que desejam trabalhá-la diretamente, mas sim um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, pois seu cálculo já vem embutido no preço de todos os produtos primários (PAULINO, 2003, p. 21). Também Amin; Vergopoulos (1986) refletem a renda fundiária enquanto “um produto social do capitalismo, da mesma forma que qualquer outro produto da sociedade burguesia (sic); 2 – a propriedade fundiária além de não ser um produto estranho ao modo de produção capitalista é, ao contrário, ‘um resultado da produção capitalista’” (p. 54).

O autor cita o caso da luta pela terra subdividindo-a em duas frentes, iniciando pela ocupação da terra e formação de acampamentos, posteriormente, a conquista e permanência na terra, pois uma vez estando ela conquistada, os problemas não estão resolvidos.

Outra forma de resistência camponesa não menos importante, se apresenta de forma intrigante e irracional perante a ótica capitalista, haja vista, os vários tipos de camaradagem presentes nas localidades camponesas. O lugar do camponês é na verdade imprevisível e plural, com uma atuação distinta em cada realidade social, uma prática que se dá “[...] no seio da sociedade moderna como um movimento contraditório que se torna possível a partir de sua inserção periférica em relação à lógica social dominante” (MARQUES, 2004, p. 152).

Esse movimento ao mesmo tempo contraditório e combinado dentro do capital agrário é visível nas ações locais de grupos camponeses, onde estes se auto-identificam como atores de uma mesma realidade em busca por sua identidade sócio-territorial. O ‘jeito’ camponês de viver, de manter-se voltado para as coisas do seu lugar, direciona o potencial de produção alimentícia para a noção da diversidade e no uso múltiplo dos recursos naturais, sendo um esforço que visa garantir à soberania alimentar³³ de seus grupos familiares. Esta aproximação surge nas festividades locais, na ajuda mútua, nos encontros familiares, nos mutirões de trabalho e em outras formas de coexistirem frente às imposições da lógica capitalista.

A cultura camponesa de ajuda-mútua e cooperação entre seus pares está em Godoi *et al* (2009) quando discorre o assunto ao apontar os mutirões de trabalho que ocorrem nos lugares camponeses, um sentido inimaginável no contexto neoliberal, pois o trabalho comunitário surge enquanto uma realização social prazerosa, justa e de interação local:

Mutirão é uma instituição universal, cultivada geralmente nos grupos primários, onde o organizador, necessitando de uma rápida, larga e eficiente cooperação para um serviço, a solicita dos seus vizinhos, comprometendo-se tacitamente a retribuí-la nas mesmas circunstâncias, tão logo lhe seja pedida essa retribuição. [...] [...] Assim, o que seria um duro dia de trabalho rural caso este fosse contratado e pago pelo “patrão”, torna-se uma jornada que faz do trabalho uma demorada cerimônia de convivência e entremeia o “serviço” e a “brincadeira”, o esforço do corpo e o canto, a dança e a comida festiva. (GODOI *et al*, 2009, p. 45).

³³ É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra chave. Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 09).

Tendo em vista que no seio das relações camponesas os aspectos estritamente monetários são secundarizados em comparação às práticas de convivência harmoniosa e de autoajuda destes sujeitos, é compreensível a ‘estranheza’ que isso incute junto aos ideais acumulatórios legítimos do mundo capitalista. É com essa assimetria de organizar-se socialmente que os camponeses se posicionam, pois, “o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises” (SHANIN, 2008, p. 25).

A necessidade de estar e ter seu principal instrumento de trabalho – a terra – se apresenta como de vital importância para manter a vida camponesa, uma particularidade vista no singular “modo de vida³⁴” destes sujeitos, pois “sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio” (OLIVEIRA, 2007, p. 40). Esta constante ameaça da sobrevivência e existência camponesa materializada nas ações capitalistas de barrar o acesso a terra, explica a razão de ser dos movimentos camponeses em prol da própria existência territorial – territorialidades camponesas.

Neste movimento, constituem-se territórios e territórios camponeses, uma variedade de identidades carregadas de valores e signos plurais, instante em que se formam as várias estratégias de enfrentamento destes grupos sociais. É neste estado de identificação social e defesa de seus interesses que se estabelece a vontade dos camponeses se posicionarem enquanto movimento de consciência política, buscando garantir a sua soberania, escolhendo e decidindo como viver dentro do seu pedaço de terra.

Assim, quando o camponês se integra aos seus pares ocorre os surgimentos de ideias e ações contrárias às lógicas capitalistas, aflorando a resistência e sua recriação como forma estratégica de se fazer valer e existir enquanto sujeito de direito. Contudo, a ideia de um campesinato inteiramente independente e autônomo é uma questão carregada relativa, pois “a necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o conjunto da sociedade, e para atender a suas imposições terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, certos elementos que lhe são, originalmente, externos” (WANDERLEY, 1996, p. 05).

³⁴[...] “campesinato é um modo de vida”. Daí, o quanto este “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, sabemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. [...] (SHANIN, 2008, p. 37).

Entretanto, a produção camponesa apresenta uma substancial superioridade em relação ao modelo agrário-capitalista, isto quando se leva em consideração a questão da produtividade³⁵. Paulino (2012), explica esse fato ao esclarecer que a unidade camponesa atua no sentido de um elemento entremeio a ótica capitalista e não como um resíduo exterior à sua ordem, pois a máxima não é a reprodução do capital, mas a manutenção da vida dos núcleos familiares dispostos nestas localidades. “[...] Isso significa que a produção camponesa tende a ser intensiva: a produção por cada unidade de trabalho será relativamente alta e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação baseado no trabalho” (PLOEG, 2009, p. 22).

Paulino (2012) discute o traço de contraditoriedade que se faz atuante nas relações de produção no campo, salientando a oferta de renda camponesa da terra exercida pela agricultura camponesa (terra de trabalho). Por ela estar inserida num sistema agrário capitalista que monopoliza o território, tem-se a transferência dessa renda a setores capitalistas, situação em que ela é convertida em capital, implicando numa acumulação elevada, evidenciando a lógica insustentável do modo capitalista de produção. Essa conversão em capital constitui efetivamente a sua produção, pressupondo a sujeição da renda da terra gerada pelo trabalho camponês.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital [...] estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1986, p. 175).

Quando se referencia a terra de trabalho, Paulino (2012) aponta que esta se restringe a exploração do regime familiar, sem intento de acúmulo financeiro, mas de manutenção da vida da família. Com princípios³⁶ contrários, o capital trata o campo como terra de negócio, tendo sua centralidade na força de trabalho alheio, logo, extração de mais-valia que se soma a renda capitalista da terra e também a sua utilização especulativa como reserva de valor.

³⁵Uma noção aversa a lógica de mercado, considerando a realidade camponesa completamente desfavorável em termos mercadológico, se utilizam de estratégias de sobrevivência caracterizada na diversidade produtiva de alimentos, resultando na “superioridade, do ponto de vista da produtividade, das propriedades pequenas em relação às maiores” (PAULINO, 2012, p. 100).

³⁶ Princípio da agricultura capitalista: D – M – D, indicando que o investimento no campo é realizado com o objetivo de se produzirem mercadorias que, ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido e assim sucessivamente. Nesse caso, o fim último da propriedade privada da terra é a exploração do trabalho alheio, para a extração da mais-valia. Na propriedade camponesa, o princípio é outro: M – D – M, em que a produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não se produzem, mas que são indispensáveis à reprodução da família (PAULINO, 2012, p. 40).

Estas discussões sobre as unidades de produção familiar na agricultura já teorizada por Chayanov (1974) no início do século XX, evidenciam as particularidades que este tipo de organização do trabalho possui, considerando que o rendimento obtido nesse processo produtivo não tem sua divisão individualizada como ocorre nos moldes capitalistas. O autor nominou essa organização do trabalho camponês de empresa familiar, a qual possui ao final do ano trabalhado um rendimento indivisível, compondo todos os esforços engendrados pela família, cabendo ao grupo familiar definir com base no equilíbrio do consumo e do trabalho familiar a forma e as estratégias de sobrevivência mais compatíveis.

Portanto, refletir o território agrário é desvendar os conflitos, as opiniões, as contradições e as afirmações, um jogo de força que abarca toda a sociedade. Não se propõe aqui o ‘endeusamento’ da questão camponesa e nem a ‘diabolização’ do agronegócio, mas uma discorrer de uma reflexão que socialize as implicações que esta questão insere. Por isso, se discursa a pauta de uma agricultura hegemônica (capitalista), amplamente aceita, legitimada e divulgada nas mídias populares. Por outro lado, está demonstrada a agricultura da vida, do autoconsumo, da resistência e da mobilização política, a qual não está voltada ao lucro. Desta feita, a evidenciação do primeiro modelo é seguramente a mais estimulada e desejada pelo sistema financeiro, pois o capitalista quer todas as atenções, todos os lucros, todos os méritos, todos os olhares e a todos como servos.

É por isso que o agrário brasileiro se comporta enquanto um *continuum* colonial em conflito ao crescente processo de luta e resistência camponesa. Uma questão que se intensificou na segunda metade do século XX e têm reflexos diretos ainda hoje na sociedade, pois o desenvolvimento dos demais setores da economia carece que o setor primário também esteja desenvolvido, isto é, socialmente equilibrado. Assim, defende-se aqui a estruturação de um modelo social alternativo no campo, uma vida soberana em que seus atores sejam donos da própria ação, uma agricultura dos sem vozes que emerge como sujeito de direitos e percebidos socialmente.

2.1 CAMINHOS DA AGRICULTURA CAMPONESA NO CAPITALISMO: PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO

A dicotomia campo-cidade representada como ambientes distintos e independentes são os valores que imperam na sociedade, pois interagir e discutir o agrário são temáticas distantes da realidade urbana. Esse desinteresse ideológico por parte da cidade acaba sendo

conveniente para as elites agrárias, uma vez que os questionamentos - qual campo se propõe? para quem? de onde? – entre outras discussões afunila perversamente a abrangência do assunto, tornando-o desinteressante, ou seja, uma estratégia da agricultura capitalista que promove apenas a sua territorialidade argumentando garantir a segurança alimentar mundial. Assim, fica colocado que é difícil compreender as particularidades envolvidas nas questões agrárias através de análises fixas ou isoladas, pois “a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto às próprias observações” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71).

Através da abordagem sistêmica dos processos históricos de ocupação e exploração vigente no campo é viabilizada uma interpretação conjunta e articulada dos fenômenos em seus respectivos recortes territoriais, visto que “ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade” (FERNANDES, 2008, p. 280). Portanto, discutir o sistema agrário não se resume numa realidade real e facilmente observável como algo concreto.

Para compreender o que é um sistema agrário, devemos, primeiramente, distinguir bem, por um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal como a podemos observar, constituindo um objeto real de conhecimento; e, por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre esse objeto real, o que diz sobre ele, como um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objeto concebido, ou objeto teórico de conhecimento e reflexão (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 71).

Considerando a realidade brasileira tal situação não deixa de ser diferente, visto que o desvencilhar das complexidades interiorizadas na sua questão agrária é tão antiga quanto dificultosa, isto para não dizer incompreensível e até irracional. Os interesses de poucos subjungando as necessidades vitais da maioria no território agrário é o real cenário vigente, um enfrentamento entre as numerosas famílias camponesas e as corporações agroindustriais (agronegócio³⁷) especuladoras e rentista (latifúndio³⁸). O discurso aqui se utiliza da máxima

³⁷ A primeira formulação da noção de agronegócio (agribusiness) é de Davis e Goldberg, 1957, compreendendo-o como um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças (FERNANDES, 2008, p. 165). Agronegócio é o neoliberalismo do campo. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio (STEDILE, 2006, p. 17).

³⁸ O latifúndio brasileiro representou uma concepção imediatista de ascensão social dos seus respectivos proprietários, um ideário dissonante da mentalidade burguesa. Assim, formavam-se senhores de terra e não burgueses, predominando desde a colonização o latifúndio predatório/exportador/monocultor/escravocrata no Brasil, resultando numa estrutura agrária ainda arcaica quanto a sua identificação nacionalista (HOLANDA, 1976).

maquiavélica ‘os fins justificam os meios’, contexto em que a monocultura é imposta no campo de maneira ampliada e intensa, a qual tem um amparo político e jurídico visando única e exclusivamente à reprodução ampliada do capital.

Acerca dessa questão, Oliveira (2004) explica que “a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar” (p. 8). A aliança entre a oligarquia latifundiária e a burguesia formou um conglomerado de força político-financeira sem precedentes no país. Conforme Paulino (2006), esse acontecimento consolidou no país um capitalismo do tipo rentista, visto que foi assegurado aos grandes proprietários rurais um elevado poder de tributação compulsória na sociedade através da extração da renda da terra.

Assim, as práticas e ideais camponeses não se dão necessariamente contra os grandes proprietários de terra, apesar de envolvê-los de forma direta/indireta, mas acontece em relação as estratégias de transferência da renda ao sistema financeiro (bancos, agroindústria, comércio). A inclusão da extensa propriedade nessa lógica deve-se pelo fato de sua renda ser destinada ao seu respectivo proprietário, impossibilitando o crescimento da produção capitalista, por isso diz-se que é uma mais-valia “inutilizada” (FABRINI, 2004).

Nesse sentido, a burguesia é praticamente instituída no interior da lógica oligárquica, culminando nessa junção de interesses da elite agrária. A despeito dessa construção social Paulino e Almeida (2010, p. 12) explicam que:

[...] no modelo clássico, a burguesia constitui-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim. É por isso, que a consolidação da economia urbano-industrial prescindiu de intervenções profundas na estrutura de propriedade, a despeito do caráter inconciliável entre renda e lucro. Mas isso teve um preço, que a sociedade brasileira conhece tão bem: o da desigualdade, uma das mais pronunciadas do planeta.

O tipo de trato com a terra praticado pelo agronegócio-latifundiário-exportador³⁹ é largamente divulgado como um expoente da modernização rural e simultaneamente atua

³⁹Compreendemos o latifúndio e o agronegócio como territórios do capital por causa de suas similaridades e diferencialidades excludentes: a grande propriedade, a especulação imobiliária, os grandes impactos ambientais,

enquanto vilão dos movimentos camponeses. Os papéis e as ações que cada um destes dois tipos de compreensão da terra são substancialmente amplos e carregados de particularidades, sendo impossível esgotar uma completa reconstrução conceitual e histórica de ambos. Entretanto, a formação sócio-espacial que as envolve é basicamente a mesma, considerando que “a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil” (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

A agricultura capitalista com seu formato socioambientalmente degradante, herdado das tradicionais “*plantations*⁴⁰” coloniais, dirigindo suas ações na tríade: latifúndio, monocultura e exportação é o modelo hegemônico e amplamente divulgado no campo brasileiro. No outro lado, tem-se a insistência de uma agricultura camponesa, ‘atrasada, integrada por baderneiros e terroristas comunistas, que não trabalham e impedem o desenvolvimento do país’, mensagem essa subtendida nas principais mídias de comunicação nacional, sobretudo quando relaciona-se aos integrantes dos movimentos sociais do campo.

A reflexão das questões camponesas já é estudada desde as primeiras décadas do século XX por Chayanov (1981):

Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão económica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um sector muito vasto da vida económica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mais numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados (CHAYANOV, 1981, p. 479).

Entretanto, o real e verdadeiro sentido que esses trabalhadores (anônimos, esquecidos, invisíveis e marginais às políticas que realmente os atenda) possuem é de importância fundamental para a existência, permanência e resistência de suas respectivas localidades. Sua abordagem como categoria científica possibilita uma compreensão singular dos seus lugares e particularidades, pois através do “controle de terra e a capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto a autonomia como a sua capacidade de sobreviver” (WOLF, 1970, p. 33).

Delimitar a verdadeira face camponesa é uma tarefa difícil, visto que, sua complexidade já se apresenta logo de início na caracterização conceitual do camponês dada a

a superprodução e superexploração e a concentração do poder político e econômico. O latifúndio exclui pela improdutividade e especulação imobiliária privando os camponeses de acesso à terra. O agronegócio exclui pela produção em larga escala e intensa territorialização, impossibilitando o camponês de acesso à terra (FERNANDES, 2013, p. 156).

⁴⁰O sistema *plantation* “é uma propriedade agrícola extensiva dirigida por proprietários (organizados em sociedades mercantis) e operada por uma força de trabalho submetida ao controle dos primeiros” (NARO, 1987, p. 16). Assim, impera-se sempre o monopólio da terra submetendo o campesinato livre alheio na questão agrária.

mistificação que o envolve. Shanin (2005, p. 01), aponta que "um camponês, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo". Além disso, por inserir na mesma pessoa a qualidade de trabalhador e proprietário dos meios produtivos, o camponês instrui suas atividades com base na preservação e também na ampliação (proporcional ao tamanho familiar) dos bens produtivos, exigindo uma racionalidade peculiar no manuseio dos recursos locais.

Para facilitar e delinear a compreensão das especificidades camponesas construiu-se o Quadro 01 baseada em Shanin (2005) o qual evidencia seis categorias de características pelas quais os camponeses distinguem-se, em comparação com os ‘outros’⁴¹:

01)	Caracterização pelas formas extensiva de ocupação autônoma, pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência ⁴² e qualificação ocupacional multidimensional.
02)	Padronização e tendências da organização política dos camponeses, com considerável semelhança tanto no espaço geográfico quanto social.
03)	Presença de normas e cognições típicas muito semelhantes em campesinatos afastados para obstar ameaças de simples dispersão, refletindo a influência das formas de produção e de vida social.
04)	Similaridades nas unidades básicas camponesas, suas características de organização social e funcional em todo o mundo.
05)	Especificidades na reprodução social camponesa, isto é, padrões distintos em produzir as necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais. O ritmo do grupo doméstico camponês acompanha os principais ciclos “naturais”.
06)	As causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses.

Quadro 1: Categorias de caracterização camponesa.

Fonte: Shanin (1980).

A lógica econômica que permeia os lugares camponeses diverge das práticas vigentes nas transações financeiras convencionais. Para Chayanov (1981), a “teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um sistema complexo de categorias econômicas: preço, capital, salário, juro, renda – todas elas estreitamente ligadas umas às outras, determinando-se mutuamente e funcionalmente interdependentes” (p. 481). Este complexo de elementos e processos, incrustado nas trocas financeirizadas é aversa as atividades econômicas dos camponeses, sendo esta última nomeada de “economia natural” (*idem*).

⁴¹ Demais trabalhadores rurais e urbanos.

⁴² No presente estudo esse conceito é discutido com a ideia de Autoconsumo, refletindo os valores e práticas da reprodução camponesa.

Em economia natural, a actividade económica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada — a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade económica, o produto qualitativamente correspondente *em gêneros* (CHAYANOV, 1981, p. 481).

O autor destaca ainda, a superação da dimensão ‘quantitativa’ em relação ao carácter ‘qualitativo’ como propósito fundante da economia monetária. A centralidade dos índices quantitativos intensifica-se e passa a conduzir a maior parte do sistema económico, visto que se tem um aumento das trocas e da circulação monetária, “a quantidade toma-se cada vez mais independente da qualidade e do significado específico desta última perante certas procuras” (CHAYANOV, 1981, p. 481).

Esta mesma lógica é inaplicável nas comunidades camponesas, pois é impossível estabelecer nesta estrutura categorias estritamente económicas como: lucro líquido, renda, juro do capital e o salário. O resultado do trabalho camponês resulta do esforço familiar (ao longo de um ano) e assim tem origem o produto bruto indivisível⁴³ da exploração realizada por todos os integrantes da família, sendo que esse rendimento se caracteriza pela não possibilidade de sua decomposição instrumentalizada. Deste modo, é inconcebível implantar os cálculos capitalistas de lucro nas realizações camponesas (*idem*).

Em seus estudos Chayanov (1981) chegou à conclusão de que o resultado do trabalho familiar, único e indivisível, apresenta uma variação quantitativa proporcional à satisfação da necessidade familiar. Isto é, o trabalhador camponês, tão logo vê suprido às necessidades da família, busca também equilibrar a proporção dos esforços de trabalho em relação às reservas alcançadas, diminuindo a auto-exploração da sua capacidade de trabalho e a intensidade técnica da sua actividade económica. Assim, o intento da agricultura de base familiar não está pautado na extração da riqueza gerada pelo trabalho alheio, ou seja, pela apropriação de mais-valia, mas pauta-se na reprodução familiar, integrando as esferas da vida social, ambiental, económica e cultural em um todo coerente e indivisível.

Valendo-se destes pressupostos, é possível dialogar acerca das condicionantes que auxiliam na caracterização e entendimento dos camponeses como “classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção” (OLIVEIRA, 2006,

⁴³ “[...] este produto indivisível do trabalho não é sempre o mesmo para todas as explorações familiares. Haverá variações segundo a situação do mercado, a localização da exploração relativamente aos mercados, as disponibilidades em matéria de factores de produção, a dimensão e a composição da família, a qualidade do solo, assim como todas as outras condições de produção próprias à exploração” (CHAYANOV, 1981, p. 481).

p. 16). Um extrato social que apresenta uma forte relação com o tempo e o espaço em que estes processos se dão, contribuindo diretamente para o progresso do ambiente a qual estão vinculados, pois além da busca pelo suprimento alimentar familiar, a agricultura camponesa disponibiliza seus excedentes a preço e qualidade de maneira justa localmente.

A produção camponesa construída majoritariamente com o próprio trabalho – mais-produto⁴⁴ – possibilita que o trabalhador do campo atue e vinculado ao mercado e ainda assim, destoa da noção capitalista que se apropria da mais-valia no processo de produção. Esse comportamento foi definido por Kautsky (1972) ao destacar que o camponês é um trabalhador, pois não vive do resultado de sua empresa, mas do produto de sua atividade. Portanto, este sujeito social é um trabalhador que:

[...] vende produtos agrícolas, mas não emprega assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida (KAUTSKY, (1972 [1899]), p. 151).

As relações camponesas, caracterizadas por apresentarem práticas sociais adaptadas a cada contexto ou lugar de luta/resistência, envolvem tamanho grau de consciência política destes sujeitos que, mesmo expropriados, expulsos ou explorados de sua condição camponesa, carregam consigo um pertencimento classicista. Esta conduta resiste mesmo considerando as adversidades a qual estes lhes são confrontadas, visto que “a ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia” (PLOEG, 2008, p. 33). Entretanto, esse enfrentamento reforça o desejo de superação da classe camponesa, através das várias estratégias de recriação impetrada pelos grupos camponeses.

Essa questão reflete a característica de que o construto social dos lugares agrários é pré-estabelecido em bases espaciais pretéritas que explicam as suas materialidades no tempo. Este sentido é colocado nos estudos de Santos (1982), o qual traz uma discussão significativa acerca das problemáticas sociais diversas. Para tanto, se exige uma compreensão espacial da

⁴⁴ O fato do qual resulta a mais-valia é o seguinte: a partir de certo nível de desenvolvimento técnico, a força humana de trabalho é capaz de produzir o excedente necessário à manutenção e ao prosseguimento da produção. Esse tipo de excedente – o mais-produto – resulta, desde tempos imemoráveis, do trabalho humano e todo o progresso da civilização baseia-se no gradual aumento desse excesso por meio do aperfeiçoamento da técnica empregada na produção (KAUTSKY, (1972 [1899]), p. 63-64).

realidade, sendo que este esforço tem o seu respaldo conceitual com a noção de Formação Econômica Social proposta em Marx⁴⁵ e Engels e sistematizada por Lênin, os quais interpretavam materialmente a história da sociedade:

É, pois, uma perspectiva que aproxima geografia e materialismo histórico e dialético, decorrendo desta característica, exigências de posicionamento teórico/empírico frente a ambos, na busca de desvendar, através desta aproximação, uma realidade histórica e geograficamente localizada, em que as diferentes escalas, temporais e espaciais se relacionem - uma formação sócio-espacial (VIEIRA, 2012, p. 01).

Sendo assim, Santos (1982) através das leituras marxistas adiciona a esta teoria a dimensão espacial, ainda não abordada no estudo, tendo essas análises um tipo novo de observar as formas de produzir o espaço, utilizando-se das três categorias que a formam: modo de produção, formação social e espaço, nomeando essa teoria e método como Formação Sócio-Espacial⁴⁶.

As dinâmicas espaciais até então não abordadas integralmente nos estudos geográficos passaram a ter um enfoque mais integrado de suas formações estruturais, o estudo assume um posicionamento mais complexo. Desta feita, “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política” (MASSEY, 2008, p. 95).

O papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia. Esta disciplina considerava o espaço mais como teatro das ações humanas. Lucien Febvre (1932, p. 37) salientava que o encaminhamento dos geógrafos parte em geral do solo e não da sociedade. Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1982, p. 09-10).

⁴⁵ A compreensão da FES como parte de um processo histórico é dada por Marx no prefácio de O Capital ao pontuar que “[...] o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural [...]” (1988, p. 13).

⁴⁶ A gênese do conceito de Formação Econômica e Social (FES) foi elaborada em O Capital por Marx (1983) e em A Ideologia Alemã por Marx e Engels (1998). Vladimir Lênin (1982) foi responsável pela sistematização do conceito, realizada em sua obra intitulada O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (CASARIL; SAMPAIO, 2015, p. 05).

No espaço estão dispostos historicamente os regramentos de modelos produtivo-antrópicos, compreendendo a estrutura técnica-produtiva da formação social, que não será alheia à noção espacial. Estes fatores sociais são responsáveis pela produção de espaços ao mesmo tempo em que são produtos desse espaço. Essa lógica ficou evidente em Raffestin (1993, p. 144) quando o autor coloca que “o espaço é a “prisão” original”, o território é a prisão que os homens constroem para si, uma situação em que o espaço passa a ser concebido como território pelo fato de ter sido projetado nele um trabalho, seja energia e informação, com a influência de escalas e regras decisivas, resultantes dos processos produtivos do e no espaço geográfico.

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Raffestin (1993) reforça o caráter de interdependência que os elementos constituintes da Formação Sócio-Espacial possuem: O modo de produção – a produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo – apresenta uma historicidade e uma espacialidade alinhada na lógica determinada pela formação social, esta compreendida numa estrutura produtiva e numa estrutura técnica. Ela corresponde às diversas relações de produção existentes, a qual não pode ser concebida sem referência à noção do espaço, o qual por sua vez, reproduz-se, no interior de sua totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. “Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares” (SANTOS, 1982, p. 14).

Considerando que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual, há o surgimento com maior ênfase e com mais complexidade do papel do lugar⁴⁷ na geografia, com seus valores singulares têmporo-espacialmente carregados

⁴⁷A contribuição positivista e lablachiana na conceituação da categoria geográfica “lugar” - A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens -, ultrapassada e desvinculada de valor simbólico, pautada unicamente no seu sentido locacional que perdeu até em Hartshorne (1959) - "As integrações que a geografia deve analisar são aquelas que variam de lugar para lugar" -, são agora entendidas num viés mais interligado com todos os constituídos e construtos que o envolvem (lugar), sujeito e objeto se fundem no mesmo ato na construção do mundo, emergindo as heterogeneidades que enumera os distintos e diversos lugares.

de sentidos e valores. Cholley (1964) converge teoricamente com essa ideia ao apontar que cada formação socioespacial é única, aonde os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas específicas.

Assim, tem-se uma coerência teórica do método da formação socioespacial, pois “os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1982, p. 15). Ainda segundo o autor:

Aqui, a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica. O modo de produção seria o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”, o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada (SANTOS, 1982, p. 13).

Os diferentes momentos inculcados nas relações - espaço, sociedade e natureza - condicionam a formação sócio-espacial dos lugares, um construto social que traz em si a coexistência dialética de distintas práxis sociais. Este cenário se caracteriza por criar “novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidades e dá origem a novas territorialidades” (ANDRADE, 1994, p. 220), sendo que o entendimento e reflexão deste movimento possibilitam indicar as desiguais e contraditórias interações desempenhadas pelos atores sociais ligados a um cenário qualquer. No caso deste estudo, mesmo considerando a intensa assimetria da territorialidade empreendida por camponeses e empresários rurais no espaço, é inegável uma dialética de complementaridade que comporta a existência de ambos, cada qual na sua territorialidade.

Nestes termos, na perceptiva do materialismo histórico dialético é permitida uma melhor elucidação teórica dos fenômenos estudados, aonde várias considerações são dimensionadas na compreensão social do real: totalidade, contradição, movimento, negação, prática social, concreto e mediação (FARIA, 2011). Este movimento dialético representa um receptáculo de constantes re-elaborações do cotidiano social, trazendo consigo a coexistência do novo e do velho, do moderno e do atrasado, do capitalizado e do não-capitalizado, entre outras coisas que estão inseridas na elucidação lógico-formal da sua formação sócio-espacial.

Considerando os propósitos aqui em apontar o choque territorial decorrente das agriculturas capitalista e camponesa, através do método materialista histórico dialético este estudo decifrou o campo para além da sua percepção superficial. Ou seja, é acrescida também uma reflexão do campesinato enquanto local e território de vida, não apenas reservado a

monocultura do empresariado rural, isto é, tem-se uma discussão das partes (territorialidades camponesas) de modo integrado aos enfrentamentos⁴⁸ que permeiam seus territórios.

Este método de análise faz compreender que a contraditória e complementar relação entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista, é na realidade uma estrutura essencial para perpetuar a transferência de renda para o capitalista (bancos, empresas, varejo), beneficiando de forma indireta o proprietário fundiário. É por isto que a dualidade ‘camponês versus latifundiário’ está longe de explicar integralmente as relações socioeconômicas do setor rural, pois o aparente ‘conflito’ de classes no campo “está no princípio da mercadoria, mesmo considerando a lógica da exploração e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e proprietários de terra através da circulação de mercadorias” (FABRINI, 2004, p. 125).

Geralmente, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma *sociedade de classes*; por isso *o desespero*, de onde surge a crueldade, que sempre caracterizou as revoltas camponesas. Não é o “fanático” que se revolta para defender sua propriedade, como temos tendência a crer. É, sobretudo, a revolta do “profano” e do “bárbaro” contra o “sagrado” e a “civilização” do capital. [...] [...] se a grande propriedade fundiária bloqueia o desenvolvimento do capitalismo em seu conjunto, a pequena propriedade o facilita ao máximo. Conseqüentemente, se o grande proprietário vive às expensas da sociedade, *a sociedade vive às expensas do camponês e sua família* (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 134, grifo do autor).

Assim, acontece uma compreensão da realidade com o entendimento dos fenômenos e suas manifestações. Neste contexto, “o entendimento do fenômeno permitir-se-ia atingir a essência e, através do fenômeno e da essência entra-se em contato com a realidade, ou melhor, com o mundo da concreticidade, rompendo com o mundo da pseudoconcreticidade (aparência)” (BASTOS; CASARIL, 2016, p. 279). As discussões do paradigma da formação sócio-espacial⁴⁹ se apresentam na realidade como uma importante ferramenta para a compreensão do ‘mundo camponês’, sua gênese de formação e os processos histórico-

⁴⁸ “O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas *o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto*. [...] [...] A contestação camponesa traz à tona o funcionamento *fundamental* do próprio sistema. E neste caso não há nenhum padrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta. [...] [...] O verdadeiro padrão dos camponeses é a indústria e o Estado” (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 133-134, grifo do autor).

⁴⁹ [...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade) (SOUZA, 2009, p. 24-25).

dialéticos que desenharam suas territorialidades, considerando os respectivos processos materiais e (i) materiais que imperam nos seus domínios.

Todo esse esforço de teorização dos processos de formação sócio-espacial é na realidade um questionamento que a ciência geográfica desenvolve e constrói repleto de questões políticas e ideológicas, que são materializadas e evidenciadas nos paradigmas científicos. O envolvimento dessa questão, dada a sua característica transdisciplinar, favorece a percepção da totalidade, levando-se em conta o fator espacial e temporalmente determinado. Têm-se, assim, uma forma de compreender os processos territoriais que se dão no espaço - sua formação social -, um saber autônomo que traz à tona as realizações e realidades do objeto estudado, a classe camponesa e seu cotidiano de luta e resistência.

Esta questão demonstra um encadeamento de processos atrelados às peculiaridades envolvendo as relações entre homem e sociedade, sendo que é através do real edificado e vivido pelos homens que se dá a estruturação de uma dinâmica mais extensa, inserida numa dimensão em movimento maior. Assim, discorrer a dialética como método de compreensão é também discorrer de uma totalidade única, que impossibilita verificações estritamente isoladas dos seus componentes.

Talvez uma das idéias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade. E ao focar historicamente o conhecimento, em seu processo dialético, colocou em relevo a interconexão do relativo e do absoluto (TRIVIÑOS, 1995, p. 51).

Nesse cadenciamento teórico, aceitar a contradição é uma virtude essencial da lógica dialética, pois é através da aceitação da contraditoriedade que se entende a essência do real. É aqui que campesinato e agronegócio se destacam enquanto extremos contraditórios de uma mesma totalidade. Através da flexibilidade territorial de ambos, como o caso da recriação camponesa, das inovações tecnológicas do campo, dos aparatos jurídicos da questão agrária, entre inúmeras outras instruções incutidas nestas duas territorialidades, é possível afirmar que estas são também complementares, ou seja, uma acaba criando condições para a existência da outra, ainda que em condições subordinadas, no caso da agricultura camponesa.

Entretanto, o campesinato mesmo em condições de inferioridade quanto ao aporte financeiro ou até tecnológico não apresenta os caracteres de uma classe proletarizada, pois o controle dos meios de produção e do trabalho lhe confere a condição de uma classe relativamente independente na sociedade. Essa questão que ainda hoje divide as interpretações acadêmico-científicas do campesinato remete aos primeiros estudos sobre o

tema ainda no século XIX. Naquele período o dilema já se configurava por uma vertente de teóricos que pregavam o fim do campesinato e outros que defendiam a resistência camponesa como classe social no sistema capitalista de produção.

A primeira vertente de estudiosos, representada pelos social-democratas, compreendia o campesinato como um resíduo social ainda não eliminado, destacando entre seus principais representantes o revolucionário russo Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin⁵⁰) e o teórico político alemão Karl Kaustsky⁵¹, os quais foram seminais nos estudos agrários, contendo elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. A segunda vertente de pensadores se destacou por uma reflexão dialética da teoria marxiana, aonde uma das resistências interiorizadas no capitalismo figurava-se no campesinato. Seus representantes principais foram os populistas russos (*narodniks*), os geógrafos anarquistas⁵² agrários, além da escola para análise da organização e produção camponesa, representada fundamentalmente pelo economista agrário russo Alexander Vasilevich Chayanov⁵³, uma das principais referências clássicas acerca das teorias da agricultura camponesa. Chayanov foi responsável pela inauguração dos estudos agrários com enfoque nas iniciativas de reprodução e resistência do movimento camponês frente à oligarquia agrária.

Mesmo estes estudos agrários terem sido inicializados ainda nos idos do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, principalmente no leste europeu, com destaque para a Rússia e a Alemanha, sendo por isso, carregados de outras particularidades e realidades socioeconômicas, estas reflexões continuam a exercer uma influência basilar na compreensão dos atuais processos de luta e resistência da classe camponesa, embasando e fundamentando ainda hoje as pesquisas agrárias no Brasil e no mundo.

Os estudos rurais de Lênin (1982), principal influenciador dos modelos agrários no Brasil até meados dos anos 1980, priorizava a quantidade (produção) ao invés da qualidade (produtividade), sendo que entre as suas previsões estava a ruína do camponês em sua forma

⁵⁰ Lênin (1870 – 1924), chefe de Estado russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista, e primeiro presidente do Conselho dos Comissionários do Povo da União Soviética. Apontava que “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” (LENIN, 1982, p. 202).

⁵¹ Kautsky (1854 – 1938), um dos fundadores da ideologia social-democrata. Sua ideia central colocava a grande propriedade rural em superioridade técnica em relação à pequena, sendo a que melhor se adapta à penetração do capitalismo no campo e, por conseguinte à inserção inevitável da “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a pequena propriedade tenderia a diminuir ou desaparecer (KAUTSKY, 1972).

⁵² O anarquismo insere um entendimento científico que se volta para a crítica, análise e reorganização da sociedade e da geografia, apresentando “uma posição dialética que tende a um antropocentrismo sem arrogância, humilde, mas voluntarista” (PELLETIER, 2009, p. 164).

⁵³ Podemos considerar, de maneira genérica, Chayanov como sendo o primeiro representante da segunda vertente do Paradigma da Questão Agrária, pois vai ser o primeiro a se contrapor às teses que consideravam o campesinato como uma classe social reacionária e em vias de extinção (CAMACHO, 2012, p. 22).

antiga, o qual seria superado pelas relações capitalistas no rural, haja vista, que as mesmas práticas de exploração vigentes nas indústrias seriam implantadas no campo. Essa vinculação ao capital era explicada considerando que “o camponês está inteiramente subordinado ao mercado e depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade” (p. 113).

Para Lênin (1982), o desenvolvimento do capitalismo na Rússia ressalta a estruturação da “diferenciação” social do campesinato,

O velho campesinato não está apenas se “diferenciando”; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1982, p.177).

Em suas análises das classes sociais no campo, Lênin (1982) utiliza como critério central a compra ou a venda da força de trabalho. Assim, os novos sujeitos no rural, foram classificados em classes antagônicas – camponeses ricos, de médias posses e pobres –, onde os ricos compram força de trabalho, os médios se sustentam no esforço do próprio grupo familiar e os pobres se obrigam a venderem sua força de trabalho durante um período do ano para sua subsistência – proletarização⁵⁴ do campo.

Lênin (1982) previu acertadamente o surgimento dos latifúndios e todos os reflexos decorrentes de sua existência no meio agrário. Entretanto, ele não contava com os significativos processos de resistência e luta que o campesinato teve com a chegada do século XX, sendo que os camponeses intensificaram suas estratégias de enfrentamento às imposições capitalistas, deixando de lado um posicionamento de “classe-em-si” e assumindo uma identidade ativa (sujeitos de direito) no meio agrário como uma classe-para-si⁵⁵ nas décadas posteriores.

Contemporâneo e com ideias próximas as de Lênin, o teórico marxista alemão Karl Kautsky com sua obra clássica “A questão agrária” (1899), também realizou importantes observações sob as estratégias que o capitalismo agrário impusera aos camponeses russos no

⁵⁴ Contemporâneo de Karl Marx, Lênin compreende esse processo como natural e o relaciona com a extração da mais-valia (expropriação da força de trabalho pelo capitalista que detém os meios de produção), sem a qual o capital não pode seguir sua diuturna valorização.

⁵⁵ Considerando as práticas e ações que envolvem o modo de vida camponês, estes são colocados em um patamar homogêneo e comum – uma classe distinta –. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2003, p. 12). Esse posicionamento como iguais no território constitui-os numa classe-em-si. Entretanto, com o processo de unicidade, por lutas e interesses comuns numa comunidade política de interesses, eleva-os a condição de classe-para-si.

novo século. Suas análises parecidas com as de Lênin surge quando ambos defendem que “não há motivo algum para considerar a crise agrária como um fenômeno que freia o capitalismo e o desenvolvimento capitalista” (LENIN, 1982, p.126).

Kautsky previa que os processos organizativos do campo eram agora decididos pelos regramentos da agricultura capitalista, sendo que o caráter reacionário atinente à classe camponesa era o grande empecilho para a construção do socialismo. “Sua visão sobre o campesinato era altamente depreciativa: essa seria uma classe miserável, retrógrada e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção.” (PAULINO; ALMEIDA, 2000, p. 14). Estaria agora reservada aos trabalhadores urbanos a missão de revolucionar a estrutura social, tornando-a mais justa e solidária.

Assim como Lênin, o autor deixa evidente que a nova estrutura socioeconômica a qual a agricultura camponesa estava agora inserida, era tida como significativa e determinante para as modificações e transformações sociais que seus sujeitos estavam fadados. Lênin (1982) prognosticava a diferenciação do camponês e Kautsky (1986) o entendimento da superioridade da grande propriedade⁵⁶ e a hegemonia do modelo industrial na transformação capitalista da sociedade rural, cabendo à organização socialista a função de conduzir o campesinato para a grande e mais eficiente propriedade capitalista.

Apesar de considerar e admitir a superioridade socioeconômica que a grande escala produtiva da agricultura capitalista possui em relação aos demais modelos agrários, caberia à agricultura camponesa utilizar-se das formas cooperativadas como tática de sobrevivência neste novo cenário, com destaque para a aquisição do crédito⁵⁷ agrícola. Na realidade, todas as estratégias previam modelos que atendessem as demandas da indústria, numa subordinação cada vez maior da agricultura diante da indústria de insumos e de processamento.

Lênin (1982) e Kautsky (1986) mostraram que independentemente do formato como o capitalismo se insere no meio camponês, esse modelo econômico consolidou novas formas de territorialidade nestes espaços, evidenciando as dualidades de poder entre a classe agrário-industrial e camponesa. Esta conjuntura tipificada com uma submissão dos trabalhadores camponeses em favor das elites agrárias, desconsiderou os processos de luta e resistência que a classe camponesa impusera posteriormente as formas de exploração agrário-capitalista. Esse paradigma teve continuidade e esteve aportado teoricamente em vários autores no decorrer do

⁵⁶ “[...] o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos” (KAUTSKY, 1986, p.152).

⁵⁷ Assim, graças às organizações de crédito, o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando-o sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos da sua exploração que esse empréstimo torna praticáveis (KAUTSKY, 1986, p. 138- 139).

século, a exemplo dos estudos de Mendras (1984), Abramovay (1992), Veiga (1991), Lamarche (1993), entre outros.

Divergindo da tese socialdemocrata e da diferenciação social de Lênin, Chayanov (1986) fixou suas observações na organização da unidade econômica camponesa, buscando refletir a racionalidade e as particularidades da produção camponesa na Rússia, a qual foi nomeada de "teoria da unidade econômica camponesa (UEC)". Embasando-se na teoria do equilíbrio entre trabalho e consumo, a fim de compreender os valores e práticas interiorizados na racionalidade camponesa, contribuiu para os primeiros entendimentos e observações que levam a noção do autoconsumo⁵⁸ no interior da racionalidade camponesa, balizadas nas discussões marxistas do “valor de uso⁵⁹”.

A compreensão da unidade de exploração doméstica camponesa está, inevitavelmente, fundamentada na compreensão de sua essência organizativa no trabalho familiar. Essa concepção decorre da necessidade de esforço e trabalho que a família camponesa tem que desprender para atender suas necessidades de consumo (braços e bocas⁶⁰), uma relação em que “o volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores” (CHAYANOV, 1985, p. 81⁶¹).

A racionalidade da exploração doméstica camponesa foi esboçada através das composições familiares, sendo que era o grau da atividade agrícola o definidor do tamanho familiar, ou seja, o grupo familiar era proporcionalmente igual às necessidades de sua segurança material. Nessa lógica, Chayanov (1986) evidencia que a centralidade conceitual do camponês se situa nas necessidades reprodutivas de sua família, que se expressam não subordinados à lógica do capital, mas presente com suas particularidades e afirmação.

Com a noção que a agricultura camponesa é dotada de singularidades intrínsecas de seu construto social Chayanov (1986) esclarece que:

[...] nós somente iremos compreender completamente a base e a natureza da agricultura camponesa, quando em nossas construções, nós deixarmos de considerá-la um objeto de observação e considerá-la um sujeito criando a sua própria existência, e tentarmos clarear para nós mesmos as características e

⁵⁸ Discussão recente na ciência geográfica tratada durante muito tempo como “subsistência”. O Autoconsumo caracteriza-se basicamente por um sistema produtivo em que seus resultados estão voltados necessariamente para os sujeitos (geralmente núcleos familiares) envolvidos no seu processo, caracterizado basicamente pela pequena escala produtiva pautada na qualidade ao invés da quantidade.

⁵⁹ O espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade.

⁶⁰ A produção camponesa é construída em uma dinâmica particularizada, sendo reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho versus consumo - equação braços e bocas - (CHAYANOV, 1986).

⁶¹ “El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores.” (CHAYANOV, 1985, p. 81).

causas internas nas quais ela forma seu plano da organização da produção e o põe em ação (p. 118, tradução livre⁶²).

Os apontamentos teóricos da organização econômica da agricultura camponesa de Chayanov (1986) distinguem como primordial e essencial o trabalho familiar pautado no atendimento das necessidades de abastecimento do grupo como um todo, deixando de lado os intentos e ações voltados para a acumulação monetária. Nestes termos, o processo de valorização do trabalho camponês é atrelado ao tempo e intensidade que são envolvidas em suas atividades (teoria trabalho-consumo).

A partir dos estudos de Chayanov (1986) foi possível o desenrolar de análises e debates explicativos acerca da expressão camponesa. A premissa básica neste caso está estritamente relacionada com o recorte de ação da unidade de exploração doméstica camponesa, a qual atua no sentido da plena reprodução familiar. A característica desta realização se caracteriza por demonstrar certa versatilidade em momentos de dificuldade produtiva, transmitindo um ritmo de atividades que busca uma margem de equilíbrio em seu modo de produção e que, no entanto, não o descaracteriza como sujeito ativo do campesinato.

Considerando os apontamentos deste estudo, percebe-se que a forma de resolver os problemas da exploração no campo não se resume no conflito dual entre a agricultura camponesa e a capitalista, pois a coexistência delas é uma questão possível. Entretanto, o capital agrário insiste em ser a territorialidade hegemônica no campo, pois como bem coloca Oliveira (2003), o agronegócio é a contradição, “barbárie e modernidade”, um modelo que apesar de legitimado socialmente, tem sido questionado e denunciado pela classe camponesa contemporânea, a qual atua enquanto sujeito social de dentro do capitalismo.

Nestes termos, o entendimento do campo como cenário político da resistência camponesa não é o único entendimento envolvendo o setor rural, visto que existe também a versão capitalizada, a qual intensificou sua influência no advento da Revolução Verde, após a Segunda Guerra Mundial, com o discurso da acumulação financeira do empresariado rural e a consequente expropriação camponesa. Desta feita, com um discurso autoritário e com um engodo amplamente dissimulado e subtendido socialmente, legitima-se uma formação sócio-

⁶² We will only understand completely the base and the agriculture farmer's nature, when in our constructions, we to leave of to consider her it an observation object and to consider her it a subject creating his her own existence, and we try to clear up for us same the characteristics and internal causes in which she forms his her plan of the organization of the prodction and it him it in action.

espacial de um (des)envolvimento⁶³ incompreensível a territorialidade camponesa e que atende a perspectiva do sistema capitalista.

As mudanças de cenários inseridas no setor rural através das territorialidades agrário-capitalistas são bem esclarecidas com Carvalho (2015), que esclarece de maneira resumida o processo de infiltração do capitalismo no campo (Quadro 02), evidenciando uma outra lógica decorrente da consolidação agrário-capitalista, sendo que esta se caracteriza por três elementos fundamentais: a desigualdade, a exclusão e a convivência simultânea com outras formas de produção.

⇨ A ⇩	A ⇨ I	I ⇩ A ⇨ I
Antes a agricultura era autossuficiente. O que era produzido era consumido in loco pela família ou era usado para garantir a nova produção (agrícola ou pecuária).	Com a constituição do capitalismo, a agricultura passa a produzir gêneros agrícolas, especialmente alimentícios, para o mercado.	Com a consolidação do capitalismo industrial a agricultura passou a ser uma ilha de produção. Primeiro tem que comprar insumos e ferramentas da indústria e depois vender a produção para a mesma.

Quadro 2: O processo de penetração do capitalismo no campo.

Fonte: (CARVALHO, 2015, p. 27).

Com base na proposição do autor fica evidente compreender a centralidade que o capital passa a exercer no meio agrícola, num processo territorializante que subjuga e submete qualquer racionalidade ali pré-existente. Uma tarefa que se dá pela expulsão do homem da terra, pela sua expropriação⁶⁴ e posteriormente a exploração do seu trabalho. Assim, as novas relações sociais refletem em novas espacialidades com suas formas impositivas – a territorialidade do capital –, a exemplo da superioridade técnico-financeira da agricultura empresarial que interfere no construto social dos lugares camponeses. A violência social interiorizada nesta questão nem sempre aflora de maneira latente aos olhos da sociedade, uma colocação que está colocada de forma esclarecedora em Martins (1986).

⁶³ Assim, Des-envolver é tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 39).

⁶⁴ A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que ele necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de **expropriação** – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade de seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1982, p, 54-55, grifo nosso).

Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste, o processo é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é tornar-se um assalariado na cidade. Para o agricultor, o colono, é cada vez mais difícil ganhar o suficiente para que o filho o siga. A dependência cada vez maior em relação aos industriais, aos intermediários, aos bancos, aos fornecedores, faz com que parcelas crescentes do excedente econômico que produz sejam apropriadas pelos setores que instauram um jogo crescente sobre a agricultura. São as grandes empresas do capital industrial, comercial e financeiro que, sem se envolverem diretamente na produção agrícola, subjagam-no indiretamente. Quando o agricultor percebe, como ocorre muito no Sul, ele está trabalhando para o banco, para o intermediário, transformando-se num proprietário nominal da terra (MARTINS, 1986, p. 144).

O intento central da territorialidade agrário-capitalista se esforça em ‘limpar’ o campo de seus sujeitos – (des)alojar, (des)locar, (des)nudar, (des)ocupar –, sua vivência, sua cultura, sua memória, sua família, enfim, sua vida. Assim, sai de cena a variedade cultural e alimentar dos camponeses em favor do ‘progresso e da segurança alimentar da nação’. Entretanto, este último vem carregado de realidades e ações desvinculadas de qualquer solidariedade ou justiça social e que “esconde por trás da aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca” (CAMACHO, 2010, p. 171).

Este esforço instaurado pelo capital organiza-se estrategicamente na busca por retirar o caráter de classe inerente aos sujeitos do campo, uma despolitização dos camponeses. No entanto, “eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho [...] (SHANIN, 2005, p. 09). Acerca da nomenclatura – agricultura familiar – a qual os camponeses têm sido diferenciados ultimamente, principalmente após os anos 1990, este modelo teórico é defendido por uma leva de estudiosos⁶⁵ e inclui o reconhecimento do próprio Estado brasileiro através de suas políticas públicas.

Entretanto, o presente estudo não se desdobra em questionar a distinção acerca do uso (ou não) desta terminologia. Os parâmetros aqui conduzidos alinham-se às condicionantes que entendem os camponeses enquanto classe autônoma no meio social, acreditando que no modo de vida camponês se faz presente uma agricultura de autoconsumo peculiar a cada realidade

⁶⁵ Constituído por uma gama de diferentes áreas científicas: antropólogos, economistas, historiadores, geógrafos, entre outros, estes pensadores nomeiam os camponeses como ‘agricultores familiares’, a exemplo de Veiga (1991, 1994), Abramovay (1992, 1998), Mendras (1984), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (1994), Bergamasco (1995), Corbucci (1995), Neves (1995), Moraes (1998) e Hespanhol (2000).

que eles vivenciam. Afinal, “defendemos o fim do fim do campesinato, para que possamos analisar com eficiência essas novas realidades que acontecem em escala mundial, representada pela Via Campesina e pelas organizações de agricultores familiares” (FERNANDES, 2013, p. 159).

Divergindo deste entendimento acerca do campesinato, Abramovay (1998) coloca que os camponeses vivem em condições de atraso, pobreza e dependência, sendo que o motivo deste arcaísmo decorre deles conduzirem uma racionalidade econômica essencialmente deficiente, visto que operam um modo de vida com uma forte personalização de vínculos sociais. É por isso que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1998, p. 117).

Assim, Abramovay (1998) destaca que o camponês só pode ser um coadjuvante no interior da economia capitalista, pois, “o capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (p. 129). É aqui que ganha força o debate acerca da ‘agricultura familiar’ como um processo de metamorfose da agricultura camponesa, ou seja, uma vertente dos estudos agrários, contrária a perspectiva campesinista, que defende a extinção do caráter classicista dos camponeses, ou seja, buscam promover o máximo de integração destes sujeitos as lógicas de mercado e com isso a sua descaracterização política.

Seguindo esta lógica, o que se busca na verdade é um modelo rural aonde a exploração via trabalho se instala como uma categoria social fundamental, antecedendo todo e qualquer valor campesino, uma estratégia que está pautada em proletarizar e alienar o trabalho camponês em proveito do agronegócio. São estes dois atores sociais, camponeses e empresários rurais, que na suas divergências ideológicas do campo, evidencia um histórico processo de luta que demonstra claramente que o campesinato está longe de ser extinto, pelo contrário, a cada desafio, os camponeses ratificam sua capacidade ímpar de resiliência e superação frente às barreiras impostas pela agricultura ‘moderno-colonial’⁶⁶.

Portanto, por mais que estejamos vivendo em um mundo urbano-industrial, com modernização agrícola, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa! (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

⁶⁶ Expressão utilizada por Porto-Gonçalves (2013) para explicar as relações capitalistas ditas modernas nos países subdesenvolvidos. “Estamos, sim, diante de um sistema-mundo moderno-colonial, que é um mundo cada vez mais interdependente – sistema-mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial” (p. 25).

A confirmação da força e presença camponesa no espaço rural decorre pelo fato dos empresários rurais operarem um arsenal de estratégias visando afirmar a superioridade e importância do agronegócio. O *lobby* impetrado pela agricultura capitalista usa em seus discursos o argumento de ampliar a produção de ‘alimentos’, para não traduzir no seu sentido real - produtos, serviços, insumos, tecnologias, mercados entre outras fatias mercadológicas -, a qual se dá por intermédio de toda uma estrutura de nível, legitimação e renome mundial.

Iniciando pela própria Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) que na década de 1970 insere a noção do termo “Segurança Alimentar”, atendendo aos interesses e estratégias político-privadas de favorecimento a consolidação do agronegócio. O cenário é perfeitamente caracterizado diante de uma “estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis” (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Porto-Gonçalves (2006) resume de maneira simples e direta o papel que a agricultura capitalista opera no meio agrário:

[...] a monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que produzem. A monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política, na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz. Só um raciocínio logicamente absurdo de um ponto de vista ambiental, mas que se tornou natural admite fazer a cultura de uma só coisa (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28).

Essa realidade se dá em virtude da disposição de elementos e fatores materializados ao longo do tempo, culminando nas formações territoriais no espaço agrário, os quais são carregados de interesses parcializados. Essa identificação acontece no interior de sistemáticas quase sempre aquém e alheias as reais necessidades de seus lugares, destruindo os significados camponeses vigentes secularmente e que ‘impedia o caminho do progresso’. Assim, o negócio – negação ao ócio – no agrário dita que ‘ali não tem lugar para quem não gosta de trabalhar’, apenas empreendedores ‘visionários’, merecem o acesso à terra.

Desta feita, é no embate deste emaranhado de articulações da agricultura capitalista que os camponeses conduzem estratégias organizacionais. Portanto, o campesinato enquanto movimento social no Brasil intensificou suas ações nas últimas décadas, convergindo uma luta mais ampla por seus direitos. Integra também esse movimento, os camponeses migrantes, anônimos e sem vozes que estão jogados nos subúrbios urbanos. Um movimento único e

coesos que buscam garantir o mínimo de cidadania aos sujeitos do campo, evidenciando a resiliência camponesa frente à noção hegemônica e presunçosa da maximização capitalista.

Deste modo, nota-se que os desafios camponeses em paralelo ao avançar territorial da moderna empresa rural é uma problemática oriunda ainda do período colonial no país, visto que se mudaram apenas os atores conjunturais, pois a acumulação financeira continua em plena realização, agora rotulada de agronegócio. Isto decorre pelo fato de que “se a acumulação primitiva [...] [...] isto é: luta contra a massa de elementos populares desviantes em relação à lógica do capital – teve importância histórica na “arrancada” do capitalismo, não é menor a sua importância atual, bem precisa, no processo da reprodução cotidiana” (AMIN, VERGOPOULOS, 1977, p. 46). É por isso que a compreensão da questão agrária nacional não se dará em apurações teóricas simplificadas e tendenciosas, pois se faz necessário discutir a gênese territorial que cada realidade do agrário possui, a fim de se estabelecer uma base para iniciar os debates territoriais vigente em cada localidade dada.

1.2 TERRITÓRIO E PRODUÇÃO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

A resistência e a luta camponesa pela terra compactam e fortalecem as ideias dos movimentos sociais⁶⁷ do campo, transfigurando um esforço pela (re)conquista do seu lugar no território, a qual busca garantir a reprodução da vida destes sujeitos pelo reconhecimento e consolidação da sua territorialidade. Todo esse empenho se dá com o alinhamento das histórias e estórias de vida, dos ideários sociais comuns e a presença do solo material, elementos esses contidos um no outro e que produzem uma estirpe social única e consistente. Assim, dá-se o nascimento, (re) nascimento ou a modificação do território, independentemente de sua situação ou forma pré-existente, pois é através desse “sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma completa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o carácter de território” (SOUZA, 2007, p. 128).

Os atributos, antigos ou contemporâneos, que são adicionados ao longo do tempo na construção territorial, relacionam-se diretamente com a questão do conflito, ou seja, são os

⁶⁷ Essas reações podem ocorrer sob forma de: - denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; - cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; - construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudança... Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos ou exclusão social, e assim por diante (SCHERERWARREN, 1999, p. 15-16).

litígios sociais os responsáveis pelas feições territoriais a serem superadas, mantidas ou reconstruídas no espaço. Considerando os embates territoriais do campo, os seus sujeitos caracterizam-se por se favorecerem desigualmente das benesses do capital financeiro, figurado pelo agronegócio, restando à parte menos capitalizada, engendrar um substancial aporte político a fim de equilibrar o jogo de forças integrante deste embate.

Neste sentido, as territorialidades do setor rural emergem com uma importância fundamental na reflexão da questão agrária. Acerca da territorialidade, Gottmann (1952), destaca que ela “recorre primeiro à memória reflexiva, ligada ao vivenciado e a uma memória projetiva associada às aspirações” (p. 21). O autor pontua ainda que a compreensão do território é esclarecido enquanto conceito político e geográfico.

[...] porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico (GOTTMANN, 2012, p. 526).

Neste entendimento, não é necessariamente a expansão territorial que lhe confere o reconhecimento, mas sim os seus processos organizativos, pois “o valor do território é gradualmente reduzido a questões de organização territorial pelas pessoas” (GOTTMANN, 2012, p. 542). Esta apresentação reflete a evolução conceitual que o território apresentou no decorrer do tempo, aproximando e conectando sua abordagem junto à noção de soberania.

Assim, mesmo considerando o recente desgaste da soberania na esfera internacional, visto o seu caráter de interdependência e complexidade, que em consequência culminou na redução dos direitos soberanos dos territórios nacionais, esse assunto continua exercendo centralidade significativa na compreensão das relações sociais contemporâneas. Por isto, independente das adversidades do controle jurídico-político, a dimensão territorial persiste como receptáculo de realização das intenções estratégicas, ainda que o comando absoluto do espaço na atualidade represente bem menos segurança do que outrora (*ibidem*, p. 542).

Contribuindo nessa reflexão, Saquet (2009), aponta que:

A territorialidade corresponde às relações sociais e as atividades diárias que os homens têm com a sua natureza exterior. É resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e reorganização da vida quotidiana [...]. [De modo que] a identidade é construída pelas multiterritorialidades que estabelecemos todos

os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como templos, as canções, as crenças, os rituais, etc (SAQUET, 2009, p. 08).

Nestas interações fica subtendida a existência de elementos que atuam como delineadores dos territórios, uma discussão que se aproxima do entendimento de Souza (2012) sob o território, que o define como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Assim, é através do exercício do poder que se legitima o grupo e/ou classe social em um determinado território, pois “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (ARENT, 1985, p. 24).

O entendimento de poder para Raffestin (1993) está vinculado não aos meios que o produziu, mas entorno das relações da qual ele foi originado, ou seja, é a intensidade e a significação dos esforços produzidos socialmente pelos sujeitos que definirá suas decisões.

[...] os homens podem desejar a retomada do controle de seu poder original. Podem procurar refazer a unidade perdida do trabalho, o que significa entrar num universo conflitual, cuja natureza é puramente política. Perder e reencontrar a capacidade de transformação induz todas as relações humanas, pois constitui um processo dialético [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 57).

Esta discussão esboça um ajuntamento de esforços e realizações envoltas em um único propósito, ou seja, uma capilarização política que conscientiza a maior parte dos sujeitos de um dado território. Por isso, retratar a marcha do movimento camponês no Brasil e no mundo é também discutir uma das classes sociais mais politizadas acerca do seu papel social, considerando que os camponeses são relativamente desprovidos de aportes financeiros significativos, além de terem suas produções subordinadas aos interesses do capital agrário. Neste cenário é possibilitado refletir a territorialidade camponesa, considerando que “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

É por isso que a discussão do território surge como uma tarefa instigante e complexa, pois carece desvendar um arcabouço de territorialidades que se preenchem mutuamente. Para Saquet (2001), a dissociação conceitual do território e da territorialidade ocorre com o primeiro referenciando com a apropriação social de uma porção do espaço geográfico e o segundo como a interação das relações sociais estabelecidas no primeiro.

A identificação da noção de territorialidade coloca problemas. A história dessa noção está por ser feita, principalmente porque ela nos veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. Embora pressentida há mais ou menos três séculos, essa noção só foi verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920, por H. E. Howard por exemplo, que a definiu como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie" (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

No entanto, refletir “a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). A territorialidade aparece desta forma com os diferentes tempos do território, como resultado do processo de territorialização⁶⁸, uma realidade que ocorre desde os tempos coloniais através dos choques culturais colonizador-indígena, ficando mais complexas e intensas no decorrer dos seus construtos sociais posteriores com as reações que este processo culminou nos territórios.

Essa reflexão se aproxima bastante com as concepções territoriais da segunda metade do século XX, passando a ser entendida para além da visão Estado-Nação⁶⁹ ratzeliana de pressupostos positivistas, visto que com a inclusão de cargas identitárias e culturais tem-se uma ampliação sob o entendimento conceitual das discussões do território. Segundo Haesbaert (2002), os estudos do território podem ser identificados em três alinhamentos principais, sendo os enfoques políticos, culturais e econômicos.

A política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p. 40).

⁶⁸ “[...] processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

⁶⁹ Associação a ideia de “espaço vital”, como elemento fundamental no processo de “desenvolvimento” das Nações no contexto da expansão imperialista da Europa no final do século XIX (RATZEL, 1990).

Reafirmando as discussões de Raffestin (1993), que coloca o espaço anterior ao território, onde as relações sociais são de fundamental importância para a caracterização do território na sua forma mais intensa e sentida, o conceito fica subtendido através das relações e intensidades de poder, envolvendo os movimentos contraditórios entre quem os detêm e os que não detêm no território. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143) marcando e projetando o trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Assim como Raffestin (1993, p. 58) o qual coloca que o intento do “poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”, também Saquet (2004) discute território a partir da ideia de poder, uma vez que a sua produção espaço-temporalmente acontece “[...] pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social [...] pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob a gestão do Estado Nação (SAQUET, 2004, p. 81).

É assim que as disposições comportamentais realizadas pelas forças produtivas materiais da sociedade vão se constituindo continuamente no espaço, até que quando chegam a uma determinada fase de desenvolvimento, entram em contradição com as relações de produção existentes, visto que “na história dos homens a superação [...] sempre foi fonte de contradições, tensões, conflitos internos, crises e mudanças: e esta é uma característica fundamental de nosso conceito de território, não verificada na territorialidade animal” (DEMATTEIS, 1985, p. 74).

O território é fundado em comportamentos opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização em uma dada *formação territorial* [...] [...] O território não indica uma realidade natural. Para isto, utiliza o conceito de Terra. O território significa uma realidade material e técnica. [...] [...] “A terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação” (1985:74). O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas políticas e culturais e de ligações de redes internas e externas que envolvem a natureza: “Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais” (1985:75). O Estado e o mercado tem centralidade. (DEMATTEIS, 1985, p. 74-75, apud SAQUET, 2006, p. 76).

Para Saquet (2010), o entendimento teórico do território em Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, “se parecem e são similares. O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações de redes internas e

externas. O Estado e o mercado têm centralidade” (p. 81). Assim, o território passa a ser verificado com um viés dialético que considera o processo de socialização dos homens como “produto e máquina” de sua própria territorialidade, ou seja, caracteriza um processo histórico de construções territoriais antagônicas e divergentes em suas representações.

A discussão deste estudo que busca uma reflexão acerca das coexistências territoriais no interior do agrário, com suas duas formas desiguais de entender, manejar e produzir o território rural, leva ao questionamento dos princípios e regras de territorialidades vigentes nesses domínios. Esta questão está expressa através das várias motivações arbitrárias que ocorrem e se fazem presentes no campo brasileiro, contexto em que é notável uma significativa busca em garantir a territorialização do empresariado rural. Cabe pontuar também que o capital nem sempre carece de se territorializar materialmente para extrair as suas rendas, pois tal processo pode ocorrer através da extração das rendas camponesas quando do processo de relação que os camponeses interagem no mercado.

Ora, se o camponês contrasta com a racionalidade capitalista, é preciso não perder de vista que sua “perversão” subsiste e reproduz-se através de um processo de integração desta com aquela. Assim, podemos dizer que o *grande* perverso, que escapa a todas as construções teóricas racionais – tanto “burguesas” quanto “marxistas” – é o capitalismo (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 136, grifo do autor).

Assim, é evidenciado o campo brasileiro com suas duas territorialidades (camponesa e capitalista), as quais coexistem territorialmente na ânsia por fazer valer sua existência, trazendo neste embate formas e formações sociais de convencimento territorial, ou seja, cada qual se esforça em legitimar o seu respectivo exercício de poder, ilustrando o fato de esta temática ser tão midiaticizada junto às mídias populares no país. Neste conflito se percebe o quanto flexível é a compreensão do território, pois estes estão diretamente vulneráveis as novas possibilidades de territorializações, ou seja, os “territórios podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivam em diferentes escalas, envolvendo, sempre, a síntese dialética do natural e do social que reside no homem” (SAQUET, 2010, p. 128).

Esta discussão remete ao questionamento de qual territorialidade “se busca?; se quer?; e se tem?” no meio agrário. Entender “para quem? e quem? são construídas essas territorialidades, haja vista, que estas estão em constante devir. Neste sentido, carece destacar que o território anterior não possui retorno, pois o processo de reconstrução do território traz em si, relações territoriais impregnadas com outras formas de compreensão e que por isso, são refletidas em novos devires. Aqui se explica do fato de inexistir um campesinato bucólico

e/ou nostálgico, pois a recriação e resistência camponesa insere novas formas de uso e apropriação do espaço.

Portanto, é válida uma adequada compreensão das relações dialéticas presentes no campo brasileiro, a fim de melhor entender as construções sociais atuais. A complexidade dessa questão decorre da sua histórica transitoriedade, que não permite relapsos de análises no seu trato, visto que a própria noção de cidadania está contextualizada no seu interior. Assim, o debate do território se infla de peculiaridades em virtude dos vários propósitos da sua realidade, enfim, “os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito” (FERNANDES, 2008, p. 278).

Portanto, a costumeira prática em fragmentar dicotomicamente “campo e cidade” deve ser deixada de lado, já que a questão agrária nacional se constitui em totalidades territoriais que insere e envolve toda a sociedade, tanto rural como urbana. São vários os apontamentos analíticos a serem verificados nesse desafio de discutir o território, além de este conceito ser interpretado diferentemente pelos seus atores sociais. Todo esse cuidado teórico decorre de o território envolver “temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente [...]” (SAQUET, 2010, p. 73).

O processo de territorialização nem sempre se dá na forma concreta e visível, os métodos para o seu pleno triunfo se utilizam de diversas ferramentas no decorrer de sua efetivação. Fernandes (2008) aponta o assunto ao exemplificar a ação de órgãos governamentais e agências multilaterais quando estes focam o território, que desconsideram as diferentes conflitualidades⁷⁰ contidas num determinado recorte territorial, ocorre propositalmente a perda da multiescalaridade⁷¹. Nestes termos, o território é abordado homogeneamente, legitimando ali uma ação uníssona e desconexa com as suas diversidades, ou seja, uma ação arbitrária que subjuga os processos sociais de diferenciação presentes.

Este movimento é típico das territorializações propostas pelos setores capitalistas e muitas vezes até pelo poder público, os quais operam com a noção de território “unifuncional” (HAESBAERT, 2007), impondo uma lógica que não admite a multiplicidade territorial e “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais

⁷⁰ “[...] relação inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa relação ocorre pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária brasileira: o território do campesinato e os territórios do latifúndio e do agronegócio” (FERNANDES, 2013, p. 156).

⁷¹ Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2008, p. 279).

‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2006, p. 95-96).

Sem a intenção de exaurir a apreensão conceitual do território, este estudo aborda essa temática com vista a situar a sua teorização no interior dos questionamentos agrários, uma vez que se destacam duas territorialidades distintas no seu centro, fazendo-se “interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 279).

Essa concepção una e reducionista destinada aos territórios agrários não é por acaso ou com a finalidade de facilitar seu planejamento, esse viés de dominação territorial atua no sentido de uma estrutura instrumental de controle social através das políticas neoliberais (FERNANDES, 2008). As estratégias territoriais são pensadas e articuladas em conformidade aos interesses do empresariado rural, evidenciando um favorecimento acentuado e desigual desta classe em relação aos territórios camponeses. É a falácia do bem-estar social advindo do agronegócio que há séculos persuade no meio social a sua superioridade desenvolvimentista em relação aos camponeses.

Várias foram às técnicas sociais e políticas empregadas para promover esse des-envolvimento: os *enclosers*, o cercamento dos campos, ou melhor, a privatização das terras de uso comum [...] os massacres que expulsam camponeses e indígenas de suas terras; a guerra biológica; as migrações forçadas de africanos para todo o mundo; e, hoje, bem pode ser a criação de uma unidade de conservação ambiental com a expulsão de populações que habitam essas áreas tradicionalmente, como no sul do México atualmente (Reserva da Biosfera de Montes Azules) ou como no Parque Nacional do Jaú, no rio Negro, afluente do Amazonas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81-82).

As políticas público-privadas de des-envolvimento que ocorrem ‘no’ campo, permeadas em proveito das territorialidades agrário-capitalistas, atuam distante de enfoque democrático do setor rural, inexistindo uma percepção que atue no sentido ‘do’ campo e desconsiderando os verdadeiros anseios e necessidades dos seus integrantes. Neste sentido, percebe uma intencionalidade imbuída na equalização estrutural dos territórios agrários, contradizendo a reflexão aristotélica de que “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”, considerando que no setor agrário brasileiro, os desiguais (camponato e agronegócio) são tratados ‘estrategicamente iguais’, mesmo sabendo das desproporcionalidades socioeconômicas presente entre ambos.

Uma das formas utilizadas pelo capitalismo para a reprodução do agronegócio e, conseqüentemente, das injustiças sociais, está na eliminação das diferenças, provocando uma imagem que nos faz crer que todos são iguais perante o mercado. Essa eliminação é tomada como referência para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio (ARROYO, 2004, p. 41).

Tem-se assim uma hegemonia midiaticizada das territorialidades agrário-capitalistas, aonde o que estiver fora da sua ótica estrutural não ‘presta’ e deve ser desconsiderada. Assim, o território camponês perde seu sentido: a grota d’água na cabeceira do sítio é entupida para o trator passar, o antigo terreiro de café é arado, as curvas e contornos da morada camponesa dão lugar às simetrias longínquas e paralelas dos monocultivos, ou seja, uma infinidade de ações que desterritorializa os valores camponeses em proveito da chamada ‘globalização’⁷², que como se vê, é ‘perversa’ e que ‘tudo aproxima e tudo integra’.

Essa realidade esclarece o caráter polissêmico que essa conflitualidade apresenta no setor rural brasileiro, com destaque para os enfrentamentos que os camponeses organizam seus processos de lutas, mesmo com os significativos aparatos (técnico, financeiro, político, jurídico e de mídia) que auxiliam no avançar das territorialidades do empresariado rural. Todavia, o “pressuposto de um homem rural vazio culturalmente esbarra, em cada momento específico, ante as provas tangíveis de uma resistência cultural a valores considerados impertinentes pelas ‘populações alvo’” (CALAZANS, 1993, p. 28), ou seja, os camponeses.

Assim, ciente dos debates que a questão territorial remete, entende-se que os movimentos territorializantes no/do meio rural apresentam uma solidez histórica envolvida em constantes processos de reconstrução territorial, ou seja, os fenômenos sociais alteram-se continuamente, em acordo aos ordenamentos territoriais vigentes espaço-temporalmente. Uma organização social na qual “a utilização do território pelo homem cria o espaço, projetado pelo trabalho. Neste sentido, se faz necessário compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo curto, o médio, a longa duração, a diacronia e a sincronia [...]” (ABRÃO, 2010, p. 61-62).

Através desta oscilação quanto à perenidade ou não dos territórios (enquanto organização social estática), surge uma apreensão teórica instruída em um movimento dialético conhecido como territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Essa estrutura, grosso modo, atrela a formação do território (Territorialização), sua destruição (Desterritorialização) por mais que seja temporária e a sua recriação através da

⁷²“Uma história que se revela ao longo, de todo o século XX, e que o mundo anglo-saxônico capta através do conceito de globalização, enquanto a francofonia prefere chamar-lhe mundialização” (BADIE, 1995, p. 175).

Reterritorialização. Os ‘geo’filósofos Deleuze e Félix Guattari (2007), inauguraram, de maneira mais aprofundada, o diálogo da concepção do T-D-R. Eles defendem que ao processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização: “A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização é o movimento de construção do território e são os dois indissociáveis” (cit. in HAESBAERT et al, s/d).

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Para os autores o contexto da desterritorialização e da reterritorialização se dá concomitantemente no espaço, sendo que se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. Sua observação prática no campo brasileiro é percebida pela disputa territorial no rural, ocorrendo a desterritorialização que pode ser vista em dois sentidos, uma impetrada pelo capital agrário (expropriação, expulsão e/ou exploração camponesa) e outra pela classe camponesa (ocupações dos movimentos sociais do campo e a recriação/resistência). Através destes embates é possível falar da reterritorialização, sendo que outras expressões políticas, econômicas e/ou simbólicas são ‘provisoriamente’ construídas pelos sujeitos sociais que ‘estão’ no território. Isto se deve pelo devir de outras territorialidades que darão continuidade ao processo da T-D-R⁷³.

A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica (FERNANDES, 2008, p. 5).

Desta feita, ficam evidentes as complexidades imanentes nas construções territoriais, dadas a sujeição que suas estruturas sociais estão expostas. Assim, entende-se que o homem não tem um mundo, ele vive a vida de todo o mundo, relacionado com a crescente mobilidade

⁷³ “Assim, a dialética da dinâmica geográfica do trabalho ou do seu movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares” (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 10).

e circulação de fluxos, sejam de pessoas, bens ou informação. Haesbaert (2006) substitui a noção de desterritorialização pelo conceito de multiterritorialidade, pois a intensificação das atividades territoriais com sua complexificação vigente no processo da sua (re)territorialização é cada vez mais múltiplo, “multiterritorial”. Nesse sentido, ele reconhece a desterritorialização como “mito” (HAESBAERT, 2006).

Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal territorial" (ou "territorializador", como afirmou o sociólogo Yves Barel). O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Segundo Haesbaert (2004), essa fratura da relação do homem com seu território se dá de duas maneiras: desterritorialização *in situ* e desterritorialização *ex situ*. A primeira não altera os referenciais de localização do indivíduo, ele fica impossibilitado de acessar aos seus extratos territoriais e continua na mesma moradia. A segunda resulta no deslocamento do indivíduo desterritorializado, esta é um dos maiores problemas da estruturação social na atualidade e um dos mais importantes fatores de vulnerabilidade social e criação da pobreza.

O campo brasileiro é um palco concreto desses processos desterritorializantes, pois ao se impedir o campesinato do acesso ao seu principal meio de produção (terra), se perde todo o seu significado existencial. Assim, “a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana” (*ibidem*, 2001, p. 175).

Neste ínterim, o outro lado da questão – o território dos ruralistas –, mesmo com todas as evidências e dados materializados da produção dos rejeitos sociais que estes distribuem socialmente, suas territorialidades são tidas como isentas do passivo socioambiental que produzem, pois se valem dos discursos desenvolvimentistas de crescimento econômico e da inovação tecnológica. O atendimento desta lógica exige um outro tipo de utilização do território, o qual é chamado de “período técnico científico - informacional⁷⁴” que se utilizando de teorias e práticas de potencializar a acumulação financeira, inclui o “aproveitamento dos

⁷⁴ Começa praticamente após a Segunda Guerra Mundial, efetivando-se nos anos 1970. É o atual período, configurado na indissociabilidade e presença cada vez mais intensa da técnica, da ciência e da informação, como componente dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações que formam o espaço geográfico. “Há uma especialização extrema de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema dessas produções. Trata-se de uma especialização cada vez mais capitalista” (SANTOS, 2009, p. 43).

ciclos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informação” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 118).

Desta forma, sabedor da desproporção político-estrutural interiorizada nas territorialidades agrárias, a colocação da pensadora Susilene Thomson (s.d.) explica peremptoriamente essa questão: “A justiça nem sempre é justa, talvez porque não olha a história, não se baseia no contexto, ou porque não percebe que castiga muito mais o inocente do que o verdadeiro culpado”. Assim, o território é percebido antagonicamente pelos seus atores (camponeses-latifundiaristas), não existindo qualquer história ou geografia do lugar para o agronegócio, pois tudo é transformado em mercado e oportunidade de lucro em obediência aos mandos do Complexo Agroindustrial⁷⁵, tudo num sistema interligado de ações calculistas com o lugar e seus sujeitos.

Ao se trazer à tona às discussões da equidade social, apesar da significativa dificuldade que tal abertura democrática envolve, a questão do campo carece de uma atenção especial. Esse cuidado é importante em razão do seu posicionamento primário na economia, representando o início da soberania popular da nação, que caso continue obedecendo aos modelos contemporâneos de sociedade, a classe camponesa – quase sempre sozinha e esquecida no seu processo de luta - terá muita dificuldade para continuar fazendo frente às ações e operações insustentáveis do “deus – Mercado”.

Assim, é necessária uma concepção social acerca da importância que a questão agrária assume nos rumos da humanidade como um todo. A escala local não pode ser ignorada e deixada de lado, pois os laços e relações do lugar é o garante da identidade plena dos seus sujeitos. O camponês não carece de ser tratado como um inválido socialmente, desqualificado profissionalmente, visto que ele representa um papel fundamental na ação local, garantindo sua autonomia existencial e abastecendo de forma equilibrada as necessidades de comida de seus lugares. O campo só é vida e fartura quando têm heterogeneidades, identidades vividas e um cotidiano autônomo inerente a cada trabalhador do campo.

1.3 TERRITÓRIO CAMPONÊS – VIVIDO E IDENTITÁRIO

⁷⁵ Conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. “Obedece ao princípio da fusão entre atividades agrícolas e industriais, de modo a controlar tanto a produção da matéria-prima quanto o processamento industrial; isso permite aos capitalistas o domínio completo sobre o processo produtivo, do qual auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, extraído individualmente dos trabalhadores envolvidos na produção” (PAULINO, 2012, p. 42).

A evolução científico-industrial tão almejada durante o século XX por significativa parcela de cientistas, políticos e capitalistas no interior dos Estados-Nação, mercados e do sistema-financeiro mundial, infelizmente não pode ser considerada uma evolução social do ponto de vista da dignidade humana. O discurso da razão superando a fé aliado a noção de poder como domínio do povo, reflexões inauguradas em Kant e Maquiavel respectivamente foi aplicado na sua mais literal forma, de forma que neste início do século XXI são evidentes os esforços que a elite dominante (não mais representada no clero da idade média) propaga na sociedade, esboçando e convencendo arbitrariamente a veneração ao “Deus-Mercado”. É a lógica do mercado se posicionando enquanto a doutrina possível de trazer a felicidade aos sujeitos do campo e da cidade.

A liberalização econômica amplamente afirmada e aceita num sistema capitalista que ansiava por um mundo “melhor”, mais rico e (des)envolvido foi esboçado por Karl Polanyi na sua obra “A Grande Transformação” publicada em 1944. Ele descreveu os processos que culminaram na involução social do mundo, o estabelecimento de uma Revolução Industrial enviesada no discurso do progresso técnico e crescimento econômico, desestruturando a organização social pré-existente. Para o autor, “o liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico” (p. 52). Assim, ele concede o nome de Moinho Satânico a essa transformação que triturou os homens, transformando-os em massa (POLANYI, 2000).

O autor evidencia a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, sendo que a terra, então tida como um bem natural comum passa a ser vista enquanto bem de produção privada. Assim, classe burguesa em ascensão na Inglaterra impulsiona a expansão da política dos cercamentos⁷⁶ (*enclosures*) da terra e a expulsão camponesa do meio rural.

Percebe-se a união do útil ao agradável, pois se tem uma crescente aglomeração de miseráveis expulsos do campo nos subúrbios urbanos, o que leva a formação duma massa cada vez maior de potenciais operários a serem explorados nas indústrias, além do esvaziamento do campo para atender as explorações de serviços e produtos primários, tão

⁷⁶ Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões (POLANYI, 2000, p. 53).

essenciais ao des-envolvimento e ‘sucesso’ da Revolução Industrial. Acerca dessa questão, Huberman (1979) destaca que “o capital não pode ser usado como capital – isto é, para dar lucro – enquanto não houver o trabalho necessário para proporcionar esse lucro. Portanto, era necessário uma oferta de trabalho adequado” (p. 173), enfim, ficou estabelecido a solução para suprir a mão de obra necessária na indústria.

A racionalidade imposta e agora vigente era outra, tida como moderna e melhor socialmente, ou seja, a máxima da acumulação financeira do lucro “passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000, p. 60), era a concepção da produção do valor de uso sendo superado e substituído pelo valor de troca. O mundo tornou-se fragmentado, sem sentido, sem cor e sem vida, pois o camponês estava agora numa jaula simbólica, acinzentada, sem lógica e tratado como “bicho”. Dormiu no campo verde e foi acordado pelo pó cinza da fábrica, não sabendo sequer de onde vinha seu alimento, quem o plantou e nem quem o colheu, tudo estava mudado, tudo estava estranho.

O camponês enxotado no seu canto não entendia nada desse urbano “louco”, sem nexo e interiorizada numa “economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado” (POLANYI, 2000, p. 76). Apesar de toda essa aflição o qual era obrigado a padecer, ouvia-se ainda em todos os cantos falar que tudo isso representava o progresso, a melhoria de vida e o crescimento econômico da sociedade. Que sociedade? Que crescimento? Foi e até hoje continua sendo seu principal questionamento, pois ao invés de ser instrumento ou objeto de negócio ele quer apenas seu lugar de vida e liberdade existencial comunitária.

O mundo já não era mais o mesmo, ele tornara-se imparcial e impessoal, considerando que somente o sujeito empreendedor teria vez e voz. Assim, com a hegemonia do capital consolida cada vez mais a máxima burguesa, processo iniciado já nos idos do século XIX. Afinal, vive-se o terceiro milênio e é irracional querer replicar ‘coisas atrasadas e obsoletas’, considerando que o Brasil é um país ‘emergente’, (isto para não dizer subdesenvolvido e fadado a um eterno pacto de produção primário para saldar o juro de sua dívida) e faz-se necessário acompanhar a modernidade, a qual é perfeitamente tangível nos países imperialistas. Essa é a representação social replicada diuturnamente na mídia nacional com a única finalidade de manutenção do poder das classes dominantes no país.

Polanyi (2000) coloca que a Revolução Industrial ‘esmagou’ a sociedade, dizimou-a, não existe mais sociedade, as ideias positivistas de racionalização mundial elaboraram teorias e fórmulas para tudo, onde a própria ‘vida’ deixa de existir, sendo explicada por teorias e intencionalidades mercadológicas. Dessa forma, “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas na economia” (POLANYI, 2000,

p. 77). Portanto, a segurança social da classe camponesa intensificou o confronto perante as vontades da burguesia industrial, visto que estes trabalhadores privados do acesso ao seu principal meio de produção (terra), ficaram bastante vulneráveis aos rendimentos monetários.

A divergência territorial entre o território camponês e o território do agronegócio esclarece que:

[...] enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 285-286).

E esse conflito não é de hoje, os camponeses sempre tiveram seus territórios ameaçados, situação que lhes permitiu ao longo do tempo criar uma consciência política do seu papel e condição na sociedade. É nesse entendimento que se pode dizer que “a História de toda a sociedade até hoje é a História de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1982, p. 106), sendo que no caso do campesinato, no instante que este se organiza na luta contra a classe agrário-capitalista esta luta ganha um caráter político, aonde a arma com maior poder de enfrentamento nem sempre é o embate físico direto, mas a argumentação consciente dos camponeses em prol da busca pela garantia dos seus direitos.

Shanin (1980) reforça essa questão ao destacar a capacidade camponesa de recriação e superação aos conflitos que tem perpetuado a sua existência, isto é, uma classe social que:

[...] não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros. Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descricalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens (SHANIN, 2005, p. 15).

Desta forma, fica evidente a compreensão da vivência camponesa exige que se decifrem seus processos históricos, revolvendo situações contextualizadas anteriormente e responsável pelas territorialidades do presente, tendo em vista que todo esse arcabouço de extratos territoriais que se sucederam espacialmente traz em si singulares diversas, que caracteriza culturalmente o efetivo exercício do equilíbrio e manutenção existencial do território. Essa peculiaridade identitária camponesa tem uma adequada compreensão na escala de seus respectivos lugares, haja vista que os lugares camponeses são únicos e por isso carregam consigo territorialidades particularizadas.

Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo [...] [...] Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades [...] [...] Eis por que, e como, os camponeses se tornam uma mistificação (SHANIN, 2005, p. 1-2).

Tendo em vista esse emaranho de complexidade que envolve o sujeito camponês, com suas diversas materialidades histórico-dialéticas no decorrer do seu processo de formação social é importante considerar a territorialidades de suas ações no espectro local, pois é no lugar que melhor está representada e identificada a singularidade camponesa. Isso “quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexos, mas com medidas importantes de autonomia” (SHANIN, 1980, p. 69).

Apesar de todas as discussões inflamadas acerca das benesses trazidas pela mundialização como o encurtamento de distâncias, melhora na vida humana entre outras afirmações desconexas com as territorialidades locais, o que se vê é um movimento em transição que reflete o mundo construído, pois nada está acabado e definido, já que o mundo por si só se reinventa cada instante. “Cumprе oportuno ressaltar que o território continua tendo uma importância fundamental no mundo em globalização [...] [...] O fim do territorialismo não implica o fim da territorialidade; trata-se de um mundo em globalização, não um mundo globalizado” (RAMOS, 2005, p. 105-106).

O autor coloca que o *slogan* da postura neoliberalista com seu caráter desenvolvimentista de “privatizar, liberalizar e desregular” a sociedade é a melhor forma que a

mundialização tem para fazer valer suas arbitrariedades. Entretanto, as territorialidades constituídas e em construção continuam exercendo um fundamental papel na tarefa de manter viva a resistência cultural, política e socioeconômica dos sujeitos, através da sua noção de solidariedade, numa forma de enfrentamento das políticas neoliberais que visam “devolver o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada” (SANTOS, 2001, p. 65).

Os tipos de usos do/no território condicionam as suas territorialidades:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Haesbaert (2006) traz à tona um assunto já citado neste estudo, a questão do valor de uso e do valor de troca, sendo o primeiro relacionado com a noção mais simbólica do território, de apropriação e o outro imbricado na percepção de domínio (propriedade), com uma funcionalidade mais concreta e pautada na noção de poder. “O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática [...]”. (LEFÉBVRE, 1986, p. 411, apud HAESBAERT, 2007, p. 21).

Para Haesbaert (2004), o caráter diverso e complexo do território lhe confere um formato múltiplo, visto que entra em cena os distintos e diversos complexos produzidos nas interações materiais e imateriais do vivido destes sujeitos, ou seja, sua identidade cultural que envolve as tramas possíveis de sua realidade. É a partir da materialidade percebida no seu território que se forma o território imaterial do sujeito, ganhando sentido a disputa pelo território uma vez que aquele ponto de vista territorial é único e inerente ao seu detentor.

O território imaterial é percebido no processo de convencimento que seu construtor lhe confere, de que existe de fato e é importante. Essa imaterialidade exclamada e benquista pelo seu integrante sintomático se faz presente no território concreto ou mesmo inexistente. Quando se referencia num território fixo, a imaterialidade territorial coloca-se em todas as

ordens deste território, compreendendo os diferentes tipos de território material. Também na sua expressão abstrata a imaterialidade se faz ainda mais sentida através do redesenho memorial das relações em vigor no território.

Neste sentido, quando se retratada das imaterialidades do campo, com enfoque aos valores autênticos da percepção camponesa, as concepções de vida, de ser humano e de mundo destes sujeitos se constituem como a matéria-prima essencial do seu território imaterial. Essa situação se realiza tanto na propriedade camponesa como no momento pós-expulsão/expropriação de seus lugares. Assim, a significação simbólica incutidas nas territorialidades camponesas (material ou não) é que lhe confere o suprimento para sua ação ativa e concreta no processo de resistência e luta pelo acesso e/ou garantia da terra.

A complexidade do domínio imaterial é apontada por Saquet (2011) como um conjunto de inter-relações sociais que condiciona na relação espaço-tempo uma construção multidimensional. Esse entendimento das dimensões possíveis no território evidencia o quão complexo ele é, uma realidade que carece de uma análise materialista histórica e dialética do seu contexto, emergindo os aspectos político-econômicos e os simbólico-culturais como de essencial importância do real entendimento das suas distintas lógicas territoriais, pois este é único, dado os diferentes processos sociais que se dão nos seus lugares.

A capacidade que o debate do lugar tem na geografia de explicar as heterogeneidades territoriais, inválidas e desconsideradas no capitalismo, é que fomenta a auto-identificação dos sujeitos, deles se posicionarem como protagonistas da própria história, reconhecendo em suas ações uma identidade distinta de valor. Aqui se materializa o choque entre o uso que o camponês faz de sua terra contra os interesses dos especuladores. Por isso, é fundamental e “necessário construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, à autonomia de cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento” (SAQUET, 2010, p. 177).

O lugar de expressão da vida e do cotidiano camponês, assim como os demais lugares compreende-se historicamente com um significado singular na sua formação sócio-espacial. O processo de constituição dos territórios é na realidade uma construção social plural, a exemplo das imigrações e migrações territoriais, de onde são forjados os distintos lugares com seus desenhos e recortes culturais próprios. Martins (1980) discorre desta questão refletindo a incidência das frentes de expansão e frentes pioneiras.

Martins (1980) aponta que a distinção destes dois modelos contidos na formação sócio-espacial dos lugares camponeses, atua como um instrumento que descreve e explica os processos sociais de construção do lugar. O autor cita que, a romântica visão de

desbravamento, avanço fronteiro e conquista do lugar por partes dos pioneiros⁷⁷, tão enfaticamente citado nos encartes didáticos de história dos lugares, omitem as realidades verdadeiras que os constituem. Eles são na verdade carregados de conflitos mortais, genocídios e desencontros éticos, além, dos radicais conflitos de classes que, contrapostas, divergem seus interesses, ou seja, é a frente pioneira subjugando e apagando da história do lugar e qualquer resquício cultural pré-existente incluso nas frentes de expansão.

Martins (1980) explica que a forma de reprodução ampliada do capital inaugura seu processo perverso de expansão por intermédio da expropriação dos lugares consolidados nas frentes de expansão, sendo esse processo já secundário nos lugares através das chamadas frentes pioneiras⁷⁸. Ambos os processos, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão. Apesar das duas frentes serem constituídas como reflexos da expansão do capital, elas possuem singularidades características de compreensão do territorial.

A frente de expansão é uma realidade complexa e de bastante divergência teórica, pois é “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão” (MARTINS, 1982, p. 75). Essa frente é na realidade uma clara situação em que a sobrevivência e a manutenção da vida dos seus envolvidos ficam ameaçadas, considerando a necessidade destes de garantir o próprio abastecimento de comida. Os habitantes nativos (povos indígenas) são ameaçados com a chegada dos ‘civilizados’, um conflito e alteridade que nem sempre significa o atendimento literal do interesse capitalista, é possível e viável uma construção interativa, entre posseiros e índios, resultando em uma miscigenação, que redonda no caiçara, no caipira, no caboclo⁷⁹, no homem do sertão com suas heranças genéticas e culturais fortemente entrelaçadas ao lugar de sua vivência.

⁷⁷ Esta colocação é uma criação do discurso oficial, surgindo a figura do “pioneiro”, noção atribuída aquele que primeiro desbravou a mata virgem e transformou a terra bruta em “Ouro Verde” (o café) (ALMEIDA, 2009).

⁷⁸ Constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território- é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de expansão e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa frente pioneira é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho (MARTINS, 1980, p. 74-75).

⁷⁹ Na fala coloquial, o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Considerando a dimensão geográfica, o caboclo é reconhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil (cf. IBGE, 1975). Entre esses tipos gerais estão os gaúchos do Sul, as baianas da Bahia e os sertanejos do nordeste, para citar alguns. A distinção de cada tipo regional está relacionada com a geografia, a história da colonização e as origens étnicas da população. [...] [...] Enquanto outros tipos regionais constituem representações estereotipadas mais restritas (aparecendo em descrições gerais e no folclore, para exibir as identidades regionais), o caboclo é também uma categoria de “mistura racial” e refere-se ao filho do branco e do índio. [...] [...] O uso objetivo do termo caboclo pretende especificar uma categoria social à qual falta um termo próprio de autodenominação e aponta para o processo histórico de sua constituição [...] (MAGALHÃES LIMA, 1999, p. 06-10).

Caracteristicamente, no limite mais interior do território estão as sociedades tribais. No limite mais exterior está a sociedade capitalista plenamente constituída. Entre ambas, está o posseiro que concebe a terra de modo completamente distinto do capitalista, embora também esteja vinculado ao mercado como produtor simples de mercadorias. Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio porque foi desalojado pelo capital (MARTINS, 1982, p. 74).

Assim, adentrando cada vez mais o sertão brasileiro o camponês ia constituindo a formação sócio-espacial magistral para a reprodução ampliada do capital, mão-de-obra de enfrentamento aos nativos, derrubada de matas, formação de plantios, instalação de fazendas e várias outras estruturas com um ‘custo zero’ para a elite agrária. Portanto, caracterizou-se o cenário perfeito de surgimento de uma nova mercadoria⁸⁰ – a terra –, visto que nesta versão ela adquire uma equivalência singular de mercadoria percebida na vontade explícita da exploração agrária (produção de renda). Ela ignora a necessidade de que “o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter; no caso da terra, na sociedade capitalista (e é dela que estamos falando), não é necessário que estejam juntos” (MARTINS, 1986, p. 33).

Em estudo acerca do caboclo-camponês no Rio Grande do Sul, Martini (1993) reflete o caboclo como um camponês “*sui-gêneris*”, porque este:

[...] vivia andejo, grande parte do tempo, participando das expedições ervateiras e da descoberta de minas, isto é, de novos ervais; camponês, economicamente, porque ligado a pequena propriedade familiar que produzia gêneros de subsistência; politicamente, porque envolver-se-ia em relação social de oposição, encabeçando alianças com os mais humildes caboclos, os itinerantes, os bugres, contra um adversário comum, o militar-estancieiro, sesmeiro, que visava anexar os ervais, impedindo a passagem dos ervateiros para chegarem às florestas reservadas, em suas terras ou adjacências (MARTINI, 1993, p. 157).

De certa forma, o sertão esquecido acabava sendo o lugar e o cotidiano do camponês, que na forma de posseiro acaba atuando como a figura central da frente de expansão. Sua ação ocorre através dos seus plantios de alimentos entremeio as ruas de café nas fazendas inauguradas, nas moradas provisórias com seus roçados, no isolamento de autoconsumo nos

⁸⁰ A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo (MARTINS, 1986, p. 32).

territórios interiores entre outras interações que eles se utilizaram para estar no seu lugar de vida, mantendo a força do trabalho familiar e, por conseguinte, o processo de trabalho camponês. Esse cenário é transcrito por Candido (2001), “[...] antigamente, a “gente do sítio” fazia tudo e raramente ia ao comércio, comprar sal. Não havia quase negócios; cada um consumia o seu produto e nos anos fartos sobrava mantimento, que “não tinha preço”” (p. 49).

Essa singularidade vivencial já teorizada por Chayanov (1985), coloca que a condição social classicistas destes sujeitos se respalda na relação da tríade família-trabalho-consumo. Essa significação, intensa e simples ao mesmo tempo, entende que a família organizada no trabalho conjunto se garante pela prática da agricultura de autoconsumo “cultura de excedente” (*idem*), um esforço que acompanha a demanda do consumo familiar. Acerca desta questão, Paulino (2012) destaca “[...] que os camponeses somente abdicam da autossuficiência interna à medida que alguns produtos podem ser comprados em situação vantajosa, considerando a relação custo benefício, desde que a impossibilidade de adquiri-los não represente risco à sobrevivência imediata” (PAULINO, 2012, p. 65).

Conforme exposto, inexistente uma exigência formal, fixa e delimitada na relação homem-trabalho nos territórios camponeses, o trabalhador é dono e guia do seu tempo e espaço. Na “roça” não tem *just in time*, não tem hora fixa para o café e nem um dia delimitado como folga, pois o trabalho e o trabalhador são autênticos. A acumulação camponesa se caracteriza pelo abastecimento pleno de alimentos do grupo familiar, inexistente a riqueza capitalista, tem-se apenas a camponesa (fartura). Assim, essa aliança entre o trabalhador da família camponesa e seu meio de produção (terra) surge como a primeira e principal barreira do avançar capitalista, dado ao relativo potencial dos camponeses em definir suas ações.

Esse movimento sinérgico que o camponês exerce no seu lugar, envolvendo e abrangendo a coletividade dos seus pares com jeitos próprios é incompreensível no capitalismo, o qual os nomeia como atrasados, rudimentar e com técnicas de cultivo arcaicas. Entretanto, a classe camponesa direciona seus valores na noção de autoajuda e de garantia do autoconsumo social de seus sujeitos, conforme preceitua em Paulino (2003):

Ali se trocam experiências e conhecimentos com vistas à potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão ‘refinando’. Empréstam-se os melhores cachaços para a fertilização das fêmeas. Empréstam-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho (p. 377).

Essa experiência é carregada de uma significância ininteligível ao capital, pois é um momento em que o trabalhador do campo vê refletido materialmente o resultado do seu esforço, da sua vontade, da sua liberdade, ele fala com gosto desta e daquela cria animal, da semente crioula que ganhou/trouxe doutro lugar, da melhora produtiva feita com o esterco na horta. O camponês obedece ao ciclo da vida e tem a lua como aliado fiel à sua plantação e criação de animais, ou seja, é praticamente impossível dimensionar essa sensação que se dá no/do lugar camponês ao mundo capitalista. O lugar camponês exposto por Candido (2001) representando os sujeitos que moravam no sítio constitui perfeitamente essa concepção:

[...] Não havia quase negócios; cada um consumia seu produto e nos anos fartos sobrava mantimentos, que não tinha preço. Todos faziam fio de algodão, que as tecedeiras transformavam em pano, com o qual se confeccionava a roupa: camisolão até o joelho para os meninos e meninas; camisa e saia para as mulheres; ceroula e camisa, usada sobre aquela, para os homens. Trancavam-se em casa excelentes chapéus de junco, “que duravam dois anos” (*ibidem*, p. 38).

Entretanto, é válido reafirmar que neste estudo essas colocações são postas no tempo presente e que a resistência camponesa continua atuante como ferramenta essencial na garantia desse modo de vida singular, ou seja, ele coexiste aos avanços do capitalismo-agrário. Não é por acaso que o conflito territorial no interior dessas questões está num contínuo borbulhar de ideias e ações que envolvem ambos os interessados (camponês e latifundiário), o campo se faz diverso e multiterritorial em suas constituições, cabendo aos atores sociais interessados nesta questão decifrar e assumir um paradigma que realmente considere os territórios camponeses como dotados de práticas territoriais próprias.

Faz-se necessário garantir o direito de um campo de todos, diverso, digno e plural onde o camponês também possa ter vida e sonho sem a necessidade da guerra/conflito entre outras barbáries tão corriqueiras no seu cotidiano. É apenas a dignidade de vida que o trabalhador do campo busca, pois o Brasil é um país de dimensões continentais que carrega plenas condições de permitir a consolidação um sistema agrário que atenda também as necessidades camponesas, pois as necessidades do capital agrário jamais serão supridas, ele é insaciável e irracional em sua constituição.

2. MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL NO CONTEXTO DO NORTE PARANAENSE

Os estudos levantados nesta pesquisa apresentam como limite espacial os domínios da Microrregião Geográfica de Faxinal/PR, a qual está institucionalizada politicamente⁸¹ através de um planejamento político-jurídico, sendo composta pelos seguintes municípios: Faxinal, Cruzmaltina, Borrazópolis, Kaloré, Marumbi, Bom Sucesso e Rio Bom (IPARDES, 2007). A microrregião como elemento de recorte nas discussões teóricas aqui propostas é uma importante composição de diferenciação estrutural, pois é através das semelhanças estratégicas e da proximidade entre os municípios de uma dada região que surgem as práticas (formais e informais) que auxiliam o processo de diferenciação territorial envolvendo cada extrato microrregional.

A Microrregião Geográfica de Faxinal está localizada na região Norte⁸² do Estado do Paraná e pertence à Mesorregião Norte Central Paranaense. Sua população total foi estimada em 2006 pelo IBGE em 43.165 habitantes, sendo que possui uma área total de 226.498 hectares. A localização da microrregião ocorre na borda da bacia sedimentar do Paraná, no limite do segundo para o terceiro planalto, e essa localização peculiar lhe confere algumas particularidades na sua geodiversidade (rochas, solos, formas de relevo, condições microclimáticas e uso do solo) (MAACK, 1981).

A atual estruturação política, econômica e social desta microrregião é bastante secundarizada em relação às demais microrregiões que estão posicionadas no seu entorno. Existem algumas cidades um pouco maiores na região como Ivaiporã, Apucarana e Jandaia do Sul, as quais estão estrategicamente distribuídas nas bordas da Microrregião Geográfica de Faxinal e que acabam por centralizar um significativo poder (público e privado) de decisão regional, abrangendo inclusive os limites da microrregião, sendo que a influência (competitividade) exercida por estes centros mais dinâmicos contribui em inviabilizar o surgimento de serviços com maior incremento tecnológico, entre outras especialidades.

Assim, dada a sua pouca expressividade socioeconômica é bastante raro discutir acerca deste recorte “Microrregião de Faxinal”, visto que quando se remete ou referencia-se a

⁸¹ De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Microrregião representa um agrupamento de municípios limítrofes. Corresponde ao quinto nível de divisão territorial do Brasil – Microrregião –, que são subdivisões das mesorregiões: ao todo, estão definidas 558 microrregiões (IPARDES, 2007).

⁸² É importante destacar que o discurso “Norte do Paraná” explicita a ideia de que há uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos; e assim procura-se constituir uma solidariedade que tem vínculos com a própria terra roxa, que é tida como a base física para o sustento de uma visão triunfalista da (re)ocupação”. Não obstante, esta visão teve e tem como intuito encobrir, através de subterfúgios, uma realidade que ao longo do tempo histórico foi contraditória e igualmente conflituosa [...] (TOMAZI, 1997, p. 11).

essa articulação acontece por intermédio da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a qual reconhece 243 territórios rurais em todo o país. Entre esses vários territórios rurais o Vale do Ivaí é um deles (SDR/MDA, 2017).

Esta percepção deixa evidente a importância que a escala territorial apresenta quando são consideradas as características que qualifica e quantifica sua representação. Essa capacidade de distinguir a singularidade territorial ganhou importância no Brasil na última virada de século, uma iniciativa que favorece e possibilita a realização de estratégias de se pensar e discutir o território rural. Discorrendo dessa questão, Montenegro Gómez (2007) aponta que a realidade dos territórios rurais demonstra que estes envolvem uma série de municípios “com diferentes atividades produtivas, com diversas potencialidades, com uma população que apresenta características, necessidades e demandas múltiplas” (p. 90), ou seja, esses domínios se propõem a superar a dimensão do acampamento/assentamento rural, do trabalhador rural, do camponês ou uma organização de produtores rurais específicos.

Essa discussão estratégica acerca da interferência territorial é de vital importância para o bem-estar social dos sujeitos que integram estes espaços, sejam eles do campo ou da cidade. Entretanto, essa intervenção espacial do Estado exige uma concreta e profunda análise dos processos sociais pretéritos nos territórios, a fim de se constituir uma ideia amplificada de sua formação socioespacial, uma vez que se tem ou teve o envolvimento de elementos e fatores complexos, que refletem diretamente suas interações em vigência.

A MRG de Faxinal caracteriza-se por ser divergente nos seus processos internos de formação socioespacial, considerando que as companhias de loteamento que agiram no domínio da MRG de Faxinal não foram às mesmas, caracterizando também por ter uma (re)ocupação sem uma efetiva participação do capital privado e o Estado se fazendo presente apenas tardiamente. Assim, a localização geográfica desta microrregião por ser estratégica e situar-se entremeio a ação de diferentes frentes colonizadoras, teve sua formação territorial ligada às distintas formas de interação quanto aos agentes que invadiram a região, principalmente após o início do século XX.

Apesar das diferenças na sua consolidação territorial, grosso modo, a MRG de Faxinal foi planejada como um prolongamento da economia cafeeira paulista, estendendo-se pelos férteis solos dessa área ainda não apropriada nos moldes capitalistas. Seus municípios tiveram suas emancipações posteriores às primeiras frentes colonizadoras no “Norte Pioneiro” do Estado, situando-se entre as décadas de 1950 e 1960, culminando na expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola na região, tendo a atividade cafeeira como o motor desse dinamismo (WESTPHALEN et al., 1988).

Os estudos dos processos de colonização da MRG de Faxinal estão mais bem detalhados no item seguinte, aonde são realizadas abordagens pautadas nas realizações que compuseram a história local, ou seja, uma discussão para além dos relatos oficiais que acabam deixando no anonimato uma leva de sujeitos sociais. É dificultoso falar desta microrregião em um período que sequer existia estradas ou caminhos na região, por isso os estudos voltam-se para além da conjuntura territorial dos atuais limites da MRG de Faxinal, fazendo-se necessário um enfoque na estruturação social de todo o Norte do Estado, visto que o seu debate remete e envolve diversas questões colocadas no decorrer desta pesquisa.

3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESTADO DO PARANÁ

O entendimento das complexidades vinculadas a Formação Socioespacial do Norte do Paraná – FSE Norte do Paraná – é envolvida numa ação antrópica com diferentes escalas de análises, desde a referência local, regional, nacional e a mundial. Na FSE Norte do Paraná houve uma destruição completa das relações sociais vigentes (populações indígenas) em favorecimento de uma sociedade ‘civilizada’ que invade o território e impõe as suas percepções vivenciais particularizadas.

A própria nomenclatura do Estado já remete a sua origem esquecida e anônima: Paraná (tem um significado Tupi e quer dizer: [para] mar [anã]: semelhante, parecido, Paraná semelhante ao mar, grande como o mar.), fazendo jus as suas diversas determinações (físicas, socioeconômicas e culturais), a qual se constitui pela forte influência espanhola, portuguesa e com uma significativa presença religiosa através dos padres jesuítas (PARANÁ, 2012).

Segundo Chmyz (2007), os povos originários e moradores do território paranaense possuem registros desde o período Pleistoceno, num recuo de aproximadamente 10 mil anos. Já para MOTA (2009), os indícios da existência de agrupamentos pré-cabralinos nestes limites remontam há datações de oito mil anos antes do presente, com a existência de acampamentos indígenas⁸⁴ nas barrancas do rio Ivaí. O autor destaca que caso seja levado em consideração à cronologia dos territórios vizinhos de ocupações ainda mais antigas, é possível

⁸⁴ Em 1958, um grupo de arqueólogos do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná foi comunicado de achados arqueológicos nas margens do rio Ivaí, no extremo oeste do Estado, na localidade de Cidade Gaúcha. As escavações, no sítio denominado José Vieira, demonstraram a existência de dois povoamentos no local. O material lítico colhido nos níveis mais profundos das escavações e submetidos a datação registraram uma idade entre o oitavo e nono milênio antes de nossa era. [...] O material lítico colhido nas camadas superiores da jazida datam de dois a três mil anos, significando novos acampamentos em épocas posteriores à primeira. Temos, portanto, num mesmo local, acampamentos em épocas distantes, quatro a cinco milênios um do outro [...] (MOTA, 2007, p. 77).

identificar períodos entre 11 ou 12.000 mil anos anteriores do atual, onde poderão identificar a ocupação humana. Até por volta de 3.000 anos antes do presente os povoamentos que viveram nessa região são identificados pela arqueologia de Caçadores e coletores pré-históricos. Entretanto, elas deram lugar aos tipos de povoações encontrados na região quando da chegada dos europeus na costa brasileira por volta do século XV.

Para Cardoso (1986), grande parte da região sul do continente americano, incluindo os atuais domínios paranaenses tiveram o seu povoamento (os principais foram os Umbú, Itararé, Tupi-guarani e Humaitá) pautado em modelos de caça e coleta, uma cultura divergente da civilização europeia que ali adentra e se intensifica principalmente nas primeiras décadas do século XVI. Atualmente, os poucos integrantes que ainda sobraram destes primeiros grupos humanos nesta terra, ‘sobrevivem’ a margem de qualquer dignidade social.

Considerar a atual conjuntura sócioterritorial paranaense como o modelo cultural ideal é no mínimo ingênua, para não dizer ‘arrogante’, pois se teve um processo civilizatório anteriormente constituído em milênios inteiros e que foram vividos por várias civilizações indígenas, as quais percorreriam o território do atual Paraná e adjacências. Toda essa carga cultural, incompreensível aos invasores vindos do ‘mundo moderno’ foi dizimada material e imaterialmente, visto que essas populações foram suprimidas e enxotadas a redutos que impossibilita a sua efetiva reprodução cultural. “Isto significa que a construção da propriedade privada no Brasil, ou a modernidade, desprezou a ocupação indígena, não respeitando sequer seus mais elementares direitos, como os de sobrevivência” (MARÉS, 2003, p. 54).

Para Tomazi (1997), a região onde hoje se encontra o Norte do Paraná era na época da (re)ocupação europeia da América do Sul habitada principalmente pelas etnias Guarani, Xokleng ou Kaingang, civilizações que já habitavam estes domínios há pelo menos 2.000 anos. O subjugamento do indígena como atrasado, pagão e ignorante foi o artifício ideal para o conflito branco-índio, iniciando-se a guerra de conquista contra as populações indígenas que viviam na região e ocupavam o território hoje denominado de Norte e Noroeste do Paraná, localizado entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.

Seguindo esse discurso, o autor explicita perfeitamente o lugar do índio e do branco na formação socioespacial paranaense ao trazer à tona a noção de ocupação e (re)ocupação:

[...] faço a distinção entre OCUPAÇÃO – o longo caminho percorrido por povos indígenas que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo esse território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades – e (RE) OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar essas terras, consideradas “vazias”, ao processo de

valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (TOMAZI, 1997, p. 10).

Croceti (2012) aponta que havia dois grandes grupos indígenas nas regiões paranaenses, um ligado ao macro Gê e a família linguística ligada ao Tupi-Guarani, os quais coexistiam em seus respectivos povoamentos ao longo de toda essa vasta extensão de terras ainda não tomada pelos ditos ‘civilizados’ oriundos do velho mundo. Com a chegada europeia, os grupos Gê se afastaram, pois não foram identificados sítios arqueológicos que evidencie seu contato com os ‘brancos’. Por outro lado, os Tupi-guarani foram “aculturados” (domados) pelas aspirações europeias, uma assimilação cultural visível nos diversos costumes indígenas na sociedade atual, de gênero, costumes, nomenclatura, culinária e populacional.

Apesar de estar ocupada por populações indígenas seculares, a nova terra ‘descoberta’ – Brasil – pelos portugueses e espanhóis foi partilhada entre eles através do Tratado de Tordesilhas⁸⁵, assinado em 1494. O atual território paranaense possuía uma ínfima parte dentro do domínio português, sendo por isso a sua (re)ocupação incidida por duas frentes, a ocidental espanhola e a litorânea portuguesa. O Paraná foi inicialmente palco de empreitadas de viajantes e expedições como a de 1541-42 dirigida por Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que atravessou a região paranaense de leste a oeste percorrendo o Caminho do Peabiru (pê abê y u – caminho antigo de ir e vir) ou Caminho de São Tomé, quando se dirigia para Assunção a fim de tomar posse do cargo de governador (CROCETI, 2012).

Entretanto, pela divisão de Tordesilhas a maior parte do território paranaense estava no interior da América espanhola, portanto, estava presente a ação das missões religiosas espanholas e o aparato militar. Por seu turno, Portugal se valeu das bandeiras, da imigração açoriana e das grandes fazendas de criar gados para expandir e assegurar o seu domínio no território, visando à grande riqueza que a região sul possuía. Os portugueses buscaram através da posse efetiva do território a justificativa para ampliar seus domínios. Conforme Araújo (1990, p. 82) “Os portugueses esperavam que mais cedo ou mais tarde, com auxílio da Inglaterra, eles se separassem da Espanha. E quanto mais fundo tivessem em território espanhol, melhor, porque com base no direito de posse seriam os donos das terras ocupadas”.

Segundo Wachowicz (1987), desde 1553 havia explorações no Paraná por iniciativa do governador paraguaio Domingos Martinez de Irala. A primeira povoação ‘civilizada’ (europeia) no território paranaense foi fundada pelo capitão Garcia Rodrigues de Vergara em

⁸⁵ Tratado entre Portugal e Espanha que dividia, entre os dois reinos, todas as terras descobertas. A referência era uma linha imaginária que cruzava de norte a sul um ponto localizado a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde (SCORTEGAGNA, 2005, p. 134).

1554 a mando de Irala, através da construção da vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da foz do rio Piquiri, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá, atual município de Terra Roxa, que juntamente com a Villa Rica Del Espiritu Santu, na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí, atual município de Fênix/PR⁸⁶ formou a província de Vera ou do Guairá (PARANÁ, 2016).

A estratégia espanhola de ocupação das terras se deu pelo modelo de reduções jesuítas em meados do século XVI, sob a jurisdição dos padres jesuítas espanhóis. Em 1608, todo o ocidente paranaense passou a formar a Província de Guairá. Dois anos após a região formava uma Republica Cristã, compreendendo treze núcleos de indígenas aldeados entre os rios Tibagi, Parapanema, Iguaçu e Paraná. Esse modelo prosperou e teve seu auge na segunda década do século XVII, quando atingiu 24 núcleos, sendo alvo de cobiça e estratégia expansionistas dos luso-brasileiros da província de São Paulo que financiaram várias bandeiras com objetivo de aniquilar essa ocupação territorial espanhola. Cujo êxito se concretizou com as expedições do bandeirante Raposo Tavares e Manoel Preto entre 1620-40, que varreram do mapa as reduções espanholas (CROCETI, 2012, p. 48).

Segundo Croceti (2012), o aniquilamento das missões espanholas esteve longe de uma imediata e posterior (re)ocupação portuguesa no território destruído. Com a única finalidade de garantir a posse da região, esta ficou abandonada praticamente até o século XVIII, com uma (re)ocupação mais intensificada apenas no século XIX, visto que apenas o litoral paranaense obteve um interesse de exploração mais consolidado.

A estratégia adotada pelo governo português através do regime das Capitânicas Hereditárias no início do século XVI no Brasil também se aplicou na região sul, sendo que no litoral paranaense houve duas capitânicas. No limite da Barra de Paraná até a de Bertioga estava a Capitania de São Vicente e da Barra de Paranaguá até onde o Tratado de Tordesilhas limitasse estava a Capitania de Sant'Ana. O litoral já era frequentado por mineradores temporários e algumas referências históricas, datadas de 1540, já dão conta da existência de moradores na baía de Paranaguá vindos de Cananéia e São Vicente (PARANÁ, 2016).

Em meados de 1600 todo o litoral estava ocupado pelos vicentinos (moradores da capitânia de São Vicente) e já ocupavam a região do planalto de Curitiba - Curii-Tiba - que significa pinheiral, para expressar as matas exuberantes de araucárias desta região. O povoado de Paranaguá ganha o status de Vila em 1648 com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (CROCETI, 2012). A região já estava conhecida e era percorrida por indivíduos isolados e por bandeiras preadoras de índios carijós. Uma dessas bandeiras no

⁸⁶ “As ruínas de Villa Rica existem até hoje, e foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e Florestal em 1948, e estão cobertas pela vegetação tropical” (FERREIRA, 1999, p. 256).

litoral, na pessoa do português Diogo de Unhate, requereu e obteve em 1614 uma sesmaria⁸⁷, localizada entre os rios Ararapira e Superagui, sendo o primeiro proprietário de terras, em território paranaense (lado português). Os homens que o antecederam na região eram mineradores e não se fixaram na terra. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969).

O fato que contribuiu efetivamente para o aporuguesamento das terras paranaenses foi que durante sessenta anos (1580-1640), Portugal e Espanha foram governados pelo mesmo rei, Felipe II, da Espanha. Assim, os limites pré-estabelecidos, inclusive o tratado de Tordesilhas ficou sem sentido, pois o mesmo monarca governava ambos os domínios. Isto favoreceu o avançamento das empreitadas portuguesas, em especial as bandeiras paulistas, visto que não havia resistência significativa contrária a esse movimento. Com a divisão política destas nações, o conflito tomou conta nas colônias na América, pois os portugueses tinham avançado demasiadamente nos domínios espanhóis. Após diversas negociações e enfiamentos territoriais, foi assinado o tratado de Santo Ildefonso em 1777, cedendo a Portugal o território condizente ao atual Oeste paranaense (SCORTEGAGNA, 2005).

Apesar das poucas quantidades de metais preciosos encontrados no litoral paranaense, a fama já havia se alastrado. Assim, no final do século XVI e início do XVII as buscas por metais preciosos tiveram êxito na Baía de Paranaguá. Por ter sido a primeira região do país a viabilizar a exploração do ouro, houve um incremento significativo de interessados na ‘riqueza fácil’, especialmente paulistas. Desta feita, aumento do contingente populacional levou Paranaguá à categoria de Capitania em 1660.

Vale frisar que, os europeus neste tempo já haviam subido a serra do mar e ocupado os campos dos Curitibanos, pois a riqueza aurífera também logo cessara no litoral e outro setor econômico emergia na região, a busca de gado nos campos de colônia do Sacramento no início do século XVIII, no atual Uruguai, em Santa Fé, Paraná e Corrientes, na Argentina, passando pelo Viamão⁸⁸ (1731), no Rio Grande do Sul, transportando depois para as feiras paulistas de Sorocaba (CROCETI, 2012).

Severino (2009) aponta que coincidentemente ao enfraquecimento da exploração de ouro no litoral paranaense, houve descobertas do metal precioso na região Centro-oeste da

⁸⁷ A história territorial do Brasil tem início em Portugal, um modelo de propriedade oriundo do regime jurídico das sesmarias, vinculando-se as terras comunais da época medieval, chamado de *communalia*. Antigo costume da região da Península Ibérica, as terras eram lavradas nas comunidades, divididas de acordo com o número de munícipes e sorteadas entre eles, a fim de serem cultivadas. Cada uma das partes da área dividida levava o nome de sesmo. O vocábulo sesmaria derivou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno. A doação dessas terras encontrava motivo na necessidade que o governo lusitano tinha de povoar os muitos territórios retomados dos muçulmanos no período conhecido como Reconquista (DINIZ, 2005).

⁸⁸ Com a abertura do caminho do Viamão, em 1731, a criação e a invernagem de gado dá o início a principal atividade econômica paranaense do século XVIII, o tropeirismo (PARANÁ, 2016).

colônia. Assim, a Coroa Portuguesa desvia o interesse do território paranaense, sendo criado em 1710 uma Capitania Geral estratégia do ponto de vista econômico - São Paulo -, abrangendo os territórios das capitanias de Paranaguá, São Vicente, Santo Amaro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e se estendia para o Sul da colônia. Assim, após as subdivisões, Paranaguá ficou sendo representado como a sede da 5ª Comarca (Paraná) de São Paulo.

Os constantes conflitos socioterritoriais da colônia remodelaram esta subdivisão anterior. No decorrer da primeira metade do século XVIII o território da capitania paulista sofreu desmembramentos: Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e Mato Grosso emanciparam-se. Em 1748, a própria Capitania de São Paulo perdeu sua autonomia, ficando subordinada à comarca do Rio de Janeiro. Em 1763, porém, o Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil. Com isso, houve uma nova reestruturação política e São Paulo voltou a ser uma capitania autônoma em 1765 (Figura 04), possuindo como territórios os atuais Estados paulista e paranaense (SEVERINO, 2009, p. 20).



Figura 4: Capitania de São Paulo.
Fonte: (CROCETI, 2012).

A transformação das capitanias em províncias por intermédio da iniciativa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, modificou a forma de divisão do território brasileiro, sendo que este formato permaneceu com a Independência da colônia no então

Império do Brasil (WACHOWICZ, 1987). Neste sentido, as províncias mais ativas economicamente continuavam influenciando as áreas mais interiores e com centros comerciais menos dinâmicos. Esse foi o caso da província de São Paulo em relação ao atual Paraná, este último uma região ainda bastante isolada economicamente;

A proximidade com os mercados do Rio da Prata e do Chile contribuiu para consolidar o ciclo da erva-mate em quase toda região sul do Império. Assim, o Paraná como 5ª Comarca de São Paulo sofreu importantes mudanças econômicas, visto que a produção do mate e da madeira se desponta, ultrapassando a importância econômica do comércio de gado que havia entrado em decadência. Essa intensa atividade econômica aumentava, entre a elite paranaense, o desejo pela separação de São Paulo (CROCETI, 2012).

Após inúmeras discussões internas e externas a questão da emancipação da 5ª Comarca da província de São Paulo – Paraná –, a definição de Curitiba como a sede da nova província, o apoio de Minas Gerais e Bahia na causa paranaense entre diversas outras contextualizações, em 19 de dezembro de 1853 aconteceu a instalação solene da nova província, tomando posse o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Com a posse do primeiro presidente na nova província do Império, foi instituído o poder soberano no território paranaense. Foi mantida como Capital a cidade de Curitiba, sendo dividida a província em três comarcas (Curitiba, Paranaguá e Castro) (CROCETI, 2012). Com uma população aproximada em 62.258 habitantes em sua extensão territorial, a Província baseava suas aptidões econômicas basicamente na pecuária, muares, agricultura de autoconsumo, comércio, processo de extração de erva-mate e algumas rudimentares e isoladas estruturas de processamento e transformação incipientes (CAMPINAS, 2005).

Segundo Cardoso; Westphalen (1986), os fatos que marcam a contextualização da emancipação política da província do Paraná em 1853 são conhecidos como uma história à parte do território paranaense – O Paraná Tradicional⁸⁹ (mais antigo) –, visto que dada a sua riqueza territorial e espacial teve-se concomitantemente outras duas frentes de imersão no

⁸⁹As elites do Paraná Tradicional não se preocuparam a fundo com o Norte do Paraná ou mesmo com o Sudoeste e o Oeste. As camadas hegemônicas que governavam o Paraná, sobretudo no início do século XX, não viam com bons olhos a presença dessas populações que alguns de seus expoentes chegavam a chamar de adventícias. Perceberam que poderiam perder a liderança absoluta que exerciam no estado, pois a balança demográfica estava cada vez mais pendendo para o Norte. (...) A próxima etapa do desenvolvimento histórico-cultural do estado é concluir a obra de integração das partes que formaram o Paraná num todo mais homogêneo. Somente unido e sem esdrúxulos sentimentos regionais, poderá o Paraná reivindicar e conquistar um importante papel na esfera federal. Este processo já está em pleno desenvolvimento e concretização... (...) O Paraná neste final do século 20 já tem seu território ocupado e colonizado. Cabe agora, aos paranaenses de todas as origens e procedências, saber administrá-lo e preservá-lo (WACHOWICZ, 1977, p. 57).

processo de (re)ocupação deste território⁹⁰ (Figura 05), a do Paraná Moderno no Norte (meados do século XIX) e a do Sudoeste e Oeste (mais recente).

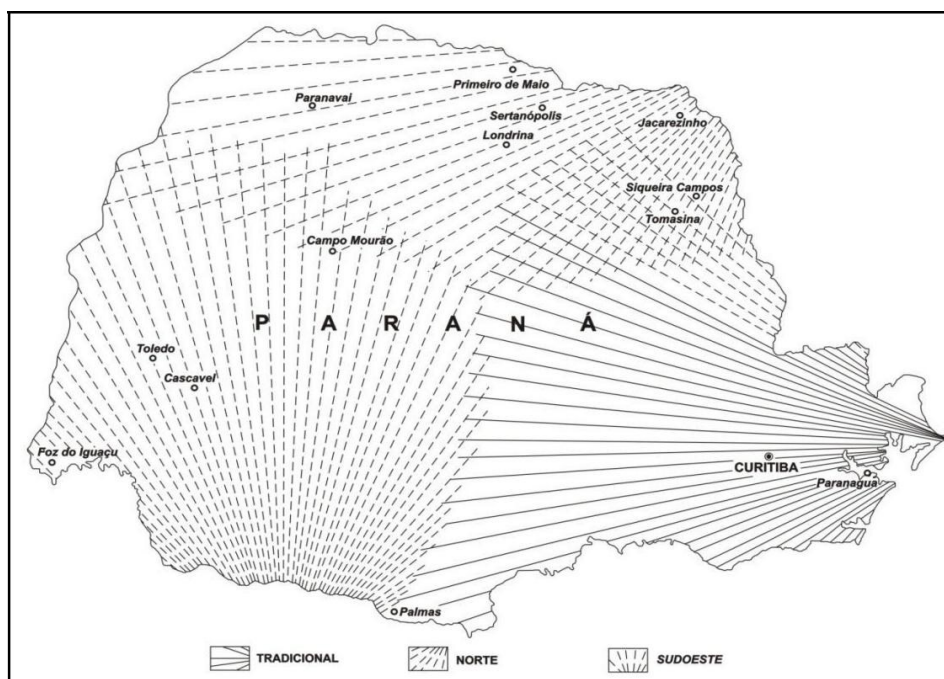


Figura 5: Encontro das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná.

Fonte: (WESTPHALEN, et al., 1988).

Assim, ao mesmo tempo em que a invasão dos três processos colonizadores se intensifica no Estado, o Paraná tradicional também atua no sentido de envolver estes domínios numa lógica estrutural una e institucionalizada, uma ação que vai além dos fatores políticos e no século XX é fortalecido através do movimento “Paranista”⁹¹.

Aliado a essas três frentes de avançamento territorial do Paraná que se constituem, já havia desde a primeira metade do século XVIII cortando as terras paranaenses, principalmente o segundo planalto, uma importante rede tropeira, responsável pelo surgimento de importantes

⁹⁰ Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná Tradicional**, que se no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná Moderno**, já no século XX, sendo a do Norte, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 09, grifo do autor).

⁹¹ O movimento Paranista desenvolveu-se a partir do início do século XX, no período de 1920 a 1930. No contexto, o Paraná mostrava indícios da sua modernização, configurando as transformações pretendidas pelas elites ao longo do século XIX. A principal preocupação Paranista era construir uma imagem desse estado que se encontrava em desenvolvimento, realizando estudos e criando conselhos que auxiliassem na tentativa construir uma identidade paranaense (MARTINS, 1995).

idades e a (re)ocupação dos Campos Gerais⁹². Esses caminhos tropeiros são para Freitag (2007) como uma unidade vista por muitos intelectuais, entre eles Wachowicz e Westphalen, como mediação para a construção da sociedade paranaense.

O processo de tomada e exploração do território paranaense por uma leva de sujeitos como: tropeiros, ervateiros, madeireiros, mineradores, bandeirantes, entre outros que viam nestes domínios uma oportunidade de angariar riquezas ‘fáceis’, foi aos poucos construindo uma identidade cultural nos distintos lugares que esses movimentos ocorriam. Para Martins (1995), a partir do tropeirismo⁹³ teve início a atividade agropastoril, a qual dentre as outras duas (mineração e roça), teria sido a garantia para o comércio, e por sua vez, parece manter a população que ali residia.

De acordo com Ferraz (2002), a importância que o tropeirismo adquire com a descoberta de ouro nas Minas Gerais modifica toda a dinâmica socioespacial vigente no sul do Brasil, inclusive o Paraná. Esse ciclo “uniu territórios; conduziu o gado [...] (FERRAZ, 2002, p. 87). O ciclo do tropeirismo, que vai de 1731 a 1870, estendeu-se por todas as regiões de campos nativos do Paraná, no formato latifundiário, um característico domínios de oligarquias regionais que se implantavam nesses lugares (BALHANA et al. :, 1969).

Assim, intensifica-se o (re)povoamento destes territórios (principalmente o terceiro planalto paranaense) considerados abandonados e destituído de sujeitos capaz de alçá-la às esferas do ‘progresso’. Este mito é tributário dos propósitos de ampliação do capitalismo, “que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista” (MOTA, 2009, p. 20).

A (re)ocupação dos campos naturais do oeste paranaense dá-se em seguida, pela criação de mulas para atender a expansão da lavoura cafeeira paulista, que exigia cada vez maior número de animais para o transporte. Desta forma, “sempre como consequências da expansão dos currais de gado nasceram então às cidades dos campos: Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava e Palmas, todas do século XIX” (CROCETI, 2012, p. 68).

A exploração do território paranaense foi contínua e intensiva, principalmente após o século XIX. Iniciando com o extrativismo de ouro na região litorânea, a erva-mate no

⁹²“A denominação “Campos Gerais do Paraná” remete aos campos limpos e capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro associado à imbuia e erva mate. De acordo com essa definição, os Campos Gerais são limitados à área de ocorrência dessa vegetação” (CROCETI, 2012, p. 65).

⁹³ Foi o ciclo da criação pastoril que iniciou a vida doméstica, a atividade prática, o estabelecimento da ordem nos nossos turbulentos e instáveis ‘arraiais’ de mineradores. Foi à criação ‘o quase único aspecto tranquilo da nossa cultura; por ela abriram-se as comunicações terrestres iniciadas pela conquista e conservou-se, como ainda hoje se conserva, nas estâncias sertanejas, o verdadeiro ou único tradicionalismo da vida nacional’ (RIBEIRO, 1995, p. 274).

sudoeste, a qual já era praticada pelos nativos e depois pela (re)ocupação espanhola, continuando com a criação e transporte de tropas nos campos naturais, sendo estas nas várias espécimes animais e num período mais recente a extração da madeira. Uma prática de saqueamento da natureza sem qualquer respeito ou preocupação com ‘os do/no lugar’, pois nestes domínios havia gente, silvícolas, caboclos, pessoas que queriam viver, os quais foram massacrados em proveito da imposição do capital.

No final do século XIX intensifica-se a exploração florestal na província do Paraná com a instalação da “Companhia Florestal Paranaense” em 1871, na localidade de Borda do Campo, próximo a Serra do Mar. Este ciclo econômico representou de maneira mais latente e visível a expulsão-expropriação-exploração do homem da terra, um genocídio instalado com a sangrenta Guerra do Contestado⁹⁴. A derrubada irracional do pinheiro paranaense⁹⁵ (araucária angustifolia) caracterizou-se pela exploração⁹⁶ predatória e insustentável com fins no início dos anos 1950. Esta degradação serviu para enriquecer os investimentos financeiros nacionais e estrangeiros na região, com destaque para a empresa estadunidense “Brazil Railway Company”, restando ao povo local apenas um passivo socioambiental avassalador, com reflexos até os dias atuais na região do conflito (FRAGA, 2010).

3.1.1 Formação Socioespacial do Norte do Paraná

[...] ao criarem o ‘norte-paranaense’ ou ‘o cidadão norte-paranaense’, como um personagem diferente e especial e que é um dos elementos essenciais do discurso ‘Norte do Paraná’, o fizeram afirmando que a terra está vazia (vazio demográfico) e a mata está virgem (intocada), silenciando e excluindo a presença de indígenas e caboclos como povos e pessoas presentes nesse espaço (TOMAZI, 1999, p. 65).

Assim como nas demais regiões do Estado e também do país, a colonização do Norte do Paraná é envolvida num processo de expulsão e tomada de territórios indígenas e caboclos

⁹⁴ Guerra ocorrida entre 1912 e 1916. Unidos pela fé, 20.000 camponeses se insurgiram contra o Exército até serem massacrados, em 1915. Uma das rebeliões mais sangrentas do Brasil. O conflito, simultâneo à Primeira Guerra Mundial, foi esquecido pela imprensa da época e minimizado pelos livros de História. Ninguém sabe nem sequer quantos morreram. Podem ter sido 10.000 ou 20.000 (FRAGA, 2010).

⁹⁵ “Em 1873, a Companhia Florestal Paranaense, com o objetivo de fazer propaganda e atrair os importadores europeus, chegou a cortar em pedaços uma araucária de 33 metros de altura, transportando-a de navio para a Europa, onde foi novamente montada em pé, na Exposição Internacional de Viena” (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al. :, 1969; p. 142-144).

⁹⁶ A exploração da madeira não era praticada somente pelos estrangeiros. Havia vários empresários paranaenses que possuíam serrarias a vapor. Estas serrarias produziam barricas e peças para o transporte da erva-mate, tábuas de pinho e imbuia, cabos de vassouras, madeira de pinho para fósforos e palhões para garrafas (SCHMIDT; FILIZOLA, 1998, p. 45).

e a posterior implantação do interesse capitalista. Assim, o capital se materializa com sua corriqueira arrogância e prepotência, principalmente com as frentes pioneiras⁹⁷, que se nomeiam dedesbravadores do território, desconsiderando todo e qualquer simbologia pré-existente no lugar.

Para Correia e Steinke (2012), desde o final do século XIX o mapa do Norte do Paraná foi representado como um grande “vazio demográfico”, um lugar que precisa ser ocupado pelo “homem branco”, ou seja, tem-se a percepção dos conquistadores que o espaço é desocupado, fazendo-se legítimo e necessário a colonização ‘pioneira’ nestes domínios. “Um ideário que, na verdade, acabou servindo de base para a apologia das companhias colonizadoras, justificando sua atuação, e contribuiu para a construção do mito do pioneiro/desbravador a preencher e domar heroicamente tão bravio espaço” (*ibidem*, p. 05).

É incompleta uma discussão desta região do Estado sem os apontamentos do “Famoso Norte do Paraná” escrito por Vicente Barroso em 1956, uma “terra onde se anda sobre o dinheiro” foi à expressão literal usada pelo autor para expressar a região. Respondendo um questionamento formulado pelo próprio: O que é o famoso Norte do Paraná?:

Geograficamente, é toda a região norte deste Estado, compreendida entre os rios Paranapanema, Itararé, Paraná e os baixos: Cinzas, Laranjinha, Tibagi, Ivaí, Piquiri. **Historicamente**, é toda a vasta região conhecida pelos Jesuítas, pelos espanhóis e pelos Bandeirantes, sob o célebre nome de Guaira, nos tempos dos chefes índios Guairaçá e Taiobá. **Geologicamente**, o Norte do Paraná é a continuação das magníficas terras roxas do Estado de São Paulo, prolongando-se pelo sul do Mato Grosso, indo terminar além da foz do Iguassu, em Santa Rosa, Rio Grande do sul. **Etnologicamente** falando, é ele a mais viva demonstração do quanto pode o braço nacional, auxiliado, de quando em vez, pelo braço estrangeiro, e orientado por entidades, competentes. **Socialmente**, o Norte do Paraná é o "tira-teima" de muita doutrina fazendeira antiquada; o feliz consórcio de muitas e muitas raças, a prova dos nove fora de um complexo social com o que os governos terão muito que fazer, e cuja solução põe em jogo os mais espertos sociólogos; visto que, semelhante movimento demográfico em nossa Pátria, nunca se deu e talvez nunca mais se dará. Qualquer teoria, qualquer sistema, qualquer tabela tendente a resolver o problema econômico-social no Norte paranaense, esbarra logo com mil e uma dificuldades desconhecidas noutras regiões. Só mesmo quem vive lá é que poderá ter alguma vaga ideia do que seja esta "Nova Babilônia". Por fim, o famoso Norte do Paraná é a Nova Terra Prometida, a nova Canaã, onde todo o mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde, em verdade, se pisa sobre o dinheiro...É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. É uma chama do Inferno para aqueles que só visam a exploração indébita, anti-humana, antinacional,

⁹⁷ Atribui-se a conquista destes territórios que se presumem ermos, às, designadas genericamente, *frentes pioneiras*, similares à *frontier* norte-americana. A imagem do deserto de gente é manipulada com o propósito de avalizar a incursão indiscriminada de trabalhadores nacionais por estas paragens (RIBEIRO, 2005, p 26).

tomando a vida impossível lá onde ela deveria ser a mais fácil em todo o território nacional (BARROSO, 1956, p. 07, grifo do autor).

Neste sentido, apesar da região ser apontada como uma realidade de enorme sucesso financeiro ela caracteriza-se como um denso processo de (re)ocupação territorial e com sua gênese formativa extremamente complexa e imbricada em interesses divergentes. A discussão crítica acerca do Norte do Paraná foi bem elaborada nos estudos de Tomazi (1997).

[...] o discurso “Norte do Paraná” traz consigo um conjunto de ideias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas ideias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de ideias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região (TOMAZI, 1997, p. 12).

No entanto, a (re)ocupação do norte paranaense efusivamente anunciada pelas companhias colonizadoras do século XX é bem mais antiga. A região era formada por quatro grandes grupos que ocupavam os seus vales - os Guarani, os Kaingang, os Xokleng e os Xetá -, que conviveram por séculos até a chegada dos invasores europeus no século XV nas Américas (MONBEIG, 1935). Ao adentrar nas matas a oeste paranaense, os invasores da terra depararam-se com as comunidades indígenas. “Eram estes de todo separados do movimento de expansão, economicamente. Todavia, foram eles os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo [...]” (MONBEIG, 1984, p. 129).

A instalação do homem europeu na região é apontada por Müller (2007) como existente desde o século XVI com os jesuítas do governo espanhol, então detentor da província de Guaíra. Entretanto, essa empreitada não obteve sucesso, pois foram todos – padres e índios – expulsos para a margem direita do rio Paraná por Bandeirantes Paulistas, iniciando a saga da exploração portuguesa. Dessa primeira tentativa de colonização espanhola restam, hoje, apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria, e no vale do Paranapanema, as de Loreto e de Santo Inácio.

De acordo com Machado (1951), a ânsia por inserir a lógica colonizadora e garantir o domínio territorial intensificou a expansão para o oeste paranaense em direção aos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava, através de expedições militares para reconhecimento e

posse das terras. Assim, no século XVIII o bandeirismo vai aos poucos perdendo sua força para a ocorrência das expedições militares e povoadoras, as quais foram:

organizadas, planejadas comandadas para atingir uma finalidade: o povoamento, a ocupação continuada e fixa do território – a fronteira, enfim. [...] O processo consiste, primeiro, no esmagamento dos localismos e liberdades locais, depois o descobrimento dos lugares desabitados e seu povoamento compulsório, pela fundação de vilas e criação de fazendas e estâncias e pela construção de estradas de ligação dos vários núcleos (MACHADO, 1951, p. 11).

É importante frisar, que até por volta da instalação oficial da Província do Paraná teve-se uma realidade existencial de elevado sincretismo caboclo⁹⁸, a qual ocorreu através da aproximação miscigenaria das viagens de bandeiras paulistas e principalmente entre “o índio coroadado inaciano, proveniente da redução jesuítica “Villa Rica Dell Espírito Santo” (atual Fênix), com o chamado escravo de aluguel, elite das senzalas, escravo muçulmano chamado de “Malê”” (CIANORTE, 2010).

Esses agrupamentos caboclos eram dotados de um significativo potencial e capacidade de sobrevivência nos sertões adentro, dada à junção técnico-cultural indígena, negra e européia. Caracterizam-se por anteceder territorialmente a invasão dos que vão tomar e explorar a terra, ou seja, as chamadas ‘frentes pioneiras’ são precedidas “por batedores anônimos que salpicam a mata em largas áreas, indivíduos geralmente seminômades, os primeiros a explorar os ervais e os pinhais, ou fazer roças em terrenos devolutos” (BERNARDES, 1952, p. 429).

No Paraná a contribuição negra na miscigenação cabocla ocorreu com os agrupamentos nômades de Malês⁹⁹ fugitivos da Revolta dos Malês na Bahia em 1835, os quais em meados do século XIX atingiram a quinta Comarca da então Província de São Paulo:

⁹⁸ Se é verdade que o mecanismo de doação de terras do Estado português nunca favoreceu a formação de um amplo campesinato nas terras coloniais, também é verdade que inexistia qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva de terras virgens. [...] Nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se interando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo do caminho [...] (LINHARES; SILVA, 1981, p.130).

⁹⁹ Em 1835, aconteceu em Salvador uma revolta de escravos africanos - Revolta dos Malês -, assim chamados os negros muçulmanos que a organizaram. A expressão Malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Portanto os malês eram especificamente os muçulmanos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia. [...] [...] A revolta deixou a cidade em polvorosa durante algumas horas, tendo sido vencida com a morte de mais de 70 rebeldes e uns dez oponentes. Mas o medo de que um novo levante pudesse acontecer se instalou durante muitos anos entre os seus habitantes. Um medo que, aliás, se difundiu pelas demais províncias do Império do Brasil. Em quase todas elas, principalmente na capital do país, o Rio de Janeiro, os jornais publicaram notícias sobre o acontecido na Bahia e as autoridades submeteram a população africana a uma vigilância cuidadosa e muitas vezes a uma repressão abusiva (REIS, 2015, p. 03-05).

No Norte do Paraná, da miscigenação dos índios guaranis com os descendentes dos Malês teria surgido o caboclo muçulmano “aré”, ou seja, o caboclo sutil autóctone, já nascido em terras paranaenses. Ainda hoje, no município de Paiçandu (próximo a Maringá), há uma pequena capela cercada por pedras brancas denominada de “Cemitério dos Caboclos”, alusão aos muçulmanos arés. Claro exemplo de aquisição de novos costumes e crenças não-islâmicas, esse cemitério é o pouco que restou dos Sutis que habitaram aquela região e que seriam oriundos de Assungui de Cima, distrito do atual município de Cerro Azul, na região metropolitana de Curitiba. Não muito longe de Paiçandu, na cidade de Cianorte, os nômades Sutis foram os pioneiros na colonização da cidade e dali foram retirados posteriormente pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. Em Japurá, noroeste paranaense, a única lembrança que sobrou da existência dos Sutis na região é o nome do povo em uma de suas ruas (MUSLIM, 2015).

Sem qualquer reconhecimento ou até mesmo evidencia história de sua existência, estes caboclos descendentes de índios e escravos muçulmanos, conhecidos também por “sutis¹⁰⁰” que pré-habitavam o Norte e o Noroeste do Estado, foram dizimados pela colonização e esquecidos pela história oficial. Os sutis eram carregados de misticismo e crenças culturais, acreditavam num paraíso terrestre conhecido como “campo da vaca branca”, situado no Oeste paranaense. Seus antepassados se fixaram em definitivo no Norte do Estado por volta de 1910, anterior a (re)ocupação privada das colonizadoras, permanecendo até por volta de 1960, quando foi consolidada a invasão de seus territórios por investimentos privados. Eles utilizavam-se de antigas picadas e caminhos que cortavam a região e pela estrada chamada Boiadeira¹⁰¹ (atual Rodovia BR-487), passando por Marilândia do Sul, ‘Mata Sede’ (atual Jandaia do Sul), Paiçandu, Cianorte e Japurá (LÔR, 1968).

A descrição destas populações é pouco expressiva no meio acadêmico, pois a maior parte das pesquisas envolvendo o resgate histórico-geográfico do Paraná coloca que os seus municípios foram colonizados pelo imigrante europeu¹⁰², equívoco este que é visível também

¹⁰⁰Neste percurso, os nômades foram se mesclando as etnias indígenas assim como com outras etnias africanas que encontravam pelo caminho. Formaram uma sociedade relativamente bem organizada tendo como líderes Sebastião Subtil e Domingos Subtil. Do sobrenome destes líderes surge o termo que definiria este grupo, os Sutis.No norte do Paraná, a miscigenação dos Sutis com os índios Guaranis dá origem aos caboclos Arés que formaram uma aldeia onde, de acordo com as tradições antigas da região, havia um curandeiro muito poderoso conhecido como Pai Sandú que orientava e auxiliava as pessoas que por ali viviam. Sua fama acabou chegando a outras regiões, pois a vila onde residia era no meio de um caminho de passagem comum aos índios antigos e que posteriormente foi utilizado pelos Sutis, ex-escravos, caçadores e anos mais tarde pelos bandeirantes e tropeiros que ao passarem por lá ouviam histórias e as levavam adiante. Com isso, o lugar ficou conhecido como Vila do Pai Sandú (atual município de Paiçandu) (HERESIAS COMPARTILHADAS [BLOG], 2016).

¹⁰¹ A Estrada Boiadeira foi aberta no início do século passado – por volta de 1910 – por tropeiros que traziam gado comprado no Mato Grosso do Sul para engorda nos campos do Paraná (CREA-PR, 2011, p. 30).

¹⁰² A negação de que o Paraná não possuiu em seu processo histórico a escravidão e nem uma população negra significativa é colocada Martins (1989) sustenta, em capítulo de seu livro intitulado Não houve escravatura no Paraná, a seguinte ideia: [...] esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer de sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os

quando da reflexão acerca do Norte do Paraná. O sujeito negro não tem visibilidade alguma nestes estudos, embora seja comprovada a sua participação tanto na abertura dos empreendimentos socioeconômicos na passagem do século XIX para o XX como nos cultivos cafeeiros até os anos 1980. Conforme dados do IBGE, o estado possuía em 2016 em números absolutos uma população de 11,2 milhões de habitantes, sendo 7,59 milhões de brancos (67,6% do total), 372 mil negros (3,3% do total) e 3.123 pardos (27,8% do total). Com esses indicadores percentuais, proporcionalmente, o Paraná está posicionado como o estado de menor número de brancos da região Sul. Entretanto, é bastante escassa a presença do negro e/ou mestiço¹⁰³ nos estudos envolvendo a formação socioespacial paranaense.

Portanto, a origem da população negra paranaense não pode ser simplesmente ignorada e relegada ao ostracismo social, pois elas também partilharam da (re)ocupação dos limites paranaenses e continuam ainda hoje exercendo a sua influencia nestes domínios. Contudo, é verdade a condição anônima e de exclusão a qual estes sujeitos foram historicamente colocados em todo o país, com destaque para os estados sulistas, região em que o racismo se apresenta como ‘marca registrada’ do seu povo. O anonimato da etnia negra no Paraná deve-se ao fato de o período histórico de maior crescimento político-econômico de essa região, coincidir com a hegemonia das teorias raciais europeias, nos idos das décadas 1930 e 1940. A institucionalização política do branqueamento¹⁰⁴ da população brasileira foi regulamentada pelo governo estimulando a entrada de imigrantes visando “[...] preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia [...]” (BRASIL, 1945).

Assim, o negro foi apagado da história regional paranaense e deslocado para as territorialidades marginais (ocupações pesadas, salários inferiores, oportunidades sociais escassas, entre outros) dos municípios paranaenses, não sendo diferente no Norte do Paraná.

hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras [...] (MARTINS, 1989, p. 127-128). Este posicionamento é um claro posicionamento que se alinhava ao projeto da classe dominante do país que buscava o branqueamento do povo brasileiro, um movimento que teve o seu auge nas décadas de 1930 e 1940 do século XX.

¹⁰³ A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e tem por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contato, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social, e em consequência no das relações sexuais também (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 105).

¹⁰⁴ [...] apenas o branco é sinônimo de valores positivos, desde os valores mais elementares do cotidiano, como aqueles relacionados ao social. Se o negro quiser fazer parte do estrato superior deverá abdicar da sua raiz “inferior” e tornar-se “branco”. (...) Essa ideologia previu o desaparecimento do negro enquanto raça, mas há um aumento do número de mestiços no Brasil, assim como um decréscimo no número de brancos e pretos (SILVA, 2000, p. 104)

Por isso, o elemento negro foi um tido indesejável na composição social, uma realização nacional que via na ideologia do branqueamento a noção do progresso e da modernidade.

Desta feita, a história oficial tem se revestido de centralizar seus debates na ideologia do capital, sendo que no caso do Paraná ocorre uma articulação com a expansão agrícola paulista e a interiorização da influência do Paraná Tradicional, remodelando toda a ótica que até então vigorava, ou seja, a destruição dos resquícios caboclos. Assim, se dá “[...] invasão da densa floresta Atlântica, dizimando seus índios, massacrando os caboclos das posses e dos grilos, em nome da Civilização com a hediondez da luta insensata contra a natureza, que leva milhares de anos para formar um cm de solo fértil!” (CORRÊIA JR, 1991, p. 04). É sobre estes métodos que foi ‘unido’ e ‘integrado’ o território Paranaense a partir da sua capital Curitiba, (re)ocupando e tomando os domínios do Norte da Província na metade do século XIX, pois a região tida como ‘não civilizada’ precisava ser habitada.

Segundo Fresca (2007), a (re)ocupação do norte paranaense teve participação de formatos espontâneos em meados de 1840 por mineiros, fazendeiros e caboclos. Ocorreu “[...] na porção leste do norte do estado, entre os rios Paranapanema, Laranjinhas e Itararé.” (FRESCA, 2007, p. 205). O acesso à região era precário para as regiões tradicionais do Sul e não havia ainda interesse na sociedade paulista, sendo que quase todo o século XIX, caracterizou-se pela (re)ocupação de posses por mineiros e paulistas, que ainda se demarcavam as divisas pelo critérios das bacias hidrográficas, método popular da “divisa cantada”. “Eram comuns famílias numerosas e áreas extensas de exploração, demarcadas pelos elementos da geografia física como morros ou águas” (JÚNIOR, 2017, p. 51).

Essas primeiras invasões de forma aventureiras – frente de expansão – e sem qualquer planejamento estatal ou privado ocorreu em decorrência do fim da mineração na província de Minas Gerais, das perturbações políticas em 1842, e do alistamento para a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870. O cotidiano destas famílias constituía-se numa agricultura de autoconsumo, com a produção de algodão, arroz, feijão e fumo, sendo que o primeiro e o último eram negociados com municípios próximos do Estado de São Paulo (FRESCA, 2007).

No final do século XIX, famílias provenientes de outras regiões do país deslocam-se em busca das terras férteis paranaenses, dando origem aos primeiros (re)povoamentos municipais. Os primeiros foram: São José do Cristianismo e São José da Boa Vista e em seguida: Siqueira Campos, Tomazina, Santana do Itararé, Salto do Itararé, Ribeirão Claro, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Carlópolis (BRAGUETO, 2007; FRESCA, 2007).

A passagem do século XIX ao XX significou a supremacia dos investimentos privados no Paraná, especialmente na sua porção leste. SWAIN (1988) destaca que nos anos 1880:

[...] a colonização enquadrada pelo governo é abandonada e substituída pela colonização privada, que implantará mais de 40 “colônias” até 1900. Algumas vão prosperar devido à proximidade de cidades ou vilarejos já estabelecidos, mas outras vão se desintegrar e desaparecer, vítimas do isolamento e da falta de infra-estrutura, comunicação e transporte (SWAIN, 1988, p. 23).

Assim, com a chegada do século XX houve a expansão da economia agrícola paulista, sendo que essa realidade muda todo o panorama do Norte Pioneiro Paranaense, integrando as economias dos dois estados. “Para a história regional, as décadas de 10, 20 e 30 do século XX podem ser consideradas o tempo das ‘negociatas de terras’, em que a especulação e as transações escusas foram tão recorrentes como a violência que se instaurou nessas áreas” (PRIORI, 2011, p. 27).

A região ganha uma nova dinâmica com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana aos municípios de Cerqueira Cesar (1908) e em Ourinhos (1909) e a expansão da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande a Itararé-SP e Jaguariaíva-PR(1905). Assim, o escoamento dos produtos agrícolas paranaenses ampliou, em especial a suinocultura¹⁰⁵, com crescimento substancial no período. (FRESCA, 2007). A estrada de ferro também foi fundamental para escoar as sucessivas safras cafeeiras que avançavam em direção ao oeste paranaense. Tendo em vista que o cenário estrutural da região se apresentava vantajoso para empreendimentos imobiliários de colonização, o setor privado e público assumiu a posição de gestores do espaço e passaram a incitar e investir na (re)ocupação de todo o norte paranaense.

De acordo com Chies (2007, p. 25) “o café expandia-se muito rapidamente em razão das vantagens que sua produção oferecia, já em 1860, havia cortado o território paulista e chegado às terras do norte paranaense, porém, ocupação mais representativa se deu no início do século XX”. Essa realização é embasada numa política público-privada estrategicamente articulada no sentido de supervalorizar as terras-roxas¹⁰⁶ paranaenses tão propícias ao cultivo cafeeiro. A dinâmica econômica do estado se consolida com o extravasamento da cultura cafeeira paulista, transformando o norte do Estado na região agrícola mais rica do Brasil, atraindo numerosas levas de trabalhadores paulistas, mineiros, fluminenses e nordestinos, além da vinda de imigrantes estrangeiros de várias nacionalidades.

¹⁰⁵ A criação e engorda de porcos representava “a melhor forma de transportar o milho (TOMAZI, 2000).

¹⁰⁶ A disseminação de extrusões vulcânicas é de particular importância para o norte do Paraná, uma vez que seus produtos expostos aos agentes atmosféricos deteriorantes, como p.ex. os solos extremamente férteis de argila vermelha (terra roxa), tornaram a região um dos mais importantes centros de cultivo cafeeiro (MARTINESCHEN, et al., 2014, p. 02).

As tradicionais zonas cafeeiras paulistas estavam com suas terras saturadas e com a produtividade diminuta, dado ao esgotamento do potencial natural da terra. Assim, tem-se um movimento sequencial caracterizado como “uma caminhada para frente” (MONBEIG, 1984), traduzindo o espírito progressista da época, sendo que a frente representava as ‘vistas’ terras paranaenses. Desta forma, os fazendeiros iniciaram sua incursão pela parte superior e média do rio Itararé, onde estabeleceram e formaram as fazendas pioneiras do Norte Velho (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969).

Uma exploração mais efetiva e intensa do Norte do Paraná por parte do capital privado ocorre apenas nas primeiras décadas do século XX. Assim, entra em vigor no Paraná um processo de invasão da ótica financeirizada na região. “Cumprir frisar a presença dos habitantes da região, índios e caboclos, na época em que a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP – articula sua colonização [...]” (PAZ, 1991, p. 27). Tem-se uma redefinição dos modelos de agricultura necessária e desejada no novo modelo de acumulação de capital, implantado a partir de 1930 (CORREIA; STEINKE, 2008).

No Norte os ingleses “fizeram a festa” com a concessão de terras para colonização. Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat junto com um grupo de investidores ingleses [...] [...] em Setembro de 1925 nasce a *Paraná Plantation Limited*, tendo como a subsidiária a Companhia de Terras do Paraná que adquiriram do Governo do Estado do Paraná 500.000 alqueires na região Norte do Paraná. [...] [...] Tal iniciativa veio de encontro aos anseios de um grupo de fazendeiros paulistas, os quais, reconhecendo as ricas terras da parte Norte e Noroeste do Estado do Paraná, haviam aberto fazendas na região. O grupo de fazendeiros incluía as fazendas das famílias Barboza Ferraz, Junqueira, e Procópio e mais a do Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids. Que com o aprofundamento da crise e a 2ª Guerra Mundial vende a colonizadora para um grupo de investidores paulistas, que alteram o nome da empresa para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). (CROCETI, 2012, p. 335).

Este ‘sertão’ do Norte Paranaense reportado pelas companhias colonizadoras como ‘vazios, ociosos e abundantes para a ocupação civilizatória’ sempre escondeu qualquer reminiscência ou presença indígena na região. Embora não se tenha admitido, vale discorrer sob o depoimento de um antigo funcionário da Paraná Plantations, Gordon Fox Rule, chefe do escritório central em São Paulo, que no livro comemorativo da CMNP relata uma experiência vivida pelo mesmo a caminho de Londrina no ano de 1930 com os indígenas:

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador do nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores

do que viria a ser nossa progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem de que todos queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvíamos os índios, mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel sempre ao som das batidas nas árvores, enchendo de água o radiador e zarpamos a toda velocidade (CMNP, 1975, p. 85).

A atuação das companhias colonizadoras privadas modificou toda a dinâmica territorial em vigor no Norte Paranaense. A região foi estrategicamente estudada e definida enquanto um empreendimento de colonização por parte da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP e outras subsidiárias que atuavam na região. Definido pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, o norte do Estado do período (Figura 06) abrangia uma superfície de aproximadamente 75 mil quilômetros quadrados.

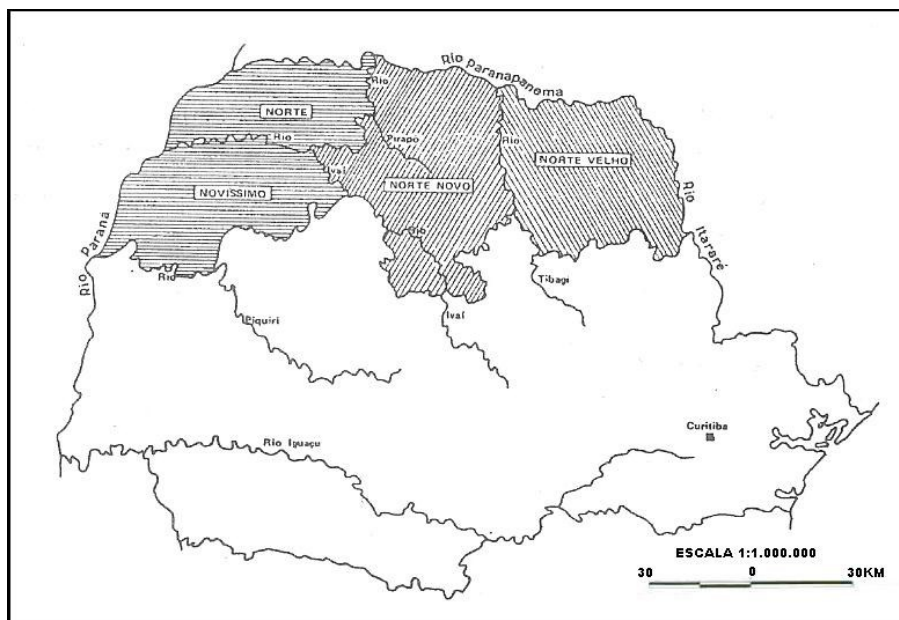


Figura 6: Divisão do norte do Paraná nos anos 1950.
Fonte: (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 383).

Desta forma, o território foi separado em três áreas, tendo como critério a época e a origem da respectiva colonização; Norte Velho – estendendo-se do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; Norte Novo – indo até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa e o Norte Novíssimo – que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Piquiri (DIAS; GONÇALVES, 1999).

A região do Norte Velho nas proximidades do rio das Cinzas foi marcada pela presença de fazendas cafeeiras paulistas e mineiras, pelo fato terem sido representados pelas primeiras experiências da empreitada pioneira da expansão agrícola paulista. Desta forma,

ciente do sucesso que as novas áreas agrícolas representaram, as companhias imobiliárias colonizadoras implantaram no Norte Central um novo formato de colonização dirigida. Baseava-se em pequenas propriedades com intensa atividade cafeeira e a variedade cosmopolita de seus povoadores¹⁰⁷ que altera as características da paisagem regional, surgindo uma rede planejada de cidades, entre elas, Londrina, Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Maringá (MORO, 1998).

A concessão¹⁰⁸ de terras aos investidores ingleses, assim como ocorreu com várias outras iniciativas privadas em todo o estado foi um verdadeiro ‘entreguismo’ de importantes regiões a preços meramente simbólicos. Representou uma oportunidade garantida para o enriquecimento de certo dos investidores, sendo que aos imigrantes e migrantes que ali foram trabalhar, “nem todos que chegaram à nova fronteira alcançaram a prosperidade; portanto, não tiveram o seu “eldorado” ou “terra da promessa” (SCHWARTZ, 2014, p. 10).

Conforme Adum (1991), junto com todas as ‘riquezas e facilidades’ amplamente divulgadas pelos mecanismos de colonização teve também a presença do “outro”, constituído pelos que, vindo a procura do paraíso, não obtiveram o sonho de partilharem das chamadas “Famílias Pioneiras da Companhia de Terras Norte do Paraná”, transformaram-se em ladrões, malandros, mendigos, curandeiros, prostitutas, entre outros indesejáveis. “Todo este movimento do “moderno” e do “progresso” mostrava um dos lados da questão. A seu lado caminhava a “barbárie”” (ADUM, 1991, p. 161).

Por isso, o discurso do “Norte do Paraná” permeado de heróis remete um entendimento incompleto de sua verdadeira história, a qual é desprovida de uma análise que válida e coesa. Assim, a maior parcela dos estudos referentes a este contexto resume-se na:

[...] constatação de que a historiografia consagrada sobre a "Região Norte do Paraná" se consolidou, glorificadora de seu passado, exaltadora das virtudes do povo norte-paranaense e, principalmente, dignificadora de seus heróis. Esta visão difundida nas escolas, representa uma forma não crítica de estudar o passado, resultando em reforço constante dos aparatos ideológicos de sustentação da classe dominante no poder. Até hoje persistem estas representações resistentes às transformações, sendo constantemente reproduzidos velhos "clichês" de 30, 50 anos atrás [...] [...] Finalmente, esta temática traz a oportunidade de fazer a história de muitos homens e não de apenas de alguns - os heróis - neste caso específico, os pioneiros. Aqueles

¹⁰⁷ Já com relação ao morador recém-chegado, este instalava provisoriamente em rancho feito com folhas de palmeiras. Estas iriam sustentá-lo nas primeiras semanas de luta: de seus troncos fazia esteios para as construções pioneiras; do seu caule obtinha o palmito. Daí seguiria sua atividade até o plantio do café. Nas ruas (de café) plantava cereais, à volta do rancho plantava árvores frutíferas, à beira d'água plantava capim para os animais. Iniciava criações de porcos e galinhas (C.M.N.P., 1975).

¹⁰⁸ A Lei Estadual n. 1642/1919 definiu os contratos de concessões de terras e, conseqüentemente, possibilitou a rápida ocupação da região (TOMAZI, 1997).

que enfrentaram terras estranhas e inóspitas e lutaram contra "jagunços e desordeiros". Aqueles que lutaram, progrediram, e "construíram uma região" na mais clara opção pela ideologia burguesa do progresso. Pensamos que esta ideologia, ao fazer a sua história, dissimula outras dimensões do real, excluindo dela seus outros agentes, os vencidos. Nesta concepção progressista de história, os perdedores são escondidos no contexto do alargamento territorial e do progresso; são controlados a pretexto da desordem, da anarquia. Acabam por não participar da história, não tem memória (ADUM, 1991, p. 12-13).

Para Cancián (1977), a política de colonização executada na maior parcela do território paranaense apresentou essa característica em decorrência do poder público não estar provido de recursos para realizar:

No século XX, diante do atraso em que permanecera o Paraná, onde encontrar recursos, os capitais necessários? A resposta encontrada, a fórmula de resolução do problema, foi à mudança da política agrária, o favorecimento à formação de empresas colonizadoras. Conceder terras a empresas, para que estas, mediante a especulação com sua venda em condições remuneradoras, compensassem o investimento com a abertura de estradas. O programa político para facilitar a colonização era favorecer quem tivesse capitais, já que o Estado não dispunha. Tratava-se de incentivar a colonização dirigida (CANCIÁN, 1977, p. 118).

Em relação à principal companhia que atuou no Norte do Paraná, a CTPN/CMNP, Joffily (1985) destaca que esta articulação foi uma negociata construída através de um escandaloso patrocínio oficial, sendo que qualquer negociante atilado também teria angariado um 'sucesso' próximo ao obtido pelo grupo de Lord Lovat. "Afinal, oito mil réis por hectare ou 19,5 mil réis por alqueire – o preço em 1925 – era quanto custava um par de "alpercatas envernizadas" na Casa Guioimar, no Rio de Janeiro, menos do que um aparelho Gillette de barbear (10 mil réis)" (SCHWARTZ, 2014, p. 10).

A forma de exploração implementada nesses projetos colonizativos caracterizaram-se na maioria das vezes por restringirem suas atividades "à exploração, pura e simples, dos recursos naturais nestas vastas áreas. Por outro lado, imensas superfícies são apropriadas ilegalmente através de títulos falsos; [...] [...] Foi assim que um quarto do território foi privatizado nos três primeiros decênios do século XX" (SWAIN 1988, p. 23).

O intento principal da CTPN/CMNP foi o desenvolvimento de um projeto burguês¹⁰⁹ de escala ampliada e não tinha nenhum interesse em plantar algodão, como a maioria dos

¹⁰⁹ É importante destacar a lógica da ótica burguesa dominante (inglesa) se constitua na "classe dominante mais violentamente destruidora de toda a história", e poderia transformar "o mundo em frangalhos, se isso pagasse bem" (BERMAN, 1993, p. 98).

autores enfatiza, pelo contrário, construiu-se o “mito da Companhia” como responsável pelo ‘progresso social’ na região. Entre os anos de 1925 e 1927 foram adquiridos pela companhia uma extensa área, 515.017 alqueires (Figura 07), um processo de intensa especulação imobiliária que visava à obtenção de lucros da forma mais rápida possível (TOMAZI, 1997).

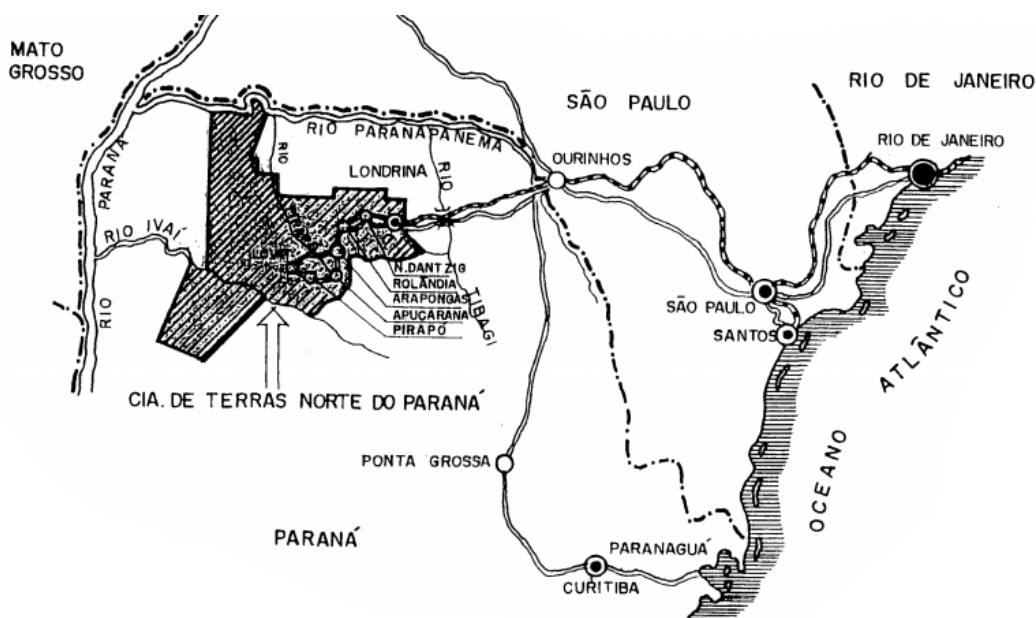


Figura 7: Ilustração da localização das Terras da CTNP até 1927.
Fonte: (TOMAZI, 1997, p. 184).

De acordo com Gonçalves (1999), a CTNP/CMNP foi responsável pela colonização de 20% do território da região norte paranaense, sendo que seus dirigentes “[...] estiveram presentes nos quadros das elites decisórias em termos estaduais e nacionais [...]” (p.105). Enfim, o que se viu foi à eliminação “do ‘velho’ posseiro caboclo, pelo ‘novo’ proprietário rural subordinado à racionalidade da propriedade privada, do direito restritivo e da lógica capitalista que viabilizaria a acumulação da mercadoria dinheiro, necessária agora para pagar as parcelas da terra” (JÚNIOR, 2017, p. 59-60).

Para Luz (1997, p. 22), a atuação desta companhia “[...] foi minuciosamente planejada e baseada no loteamento e vendas de terras, na construção de estradas e na implantação de núcleos próximos uns dos outros”. Apesar de pautar-se na qualidade da ‘terra roxa’ para o cultivo cafeeiro, a colonização da CMNP não originou já de início o modelo monocultor a exemplo do que já ocorria no “Norte Velho”. Portanto, por um lado essa sistemática permitiu a formação de um numeroso povoamento rural; por outro, “[...] as atividades de beneficiamento dos produtos agrícolas, como também as ligadas ao comércio e à prestação de

serviços, se concentraram nas cidades, estabelecidas ao longo da estrada de ferro e da rodovia construída sobre o principal espigão que corta a região” (LUZ, 1997, p. 23).

O planejamento estrutural¹¹⁰ desta segunda fase da colonização representou a principal marca de sua realidade. Nesse posterior processo, as companhias colonizadoras dividiram “o tamanho médio dos lotes coloniais, em geral, foi de 15 alqueires. Em faixas alongadas, foram planejados com frente para a estrada que corria no alto do espigão e com aguadas no fundo, nos vales. Não havia servidão, nem propriedades encravadas” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 64). Em acordo com estas colocações, Barros (1975) cita que a estratégica empreendedora imposta pela CMNP em relação à divisão dos lotes rurais (Figura 08), sua divisão foi “em pequenos lotes, de área variável, demarcados de tal maneira a incluírem todos eles uma parte de baixada e uma de espigão. Contam ainda com água corrente e acesso por estrada de rodagem” (p. 126).

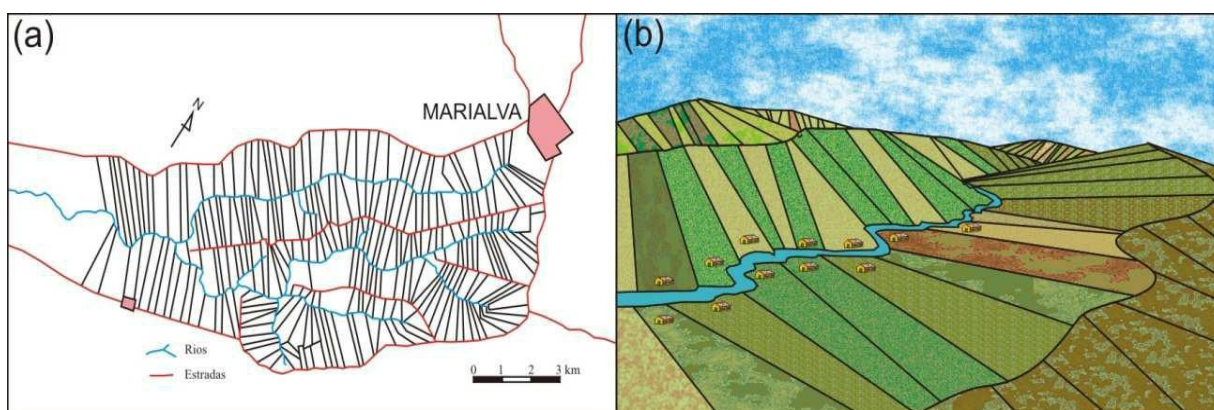


Figura 8: Repartição de terras executada pela CMNP. Em (a) tem-se visão gráfica vertical e em (b) é uma visão gráfica em perspectiva.
Fonte: (CMNP, 1975, p. 121-122).

Entretanto, esse modelo de vendas em lotes menores e que foi amplamente divulgado pela CMNP como uma espécie de ‘acesso facilitado’ a terra na região, não teve sua realização de forma tão harmonicamente distribuída. Segundo Tomazi (1997), houve também no “Norte Novo” o surgimento de latifúndios, isso significava que também havia fazendeiros neste recorte da empresa inglesa, incluindo aí os próprios gerenciadores dela, como Arthur Thomas, Willie Davis entre outros. Discutindo a formação das primeiras grandes propriedades privadas na região, Lopes (1982) pontua que:

¹¹⁰ Os núcleos básicos de colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. [...] Entre estes núcleos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade é servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural (BARROS, 1975, p. 125).

Muitas vezes os sitiantes desistiram, antes de terminar o pagamento da propriedade: seja porque as geadas acabaram com as colheitas, seja porque comerciantes urbanos enriquecidos ou médios e grandes fazendeiros vizinhos ofereciam preços irresistíveis para eles, que viviam de crédito. Com aqueles lojistas, cerealistas, beneficiadores de café, agentes de transporte, foram se formando médias propriedades de 50 a 100 alqueires no máximo. A própria Companhia de Terras nunca limitou o número de lotes, contínuos ou não, para cada comprador, desde que este se compromettesse a pagar o preço estipulado (p. 128).

Neste sentido, o processo colonizador empreendido pela CTNP/CMNP e de outras empresas colonizadoras no Norte do Paraná não se deu de forma pacífica e justa socialmente, pois a chamada ‘reforma agrária’ das companhias privadas na região não retrata verdadeiramente a realidade. Como já apontado anteriormente, a região não era desabitada e nem tampouco desconhecida até a invasão dirigida nos séculos XIX e XX. A região já era “conhecida e esquadrihada por engenheiros, agrimensores, viajantes e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço” (TOMAZI, 1999, p. 53).

De maneira geral, os agentes sociais responsáveis pela formação socioespacial Paranaense, incluindo-se também o Norte constituíram-se em dois grupos:

[...] um deles associado ou detentor de capital, terra e poder político e outro que não dispunha destes recursos ou os acessava precariamente. O primeiro composto por “[proprietários de] latifúndios agropastoris”, “grileiros”, “papa terras”, “capitalistas”, “figurões da cidade”, “obrages”, “companhias de colonização”, “políticos”, por “grupos poderosos”. O segundo grupo, formado por “indígenas”, “caboclos”, “intrusos”, “posseiros”, “colonos”, “pequenos proprietários”, “sitiantes”, “pequenos lavradores”, “trabalhadores rurais”, “sem terras”. Além destes atores a bibliografia consultada retratou a presença de “jagunços”, “guascas”, “bandoleiros”, “capangas”, “pistoleiros de ofício”, entre outros. Este último grupo aparece em casos de conflitos armados, geralmente promovida por parte do latifúndio, sendo que, em algumas vezes os camponeses reagiram à mão armada. Porém a relação de forças era muito desigual, visto que fazendeiros e colonizadoras geralmente contavam com apoio da “Justiça” e “força policial estadual” para enfrentar os camponeses (SALLES, 2013, p. 54).

Desta forma, a estratégia foi realizada no sentido de esconder tal cenário, houve um enorme esforço publicitário¹¹¹ envolvendo as “terras roxas sem saúva” do Norte do Paraná, a qual foi amplamente difundida em outras regiões do país como a “A Nova Canaã”, “Eldorado”, “Terra onde se anda sobre o dinheiro” e “Terra da Promissão”. Nesse sentido, a

¹¹¹ Verdadeiros bandeirantes do século XX [...] Exatamente porque faziam uso de expedientes, até honestos, para vender um lote de terra. Alcançar o objetivo da venda era o paradigma fundamental que justificava qualquer logro: mentir, falsear, falsificar documento, roubar, matar. Enfim, podia-se ser até honesto, desde que vendesse (VIEIRA, 1999, p. 12).

área tornou-se bastante conhecida e a ação colonizadora extremamente simpática para jornalistas, escritores, pesquisadores e políticos (GONÇALVES, 1999).

Entretanto, a realidade era bem distinta da propagada, uma vez que a região esteve eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. O problema decorre do fato de no período existirem muitos posseiros com suas roças e ranchos, que buscavam o domínio pleno da terra ocupada há muito tempo, contra terceiros, geralmente famílias ricas que viviam nas cidades e que utilizavam os mais variados expedientes (até a “grilagem” de terras), bem como pistoleiros e “jagunços”, para manter os seus domínios. As ações no sentido de vender as terras Norte-Paranaense não foram imbuídas em intentos justos e éticos.

Muitos dos compradores de terra, ao irem à área comprada, encontravam a terra já sob a posse de outros e controlada por “jagunços” que, armados, ameaçavam aqueles que tentassem se apossar. Em outros casos, encontravam terras de má qualidade, repletas de “cascalhos ou pedras” impróprias ao cultivo. Esses e outros acontecimentos geraram muitas reclamações para com a companhia, que em muitos casos substituía as terras por outras. No entanto, muitos dos que vieram ao Paraná com o sonho de construir uma nova vida, retornaram à terra de origem decepcionados com o que encontraram, e contrariados muitas vezes por terem sido enganados pelas propagandas ou pelos “picaretas” (CHIES; YOKOO, 2012, p. 42).

A própria ação das Companhias de colonização é questionada quanto a sua relação de atuação com os posseiros dispersos pela região, visto que a estrutura da “CTNP/CMNP, como também outras companhias colonizadoras, possuíam uma ‘guarda particular’, bem como se utilizavam de ‘jagunços’, também chamados ‘limpa-trilhos’, ou ‘quebra-milho’, para remover e sanear as terras compradas” (TOMAZI, 1999, p. 71).

Nestes termos, contrariando as infinitas benesses propagadas sob o período, fica evidente que a história deste processo colonizador foi permeada de diversos conflitos¹¹² e injustiças agrárias. Em referência a CMNP, Joffily (1985, p. 98) coloca que “certamente contavam com a truculência de jagunços fardados ou não, porém, habituados ao genocídio. É claro que as constantes violações aos direitos humanos não constam de atas ou relatórios oficiais. Não se passa escritura de violências”. Corroborando ainda neste sentido, Oberdiek (2007, p. 94) relata que, “para enfrentar estes problemas e dificuldades e para impor a sua ordem, a CTNP criou seu corpo policial que agiu tão bem que não deixou rastros de sua ação e existência”.

¹¹² Foi nesse clima de instabilidade que ocorreu a “Guerra de Porecatu” no Norte Paranaense (1947), a “Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste”, a “Revolta de 1961”, em Medianeira e o “Levante de Posseiros de Três Barras” em 1964 (MYSKIW, 2002, p. 71).

Na realidade o negócio da CTNP/CMNP representou um investimento extremamente lucrativo aos banqueiros, e aos agricultores que tinham condições de comprar terras da companhia, “mas os miseráveis camponeses sem-terra continuavam na vida sofrida de sempre, vendendo a força de trabalho para os que possuíam propriedades, para os que tinham o meio de produção” (VIEIRA, 1999, p. 236).

Complementando essa ideia, Nunes (2010, p. 43) coloca que:

[...] A Companhia de Terras [Norte do Paraná], no entanto, não era detentora de uma fórmula que promovesse a ascensão social, tampouco, uma instituição de caridade. Havia traçado seu objetivo comercial, tinha sócios importantes e precisava viabilizar seu empreendimento. A realidade dos migrantes e imigrantes foi a de oferecer braços para trabalhar na roça por muito tempo [...].

Desta forma, apesar da importância que a intervenção privada apresenta para o processo de formação socioespacial do norte-paranaense, é visível que esta ação está bem longe das histórias e estórias propagadas ao seu respeito, pois nem todos os fatos foram tão promissores e carregados de sucesso como se propaga. Houve enormes dificuldades e injustiças sociais nesse processo, um recorte deixado à margem da real formação da região, constituído por trabalhadores anônimos e esquecidos no decorrer do tempo.

Os procedimentos de vendas da terra constituíam quase que uma peça teatral de tanta encenação acerca do falado “Norte do Paraná”. Segundo Vieira (1999), havia os “picaretas” (fazedores de histórias) da Companhia e os “jacus” (anônimos), mais tarde chamados de “pés-vermelhos”. Os agenciadores de terras eram na verdade os bandeirantes do século XX, pois atuavam em nome das empresas colonizadoras, sendo assim apelidados de picaretas. Isto pelo fato de que “[...] faziam uso de expedientes, até honestos, para vender um lote de terra. Alcançar o objetivo da venda era o paradigma fundamental que justificava qualquer logro: mentir, falsear, falsificar documento, roubar, matar. Enfim, podia-se ser até honesto, desde que vendesse (VIEIRA, 1999, p. 12).

Assim, seguindo a lógica do capital, o empreendimento colonizador possibilitou a expansão cafeeira¹¹³ para além do Rio Ivaí e Piquiri, já na região conhecida por Norte Novíssimo, e deste até o Rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, durante as décadas de 1940 a 1960. Entretanto, com a chegada da década de 1970 o ciclo do café no Paraná vai

¹¹³ O sucesso da região, e principalmente do desenvolvimento territorial da cidade de Londrina foi acelerado, tanto que nos anos 50 era considerada “a capital mundial do café”. Seu aeroporto foi o segundo mais movimentado do Brasil, perdendo apenas para o aeroporto de Congonhas em São Paulo, com idas e vindas de políticos, proprietários de terras e homens de negócio (STELLA; SOUZA, 2016, p. 02).

perdendo força em decorrência das constantes geadas que atingiram o Estado, a política de erradicação de cafeeiros – a fim de diminuir a produção nacional – e o subsidiamento de novas culturas com destaque para a soja, cana-de-açúcar, milho e trigo (CANCIAN, 1977).

O monocultivo cafeeiro intercalado pelos arruamentos de culturas alimentícias de autoconsumo (feijão, arroz, batata, mandioca, milho, trigo entre outros) harmonicamente viável e necessário para a reprodução da força de trabalho familiar se fez incompatível com a nova ordem econômica que se implantava no campo – a dita Revolução Verde –. Entrava em cena um novo modelo agrícola tanto na região Norte como nas demais regiões do Estado, sustentado pelas lavouras mecanizadas de soja, trigo, milho e pelas pastagens plantadas. A modernização do campo surge como uma espécie de panaceia:

[...] que solucionaria o problema da fome – baseada nas previsões malthusianas de escassez de alimentos frente ao crescimento acelerado das populações mundiais – e do subdesenvolvimento do mundo. Para a grande maioria dos países periféricos a adoção deste padrão tecnológico moderno representava mais do que a sua auto-suficiência alimentar, mas também a oportunidade de sanar a lacuna tecnológica que os separava dos países centrais, auxiliando os no processo de superação do seu atraso e direcionando-os para o crescimento econômico (LUZZI, 2007, p. 07).

Nesta nova lógica o Estado passou a atuar de forma direta no planejamento rural, atrelando o setor agrário com o processo de desenvolvimento econômico. Os reflexos foram à valorização da lavoura mecanizada e os sistemas tradicionais de cultivo deixados no esquecimento. Estes últimos foram “relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos” (MARTINI, 1990, p. 10).

A criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) pelo governo federal em 1961 instituiu uma política de estímulo à cultura de soja, em rotação principalmente com o trigo, em detrimento ao café (Gráfico 01). Essas estratégias de contenção ao café pautavam-se em controlar o mercado e o câmbio, com preços desestimulantes, aliado ao confisco cambial (MORO, 2000). “Entre 1970 e 1985, as lavouras permanentes (sobretudo o café) foram reduzidas em cerca de 59%. As lavouras temporárias (principalmente representadas pela soja e pelo trigo) foram ampliadas na mesma proporção” (MORO, 2000, p. 35).

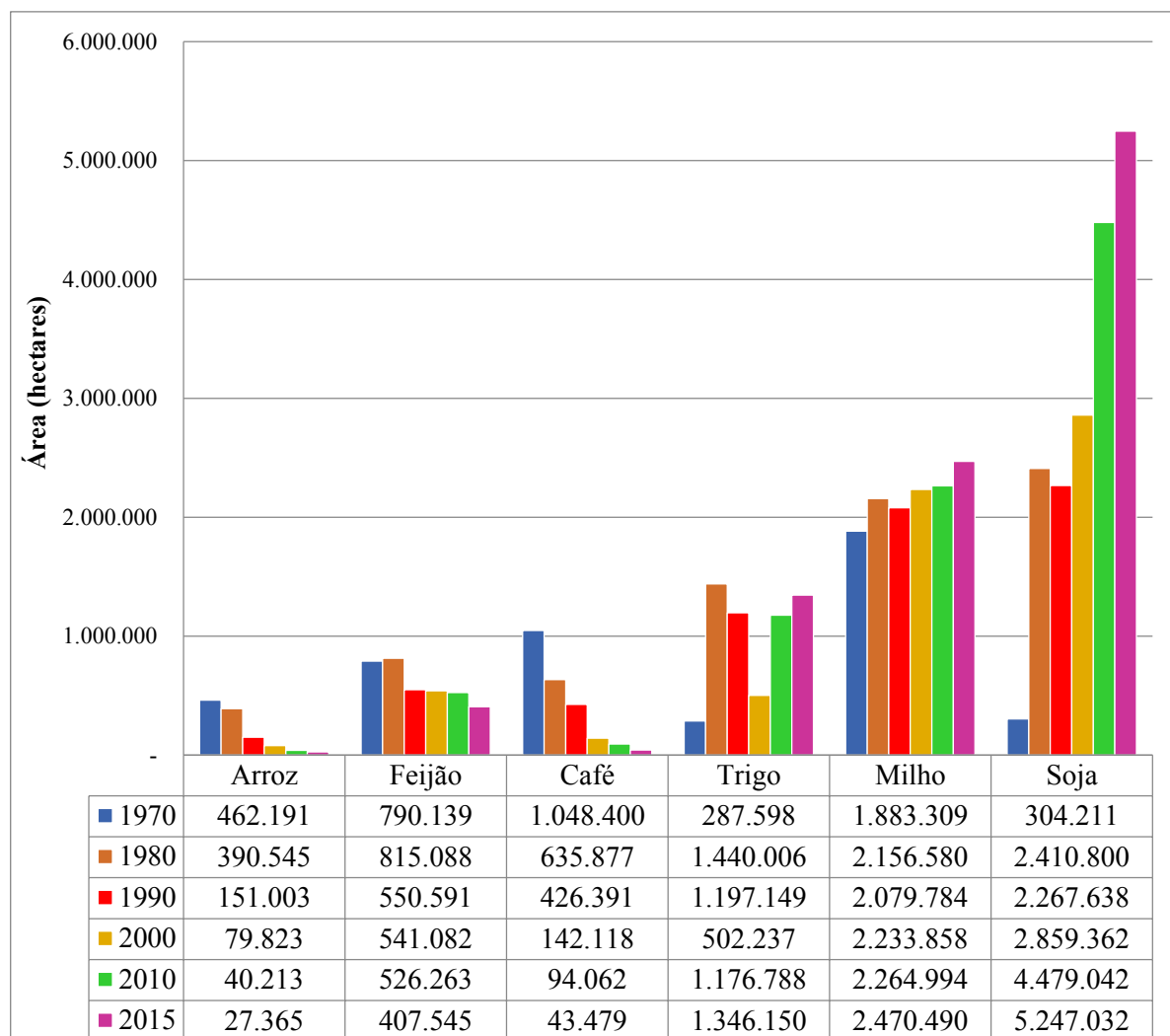


Gráfico 1: Evolução do uso do solo no Paraná.
Fonte: SEAB/DERAL (2017).

Conforme destacado no gráfico anterior, a intensificação de cultivos voltados para a exportação (*commodities*) teve um aumento significativo no Paraná nas últimas décadas, evidenciando a ampliação das ocupações monocultoras da terra. De acordo com Paulino (2003), após 20 anos de atuação do GERCA no Paraná, também houve um predomínio da expansão das pastagens, um processo que contou com a exploração dos trabalhadores rurais ‘formadores de pastagens’, pois estes se submeteram ao trabalho gratuito de formação dos pastos, tendo como retribuição a permissão de cultivo da terra por um breve tempo, em média de 2 (dois) anos. Como consequência, houve a eliminação de muitos empregos no campo, evidenciando que a dita ‘crise’ do café não resume todo o contexto socioeconômico vivenciado pelo país neste período.

[...] nos anos sessenta a indústria já movimentava as engrenagens do país, destacando-se sua influência no setor agrícola, cujo funcionamento passou a

ser dimensionado a partir das projeções e necessidades de acumulação da primeira. Com isso, as políticas agrícolas privilegiaram, sem exceção, culturas e atividades que representavam mercado de consumo ao setor industrial. É o que se pode concluir ao observar que, em 1975, o volume de crédito concedido ao setor agrícola coincidiu com a geração total de renda do setor, o que indica mera transferência monetária do setor público para o privado (PAULINO, 2003, p. 73).

Desta feita, intensifica-se o processo de concentração da terra nas mãos de poucos e consequentemente ‘expulsa’¹¹⁴ os sujeitos fixados no campo. Assim, com o processo crescente de urbanização e o êxodo rural acelerado no Norte do Paraná no fim do século XX, surge o complexo agroindustrial e a mecanização agrícola intensiva, modificando toda a paisagem e a lógica funcional e estrutural do setor rural.

Esta problemática social no campo teve um impulso final com a edição do Estatuto do Trabalhador Rural¹¹⁵ em 1963 proporcionando direitos iguais aos trabalhadores do campo com os da cidade. Assim, o meio rural adota um formato em que suas relações de trabalho se compõem pelas inovações técnicas (máquinas¹¹⁶, adubos químicos, herbicidas, entre outros) e pelos trabalhadores rurais chamados de ‘boias-frias’, os quais se deslocam diariamente dos subúrbios urbanos da região para trabalhar nas culturas monocultoras.

3.2 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR COMO “SERTÃO VAZIO” A SER OCUPADA

O surgimento da MRG de Faxinal remete a um levantamento histórico extremamente instigante e complexo ao mesmo tempo, considerando que seu processo de formação socioespacial envolve duas das três frentes de (re)ocupação do território paranaense – a do Paraná Tradicional (mais antiga e proveniente dos Campos Gerais) e a do Paraná Moderno (mais recente e oriunda da expansão agrícola paulista no Norte do Estado) –. Desta forma, em virtude da MRG de Faxinal estar situada na área de intersecção destas duas ondas povoadoras,

¹¹⁴ [...] o fator mão-de-obra eventualmente liberado até 1966, considerando que em média um homem trata de aproximadamente 2 mil e 200 caféeiros, que uma família tem duas enxadas e se compõe de cinco pessoas [...] foi da ordem de 116 mil enxadas, ou 58 mil famílias, ou 290 mil pessoas ligadas à cultura do café, que ficaram marginalizadas das zonas rurais (IBC-GERCA/DAC, 1967, p. 32).

¹¹⁵ Com a chegada das obrigações trabalhistas e os consequentes encargos sociais no campo, o sistema esboroou-se. O Estatuto do Trabalhador Rural, então foi à pá-de-cal. O meio rural não estava preparado para a brusca mudança [...] (EXPRESSÃO ECONÔMICA, 1977, p. 37).

¹¹⁶ Como resultado, de acordo com os recenseamentos agropecuários do IBGE, a frota de tratores no Paraná, que era de 5.181 unidades em 1960, passou para 18.619 unidades dez anos depois, num incremento da ordem de 260% (SERRA, 2010, p. 82).

tem a sua (re)ocupação efetiva tardiamente em relação a outras regiões paranaenses, uma vez que está posicionada na margem mais periférica destas respectivas frentes de expansão.

Além da tradicional incidência de povos indígenas¹¹⁷ nativos da região, os quais se caracterizam como as primeiras civilizações ali presentes, após o século XVI com a presença das missões religiosas espanholas tem-se uma mudança na organização sócioterritorial nos atuais domínios da MRG de Faxinal/PR com o processo de ‘civilização’ dos grupos indígenas representado principalmente pelos Guarani, os quais adotaram novos hábitos e passaram a praticar a agricultura, tornando-se sedentários. Entretanto, esse modelo organizacional é posteriormente superado e destruído¹¹⁸ no século XVII pela invasão das bandeiras paulistas.

Situado nos limites da extinta Província de Misiones (1585-1896) na então República do Guairá, a região foi objeto de passagem de várias expedições e bandeiras. As primeiras explorações e incursões mais efetivas da região iniciaram-se já no final do século XVII quando o comércio das feiras de Sorocaba estava consolidado e os primeiros povoados¹¹⁹ dos Campos Gerais eram construídos, surgindo um interesse maior pelas terras a margem esquerda do Caminho de Viamão já no Terceiro Planalto paranaense, surgindo o interesse dos primeiros posseiros que praticavam a agricultura de autoconsumo e a criação de porcos.

No final do século XVII, inicia-se também a ocupação do Terceiro Planalto. Várias expedições de reconhecimento exploraram os campos de Guarapuava, sem, no entanto, estabelecerem povoados. Com a chegada da família imperial ao Brasil, é determinada a ocupação efetiva desses campos, o que ocorre, em 1810, com a fundação de uma fortaleza nos campos de Guarapuava e a distribuição de sesmarias para formação de fazendas. Em 1849, o povoado de Guarapuava, originário dessa ocupação, é elevado à categoria de vila, tornando-se o primeiro município do Terceiro Planalto paranaense (CIGOLINI, 1999, p. 30-31).

A colonização do Terceiro Planalto paranaense recebe um fluxo direcionado e militarizado do governo paulista, com ordens provenientes diretamente da Coroa Portuguesa;

¹¹⁷ A evidente presença do indígena no Paraná não é, entretanto, registrada pela história da região. [...] Pois, na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravo”. [...] Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam (MOTA, 1994, p. 04).

¹¹⁸ Na região em estudo, a violência recairá inicialmente sobre o indígena e o caboclo. No momento seguinte, atingirá o posseiro, para depois ter como alvo fundamentalmente o trabalhador rural (TOMAZI, 1997, p. 20).

¹¹⁹ Os povoados que mais tarde transformaram-se em cidades tinham distancias entre si ao equivalente um dia de viagem das tropas, lugar onde foram as pousadas tropeiras para descanso do homem e da manada. (MYSKIW, 2002, p. 71).

O ministro de D. José I, Rei de Portugal, o Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, nomeia, em 04/02/1764, Morgado de Matheus para governador e Capitão General da Capitania de São Paulo e recomenda a defesa do território, incremento do povoamento, cadastramento da população e melhoria das vias de comunicação do atual Paraná (LAZIER, 2004, p. 71).

Para a garantia da posse do território paranaense houve o recrutamento de soldados no Paraná, os quais a partir de Curitiba buscavam a conquista não só do rio Tibagi como também os demais rios paranaenses. Assim, o território paranaense já se encontrava reconhecido a partir de 1774, com inferências ao Rio Ivaí, Rio Corumbataí e o Rio Tibagi. “[...] A viagem continuou até o rio Paraná, que foi atingido a 6 de janeiro de 1770. Acompanhando a margem leste deste rio, a expedição chegou até os saltos das Sete Quedas [...]” (MAACK, 1981, p. 47).

No decorrer do século XVIII a atual MRG de Faxinal já conhecida pelos viajantes não era atraente comercialmente, a frente pioneira da região chegaria apenas no século seguinte. Nesse período iniciava-se a frente de expansão na região, considerando que o sistema de sesmarias¹²⁰ havia criados vastos latifúndios nos campos dos curitibanos e na região dos Campos Gerais, dificultando a instalação de propriedades camponesas nestas localidades.

Neste sentido, a MRG de Faxinal tem uma construção sócio-territorial rústica e a margem das regiões pioneiras no Paraná Tradicional, com a fixação no seu território de caboclos aventureiros, descendentes de bandeirantes paulistas e a miscigenação destes com os indígenas da região.

[...] De um lado, houve a invasão de paulistas de Itararé e Faxina (atual Itapeva) que, com base em São Sebastião do Faxinal, tomaram flancos meridionais do espigão mestre: eram criadores de porcos e “safristas” que tipicamente, não chegaram a se fixar na região. Por outro lado, a região vem recebendo, recentemente, um influxo povoador partindo de Campo Mourão, de colonos gaúchos e catarinenses que, atraídos pelo renome do Norte do Paraná, abandonaram suas policulturas para tentarem o café [...] (MÜLLER, 1956, p. 44).

Neste cenário, a burocratização do poder público-privado ainda não estava presente e as pessoas viviam no seu ‘mundo livre’¹²¹, estava inaugurado o berço populacional da região, os sertanejos que abrem as primeiras picadas no meio da mata até o povoado de Queimadas

¹²⁰ O regime de sesmaria salienta a influência dominialista acobertada pela concessão estatal, em benefício de alguns poucos privilegiados que, muitas vezes, não estavam interessados em explorar economicamente a terra [...] (COSTA, 1986, p. 89).

¹²¹ Nesse “mundo livre”, autônomo, distante e isolado de um país em plena formação, viviam em certa paz. Até que ao findar o século XIX o capitalismo avança sobre os sertões e rincões: florestas são rasgadas pela modernidade, trens são instalados no caminho das tropas, a floresta começa a desabar para abastecer mercados externos, modernas fábricas ocupam espaços de singelas madeireiras, e suas terras de posse passam a ter valor de mercado e delas são expulsos (FRAGA, 2006, p. 213).

(atual Ortigueira/PR), por onde iriam escoar suas pequenas produções agrícolas. Daí em diante, para o chamado ‘sertão’, saíam tropas que atingiam até Faxinal de São Sebastião.

Conforme Silva (2007), o interesse em expandir-se economicamente fez com que a ‘civilização’ adentrasse em territórios para além dos limites campestres, invadindo a cobertura florestal de ervais e araucárias e ainda a vivência dos lugares caboclos. Assim, foram-se aos poucos tornando conhecido aos ditos ‘civilizados’ regiões condizentes aos atuais municípios de Cascavel, Pitanga, Ortigueira, Faxinal, entre outras áreas do estado.

Na época da emancipação da Província do Paraná (1853), o sertão desconhecido da MRG de Faxinal pertencia à Vila de Castro, fundada em 1778, sendo esta última oriunda dos constantes pousios tropeiros no caminho das tropas. As incursões de exploração nas regiões mais interior da Província também eram intensas neste período, sendo que mais a noroeste de Castro nas margens do Rio Tibagi já havia migrantes paulista desde o final do século XVIII fixado num povoado do mesmo nome (pertencente à Vila de Castro) (TIBAGI, 2015). O povoado foi elevado à categoria de Freguesia em 1846 e em 1872 emancipa-se politicamente, surgindo a Vila de Tibagi. O novo município passou a ser o portal de entrada para o sertão paranaense, incluía ai todo o Terceiro Planalto, sendo que sua extensão limitava-se “ao Norte com o Estado de São Paulo, pelo Rio Paranapanema, à Oeste com o Estado do Mato Grosso, pelo Rio Paraná, e ao Sul com o município de Guarapuava” (TIBAGI, 2015, p. 05).

O fluxo de migrantes e imigrantes se intensificou com a chegada do século XX, visto que o Paraná já possuía uma capital político-administrativa organizada e fazia-se necessário uma (re)ocupação efetiva na maior área possível do seu território. O Norte Pioneiro do estado já tinha as primeiras levas de famílias migrantes produzindo gêneros agrícolas e na região do Paraná Tradicional, por volta de 1900, uma caravana de sertanejos vindos de Castro e São Paulo ocupou uma área de cerca de 300 alqueires de terra pertencente ao município de Tibagi, Esse desbravamento da região deu origem ao vilarejo de Queimadas (atual Ortigueira), que foi elevada através da Lei Estadual nº 2.030, de 12 de março de 1921 a Distrito Judiciário do município de Tibagi (DEL CARMEN; FUSCALDO; SPOLADORE, 2010).

Para Alves (2003, p. 82), “a frente de expansão formada pelos caboclos, constituía-se principalmente de safristas que tinham em Queimadas um ponto de apoio, inclusive para se chegar ao Terceiro Planalto Paranaense”. Essa região, incluindo Faxinal de São Sebastião teve seu povoamento de modo disperso, caracterizando-se por uma ocupação através da posse e da grilagem, gerando, ao mesmo tempo, os latifúndios, as pequenas e médias explorações.

O tipo característico é o ‘safrista’ com seus contratados, sempre à procura de terras novas para as grandes roças de milho que alimentam os porcos. Realizada dêste (sic) modo primitivo a criação de suínos é a forma econômica predominante na infiltração do povoamento na mata. [...] É que o porco é o produto mais facilmente (sic) transportável. Ao ser encaminhado para a zona consumidora êle é tocado a pé pelas trilhas estreitas e irregulares até atingir pequenas povoações junto a melhores estradas, de onde o caminhão os leva para a estação rodoviária. Em épocas anteriores ao automóvel, bando de suínos (‘porcadas’) eram conduzidas a pé, de Pitanga, Guarapuava, Cândido Abrel, Faxinal de São Sebastião, [Ortigueira, então Queimadas] etc. até a estrada de ferro, em Ponta Grossa, por distâncias que atingiam duzentos ou mais quilômetros! Dêste modo, transformado em banha, o milho se escoava mais facilmente (sic) do sertão para os mercados (BERNARDES, N., 1952, p. 71-72).

A sensação de um ‘sertão’ em que todos podiam realizar suas explorações permitiram além da propagação de latifúndios, a instalação da reprodução camponesa. Conforme Maestri (2005), “a carência de braços e a abundância relativa de terra determinaram forte tendência à expansão demográfica das comunidades de pequenos camponeses” (p. 41), uma prática que acontecia no formato itinerante, isto é, quando a produção diminuía, os pequenos agricultores deslocavam-se para áreas novas, na maioria das vezes por volta de oito anos. Por fim, com o adensamento dessas populações posseiras, estas também empregavam as práticas de interação por intermédio do sistema de mutirões¹²².

Havia um sistema de produção do porco caipira em safras. Na base da pirâmide poderiam ser encontrados caboclos espalhados no sertão, com roças de arroz, feijão, abóbora, mandioca, batata-doce e milho, das quais, alimentavam a família cabocla e alimentavam também os porcos. [...] [...] Os safristas, que também trabalhavam com suas famílias, juntavam-se a outras famílias na realização de tarefas maiores ou mais difíceis, no chamado “mutirão” e “troca de dia de serviço”, entre famílias de safristas e de posseiros. Haviam socorros. Quando sabiam que uma família passava por algum caso de enfermidade que impossibilitasse ao trabalho algum membro, a vizinhança se reunia para “limpar a roça” do convalescido (JÚNIOR, 2017, p. 50).

De acordo com Bach (2009), este sistema de criação de porcos desenvolveu-se no Brasil entre os anos de 1800 e 1960. A criação de porcos consistia na criação dos animais

¹²² Outros costumes, como o do muxirão ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no “mais animados do espírito da caninha do que do amor ao trabalho”. É evidente que explicações semelhantes são exatas apenas na medida em que patenteiam o que há de excêntrico e mais ostentoso na verdade: realismo do traço grosso e da caricatura (HOLANDA, 1995, p. 60)

mata adentro pelos caboclos, evidenciava uma aproximação entre os manuseios da terra pelos guarani, jesuítas e kaingang. Com uma agricultura volante¹²³ eles divergindo bastante das explorações agrícolas ditas ‘modernas’ implementadas nos cafezais paulistas. Em seus estudos no Norte do Paraná Monbeig (1984) discorreu acerca dessa particularidade.

Ao sul do espigão Londrina-Apucarana, quando se vai em direção a [Faxinal de] São Sebastião, encontram-se outros pioneiros paulistas, que vieram dos municípios vizinhos à fronteira com o Estado do Paraná (Itararé e Faxina). São criadores de porcos que, depois de fazer queimadas e semear o milho, soltam os animais no campo até a engorda. São chamados “safristas” e não se fixam à terra, portanto nada têm em comum com o pioneiro que planta café e algodão. (MONBEIG, 1984, p. 207).

Conhecidos como tropeiros de porcos, estes sujeitos tinham menos recursos do que os tropeiros tradicionais, “mais conhecidos como porcadeiros, se diferenciavam do tropeiro convencional porque andavam “a pé e descalço”, tendo sido geralmente índios ou negros os que realizavam este tipo de tropeada” (FRAGA; CAVATORTA; GONÇALVES, 2017, p. 77). Assim, o indígena e o negro também participaram junto aos caboclos com as realizações das tropas de porcos, evidenciando uma segmentação racial atinente ao mundo do trabalho tropeiro, dada a existência das tropas de gado (em sua maioria com os homens brancos) e os safristas (composta quase sempre por índios¹²⁴, negros e caboclos).

Segundo Fraga; Cavatorta; Gonçalves (2017), a suinocultura envolveu diversos sujeitos nos seus respectivos ciclos de operação, incluindo os criadores de porcos (geralmente camponeses), safristas¹²⁵, compradores de porcos, porcadeiros (quem tropeava as varas) e finalmente os frigoríficos. A criação dos porcos ainda magros cabia aos camponeses, que eram comprados por atravessadores vinculados, ou não, aos safristas. Estes últimos percorriam os sertões durante os meses de março e abril comprando porcos magros para a engorda e os transportavam até as plantações de milho para que engordassem (soltos). “Os

¹²³ [...] as safras resultaram enormes áreas de desmatamentos para o plantio de lavouras, sobretudo do milho para a engorda dos porcos, praticados em grande parte em terras devolutas, que implicavam, inclusive, na derrubada de pinheiros e de outras madeiras de lei que acabavam calcinadas pelo fogo. Quando exaurida a fertilidade do solo pela frequência das roçadas e queimadas das capoeiras e pisoteio da porcada, nova área de mata virgem era aberta, para descanso da primeira assim sucessivamente, alargando-se dessa maneira os desmatamentos (LIMA, 2014, p. 05).

¹²⁴ “Entrando nas matas dos planaltos ocidentais, os fazendeiros lá encontraram os índios. Eram estes de todo separados do movimento de expansão, economicamente. Todavia, foram eles os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo [...]” (MONBEIG, 1984, p. 129).

¹²⁵ “Do gaúcho herdou-se a técnica do “porco alçado” e do caboclo o “porco de safra” [...] [...] O sistema de criação do “porco de safra” pode constituir-se a segunda etapa da criação de “porco alçado”. Nesse sentido, pode se dizer que os caboclos são conhecedores de ambas as técnicas” (CHANG, 1988, p. 26).

safristas eram os que mais ganhavam dinheiro, porque eles compravam os porcos magros e vendiam quando estavam gordos, pelo dobro do preço” (BACH, 2009, p. 94).

Para a criação dos porcos no sistema de safra, os safristas possuíam a terra, demarcando as áreas conforme a capacidade de trabalho da família. A área demarcada era chamada de frente, que normalmente era dividida pela posse de um morro ou de uma água (delimitada por pequenos córregos ou riachos). As áreas possuídas eram terras do Estado e podiam chegar até a 200 alqueires. [...] [...] O trabalho na safra era exercido pela família e nos momentos que esta necessitava de mais pessoas para as atividades, principalmente na derrubada da mata (e/ou capoeira) e no plantio do milho, havia a realização de mutirões e trocas de dia de serviço entre as famílias de safristas e de posseiros. (ALVES, 2004, p. 65).

Nas pequenas posses viviam “caboclos muito esparsos [...], [que mantinham] suas rocinhas de subsistência contendo mandioca, milho, e com as quais alimentam também alguns porcos”, que além da manutenção alimentar dos seus integrantes, o excedente eram comercializados com os safristas que os engordava na safra (VALVERDE, 1957, p. 191). “Em Faxinal, a 50 quilômetros de Jandaia, havia muitos safristas. O objetivo deles era comprar porcos magros, para engordar, mas que produzissem bastante banha. Quanto mais gordo o porco, mais valor tinha” (BACH, 2009, p. 340). Por isso, ter uma criação de porcos representava fartura¹²⁶, pois “guardava-se a carne frita na banha acondicionada em latas, para não estragar, não tinha geladeira, nem eletricidade. Levava-se um pernil para o vizinho que da mesma forma voltava quando eles carneavam” (KASPARY, 2010, p. 58).

Conforme Júnior (2017), entre os safristas havia também alguns que se especializavam na compra de porcos dos safristas “no mato” com o intuito de angariar lucros com sua venda em compradores do norte paranaense, iniciando por Faxinal de São Sebastião, Apucarana e Londrina, ou ainda mais ao sul, em Campina Alta (atual Manoel Ribas/PR) ou Pitanga, chegando até Ponta Grossa. Após a engorda dos porcos, cabia ao porcadeiro a tarefa de transportar os animais até os grandes frigoríficos para serem comercializados.

Para Maceda (2005) em virtude dos porcos serem criados soltos, a condução de suas tropas é umas das mais difíceis de realizar. Após atingirem o peso ideal para o comércio eles eram reunidos em forma de tropa para serem conduzidos aos frigoríficos. Em virtude da natureza selvagem dos bichos, os tropeiros tinham que usar de artifícios para conseguirem

¹²⁶ Era o mesmo que ter um açougue e um armazém dentro de casa. Dos porcos vinha a banha, a lingüiça, o toucinho, o chouriço, o torresmo, a carne e demais derivados, tão conhecidos da população brasileira. Utilizada na refeição diária a carne de porco é um alimento tão completo quanto a carne de boi. Frita, pode ser conservada por longos períodos junto com a banha, em tempos de guerra e de outras necessidades. Além disso, a criação sempre se constituiu como atividade lucrativa (BACH, 2009, p. 32).

conduzir os mesmos, como a costura das pálpebras dos mais agitados e até a aplicação de gotas de creolina em seus olhos para cegá-los por alguns dias. Assim, através do cheiro estes continuavam na vara seguindo os demais animais. A atração dos animais pelo caminho escolhido dava-se com a distribuição de milho (carregados em buacas no lombo de mulas) no chão, uma exaustiva tarefa que tomava o dia dos tropeiros e que logo cedo no dia seguinte era novamente retomado. Isso se repetia por dias, semanas e até mais de mês, sendo que se atingia no máximo trajetos entre 6 e 10 km por dia de caminhada.

Segundo Bach (2009), outro método também usado nas conduções dos porcos consistia no uso de cães treinados, chamados de cães porqueiros. Com o intuito de facilitar o controle dos animais no decorrer do percurso, eles eram separados em grupos de cem ou duzentos animais, conhecida como talhas. Cada uma dessas talhas ficava sob a responsabilidade de três a quatro peões tocadores. Contra possíveis imprevistos de animais mortos ou extraviados no trajeto, seguia também a sobretalha, para garantir a entrega dos lotes compromissados na venda aos frigoríficos.

Conforme Alves (2004), as varas de porcos eram conduzidas para Ponta Grossa ou diretamente para Jaguariaíva, esta última era o principal mercado onde tinha se instalado em 1924 o frigorífico Matarazzo (este funcionou até 1964).

A criação de suínos em larga escala no Norte Pioneiro atraía a atenção dos maiores frigoríficos brasileiros. As Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, de São Paulo, instalou-se nas proximidades com um grande frigorífico em Jaguariaíva, aproveitando a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande [...] [...] Porcos de Apucarana, Campo Mourão, Maringá, Ivaí, Faxinal de São Sebastião, entre outros municípios, eram tropeados e industrializados em Jaguariaíva (BACH, 2009, p. 271).

Esta realidade é esclarecida por Wachowicz (1987) quando coloca que com a instalação do frigorífico Matarazzo no Norte do estado, os safristas saíam em busca de comprar porcos nas diversas regiões produtoras do interior, passando pelos povoados de São Roque (atual Tamarana/PR), Queimadas e Faxinal de São Sebastião devido ao fato dos suínos terem um preço mais baixo, apesar da distância entre eles. Probst (2004, p. 42) descreve que “os porcos cresciam soltos no mato, sem assistência, sendo denominados de ‘baguás’ aqueles criados pelos camaradas mais pobres da região, inclusive pelos bugres”.

De acordo com Bach (2009), o fim do ciclo dos porcadeiros coincide com a chegada das estradas nos anos 1950. As viagens passaram a acontecer por caminhões, à criação dos animais não foi mais possível ocorrerem soltos, haja vista a diminuição de áreas em

decorrência dos avanços das ocupações madeireiras. “Este grande mercado do porco caipira tipo banha subsistiu até início da década de 1980. Mas já vinha declinando à razão do avanço da colonização agrária e do parcelamento das terras, que inviabilizou a suinocultura caipira extensiva, típica do sistema de safras” (JÚNIOR, 2017, p. 51-52). Entre outros motivos relacionados ao findar do sistema de tropeadas tem-se a peste suína clássica, a troca da banha por óleos vegetais, a criação dos porcos em sistema de granjas e a modernização agrícola, principalmente com a plantação de monocultivos para exportação.

Enfim, os safristas foram um dos derradeiros sujeitos que participaram da frente de expansão de Faxinal de São Sebastião (atual município de Faxinal). Este, que foi para Westphalen et al (1968, p 10), “o último movimento de expansão das populações dos Campos Gerais, já no século XX, realizado na direção de Tibagi. Tibagi foi o centro dessa pequena frente pioneira que alcançou Queimadas e Faxinal de São Sebastião”.

Bernardes (1953, p. 361) corrobora também esta hipótese e assim manifesta:

A primeira penetração no 3º. Planalto a oeste do Tibagi foi feita pelo Sul, tendo como ponto de apoio a vila de Queimadas, atual Ortigueira. Suas terras férteis, ocupadas por vastos pinheirais facilmente penetráveis atraíram caboclos e ex-colonos que, partindo da vila de Ortigueira, galgaram a escarpa e, no alto do planalto, estabeleceram suas roças, espontânea e desordenadamente. Muitos destes elementos eram provenientes da colônia Assunguí e de outros núcleos decadentes. Em regra geral, eram indivíduos despejados de terras ocupadas indevidamente ou foragidos da lei.

Continuando suas discussões a respeito da (re)ocupação da região, o autor expõe a realidade socioespacial que se dava na localidade:

O povoado de Queimadas era o centro de onde se irradiavam as trilhas de tropas que nos anos pouco anteriores a 1920 davam margem à expansão dos caboclos e dos descendentes de europeus que demandavam a região. Muitos chegavam a galgar a “serra” e sobre o terceiro planalto, na zona do Faxinal de São Sebastião, estabeleceram uma frente pioneira de duração efêmera na década de 1920 (BERNARDES, 1952, p. 69).

Apesar do pouco interesse que o povoado de Faxinal de São Sebastião expressava economicamente no cenário regional, o local já era bem conhecido. “Dêste povoamento que, ao norte se estendeu até a zona de São Roque e Marilândia resultou a destruição de enormes áreas de pinheirais substituídos depois de alguns anos de roças descuidadas, por extensos samambaias que revelam a criminosa devastação aí realizada” (BERNANDES, 1953, p. 262).

Desta feita, o governo do estado atua no sentido de fixar os habitantes deste território e inviabilizar a chegada de novas levas povoadoras. Esta ação ocorreu após o envio do relatório pelo comissário de terras de Tibagi, apresentado à Secretaria Geral do Estado no ano de 1925. Conforme as informações apontadas na íntegra da Portaria nº 433 daquele ano para a regularização de terras devolutas em Faxinal de São Sebastião (BATISTA, 2010).

O Secretário Geral d'Estado, no intuito de normalizar a situação dos nacionaes que ocupam, sem documentos que os habilitam, as terras devolutas existentes no Faxinal de São Sebastião do município de Tibagy, determina ao Sr. Comissário de Terras desse município que convide a todos os ocupantes dessas terras a requererem por compra, dentro do prazo de noventa (90) dias, as glebas que ocupam sob pena de serem considerados invasores de terras do Estado e como tal sujeitos ao disposto nos arts. 81 e 224 do regulamento de 8 de abril de 1893. A esses requerentes serão as terras vendidas ao preço de 8\$000 o hectare e o pagamento feito em 6 prestações annuaes, como é facultado pelo Art. 4º da Lei nº 820, de 7 de maio de 1908, não devendo, entretanto, a área vendida, exceder a 200 hectares para cada um dos interessados, que ficam sujeitos ao pagamento das medições, o qual será feito directamente ao respectivo Commissario de Terras. Secretaria Geral d'Estado, em 6 de abril de 1925. Portaria Nº 433, da Secretaria Geral do Estado (MERCER, 1978, p. 172, grafia oficial).

Com a incumbência de acompanhar a regularização das terras devolutas do estado, o Comissário de Terras do município de Tibagi descreveu que existiam muitas famílias instaladas em Faxinal de São Sebastião, apresentando à Secretaria Geral do Estado no ano de 1925 um relatório que indicava a presença de muitos posseiros (sertanejos, caboclos) na região. Este apontava em seu relatório que:

Compreendendo os nossos patrícios sertanejos a necessidade de por um termo à sua vida errante, de eterno intruso, receberam eles os favores contidos naquela portaria como uma dádiva do céu e, todos ou quase todos, vieram solícitos a este Comissário entregar os seus requerimentos para serem encaminhados à Secretaria Geral. Assim é que já estão em andamento 192 requerimentos além de mais setenta e 2 que estão sendo encaminhados. [...] Pelo que pode ser observado, a zona de São Sebastião ocupada pelos nacionais abrange uma área de cinquenta mil hectares, suficientes, portanto, para atender os lotes requeridos (MERCER, 1978, p. 173).

A frente de (re)ocupação do Paraná Tradicional também já havia lançado seus 'braços' nos Campos de Guarapuava com uma efetiva participação do poder público através da "Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava". Após os primeiros choques com indígenas e as primeiras atividades agrícolas já vigentes desde o final do século XVIII, no dia 02 de março de 1859, pela Lei Provincial nº. 54, foi elevada à categoria de Comarca. Em 1871,

através da Lei Provincial nº. 271, a Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava foi elevada à categoria de cidade (MARTINS, 1995).

Quando os campos de Guarapuava já se achavam divididos em fazendas prósperas e chamavam a atenção de novos criadores de gado para as suas possibilidades, passou-se a olhar os Campos de Palmas como ofertantes de possibilidades que algumas pessoas, mais animosas, entenderam de conquistar, a todo custo, aos índios (MARTINS, 1995, p. 194).

Além dessas incursões pioneiras nas regiões ao entorno do vilarejo de Faxinal do São Sebastião têm-se a formação dos povoados da Colônia Tereza Cristina (atual Candido de Abreu/PR) desde o ano de 1847, o povoado de Campinas Belas (atual Reserva/PR) com viajantes aventureiros desde 1845 e o avançamento do Norte do Paraná já no século XX através das companhias privadas de colonização (STECA, 2002).

O adentramento nos sertões da Colônia Tereza Cristina foi realizado sem qualquer preocupação limítrofe, o cenário perfeito para a grilagem¹²⁷ de terras por ações mal-intencionadas. A região que a Sociedade Territorial Ubá Ltda comprou era descrita inicialmente como “[...] um terreno na margem esquerda do rio Ivahy, no lugar denominado Salto Grande descendo de dito Salto pelo rio Ivahy abaixo e confrontando com o rio Corumbatahy [...]” (BOING, 2007, p. 10), escritura de 2 de Dezembro de 1853 em Colônia Thereza. Assim, as terras da barranca esquerda do Rio Ivaí até o Rio Corumbataí foram quase que complemente griladas com a conivência do estado, apesar do litígio burocrático que a colonizadora teve com o Paraná por um período.

O problema da grilagem de terras no Estado era tão crítica que em 1940 o Interventor do Estado, Manoel Ribas afirmou que: “precisamos acabar com esses senhores feudais”. Quase toda a área grilada era ocupada por milhares de posseiros, os quais, como pioneiros, desbravaram e povoaram, de fato, o Paraná (LAZIER, 2004, p. 210). Em um estudo acerca dos anos 1932 a 1939, endereçado ao então Presidente da República Getúlio Vargas, Manoel Ribas, destacou diversas irregularidades e comprovou “a fraude e o vício imperam na documentação com que supostos proprietários se arrogam o domínio sobre extensa área, constituindo quase um terço da superfície do Estado” (RIBAS, 1939, p. 24).

¹²⁷ [...] a prática organizada da grilagem de terras era realizada por “espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade”. [...] A grilagem de terras faz parte da história fundiária do estado do Paraná. Pelo menos 20 grandes grilos puderam ser identificados durante as décadas de 1930 e 1940 do século XX. A maioria desses documentos falsos era forjada, oficialmente, por cartorários inescrupulosos (PRIORI, 2007, p. 140).

O caso específico da Sociedade Territorial Ubá Ltda, famosa e conhecida através das denúncias “o bendengó do Ubá” foram feitas por Edmundo Alberto Mercer, também chamado Toca Mercer, no jornal “Diário dos Campos” de Ponta Grossa já em 1913.

[...] que era uma adaptação de escrituras ao solo ambicionado, ampliando-se as divisas como se fossem de goma-elástica” [...] “que escrituras e cisas anteriores a 1854 não faltarão”, que “terrenos que nunca foram habitados, situados em zonas remotíssimas que nunca produziram um só grão de cereal, são, como por encanto, ‘propriedades particulares’, não sujeitas à legitimação porque tem escritura de venda e siza paga antes de 1854 [...] [...] que as escrituras que servem de base, com datas remotas, referem-se a lugares que nas respectivas épocas ainda eram desconhecidos. [...] Que indivíduos sem direito algum vão se apossando de áreas fabulosamente grandes do nosso território, com o dispêndio apenas de algum selo e propinas [...] (MERCER, 1978, p. 75).

A formação do atual núcleo urbano de Faxinal/PR teve seus primórdios com a agricultura de autoconsumo e a criação de porcos realizada as margens do atual Rio São Pedro. A toponímia Faxinal refere-se aos campos abertos de matos curtos, nome formado pelo termo “faxina”, acrescido do sufixo nominativo “al”. O termo “faxina” vem do italiano “fascina”, designando região de campo, entremeada de arvoredos e trecho alongado de campo que penetra na floresta ou ainda campo de pastagem cortado por arvoredos e guaiá (mato ralo constituído de pinhal, taquaral, erval etc.). O sufixo “al” origina-se do latim “ale”, significando coleção ou quantidade (MUSEU DE FAXINAL/PR, 2016).

Enfim, destaca-se como uma localidade composta de vegetação pouco densa, facilitando a instalação humana na área. Outro entendimento desta questão é discutido por Cardoso; Westphalen (1996) ao evidenciar a aptidão de “criar animais soltos” em sistema de ‘faxinais’, considerando que esta prática cabocla foi responsável pelo surgimento de muitas cidades. Assim, dada as condicionantes paisagísticas e as explorações realizadas neste lugar, suas primeiras invasões passaram ser conhecidas como a região do Faxinal.

Desta feita, o local ficou conhecido como Faxinal de São Sebastião. Esse último nome “São Sebastião” está atrelado a uma religiosidade do ‘sertão’¹²⁸, a qual se mistura com valores da ética camponesa, sendo que através desta interação cria-se “uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. No Brasil, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa” (MARQUES, 2008, p. 59).

¹²⁸ “[...] menos que um lugar geográfico, uma forma de organização social, uma percepção da diferença como função do espaço ou do tempo, o sertão é uma forma de ser, é aquilo que, dentro de nós, nos distingue, ontem e permanentemente, como brasileiros” (SENA, 1998, p. 24).

Para Fraga (2006), estas manifestações religiosas ficaram bastante afloradas junto à população cabocla dos três estados sulinos após o século XIX, principalmente depois da passagem dos monges andarilhos que cruzaram os sertões meridionais de lado a lado, medicando e aconselhando os caboclos. Na verdade, foram três monges que percorreram a região, em momentos críticos (conflitos pela terra) da história do país, com destaque para a “Guerra do Contestado”. Em decorrência da forte devoção que esses Monges destinavam ao “Santo São Sebastião”, “era muito comum nas casas dos sertanejos coabitarem imagens de São Sebastião ao lado de amuletos do Monge” (TONON, 2008, p. 24).

Neste sentido, em decorrência da passagem destes monges pelo interior do Paraná, incluindo os domínios do atual município de Faxinal/PR, a adoração a São Sebastião foi repassada aos caboclos que ali viviam, ganhando assim as terras do Faxinal o nome de Faxinal de São Sebastião. Esta construção social, trilhada em esparsas e esquecidas reduções caboclas, encontra nesta ‘práxis’ religiosa uma “possibilidade de construir sua própria identidade, que pela religiosidade popular, ele reproduzia conhecimentos antigos e recriava novos conhecimentos, capazes de dar sentido ao seu dia-a-dia” (OLIVEIRA, 1992, p. 35).

Castro (2014) corrobora da influência do “Santo São Sebastião” em nomear o lugar, pois destaca e associa a invasão de “um grupo de aventureiros que se confirma popularmente que chegaram aqui no dia 20 de Janeiro, dia de São Sebastião, vindos no sentido, onde hoje é o lago Saracura, provavelmente, do atual município de Ortigueira” (p. 10). Estes caboclos anônimos que precedem a ‘história oficial’ do município são de fato os verdadeiros ‘pioneiros’ da região, que assim como as populações indígenas, foram ‘marginalizados’ com a chegada das chamadas frentes pioneiras institucionalizadas pelo capital e o Estado.

Entre 1911 e 1926 a localidade do Faxinal de São Sebastião era habitada por cerca de 500 posseiros, gerando disputas entre posseiros, fazendeiros e pessoas que procuravam um novo lugar para residir. Este tipo de invasão:

[...] espontânea e desordenada corresponde à penetração verificada desde o começo do século ao longo da estrada para Foz do Iguaçu [...] [...] Movimento semelhante teve início por volta de 1920 em direção ao norte do estado, atingido em Faxinal de São Sebastião por uma leva de caboclos e colonos que iniciaram sua ocupação nos moldes que ainda caracterizam o oeste (BERNARDES, 1953, p. 372).

No início da década de 1920 o povoado que originou a atual cidade de Faxinal já estava bem consolidado, sendo os primeiros ocupantes a fixaram residência na localidade: Cecílio Caetano dos Santos, João Vacheski, Evaldo Vekerkin e Francisco Leocádio dos

Santos. Acompanhados das respectivas famílias, esses sujeitos construíram casas no outeiro onde hoje se localiza a sede do município de Faxinal. A ótima qualidade da terra roxa e a relativa facilidade em tomar lotes para exploração na região atraiu imediatamente um grande número de novos colonizadores (IBGE, 2016).

O crescimento populacional e a intensificação da dinâmica econômica do povoado no interior da Comarca de Tibagi elevaram-no ao patamar de Distrito Policial de Faxinal de São Sebastião por intermédio do Decreto Estadual nº 85, de 27 de janeiro de 1926, só então Faxinal passou a existir politicamente. O grande interesse pelas terras faxinalense, a chegada de migrantes do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e ainda uma demarcação de terras na segunda metade da década de 1930 pelo interventor Manoel Ribas, numa área de 40.000 alqueires nesta localidade (pertencente ao território de Apucarana) com o intento de fundar futuramente uma cidade na região, elevou consideravelmente os conflitos pela terra.

A gravidade dessa questão se deu em virtude do desmembramento das terras e sua transformação em lotes rurais ‘produtivos’ terem ocorridos em uma região que já era habitada por posseiros deste o século anterior. Assim, as terras demarcadas pelo interventor tornaram-se “devolutas”, isto é, quando já existe alguém com a posse da terra e outra pessoa ‘compra’ diretamente do governo, intensificando com isso o conflito agrário¹²⁹ (PARANÁ, 2016).

Aqui, bem como nas regiões de colonização estatal situadas ao sul e na região de Faxinal de São Sebastião - localizada na orla do Terceiro Planalto-, como também na região a leste do rio Pirapó e - no extremo noroeste do estado - na colônia Paranaíba, houve inúmeras disputas pela posse da terra, duradouras e em parte violentas (SOETHE et al., 2014, p. 62).

Para Alves (2004), as principais atividades desenvolvidas nessa época na região consistiam basicamente na criação de porcos (safras) e de uma agricultura bastante simplificada, praticada por posseiros, os quais utilizavam-se de primitivos sistemas de rotação de terras. Até por volta de 1930 houve o movimento característico da frente de expansão com origem em Tibagi, que atingia o Distrito de Queimadas indo até Faxinal de São Sebastião. Em decorrência das péssimas condições dos caminhos até estas localidades, “os comerciantes – chamados “cometas” – vindos de Ponta Grossa e Tibagi, visitavam o Distrito com tropas de burros cargueiros carregados de grande variedade de mercadorias, dos quais abasteciam as pequenas casas de secos e molhados existentes – as chamadas vendas” (ALVES, 2004, p. 60).

¹²⁹ Especialmente a região de Faxinal de São Sebastião e a Serra da Pitanga foram alvo não somente das ações de bandos de caboclos insatisfeitos, mas também de fugitivos da lei (MARTINS, 1955, p. 100).

A formação do município de Faxinal/PR não esteve ligada a iniciativas de empresas colonizadoras, como ocorreu com os municípios do Norte do Estado. O seu (re)povoamento é oriundo primeiramente do Paraná Tradicional, que em virtude da administração do local ser dificultosa pela distância até a sede da Comarca em Tibagi, foi repassada para o município de Londrina, pois este último emergia como um importante núcleo urbano centralizador, concentrando a produção e o comércio da região. Vale frisar que, assim como em outras regiões paranaenses, nem tudo era ‘esplendoroso’ e ‘ordeiro’ em Faxinal de São Sebastião. “Ao sul de Londrina - em Faxinal, Tibagi e Queimadas - já nas décadas de vinte e trinta, eclodiram conflitos entre posseiros e grandes proprietários” (CESÁRIO, 1991, p. 45).

O fato de Tibagi ser um dos municípios mais extensos do Estado e a proximidade socioeconômica de Faxinal de São Sebastião com o Norte Paranaense, em 1938 ele foi transferido para a Comarca de Londrina e passou a denominar-se São Sebastião. Assim, a influência do Paraná Tradicional dá lugar ao “avanço de uma nova frente pioneira muito mais importante no Norte do Paraná, a partir de Londrina, em 1932, e a constituição da indústria de papel e celulose Klabin S.A., de Monte Alegre, em 1935” (VALVERDE, 1957, p. 197).

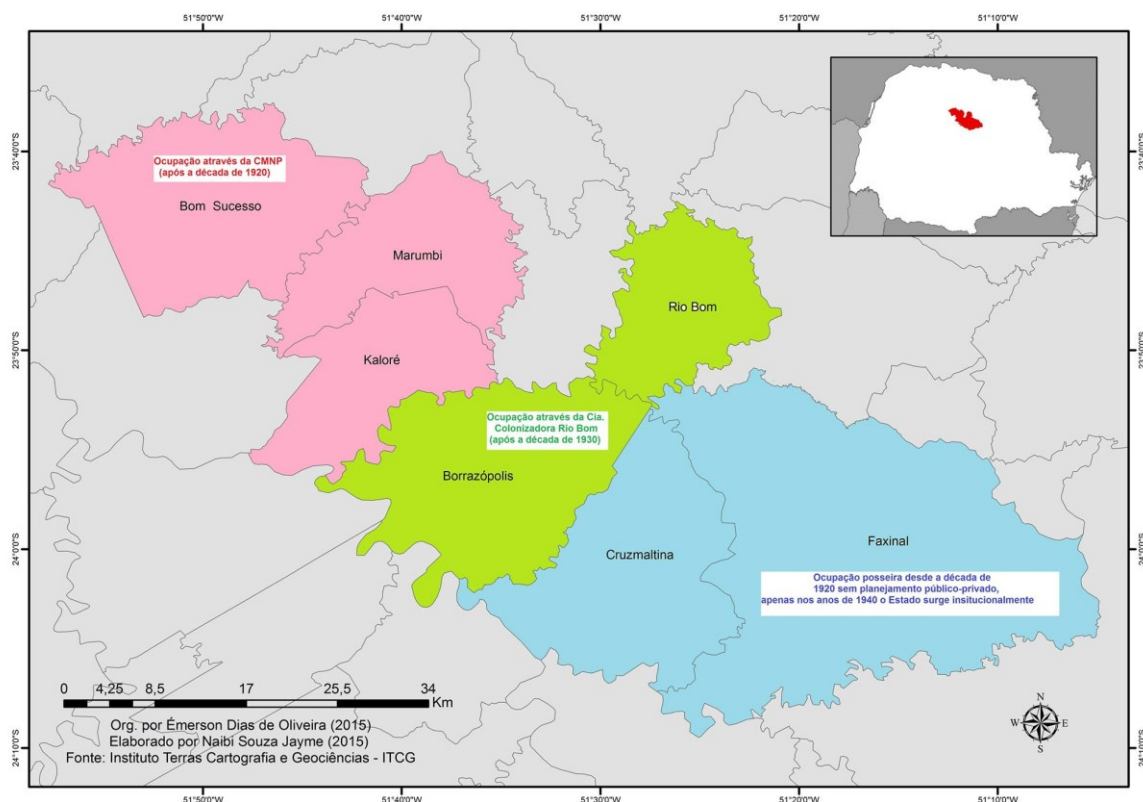
Em 1943 é criado o atual nome do município – Faxinal –, passando a fazer parte da Vila de Apucarana. Assim, passou a ter um maior desenvolvimento econômico e social, além de que uma maior proximidade com os governantes locais poderia representar uma melhoria das condições de infraestrutura do local (PARANÁ, 2016).

Na década de 1950 a situação relativa a terras agrava-se no Paraná.

No que se refere mais diretamente à colonização, verificou-se um completo desvirtuamento dos planos que vinham sendo aplicados pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, dentro de uma linha de verdadeira assistência sócio-econômica, haja vista os resultados já obtidos no município de [...] [...] Faxinal de São Sebastião [...]. Adotou-se a divisão de lotes de 500 hectares aproximadamente, sem qualquer planejamento ou sentido de colonização e sem atender à determinação das áreas das futuras sedes coloniais, preterindo-se, na aquisição das terras, os verdadeiros interessados, que eram os colonos, atendendo-se aos interesses políticos e à possibilidade de lucro fácil e imediato.

Neste período, a (re)ocupação socioeconômica das regiões interiores do Estado com a construção de estradas e aberturas de glebas colonizadoras colocava o distrito faxinalense cada vez mais na cena econômica da região, sendo que a construção de redes rodoviárias e de estradas no final da década de 1950 (Figura 09) favoreceu significativamente o desenvolvimento socioeconômico da região, possibilitando o escoamento e a ampliação de suas safras. Foi construída a estrada ligando Apucarana a Ivaiporã, atual Rodovia Dom

município de Cruzmaltina oriunda da (re)ocupação posseira, mais rústica e sem um planejamento público-privado específico, sendo que a presença efetiva do Estado só se realizou tardiamente quase na metade do século XX.



Mapa 2: Formação Socioespacial da Microrregião de Faxinal.
Fonte: Do Autor (2017).

Os atuais territórios de Cruzmaltina e Faxinal então inseridos numa lógica colonizadora de elevada violência e injustiça social, sendo ainda mais intensa que os domínios implementados pelas companhias privadas de colonização. Nomeada como regiões “intermediárias¹³⁰” por Bernardes (1953), estes domínios caracterizam-se por originarem-se de núcleos isolados e largamente afastados um dos outros, bastante diferente das frentes pioneiras clássicas elaboradas ao norte do estado.

Assim como em outras localidades pouco conhecidas pelo poder público nos rincões mais interiores do Estado, essa região no pós-30 (crise mundial de 1929 e (re)estabilização

¹³⁰ No espaço intermediário permaneceu muitas vezes o vazio, apenas atravessado pelas vias de penetração. Por outro lado, estas vias abertas para ligar os pequenos núcleos isolados aos grandes centros do Leste, ao invés de atraírem uma população numerosa e trabalhadora facilitaram a penetração dos caboclos e colonos semi-nômades sempre à procura de terras a desbravar. Houve um avanço rápido do desbravamento, mas este não foi acompanhado por uma ocupação efetiva do solo. Se ao longo destas vias de penetração encontram-se aqui e ali alguns moradores ou um povoado, a pequena distância destas vias alcança-se logo a mata virgem (BERNARDES, 1953, p. 375-376).

política da Revolução de 1930) é abocanhada aos poucos pela ação estatal em conluio com capitalistas emergentes¹³¹. As condições que propiciaram a (re)ocupação desta vasta área do território paranaense são explicadas pelo fato de que, “nestes municípios predominavam grandes latifúndios e terras devolutas onde penetraram intrusos, constituindo um povoamento espontâneo, desordenado e mal fixado” (BERNARDES, 1952, p. 69).

Neste sentido, o Estado age nesta nova realidade alimentando intrigas entre grupos locais, protegendo grileiros e acobertando crimes quase sempre praticados contra posseiros. Este cenário ganha corpo com a chegada da década de 1940, com destaque para as localidades “que passavam por uma (re)ocupação desvinculada de um prévio planejamento e onde a valorização das terras se dava em função do trabalho anônimo e isolado dos pequenos posseiros, caso do Sudoeste e de algumas faixas do denominado Norte Velho Paranaense” (SERRA, 2010, p. 79).

Esse cenário destaca-se pela superação das frentes de expansão com a (re)ocupação de colonização. “A colonização, a propósito, é que marcaria a partir daí e até o esgotamento das frentes pioneiras, nos anos de 1960, os processos de repartição e de apropriação da terra agrícola no Paraná” (SERRA, 2001, p. 47). O Censo Agropecuário de 1970 indicava o café predominando em 66% da área cultivada, já no Censo de 1995/96 é representado por apenas 9%, sendo substituído pela soja com 61% do total.

Esta realização também ocorreu na MRG de Faxinal, pois segundo dados da SEAB (2016), a quantidade de áreas ocupadas por cultivos permanentes (soja, milho e trigo) tem crescido significativamente na microrregião nos últimos anos, contracenando com a redução dos cultivos cafeeiros. O café que na safra 2009/2010 ocupava uma área de 1.190 ha na microrregião, ficou reduzido em 451 ha na safra 2013/2014, contrária a cultura de soja que já apresentava expressivos 54.760 ha na safra de 2009/2010 e que ainda tem sua área expandida para 60.500 ha na safra 2014/2015, além de ter outras extensas áreas ocupadas pela cana-de-açúcar e milho e plantios de entressafra como o milho safrinha e o trigo.

Assim, aos poucos foi-se construindo o movimento de organização social que caracteriza o setor rural da MRG de Faxinal atual, uma característica que se repetiu em praticamente todas as demais regiões paranaenses, apresentando um campo amplamente tecnificado e concentrado, realidade que reflete diretamente na ordem social do meio urbano. Em um período de apenas 5 décadas (após os anos 1960), as fronteiras agrícolas paranaenses

¹³¹ “Os pobres se estabeleciam nos terrenos aparentemente sem donos, construíam pequenas casas e iniciavam o plantio. Subitamente surgia um homem rico portando o título que conseguira na véspera, expulsando-os e ainda se utilizando do fruto de seu trabalho [...]” (SAINT-HILAIRE, 1932, p. 38).

estavam praticamente esgotadas e o Estado não tinha nenhum escape para ‘desovar’ uma população cada vez maior de posseiros expulsos de suas terras.

Entretanto, toda essa modernidade e ‘sucesso’ dos empreendimentos agrário-capitalistas não resume e explica as realidades cotidianas que ocorreram na MRG de Faxinal. A agricultura camponesa, ainda que historicamente secundarizada no discurso oficial, sempre esteve presente nas construções sociais da microrregião, aliás, precede esses movimentos contemporâneos por intermédio das ocupações caboclas que se aventuram pelos atuais limites territoriais da MRG de Faxinal. Todavia, a concepção cabocla da terra apresentava um significado distinto, os quais tinham:

Um conceito diferente de propriedade. Para eles a terra não se comprava, tanto que eles trocavam a sua posse por um cavalo ou uma espingarda. Para eles, a terra devia ser habitada e cultivada e, não davam importância à documentação. As divisas eram cantadas, isto é, quem chegava primeiro, dizia de onde aonde seriam suas terras, as quais podiam cultivar, demarcando-as com “picadas” no meio da mata. “O sujeito subia num elevado e cantava: daqui da curva da terra até o corguinho onde todo mundo se banha, e dali até encontrar as terras do João Fubuia. Tudo o que estiver dentro desse trecho são terras minhas [...] [...] Nessas terras dedicavam-se ao cultivo do milho em pé para a engorda de porcos na Safra. O chamado “safrista” buscava sempre terras novas para suas grandes roças (BOING, 2007, p. 03).

No entanto, este isolamento e a simplicidade cabocla acabaram representando presa fácil para a satisfação das ambições capitalistas:

O agricultor, aquele a quem chamam caboclo, de um nome de raça que acabou designando mais uma maneira de viver do que propriamente uma raça, era o único senhor das florestas antes da chegada dos colonos e, de fato, ignora os princípios modernos da economia rural e da cultura intensiva. No local por ele escolhido para fazer sua lavoura, começa por abater a floresta, com emprego de machado. [...] Feita à derrubada das árvores, estas são deixadas como caíram e, tendo chegado o momento favorável, faz-se a queimada. A madeira não queima, mas a queimada deixa limpo o terreno, reduzindo a cinzas as folhas e lianas que darão o adubo necessário para a cultura. Terminado o fogo, passa um homem com uma enxada, fazendo a cada passo um buraco no chão, sendo seguido por um menino que em cada um lança alguns grãos, recobrimo-os com um pouco de terra que empurra com o pé. O milho irá amadurecer entre os troncos e galhos, e o caboclo só visitará sua roça para colher as espigas, a menos que prefira livrar-se deste trabalho, soltando no milharal um bando de porcos magros que ali permanecerão enquanto encontrarem alimento. O caboclo reúne então a porcada e vai vendê-la na cidade. [...] Seus instrumentos de trabalho são a enxada e o machado e ignora totalmente o arado, que, por esta época, não havia um só em todo o Paraná (PIERRE DÉNIS, 1951, p. 35).

Os integrantes da região faxinalense, independente da sua classe social haviam atingido os seus domínios limítrofes, encontrando-se com a frente pioneira das companhias privadas do Norte e ao Sul os povoados oriundos de Tibagi, Reserva e Cândido de Abreu. Destaca-se a construção em 1948 da balsa no porto Ubá (Figura 10), ligando o município de Faxinal com as terras da Sociedade Territorial Ubá Ltda, possibilitando que a atual MRG de Faxinal/PR se interagisse economicamente com todas as demais regiões do Estado. Esse movimento figura o contexto da colonização agrária vigente na metade do século XX na região. “Teriam vindo do Leste, atravessando o rio Ivaí a partir de Queimadas, que junto com Faxinal de São Sebastião (atuais municípios de Ortigueira e Faxinal) eram os pontos mais avançados da frente de expansão do Paraná Tradicional àquela época” (JÚNIOR, 2017, p. 47).

Nestes termos, já estava instituído na região a propriedade privada da terra, aonde o interesse das pessoas que chegavam à microrregião não era mais entrar na terra pela posse, a condição então fundante da estrutura agrária passou a caracterizar-se pelos mecanismos de compra dos lotes. Entretanto, é válido frisar que a venda dessas terras carregava também um volume incalculável de documentações adulteradas, reconhecendo áreas imensas como propriedade privada de sujeitos que sequer conheciam o terreno documentado (grilado). Assim, o município de Faxinal passou a ser um intenso corredor de diferentes tipos de escoações, sendo esse contexto ainda mais intensivo por volta da década de 1970 com a construção da ponte no porto Ubá, dinamizando a rede rodoviária da região.

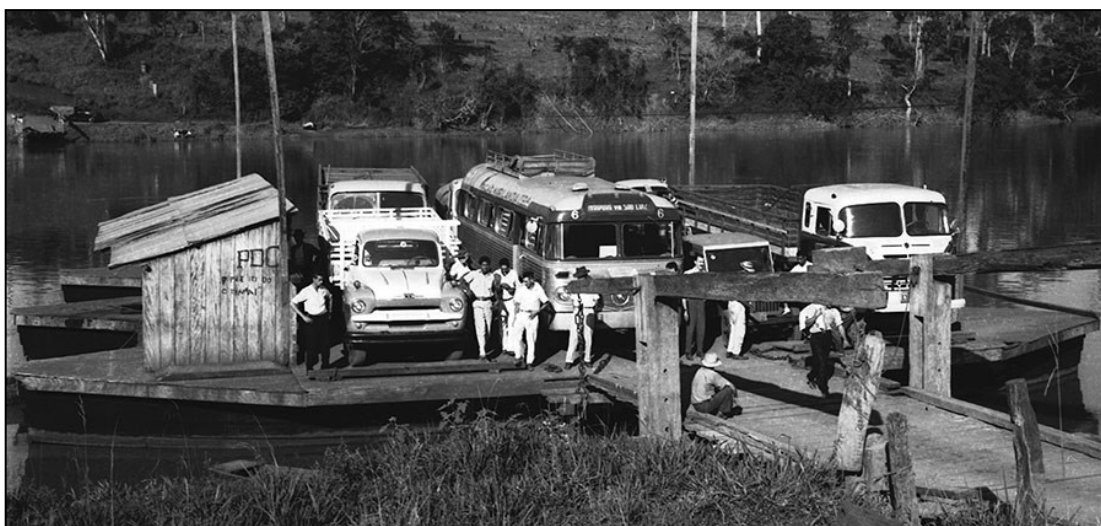


Figura 10: Balsa sobre o Rio Ivaí entre Cruzmaltina e Lidianópolis / Porto Ubá (1966).
Fonte: Prefeitura de Ivaiporã (2016).

Seguindo os mesmos processos históricos de Faxinal, o povoado situado nas instalações do atual município de Cruzmaltina também ganha força no cenário regional. A

antiga localidade de Mamoré (nomenclatura de origem indígena) origina o arraial do Pau Lascado, o qual teve essa toponímia em virtude das construções feita de madeira de pinhos, retirado a facão ou machado das matas, sem a utilização de serra, deixando a madeira rugosa. Daí, dada às características de madeira lascada dos primeiros casebres do vilarejo surgiu esse nome referenciando-o. Com o aumento dos cultivos de café na década de 1940, a localidade ficou conhecida como Jardim Florida em referência as flores dos cafezais. Posteriormente, em 1979 foi elevado à categoria de Distrito sob o nome de Crusmaltina (FERREIRA, 2006).

A passagem na localidade de alguns padres malteses – originários da ilha de Malta (Cruz de Malta), catequizando e convertendo a religião aos habitantes do lugar serviu de estímulo para que o padre local Gualter Farias Negrão¹³² em meados da década de 1970 homenageasse os missionários, os quais haviam trazido consigo duas cruzes de Malta, colocadas na entrada da cidade em frente à Igreja Matriz, surgindo assim o nome Crusmaltina. Embora não tenha exercido nenhum cargo político, o Pe. Negrão foi responsável direto pela consolidação administrativa do município, faleceu em 1985 em decorrência de um câncer e não chegou a presenciar a emancipação política da cidade.

O município de Cruzmaltina apesar de ter sua emancipação política tardiamente, este acompanhou de forma estreita os mesmos processos socioespaciais dos municípios ao seu entorno, principalmente Faxinal e Borrazópolis. Assim, também foi influenciado pelas implicações da organização territorial que o capital agrário implantou nos últimos anos do século XX com sua ampliação intensiva dos monocultivos na região.

Como já apontado, a MRG de Faxinal teve três frentes de (re)ocupação, na qual Cruzmaltina e Faxinal são caracterizados pela falta de planejamento inaugural no seu processo “civilizacional” com a presença público-privada de forma intensa e efetiva apenas no final da década de 1930. Em relação aos municípios de Borrazópolis e Rio Bom, colonizados pela Companhia Rio Bom, esse processo iniciou-se com a aquisição da Gleba Rio Bom pelo Banco Pelotense do Rio Grande do Sul no decorrer da década de 1920 (BORRAZÓPOLIS, 2016).

Com a crise mundial dos anos 1930 o banco foi à falência, tendo seus ativos e passivos adquiridos pelo seu maior acionista, o Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul S/A –, incluído aí a Gleba Rio Bom, iniciando o processo de venda, loteamento e administração desse e outros ativos pertencentes ao antigo banco pelotense. A invasão desta gleba, situada no vale do Rio Bom e na margem direita do Rio Ivaí ocorreu por volta de 1933 através da Companhia

¹³² “Prefiro morrer a manchar meu sacerdócio” Pe. Negrão, tido como “o padre que construiu uma cidade”.

de Colonização Rio Bom, sendo que o local escolhido para o planejamento do primeiro patrimônio imobiliário foi no local das atuais instalações urbanas do município de Rio Bom, o antigo povoado de Rio Bom (BORRAZÓPOLIS, 2016).

A instalação nessa localidade deu-se em decorrência da sua proximidade com outros locais já povoados (Vila de Apucarana), o que facilitava as transações econômicas para a aquisição de suprimentos nos primeiros empreendimentos da gleba. Partindo do povoado de Rio Bom através de picadas pelas quais seguiram dificultosamente animais e carroças, os primeiros habitantes foram se instalando nos demais domínios da gleba, surgindo os povoados de Santo Antônio do Palmital (atual distrito de Rio Bom) e Catugi (atual município de Borrazópolis) (BORRAZÓPOLIS, 2016).

Os viajantes, posseiros e caboclos que já territorializavam as glebas situadas em Faxinal de São Sebastião não representaram um empecilho muito significativos para os empreendimentos financeiros gaúcho. A Companhia Rio Bom a serviço do capital especulativo e da conivência estatal atuou de forma extremamente vantajosa e com elevados lucros na negociação dos lotes agrícolas, resgatando em pouco tempo o passivo adquirido do antigo banco pelotense. Assim, o capital agrário já se fazia plenamente atualmente:

A maioria das companhias fundou um único patrimônio. Algumas, lastreadas por investimentos de maior envergadura e aquisição de extensas áreas, promovendo maior número de criações. Distinto é o caso da CTNP/CMNP, que fundou 64 núcleos em suas terras [...] [...] Contudo, outros grupos também vislumbraram boas oportunidades; destacam-se os ligados a estabelecimentos bancários, que, através das empresas imobiliárias subsidiárias, também criaram seus patrimônios: a gaúcha, já citada, “Colonizadora Rio Bom” e a paulista “Companhia Brasileira de Imigração e Colonização” (CBRIMCO), ligada ao recém-instituído Banco Brasileiro de Descontos – BRADESCO – (ROSANELI, 2009, p. 90).

Por serem localizados na mesma gleba, os processos históricos dos atuais municípios de Borrazópolis e Rio Bom são bastante vinculados, pois “paralelamente ao sucesso do empreendimento da Vila de Catugi, a empresa colonizadora criou outro núcleo habitacional em sua área de ação, a Vila de Rio Bom, perto de Apucarana” (FERREIRA, 2006, p. 58).

O patrimônio de Rio Bom surgiu em 1942 não muito distante da atual cidade de Apucarana, sendo que a criação e reconhecimento da localidade como distrito político acontece em 1947, subordinado ao município de Apucarana. O crescimento econômico da região proporcionou a emancipação política do município de Rio Bom em 11 de outubro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, ficando nesta mesma data o povoado de Catugi (atual

Borrazópolis) elevado à categoria de Distrito Administrativo sob a jurisdição territorial de Rio Bom (BORRAZÓPOLIS, 2016).

Em maio de 1947, o topógrafo Joaquim Vieira Pinheiro chefiando um grupo de medição chegaram ao local onde seria o futuro Patrimônio Borrazópolis. Como não havia estradas, o material necessário foi conduzido por tropa de animais em acesso por picadas. O trabalho de topografia levou seis meses com levantamento do patrimônio e chácaras. No início o acampamento era com barracas de lona, instalado na cabeceira do córrego Maringá onde atualmente é o matadouro municipal (BORRAZÓPOLIS, 2016).

Em virtude de Catugi estar num ponto de convergência econômica mais estratégica, ligando-se diretamente com os povoados mais antigos na região de Faxinal de São Sebastião e ainda a construção de uma estrada saindo de Apucarana, tornou o lugar mais interessante para investidores externos, sendo que em 1948, a própria Companhia Rio Bom instala um escritório na localidade (Borrazópolis). Assim, através da Lei Estadual n.º 1.132, de 12 de junho de 1953, o município de Rio Bom tem a sua sede municipal transferida para o Distrito de Catugi, passando o distrito à condição de município com a denominação de Catugi e Rio Bom à condição de Distrito. (BORRAZÓPOLIS, 2016).

O atual nome do município – Borrazópolis – foi uma homenagem a um dos primeiros proprietários da gleba na região, Francisco Borraz¹³³ que era funcionário do extinto Banco Pelotense, o qual atuou como um dos diretores do Banrisul e estimulou o loteamento da gleba, recusando propostas de compras de outras imobiliárias interessadas nestas terras. Assim, com o intuito de homenageá-lo, foi mudada a denominação do município para Borrazópolis através da Lei Estadual nº 250 em 1954 (BORRAZÓPOLIS, 2016).

O distrito de Rio Bom nesse mesmo ano foi transferido para o município de Araruva (atual Marilândia do Sul). Foi elevado novamente à categoria de município com a denominação de Rio Bom, pela Lei Estadual nº 4859 em 1964, desmembrando-se de Araruva, sendo a sua sede no antigo distrito de Rio Bom e tendo como Distrito: Santo Antônio do Palmital, desmembrado do município de Borrazópolis (BORRAZÓPOLIS, 2016).

Desta forma, novamente o setor privado ditava os regramentos e as formas de (re)ocupação territorial, tendo em vista a incapacidade financeira e técnica do Estado do Paraná em projetar as ocupações sociais no interior de seu domínio. Confirmando essa realidade, Priori (2007) destaca que com a promulgação da constituinte de 1891, foi

¹³³ “Estados, como o Paraná, tem a história escrita com sangue camponês e índio apesar de suas cidades ostentarem dos proprietários de terra e dos soldados que puseram suas armas para derramá-lo” (MARÊS, 2003, p. 78).

transferido o comando das terras devolutas da União para os Estados. Em virtude desta nova atribuição as esferas estaduais, o governo paranaense publicou a Lei n.º 68 de 20 de dezembro de 1892, legislando sobre os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento e discriminação de terras, bem como aos processos de colonização de novas áreas, por empresas nacionais ou estrangeiras.

Foi nesse sentido que o Estado, sem muitos recursos financeiros, repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas. Um exemplo concreto desse tipo de atitude foi à concessão de grandes glebas em favor da empresa Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, controlada por capitais ingleses. [...] [...] Outro ponto importante no processo de concessão de terras públicas para empresas privadas foi à formulação de uma política de colonização e de instalação de núcleos coloniais, particulares e oficiais (PRIORI, 2007. p. 135-136).

Os demais municípios da MRG de Faxinal tiveram seus processos de invasão territorial influenciado diretamente pela empreitada da CMNP, os quais sendo integrantes de um emaranhado de negociatas de terras em seus limites, originaram a construção social dos atuais municípios de Bom Sucesso, Marumbi e Kaloré, os quais possuem uma formação socioespacial distinta das cidades apontadas até então na MRG de Faxinal.

O município de Bom Sucesso relaciona-se com período da “colhida de frutos” do investimento capitalista da companhia, o povoado de Bom Sucesso foi fundado em fins da década de quarenta, no prolongamento da vasta região do Norte Novo Paranaense. Essa denominação – Bom Sucesso – foi dada pelo Departamento de Topografia da CMNP, chefiada pelo engenheiro Wladimir Babkov, que se inspirou no sucesso das vendas dos lotes urbanos e rurais e da rápida colonização (CMNP, 1975).

A origem dos limites urbanos de Bom Sucesso decorre da aquisição de uma área de terras da CMNP em uma localização intermediária entre Jandaia do Sul e o Rio Ivaí em 1939 pelo Engenheiro Civil Joaquim Vicente de Castro, radicado em Apucarana. Esse empreendimento deu-se em virtude da abertura de várias propriedades agrícolas loteadas e vendidas pela própria Companhia na região, sendo que Castro acreditou ser viável financeiramente a instalação nesta localidade de um Patrimônio para abastecer de víveres, ferramentas, medicamentos, entre outras necessidades que as demais (re)ocupações naquele entorno precisassem (BOM SUCESSO, 2016).

Entretanto, tal propósito foi adiado em virtude da deflagração da Segunda Guerra Mundial, naquele ano. Assim, apenas no ano de 1945, com o término do conflito, o proprietário dos atuais limites urbanos de Bom Sucesso delegou a um grupo de trabalhadores

liderados pelo sertanista Júlio Alves Machado a função de derrubada da mata, iniciando logo a abertura das ruas, piqueteando os lotes e a venda dos mesmos. Neste mesmo ano, Machado construiu a primeira capela, feita de palmito (paredes) e coberta com as folhas do mesmo, consagrando-a ao Divino Espírito Santo, do qual era devoto convicto. Por esta razão resolveu batizar a região de Bom Sucesso Espiritual, nome que foi conservado até a institucionalização oficial do município. A instalação do primeiro comércio na localidade ocorreu com o senhor José Moreira Prado, que também se deu em meados de 1945 (BOM SUCESSO, 2016).

Desta forma, decorrida a primeira fase da fundação da cidade, vieram para a região centenas de famílias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, não tardando que a velha fórmula da criação de cidades também desse certo em Bom Sucesso. A Lei Estadual n.º 613, de 27 de janeiro de 1951, criou o Distrito Administrativo de Bom Sucesso. Em 26 de novembro de 1954, através da Lei Estadual n.º 253, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto, foi criado o município de Bom Sucesso, com território desmembrado de Jandaia do Sul e instalação em 15 de novembro de 1955 (FERREIRA, 2006, p. 33).

O município de Marumbi que teve seu núcleo populacional também originário do empreendimento da CMNP, em meados de 1942, a Companhia escolheu o local considerado ideal para a formação de um patrimônio. Demarcou e vendeu lotes, ali surgindo o povoado, que foi denominado Marumbi, devido ao rio do mesmo nome, oriundo do dialeto indígena e significa: lago de tábuas - planta aquática usada na fabricação de esteiras. A (re)ocupação de seus domínios acontece em 1945 com a instalação da primeira moradia, naquela época, no meio da mata (MARUMBI, 2016).

[...] os primeiros migrantes vindo dos estados de São Paulo e Minas Gerais chegaram no início da década de 1940 e foram construindo suas casas ao longo da Rua Anhembi, hoje Avenida Presidente Vargas e na Avenida Ivaí, hoje Tiradentes, na qual se iniciava um crescimento de um desenho urbano no sentido oeste – sul (RODRIGUES, 2015, p. 2893).

Em pouco tempo formou-se um patrimônio, sendo elevada à categoria de Distrito administrativo de Marumbi em 1951, com território pertencente ao município de Apucarana. Em 14 de novembro de 1951, pela Lei n.º 790, Jandaia do Sul foi elevada à categoria de município, passando o distrito de Marumbi à sua jurisdição. Em 25 de julho de 1960, pela Lei n.º 4.245, o distrito de Marumbi foi elevado à categoria de município emancipado com território desmembrado do município de Jandaia do Sul, sendo oficialmente instalado em 14 de novembro de 1961 (MARUMBI, 2016).

A terra da CMNP nesta região limitava-se com as terras da Gleba Rio Bom, referenciando-se as atuais divisas dos municípios de Borrazópolis e Kaloré, sendo portando o município de Kaloré o último povoado originário do empreendimento da CMNP. Sua denominação também foi dada pelo departamento de topografia da empresa colonizadora, dirigido pelo russo naturalizado brasileiro Wladimir Babkov, sendo originária do caingangue “Kaloré” (terra fofa, terra fértil, terra cultivável), já uma inferência positiva visando à venda posterior. Também desenvolveu trabalho de colonização na região a Companhia Comercial Agrícola São Vicente (KALORÉ, 2016).

Assim como os demais municípios da MRG de Faxinal, Kaloré também teve suas terras usurpadas em proveito da expansão territorial do capital, acompanhando todas as tendências e imposições definidas pelo capital-agrário no decorrer da sua história. A área toda sofreu com a ‘modernização’¹³⁴ da agricultura’ conduzida pelo Estado, causando o êxodo rural e ainda na atualidade, grande quantidade de pessoas estão deixando a Microrregião em busca de uma melhor qualidade de vida em outros lugares. Outra realidade nestes municípios (principalmente Bom Sucesso, Marumbi e Kaloré) é o deslocamento diário de funcionários para as cidades de Jandaia do Sul e Mandaguari para trabalharem em empresas urbanas, estas vinculadas também ao capital-agrário (frigorífico de frango em Mandaguari e Usina de álcool e açúcar em Jandaia do Sul).

Desta forma, a grande questão que se coloca é a presença massiva de uma região intensamente abastada financeiramente pelo capital agrário, com uso intenso de tecnologias monocultoras e abrangendo áreas imensas em detrimento de uma população a margem de políticas público-privadas dignas e democraticamente acessíveis. Esse movimento reflete uma conjuntura estrutural que se fazia presente em nível nacional na segunda metade da década de 1960, considerando que com o golpe militar de 1964 prioriza-se à modernização da economia, principalmente na esfera agrícola, um “milagre econômico” que não foi acessível a todas as camadas sociais, a exemplo das políticas¹³⁵ agrárias desse período. Para Swain (1988), esse período ficou conhecido pelo “boom” econômico em benefício, sobretudo, as corporações

¹³⁴ “Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas substituídas por técnicas ‘modernas’ [...] Modernização, porém, significa mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele processo técnico da agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

¹³⁵ Essas ações políticas tiveram efeitos na questão agrária, intensificando ainda mais a concentração fundiária. No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Acabou por propiciar a expulsão do campo dos trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela Reforma Agrária: o bóia-fria (RIEHELMANN, 2006, p. 59).

agrícolas. “Tal orientação, que favorece o capital em detrimento do trabalho, tem repercussões profundas na sociedade brasileira, na medida em que cria o desemprego agrícola, o êxodo rural, a baixa dos salários urbanos e a concentração crescente das riquezas (*ibidem*, p. 30).

Neste sentido, pensar e refletir a MRG de Faxinal como proposta de gestão territorial traz à tona as contradições sociais que imperaram nesses domínios, uma vez que desde seus períodos colonizativos o acesso e permanência na terra sempre foram dificultados aos trabalhadores do campo, pois o capital sempre se apossou e expropriou qualquer barreira que lhe dificultou a sua reprodução financeira.

3.3 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR EM DADOS E ANÁLISES ESTRUTURADAS

Considerando os apontamentos históricos discutidos ao longo deste estudo é possível a construção de um dimensionamento estrutural das atuais relações sociais vigentes na MRG de Faxinal, pois no decorrer do seu processo de formação socioespacial também teve uma participação significativa das pequenas e médias propriedades, seguindo a lógica instruída pelos formatos colonizativos dirigidos através das companhias privadas de colonização.

O início colonial da microrregião teve a sua constituição fundiária caracterizada pela elevada absorção de pessoas e mão-de-obra imigrante e principalmente migrante do sudeste brasileiro. A terra era menos concentrada em relação a outros Estados do país. Entretanto, essa realidade se inverte na região após a década de 1970 pela inserção das novas políticas agrárias. “Após a fase de consolidação fundiária, começou a haver uma desestruturação dos pequenos lotes que foram repassados aos grandes proprietários, mudando em muitos casos a atividade do café para a pecuária ou para outras lavouras de exportação [...] (OSÓRIO, 1978, p. 14), a exemplo da sojicultura, pautada pelo pouco uso de mão-de-obra.

Esse período é marcado ainda pelo crescimento e consolidação do comércio e processamento industrial nos centros urbanos, com destaque para o armazenamento e escoação de grãos. Essa concentração das atividades nos centros urbanos culminou no êxodo rural, sendo que a população urbana ultrapassou a população rural de forma generalizado no estado do Paraná e grande parcela da população passa a migrar para os centros urbanos maiores e ainda as novas fronteiras agrícolas na região Norte¹³⁶ do Brasil.

¹³⁶Citando Kohlhepp (1991), (TOMIASI, 2006, p. 65) coloca que “na década de 1970, 30% da população daquele estado era composta por migrantes paranaenses”.

Em estudos sob o Norte Paranaense Moro (1995) coloca que a concentração fundiária desta região acontece após os anos 1970 com o declínio da monocultura cafeeira, sendo sucedida pela cultura da soja e do trigo, diante do uso intenso de capital e de aparatos tecnológicos avançados, as quais se viabilizaram economicamente com a exploração de extensas áreas de terra. Essa necessidade foi atendida com a organização do capital privado e o subsidiamento¹³⁷ estatal direcionado as propriedades de caráter latifundiaristas, uma realidade já teorizada por Graziano (1982, p. 36), “a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra”.

O reflexo dessa união de esforços entre o poder público e o privado ecoou por todo o Estado, não sendo diferente na MRG de Faxinal, a qual também passou ter os destinos do setor rural delimitados pelas imposições do capital agrário. Nestes termos, a questão do acesso e concentração da terra na região Norte do Paraná, incluindo-se aí também a MRG de Faxinal, sofreu uma radical redefinição em seus dados.

O fenômeno da concentração da posse, no Norte do Paraná, durante a década de 70, foi de tamanha intensidade que deixaram de existir pouco mais de 82.000 – 38% – estabelecimentos agropecuários, enquanto no Estado todo o número alcançou cerca de 100.000 – 18,10% – (IBGE, 1970). Assim, a dimensão média de ha por estabelecimentos agropecuários aumentou de forma expressiva – de 22,0 ha em 1970 para 38,1 ha em 1980 (MORO, 1991, p. 310) –, atestando a dinâmica da concentração da posse de terra (MORO, 1995, p. 82).

Esse movimento culminou num aumento expressivo do tamanho das propriedades, visto que na década de 1980 a dimensão média de hectares (ha) por estabelecimentos agropecuários saltou para 38,1 ha contra 22,0 ha da década de 1970 (MORO, 1995). Os números revelam o total desinteresse do poder público-privado pelo trabalhador rural e o esforço por expulsá-lo do campo, como demonstra o processo de concentração de terras na região, evidenciando uma questão que também ocorreu em outras as regiões agrícolas do país.

A marginalização sócio-econômica, de parte significativa dos habitantes rurais da participação ativa do processo produtivo agropecuário, como se verificou no norte-paranaense, deu margem para que a modernização da agricultura brasileira fosse designada de “modernização dolorosa”. Pois, a

¹³⁷ Para Kageyama et al. (1990), o excesso de subsídios do Estado ao campo caracterizou a chamada “modernização compulsória”. Através da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços.

intensificação das relações capitalistas de produção no meio-rural privilegiou, sobremaneira, a acumulação ampliada de frações do capital monopolista (MORO, 1995, p. 91).

Essa ânsia acumulativa financeira impetrada pelo capital no Paraná como um todo levou além da sua desestruturação socioeconômica, também a destruição ambiental de seus biomas, dando lugar à implantação dos seus respectivos ciclos econômico. No Gráfico 02 o avançar ‘civilizacional’ e a conseqüente destruição da flora do estado estão bem evidentes, com sua intensificação contínua no decorrer dos anos, uma realidade que deixou menos de 10% da área original de sua floresta, isso graças à manutenção dos parques e unidades regularizados como de conservação.

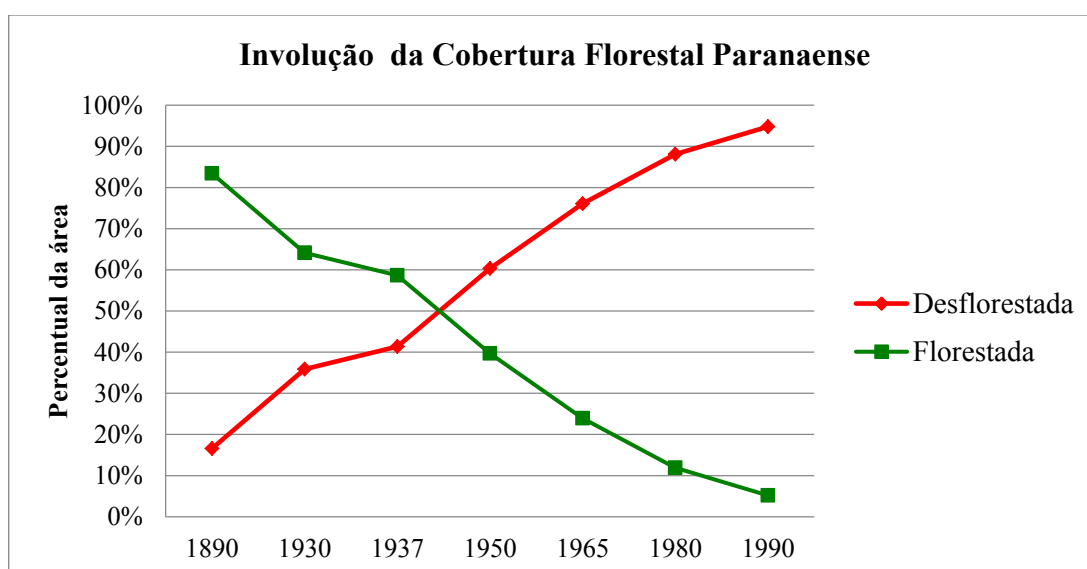


Gráfico 2: Involução da cobertura florestal Paranaense.
Fonte: (GUBERT FILHO, 2010).

Segundo Gubert Filho (1988), no período de um século (1890 a 1990) houve uma redução de 16.762.600 hectares da cobertura florestal paranaense, ou 83,41% do território, para cerca de 872.600 hectares, restando insignificantes 5,20% da condição original. “Essa pradarização artificial da paisagem, com a redução drástica de populações naturais da fauna e da flora, impactou irreversivelmente nossa biodiversidade, além de representar altos custos econômicos, pela perda de florestas naturais e de solos” (GUBERT FILHO, 2010, p. 24).

Nos períodos mais recentes este cenário continuou com o mesmo ímpeto de devastação nas terras paranaense. Em reportagem publicada pela Gazeta do Povo (2016), o Paraná aparece como estado líder em desmatamento no Brasil, sendo considerado o que mais

destruiu a vegetação de Mata Atlântica nos últimos 30 anos, conforme levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com base em imagens de satélite.

Segundo dados do INPE (2017), o desmatamento da Mata Atlântica no Paraná cresceu 74 % em 2016, uma perda de aproximadamente três mil e quinhentos campos de futebol em área desse bioma. Enquanto foram desmatados 1.988 hectares entre 2014 e 2015, nos anos seguintes, entre 2015 e 2016, o número subiu para 3.545 hectares de área de Mata Atlântica que deixou de existir. Em relação à mata de araucárias, a destruição foi de tamanha magnitude que restam apenas 3% de florestas remanescentes.

A MRG de Faxinal não ficou à margem desta destruição ambiental e cultural, uma vez que os valores e crenças dos caboclos viventes nestas regiões também foram suprimidos diante das imposições do capital. Algumas informações referentes a invasão irracional dos domínios desta microrregião foram assinaladas em 1924 no “Diário dos Campos” de Ponta Grossa, em artigo publicado por Mercer, o “Toca”, destacando a exploração desenfreada nas terras ditas ‘devolutas’ do Médio Tibagi – Queimadas, Coroados e Faxinal –. Tem-se uma entrega à fúria “[...] do nacional intruso e rotineiro, que a ferro e fogo, substitui em pouco mais de um lustro (uma década) a gigantesca floresta quase tropical sempre à procura de terras descansadas, de caça e de frutas, reduzindo pinheirais e perobais, a sertania enfim, a tigoeras e cinzas!” (MERCER, 1978).

Assim, implantando nos territórios rurais as lógicas da maximização do lucro, as territorialidades monocultoras adentraram e são hegemônicas na microrregião, alterando-lhes as dinâmicas sociais, culturais e ambientais. Em relação à importância e a relação que a floresta possuía na garantia da sustentabilidade dos povos tradicionais no Norte do Paraná, Silva (2008) destaca que:

A expulsão ou o extermínio das populações nativas foi à causa “natural” da destruição das florestas, pois, apesar de praticarem a agricultura com o uso das queimadas, os indígenas estavam indissociavelmente ligados à natureza, fosse para a caça e para a pesca, ou para a busca e a utilização de ervas alimentares e medicinais. Outros posseiros e caboclos, que também habitavam a região, tiveram que adquirir terras das companhias de colonização ou transferir-se para outras regiões mais ao interior, sob pena de serem expulsos, presos ou mortos (SILVA, 2008, p. 160).

As explorações das florestas paranaenses se intensificaram após a década de 1940 com o findar do ciclo dos safristas de porcos. A exploração desordenada da madeira alterou a paisagem dessas regiões, visto que o ciclo madeireiro exigia a presença de diversos elementos

no território, como a abertura de estradas, instalações físicas, tráfego de caminhões e diversas outras técnicas para a espoliação da riqueza natural ainda presente nos sertões do estado.

Esse período o Paraná vivenciava uma pilhagem irracional sem precedentes no seu território. O processo ‘civilizatório’ argumentava a necessidade de ‘limpar’ o sertão para a produção agrícola, sendo este último estruturado no sentido de garantir a ampliação do capital em todas as suas formas imagináveis. Assim, este cenário também se dá na MRG de Faxinal, a qual no final do século XX consolida sua formação agrária com um caráter cada vez mais concentrado e com seus plantios em escalas ampliadas.

Portanto, a devastação das matas do território paranaense ocorreu devido ao avanço da “frente pioneira”, cujo objetivo era a ocupação das terras, pela migração de riograndenses e catarinenses nas regiões Sul e Centro-Oeste, ou pelo avanço dos cafeicultores paulistas no Norte. Em ambas as regiões, já ocupadas por povos indígenas e caboclos, estes grupos, embora também exercessem impactos sobre o meio ambiente, não o faziam da forma devastadora dos atores da frente pioneira (DIAS, 2013, p. 310).

Nestes termos, o Paraná se colocou a serviço do capital financeiro (agronegócio), propiciando a instalação de um setor agrícola intensivo e expropriatório, adotando técnicas¹³⁸, insumos e maquinários com o intuito de ampliar a produção de suas safras. O reflexo disto é que o Paraná há cinco anos se consolidou como o segundo maior produtor nacional de grãos, perdendo apenas para Mato Grosso. Segundo os dados do 12º levantamento da safra 2016/2017 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 2017, o estado atingiu a marca de 41,3 milhões de toneladas, superado apenas pela safra mato-grossense que encerrou seu ciclo com 61,9 milhões de toneladas (MATO GROSSO, 2017).

O agronegócio instituído no rural ‘moderno’ do estado favoreceu o consorciamento de capital na forma de complexos agroindustriais, representado principalmente com as organizações cooperativas, as quais partilham entre si as explorações nos distintos territórios de cada microrregião. A MRG de Faxinal é inserida no campo de atuação da Cooperativa Agropecuária e Industrial – COCARI¹³⁹ e da Cooperativa Agroindustrial Mourãoense –

¹³⁸ [...] introdução de culturas mecanizadas e grandes evolução tecnológica. Também ocorreu “substituição de culturas do tipo “colonial” (isto é, baseadas na utilização de terras recém-desmatadas e em técnicas relativamente primitivas, basicamente café) por culturas “nobres”, como a soja e o trigo, tecnicamente “modernas”” (ROLIM, 1995, p. 55).

¹³⁹ Fundada em 07 de fevereiro de 1962, a Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari – COCARI passou a denominar Cooperativa Agropecuária e Industrial em 2004 em atendimento a sua modernização, atendendo uma parcela consideravelmente maior da agricultura. Houve uma administração com maior visão de mercado, avançando de forma estratégica em seus territórios. Ela possui atuação nos estados do Paraná e Goiás com 28 entrepostos (COCARI, 2016).

COAMO¹⁴⁰ (Foto 02), sendo elas autênticas representantes do processo de territorialização e do controle rural em proveito do agronegócio.



Foto 2: Sede da COAMO em Cruzmaltina/PR.
Fonte: Do autor (2016).

Discorrendo sob a atual estruturação organizativa das cooperativas do Paraná, Fajardo (2006) destaca o papel que estas com seus complexos agroindustriais utilizaram para monopolizar os territórios rurais paranaenses. O atual cenário de concentração e domínio das “cooperativas modernas” é oriundo das políticas públicas direcionadas para o setor ainda no governo militar, as quais foram intensamente subsidiadas técnica e financeiramente (renúncia fiscal) pelo Estado, refletindo na expressividade agroindustrial que elas representam atualmente, com destaque para o setor de processamento de grãos.

Em estudos envolvendo os camponeses do Norte do Paraná, Paulino (2008) afirma que os grupos camponeses também participam dos modelos de agricultura tecnificadas, os quais igualmente seguem as tendências de cultivos predominantes na região como: soja, trigo e milho. No entanto, “raramente são proprietários de todas as máquinas de que necessitam, até porque elas representariam uma imobilização de renda incompatível com sua escala de produção” (PAULINO, 2008, p. 233). Assim, muitos destes sujeitos acabam ingressando

¹⁴⁰Sediada no município de Campo Mourão/PR, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (COAMO) nasceu em 28 de novembro de 1970, formada por 79 agricultores. A primeira sede foi um escritório com 50 m². As primeiras unidades descentralizadas (entrepósitos) surgiram em 1974 em Mamborê/PR e Engenheiro Beltrão/PR. A partir dos anos 80 ocorreu o grande salto da cooperativa com a implantação das indústrias de óleo de soja e fiação de algodão. Em 2000 surgiu a fábrica de margarina. A cooperativa é a maior da América Latina com 116 unidades em 67 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, possuindo mais de 26 mil cooperados (COAMO, 2016).

como cooperados nas cooperativas agroindustriais¹⁴¹ da região para a entrega de sua produção e aquisição de insumos agrícolas.

Por outro lado, existe uma parcela significativa de grandes proprietários (cooperados) nessas cooperativas, donos de grandes extensões de terra e ansiosos por multiplicar seu patrimônio, os quais exercem seu poder dentro e fora destas instituições. Neste sentido, aproximam-se ou integram a política nacional, principalmente nos quadros da bancada ruralista¹⁴², visando o fortalecimento de suas causas. Desta feita, o agronegócio como um todo e ai também se inclui as cooperativas do setor mantém-se num cenário de apoios e favorecimentos estatais, a exemplo da “Lei Kandir” criada pelo deputado federal Antônio Kandirian que isenta o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos produtos primários ou de pouco valor agregados destinados a exportação. Neste mecanismo, “[...] a União repassaria para os Estados os valores que deixariam de ser arrecadado devido à isenção legal, o que se configura, claramente, subsídio aos setores exportadores e destinação dos recursos públicos à iniciativa privada” (COLETTI, 2006, p. 141).

Esse empoderamento das cooperativas resultou numa verdadeira partilha (disputa) do território rural paranaense com o intuito de evitar a sobreposição de áreas já dominadas por um dado grupo cooperativista. “Tratava-se de uma reordenação estratégica, era preciso que a atuação das cooperativas fosse pensada e organizada de modo que prevalecesse a harmonia do conjunto das cooperativas evitando concorrência entre as mesmas (pela delimitação das áreas de atuação de cada cooperativa)” (FAJARDO, 2006, p. 31).

Assim como na MRG de Faxinal, este modelo estendeu-se aos demais domínios do Estado, aonde através da supremacia institucional das cooperativas agroindustriais e demais empresas deste setor têm-se a construção de uma barreira prática-ideológica que dificulta as formas de agricultura camponesa. A forma que essas cooperativas atuam na MRG de Faxinal é pontuada por Delgado (1985), a qual descreve que a ação modernizante no campo exercido por essas instituições é figurada numa estrutura de “multicooperativa”, assemelhado a uma

¹⁴¹Vale frisar que essas cooperativas são antagônicas as formas organizativas das cooperativas pertencentes aos movimentos sociais, a exemplo da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), gestada nos assentamentos de reforma agrária pelo SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

¹⁴² Iniciou o ano de 2017 comendo-se em 220 parlamentares. Detendo uma das maiores representações no legislativo nacional, a bancada ruralista foi decisiva para o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a chegada ao poder de Michel Temer e sua trupe de ministros ruralistas. Eles ainda apoiaram a indicação de Alexandre de Moraes ao Supremo Tribunal Federal e emplacaram como Ministro da Justiça o deputado federal e diretor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) Osmar Serraglio (PMDB-PR).

empresa controladora de um grupo empresarial pela diversificação setorial e espacial de operação econômica, esse sistema cooperativado¹⁴³ atua desde a década de 1960 no Estado.

Essa característica de exploração no campo paranaense com uma concentração fundiária (Tabela 01) crescente atrapalha o acesso democrático aos resultados do campo (colheitas, safras, produção) advindo com o empoderamento e ‘modernização’ do setor rural sob a ótica de poucos empresários rurais. Tal realidade confere ao Estado números elevados na sua produção/exportação primária, além de outros campos de atuação como a produção avícola, com 29,2% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 19,1%, respectivamente (IPEA, 2016).

Grupo de Área	1970		1975		1980	
	Número	Part. (%)	Número	Part. (%)	Número	Part. (%)
Menos de 10 hectares	295 272	53,3	237 068	49,5	214 995	47,3
10 a menos de 100 hectares	240 936	43,5	218 886	45,7	215 031	47,4
100 a menos de 1.000 hectares	17 158	3,1	20 213	4,2	22 349	4,9
1.000 hectares e mais	1 087	0,2	1 348	0,3	1 537	0,3
Não declarado	35	0,0	938	0,2	191	0,0
TOTAL	554 488	100,0	478 453	100,0	454 103	100,0

Grupo de Área	1985		1996		2006	
	Número	Part. (%)	Número	Part. (%)	Número	Part. (%)
Menos de 10 hectares	229 015	49,1	154 620	41,8	165 513	44,6
10 a menos de 100 hectares	212 247	45,5	188 305	50,9	170 403	45,9
100 a menos de 1.000 hectares	23 425	5,0	25 432	6,9	25 112	6,8
1.000 hectares e mais	1 548	0,3	1 450	0,4	1 191	0,3
Não declarado	162	0,0	68	0,0	8 832	2,4
TOTAL	466 397	100,0	369 875	100,0	371 051	100,0

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área – Paraná – 1970/2006. Fonte: IPARDES (2009).

Os dados da tabela deixam bastante evidentes o processo de concentração de terras nas últimas décadas, visto que apesar do número de estabelecimentos (menos de 10 ha) no Paraná terem diminuídas, elas ainda continuam representando quase metade do número de propriedades no Estado em 2006. A outra metade do quantitativo de propriedades é quase toda integrada por lotes entre 10 ha e 100 ha, ou seja, mesmo com a “extinção” de um grande número destas propriedades com áreas menores (até 100 ha) após a década de 1970, elas continuam concebendo praticamente a metade de todo o montante de propriedades no Estado.

¹⁴³ A própria Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR, nasceu nesse período como órgão que apoiou a execução dos projetos, constituindo-se na entidade representativa dos interesses das cooperativas paranaenses (OCEPAR, 1997, s.n.)

Estes números demonstram os caracteres que a terra vai assumir no Paraná, consolidando o seu entendimento como ‘terra de negócio’, uma imposição que o capital traz para o rural. Essa concentração é na realidade uma busca de cercear o acesso à terra aos camponeses. Assim, para além da formação das duas classes sociais no Paraná indicada por Serra (2001), “uma constituída de proprietários de terras, na condição de empresários rurais ou na condição de latifundiários; outra constituída de empregados rurais, com pouca ou nenhuma chance de atingir ou recuperar a posse da terra” (p. 49), tem-se também a histórica luta camponesa que tem resistido enquanto classe social ao longo do tempo.

Segundo Fabrini (2012), “a resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o ‘movimento camponês’ é mais amplo do que os ‘movimentos sociais’” (p. 09). Desta feita, a luta camponesa também reside no sentido de buscar participar das territorialidades paranaenses, visto que lhes é impossibilitado cada vez menos o acesso a terra. O discurso das grandes propriedades tem sido o argumento usado na propagação e existência destes tipos de propriedades há décadas no Paraná, as quais praticamente não sofreram variação na sua composição quantitativa. A fim de evidenciar melhor esta barbárie nos territórios campesinos do Paraná, o Gráfico 03 esquematiza a lógica que representou esse movimento de ‘modernização do campo paranaense’.

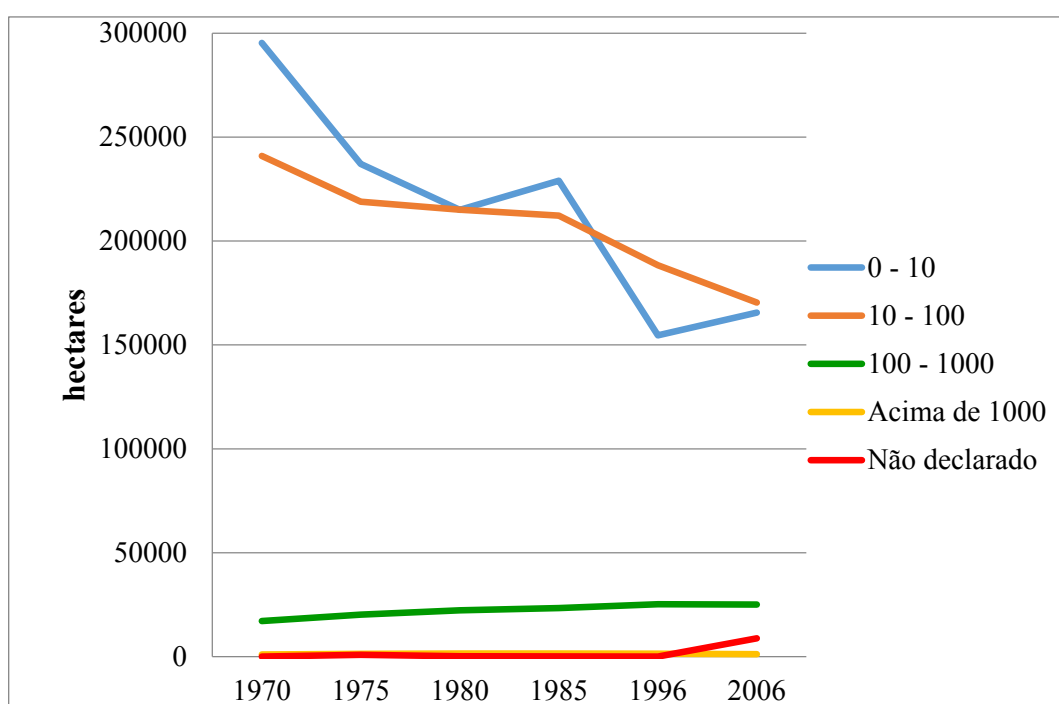


Gráfico 3: Tamanho das propriedades no Paraná entre 1970 e 2006.
Fonte: IPARDES (2009), Organizado pelo Autor.

Como já destacado, considerando um universo amostral imutável do montante territorial (área do Estado) e uma variação pouco significativa do percentual de propriedades distribuídas segundo seus níveis de tamanho, fica claro a transferência de áreas das propriedades de até 100 ha para domínios das propriedades maiores. O gráfico 03 demonstra que houve uma ‘aniquilação’ de praticamente metade dos pequenos lotes (até 100 ha) e com base na tabela 01 não houve a mesma queda em relação ao percentual das propriedades em geral, transparecendo desta feita a transferência e o avançar das territorialidades vigentes na moderna e grande propriedade.

Conforme dados disponíveis no IPARDES (2016), o ano de 2006 representado na tabela 01 evidencia que as análises de propriedades entre cem e mil hectares apesar de representarem somente 6,8% do total de estabelecimentos, eles ocupam sozinho praticamente de toda a área agropecuária do estado do Paraná (44,6%), somando apenas 25.112 estabelecimentos.

Uma compreensão desta situação pode ser interpretada em Tomazi (1999), quando ele se referencia a região Norte do Paraná apontando que apesar da importância atribuída ao posseiro, colono, trabalhadores volantes e a pequena propriedade no processo de (re)ocupação do Norte do Paraná até a década de 1960, esta função não foi mais necessária ao capital agrário. Passaram a serem vistos como um ‘problema’ para o monopólio capitalista no setor, mostrando que as lutas de resistência camponesa têm afrontado distintas formas de brutalidade, como expulsões, despejos, ameaças e assassinatos no seu cotidiano. Enfim, o capital não necessitava mais deles, e continuamente atuou no sentido de excluí-los do “Novo Eldorado”, sendo expulsos do Norte do Paraná (p. 80-81).

A consolidação dessa ‘moderna’ estrutura agrária no Paraná culminou na concentração da terra, visto que o seu índice de Gini referente à distribuição da terra no último Censo Agrário (2006) atingiu o patamar de 0,770, apesar de estar um pouco abaixo da média 0,872 no país. Assim, o contexto socioespacial ganha outros contornos que inviabilizam antigas práticas e costumes, considerando que a modernização da agricultura ‘descarrilhada’ após a ‘famosa’ geada de 1975, ‘matou’ os cafezais, ‘secando até as suas raízes’, entre outras falas expressadas até hoje pela maioria dos remanescentes daquele período. Na verdade, tudo não passava de um movimento maior visando à substituição do café pela cultura mecanizada de soja, trigo e a pastagem.

Para Serra (2001), essa completa transformação do espaço agrário no Paraná culminou nos atuais números de concentração fundiária, desemprego, êxodo rural¹⁴⁴ além da crise de manutenção da propriedade camponesa, decorrente da apropriação rural pelo capital agrário. Tendo como cenário a área de estudo da presente pesquisa, ficam visíveis também os reflexos desse novo rural capitaneado na ótica técnico-científico-informacional.

Os levantamentos extraídos mostram que as paisagens agrário-capitalistas se constituem em um patamar bastante avançado e consolidado na MRG de Faxinal. Nos últimos anos, sua população de maneira geral apresentou uma significativa redução populacional, reflexo das políticas público-privadas enviesadas no fator ‘escala’, pois a ótica da racionalidade de acúmulo e ampliação do capital no campo se sobrepôs a tudo e a todos no seu redor.

Desta feita, não diferentemente de outras regiões agrícolas do Estado, a MRG de Faxinal também está comprimida nesta ‘fôrma’ imposta pelo capital agrário. Com seus campos ‘limpos’ desses intrusos (camponeses) e os municípios da MRG de Faxinal desprovidos de uma estrutura social para integrar esses trabalhadores rurais, alguns deles se obrigaram a aventurarem por outras frentes pioneiras no Norte do país e a outra maioria dirigiu-se¹⁴⁵ aos grandes centros urbanos do sul e sudeste para recomeçarem suas vidas. Em relação a esse período, Martins (1994) expressa esse novo agrário arbitrado no Brasil, o qual “produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional” (p. 78).

Neste sentido, a fim de conhecer melhor a área de estudo, foram tabulados alguns dados (Tabela 02) em que estão expostos alguns indicadores socioeconômicos da MRG de Faxinal. Compondo uma área territorial de 22.6497,9 hectares a MRG de Faxinal apresenta uma população de 46.358 (IBGE, 2010), caracterizando-se por uma baixa densidade demográfica (20,94 hab./km²) se comparada com a média estadual que gira em torno dos 55,85 (hab./km²).

¹⁴⁴ O reflexo social gerado deste processo: “o fator mão-de-obra eventualmente liberado até 1966, considerando que em média um homem trata de aproximadamente 2 mil e 200 cafeeiros, que uma família tem duas enxadas e se compõe de cinco pessoas (...) foi da ordem de 116 mil enxadas, ou 58 mil famílias, ou 290 mil pessoas ligadas à cultura do café, que ficaram marginalizadas das zonas rurais” (IBC-GERCA/DAC, 1967, p. 32).

¹⁴⁵ Acrescenta-se que transformações ocorridas na organização interna das grandes fazendas lançaram um grande número de trabalhadores para fora da terra. Lavradores e trabalhadores expulsos dirigiam-se em parte para as cidades, à procura de emprego, para constituir o chamado “exército industrial de reserva” - a massa de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, à procura de emprego, cuja função, pelo excesso de oferta em relação a procura, é a de rebaixar os salários (MARTINS, 1981, p. 45).

Territórios	Densidade Demográfica ¹⁴⁶	IDH -M ¹⁴⁷	Índice de Gini ¹⁴⁸	PIB ¹⁴⁹	VBP ¹⁵⁰	VBP/hectare ¹⁵¹
MRG - Faxinal	20,94	0,70	0,45	14.539,61	702.642.163,66	22.945,13
Bom Sucesso	20,33	0,686	0,4367	21.719,29	121.245.101,59	4.264,79
Borrazópolis	23,56	0,717	0,5571	26.666,56	116.212.045,51	3.169,09
Cruzmaltina	10,12	0,666	0,3801	20.414,26	92.040.624,71	2.713,91
Faxinal	22,79	0,687	0,4868	22.649,13	157.554.251,13	2.381,63
Kaloré	23,31	0,721	0,3967	12.428,03	75.135.190,30	2.895,25
Marumbi	22,08	0,721	0,4602	15.230,41	67.259.176,02	3.368,22
Rio Bom	18,75	0,729	0,4376	14.539,61	73.195.774,40	4.152,24

Tabela 2: Indicadores socioeconômicos da MRG de Faxinal.

Fonte: IPARDES (2016) / IBGE (2010).

Com base nestes indicadores socioeconômicos é possível notar que os municípios que compõem a MRG de Faxinal apresentam certa homogeneidade quanto aos seus dados, visto que nenhum destoava significativamente em relação aos demais, mesmo quando considerado o município mais influente (Faxinal) da microrregião. Este cenário deve-se ao fato de a MRG de Faxinal ter sido relegada em segundo plano nas políticas público-privadas da região, sendo que apenas nas últimas décadas a região passou a ser objeto de uma atenção maior por parte do setor privado (capital agrário).

Como já colocado no decorrer deste estudo, a MRG de Faxinal está inserida na intersecção das frentes pioneiras do Paraná Tradicional e do Paraná Moderno (Figura 05), motivo pela qual a plena ação empreendedora dessas respectivas frentes de (re)ocupação ocorreu tardiamente, postergando o crescimento econômico da microrregião. Assim, o surgimento de polos urbanos mais tradicionais como Apucarana Ivaiporã e Jandaia do Sul acabou absorvendo diversos investimentos financeiros que poderiam ter sido destinados a MRG de Faxinal.

A compreensão deste domínio (MRG de Faxinal) é entendida como mais um interstício do capital agrário, apenas um pouco deslocado dos grandes fronts hegemônicos da colonização agrário-capitalista no Norte do Paraná e habitado por um ‘mal necessário’ chamado camponês. Entretanto, o relativo sossego da região estava com seus dias contados,

¹⁴⁶ Densidade Demográfica 2010 – (hab/km²) - (IBGE, 2016).

¹⁴⁷ Medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. (IBGE, 2016).

¹⁴⁸ Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita (2010).

¹⁴⁹ Produto Interno Bruto - *per capita* 2013 (IBGE, 2016).

¹⁵⁰ Valor Bruto da Produção Agropecuária em R\$. (SEAB, 2017).

¹⁵¹ (SEAB, 2016).

pois a lógica agrário-capitalista se aproximava em todas as direções e dimensões. O mundo caboclo ganhou um concorrente territorial extremamente fortalecido, pois a feição camponesa dita de ‘atrasada’ passa a rivalizar em uma disputa territorial com a agricultura ‘moderna’ e ‘nova’. É nisso que se coloca a contradição social¹⁵², pois o lugar novo ao pobre vai surgir através do interesse antigo da elite, uma realização aberta “[...] pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital” (MARTINS, 1982, p. 97).

A região em estudo demonstra claramente esse paradoxo instruído na lógica do capital-agrário, uma vez que o aparente volume de riquezas é uma verdadeira falácia social, instruindo ainda mais a concentração da renda e da miséria, a qual desperdiça os recursos naturais e humanos que deveria promover. É desinteressante aos capitais privados hegemônicos na microrregião permitir o surgimento de indústrias ou qualquer outra iniciativa de aumento na oferta de empregos, uma vez que perpetuando o estado de miserabilidade da região, significa a garantia de baixo custo e um ampliado ‘exército’¹⁵³ de mão-de-obra excedente, a ser explorado com elevada vantagem financeira e social.

A efetivação desse modelo forjado e instituído na aliança do poder público com o privado se fez refletir nas novas formas de (re)distribuição do território na MRG de Faxinal. Neste sentido, percebe-se que nas duas últimas décadas ocorreu uma mudança drástica no setor agrário da região, reflexo do êxodo rural e principalmente da concentração fundiária, os quais se aliam a utilização massiva de aparatos tecnológicos no campo, arquitetados pelos complexos agroindustriais (cooperativas¹⁵⁴ e empresas agrícolas).

Na Tabela 03 está pontuada a situação jurídica dos imóveis rurais dos municípios da MRG de Faxinal, sendo que fica evidente a assimetria de tamanhos entre as propriedades na microrregião.

¹⁵² As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. [...] âmbito da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia (FERNANDES, 2009, p. 07).

¹⁵³ Constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentes dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1988, p.200).

¹⁵⁴ Em estudos acerca dos camponeses no Norte do Paraná, Paulino (2006) destaca em uma de suas entrevistas o relato de um funcionário de cooperativa de laticínio na região. “A preocupação da cooperativa não é resolver problemas sociais, mas se viabilizar como empresa. Se ela conseguir resolver o problema do pequeno, ótimo. Mas isso é só uma consequência” (p. 212).

Municípios		Bom Sucesso	Borrazópolis	Cruzmaltina	Faxinal	Kaloré	Marumbi	Rio Bom
Área (ha)	Total							
Até 05	Imóveis	54	144	92	129	100	23	76
	Área	189,93	570,83	345,57	432,48	389,17	75,61	270,56
5 a > 25	Imóveis	225	736	315	440	552	211	288
	Área	3.403	9.718,27	3.864,91	5.638,97	7.416,72	3.216,35	3.890,69
25 a > 100	Imóveis	104	183	113	263	122	100	99
	Área	5.424,32	8.182,09	5.331,80	13.890,53	5.494,67	5.244,99	4.564,97
100 a > 500	Imóveis	50	32	39	138	18	35	32
	Área	11.199,78	6.471,10	7.901,19	28.825,96	3.579,16	7.551,70	7.022,77
500 a > 1000	Imóveis	9	4	1	13	0	1	2
	Área	5.798,30	2.362,70	532,70	7.718,25	0,0	508,20	1.065,93
< de 1000	Imóveis	2	2	3	4	0	1	0
	Área	2.511,50	3.013,10	3.586,10	5.451,30	0,0	1.193	0,0
Total	Imóveis	444	1101	563	987	792	371	497
	Área (ha)	28.526,83	30.318,09	21.562,27	61.957,49	16.879,72	17.789,85	16.814,92

Tabela 3: Situação Jurídica dos Imóveis Rurais dos municípios da MRG de Faxinal.

Fonte: INCRA (2012)

Segundo estas informações de concentração fundiária dos municípios brasileiros coletadas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – (2012) é possível dimensionar a existência do agronegócio na MRG de Faxinal, uma vez que se faz presente propriedades com área superior a 1.000 hectares, uma concentração teoricamente inconcebível no aspecto da justiça e equidade social, além das propriedades entre 500 ha e 1000 ha.

Com base na Tabela 03, a questão da concentração fundiária fica bem evidente principalmente nos municípios de Borrazópolis, Cruzmaltina e Faxinal. O primeiro concentra em apenas 02 (duas) propriedades de um montante de 1.101 imóveis rurais cerca de 10% da extensão territorial total do município. Esses dados são bem próximos e incidentes no município de Cruzmaltina, onde 03 (três) propriedades sozinhas representam cerca de 16% da totalidade de extensão territorial. Já o município de Faxinal tem aproximadamente 22% do total de sua extensão territorial concentrada em apenas 17 (dezessete) propriedades rurais.

Considerando os parâmetros expostos no art. 4.º da Lei n.º 8.629/93 para os tamanhos dos imóveis rurais: pequena propriedade (área compreendida entre 01 e 04 módulos fiscais); média propriedade (área entre 04 e 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais), a Tabela 04 permite discorrer a respeito da presença de médias e grandes propriedades na MRG de Faxinal.

Municípios da MRG de Faxinal - Módulos Fiscais							
Município	Bom Sucesso	Borrazópolis	Cruzmaltina	Faxinal	Kaloré	Marumbi	Rio Bom
MF*	16 ha	18 ha	18 ha	18 ha	18 ha	18 ha	18 ha
04 MFs	64 ha	72 ha	72 ha	72 ha	72 ha	72 ha	72 ha

Tabela 4: Módulos Fiscais dos municípios da MRG de Faxinal.

Fonte: INCRA (2017). * Módulo Fiscal.

A presença das médias e grandes propriedades na MRG de Faxinal é fruto das diversas e duvidosas formas de apropriações de antigos minifúndios e outras propriedades menores. Além disso, existem também as várias arbitrariedades ocorridas nas invasões pioneiras pelas companhias privadas, que atuaram em suas respectivas localidades de abrangência como o modelo ideal de propriedade e com um prestígio avassalador das famílias proprietárias.

Um dos fatores que permitiram a formação de grandes propriedades na região deve-se a inexistência uma divisão ordenada de suas terras. A invasão da atual área do município de Faxinal é para Bernardes (1953) uma realização que se deu por volta de 1920 de forma ‘espontânea e desordenadamente’ por caboclos e ex-colonos oriundos da vila de Urtigueira.

Com o objetivo de fixar esta população flutuante e sustar a invasão das terras virgens do norte do estado, iniciou o governo em 1925 a cessão de lotes aos intrusos estabelecidos no Faxinal. Os lotes foram vendidos ao preço de Cr\$ 8,00 o hectare, sendo sua área, em média de 50 a 200 ha. A divisão foi feita, no entanto, sem nenhum plano diretor e sim de acordo com a posse. [...] Os posseiros ocupavam geralmente grandes áreas e por meio de artifícios se viram senhores de várias centenas ou mesmo mais de mil alqueires (BERNARDES, 1953, p. 362).

Na década de 1950 esse processo tem continuidade em parte dos municípios da atual MRG de Faxinal, visto que “a política governamental sofreu alterações, passando a adotar o sistema de grandes lotes de terras [...]. Novamente formaram-se grandes latifúndios no Paraná, preterindo-se direitos dos verdadeiros interessados, com graves implicações na vida do Estado” (COSTA, 1975, p. 825).

Outra questão que também favoreceu a existência de extensas propriedades na microrregião relaciona-se a questão do acesso ao crédito¹⁵⁵ agrícola. Segundo Fleischfresser

¹⁵⁵ Implementado o programa de crédito rural, a década de 70 assiste a uma verdadeira explosão na expansão deste crédito e no período de 1970 a 1979 o crédito agrícola cresce no Paraná, em termos reais, por volta de 500%. Esta taxa indica a crescente dependência da agropecuária ao crédito oficial, já que em 1970 o crédito representava cerca de 37% do valor bruto da produção, proporção essa que salta para cerca de 80% em 1979. Por outro lado, excluindo-se a pecuária, o crédito para a agricultura vai atingir a 89,43% do valor da produção agrícola (IPARDES, 1982, p. 32).

(1988), a política de captação de crédito, amplamente operada após a década de 1970 no Norte do Paraná exigia que os agricultores “tivessem terras próprias e de determinada dimensão, ou um contrato formal de arrendamento” (p. 50). De maneira geral, eram várias as barreiras contra o pequeno proprietário, bem como “a ausência de políticas do Governo que visem à permanência desta população” (IPARDES, 1982, p. 19).

Desta feita, os agricultores melhor capitalizados, especialmente “[...] aqueles que alcançaram sucesso na agricultura associada da soja e do trigo, passaram a ampliar suas disponibilidades de terras pela incorporação por compra ou arrendamento das propriedades, via de regra, dos pequenos produtores em dificuldades financeiras” (MORO, 1995, p. 82). Esta realidade de concentração fundiária presente na MRG de Faxinal e nas demais regiões do território nacional esboça de forma latente a raiz de uma problemática social ainda mais ampla, visto que esse caráter concentrador do campo brasileiro se reflete nos escalonamentos seguintes da economia nacional.

Esse desequilíbrio fundiário carece de ser compensado de alguma forma, pois inexistente uma ‘fórmula mágica’ ou qualquer outra proposta paliativa a esta questão. Faz-se necessária uma (re)adequação na origem de um dos maiores problemas sociais do país, o qual se dá na concentração fundiária. Assim, enquanto a reforma agrária continuar sendo entendida pela concepção do ex-ministro Delfin Neto, o qual a entende como um “assunto para economista desocupado”, é certo a continuidade materializada dos cenários de desigualdade social no meio urbano e rural, uma vez que o acesso a terra está inviabilizado.

Entretanto, apesar da luta¹⁵⁶ constante e a resistência camponesa no intuito de fazer valer sua garantia da dignidade humana, sua ação é contrapostas por argumentos e discursos traiçoeiros de que a necessária manutenção dos latifúndios visa garantir as chamadas divisas financeiras tão ‘necessárias’ ao superávit primário da economia. Contanto que o fator econômico seja satisfatório, o social é secundarizado, pois o resultado positivo (mais valia social) desse movimento econômico não beneficia a insistente classe camponesa que permeia e resiste no interior desta estrutura fundiária concentrada.

Dando continuidade nas análises e buscas dos dados fundiários que caracterizam o recorte espacial em estudo, a Tabela 05 mostra a concentração fundiária dos municípios que compõem a MRG de Faxinal, estratificando os aspectos jurídicos da concentração de terra na microrregião como um todo.

¹⁵⁶ O espaço geográfico paranaense caracteriza-se, sobretudo, pela espacialização dos conflitos e da luta pela terra. A partir dessa espacialização pode-se compreender o dinamismo social e como o espaço agrário paranaense está organizado. A luta pela terra no Estado do Paraná não é um fenômeno recente e as várias regiões do Estado foram e estão sendo geografadas por estas lutas (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007, p. 36).

Microrregião Geográfica de Faxinal												
Até 05		5 a > 25		25 a > 100		100 a > 500		500 a > 1000		< de 1000		
(I)*	Área	(I)	Área	(I)	Área	(I)	Área	(I)	Área	(I)	Área	
618	2.274,15	2767	37.148,91	984	48.133,37	344	72.551,66	30	17.986,08	12	15.755	
	1,17%**		19,16 %		24,83 %		37,43 %		9,28 %		8,13 %	
									Total			
											Imóveis	4.755
											Área (ha)	193.849,17

Tabela 5: Situação Jurídica dos Imóveis Rurais da MRG de Faxinal

Fonte: INCRA (2012)

A concentração fundiária instaurada e consolidada na MRG de Faxinal segue uma tendência que corriqueiramente se dá em nível nacional, uma lógica que conduz sua ação no sentido de cada vez mais intensificar esse movimento, pois é “na contradição entre a produção e a distribuição que o capitalismo revela o segredo da acumulação, enquanto modo de produção de riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade” (MARTINS, 1984, p. 107).

Entretanto, o ângulo de análise de todo essa riqueza produzida é extremamente reduzida. Essa interpretação pode ser tirada da própria tabela 05, onde um pequeno grupo de imóveis abocanha a maior parcela do território, isso desconsiderando outros agravantes como qualidade dos terrenos, acesso ao crédito¹⁵⁷ rural, proximidade de infraestruturas entre outros ‘diferenciais’ assimétricos envolvidos nessa questão.

Em posse destes dados foi possível elaborar um gráfico representativo do percentual que cada extrato de área territorial dos imóveis representa em relação ao seu quantitativo total (Gráfico 04). Este modelo deixa evidente que apesar do elevado grau de concentração fundiária presente na MRG de Faxinal, ela é ainda menos intensa se comparado aos dados presentes em outras áreas do país. Este caráter concentrador da propriedade rural na MRG de Faxinal nomeada em Martin (1982, p. 60) de “terra de negócio” está harmonicamente alinhado com o agronegócio instituído e consolidado na microrregião.

Esse processo de ‘estabilização’ das investidas maciças de concentração da terra na microrregião é decorrente de terem sido abertas diversas outras frentes agrícolas pioneiras nas demais regiões do Brasil nos últimos anos, visto que “[...] parte considerável dos retirantes paranaenses dirigiram-se a outros Estados da federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista” (MORO, 2001, p. 114).

¹⁵⁷ O crédito rural no Brasil foi institucionalizado através da lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e desde então, tem apresentado como uma de suas características marcante o rápido aumento no volume de recursos alocados ao setor agropecuário. No período de 1960-70, esse volume de recursos alocados cresceu substancialmente (LIMA FILHO, 1976, p. 187).

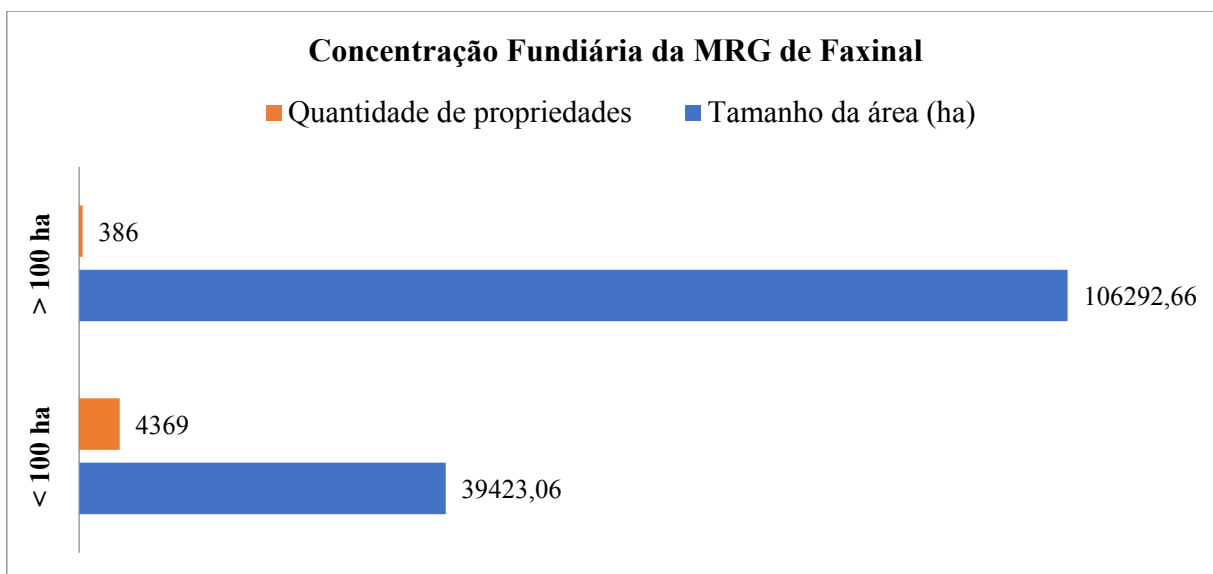


Gráfico 4: Concentração Fundiária da MRG de Faxinal.
Fonte: INCRA (2012). Organizado pelo autor.

Entretanto, apesar da enorme área ocupada pelo agronegócio é inegável o comparecimento significativo das pequenas propriedades, considerando a presença de 4.369 propriedades com área inferior a 100 ha (INCRA, 2012). Essa condição demonstra a existência de um caráter político (posse da pequena propriedade), além de poder afirmar que se faz presente à resistência da territorialidade camponesa e com isso, a continuidade da sua reprodução social. Discutindo esta questão, Fabrini (2004) pontua que “a revolta dos camponeses é contra a renda da terra (equivalente de mais-valia) transferida aos capitalistas, assim como o fazem os operários contra a mais-valia” (126), uma percepção de mundo que contraria a noção da acumulação financeira que está hegemonicamente disseminada.

Por outro lado, a agricultura camponesa está longe de desaparecer em decorrência da importância que possui para os agentes do capital e o Estado, por isso, estes últimos historicamente têm proporcionado condições (quase sempre precárias) para a existência dos trabalhadores camponeses. É desta forma que o capital agrário tem ao seu dispor um contínuo suprimento de matérias-primas em condições vantajosas, resultando na reprodução ampliada do capital e subordinada do campesinato.

Segundo Tavares dos Santos (1982), a reprodução subordinada do campesinato dá-se em dois momentos centrais. Inicialmente com a exploração da força de trabalho camponesa, desde as invasões territoriais ordenadas nas frentes de expansão e pioneiras, até os tempos mais recentes, que acontece através da apropriação do sobre-trabalho presente nas diversas formas de cultivo frutificado na unidade familiar camponesa. É essa interação que assinala a

complementaridade dessas duas classes, pois todo o ‘sucesso’ quantitativo da produção agrário-capitalista é em grande parte provida com os resultados laborados nas ‘anônimas’ unidades produtivas camponesas.

Assim, é de fundamental importância destacar a condição camponesa que estes sujeitos vivenciam na MRG de Faxinal atualmente, através das estratégias produtivas que operam em suas propriedades como meio de garantir a reprodução de suas famílias. É inegável afirmar o substancial crescimento da agricultura empresarial¹⁵⁸ na microrregião nos últimos tempos, por isso, para entender o cotidiano da agricultura de autoconsumo destes camponeses se faz necessário apontar algumas considerações envolvendo as relações eminentemente capitalistas inculcadas pelo agronegócio regionalmente.

Essa questão é visível nas paisagens rurais da MRG de Faxinal com uma mecanização agrícola homogênea e hegemonicamente focada na manutenção das monoculturas, “cujo traço mais característico é uma racionalidade econômica movida pelas expectativas de curto prazo para a recuperação do capital investido, em detrimento de quaisquer preocupações com o bem-estar social e com a integridade do meio ambiente” (PETERSEN, 2009, p. 07). Esse cenário ocorre até mesmo em algumas propriedades menores, as quais muitas vezes ficam inviabilizadas de suprirem a manutenção de uma agricultura de autoconsumo no seu interior, considerando que estão rodeadas por extensas áreas de cultivos do agronegócio.

A produção animal (pecuarista) da microrregião apresenta características dos formatos proposto pelo agronegócio e as criações típicas da reprodução camponesa. Assim, faz-se presente um contingente elevado de confinamentos bovinos, granjas de porcos, uma ação que intercala a ótica vigente nos plantios monocultores, dada ao elevado consumo de rações para o suprimento desses criadouros. Por outro lado, existe um significativo número deste tipo de produção também nas pequenas propriedades com destaque para a criação de galinhas poedeiras, frango de granja, leite de vaca, suínos e mel, uma organização instruída no sentido de diversificar os esforços e a origem de recursos para a família camponesa.

A relação da produção animal do ano de 2014 (Tabela 06) dá uma ideia da existência de duas agriculturas (camponesa e empresarial) nos municípios da MRG de Faxinal, considerando tanto a participação da criação intensiva (agronegócio) como a produzida em

¹⁵⁸ A industrialização da agricultura implica uma desconexão – frequentemente extrema – da agricultura com a natureza e com as localidades: fatores naturais (tais como fertilidade do solo, bom esterco, variedades cuidadosamente selecionadas e raças localmente adaptadas) têm sido progressivamente substituídos por fatores artificiais que se expressam na forma de insumos externos e novos equipamentos tecnológicos. Em vez de ser construída em função do capital ecológico, a produção agrícola se tornou dependente do capital industrial e financeiro (PLOEG, 2009, p. 23).

áreas menores (camponesa). Neste sentido, é importante frisar que nem sempre a produção colocada como de origem de grandes propriedades é integralmente criadas nestas, pois é comum os camponeses revenderem suas produções (geralmente animais de corte) para grandes proprietários por conveniência logística e também a possibilidade de adiantamento financeiro, apesar desta prática representar a perda de parte da renda camponesa.

	Bom Sucesso	Borrazópolis	Cruzmaltina	Faxinal	Kaloré	Marumbi	Rio Bom
Bovino*	16.746	18.373	14.910	37.363	8.401	11.890	14.911
Bubalino*	1	241	-	190	-	21	24
Caprino*	130	103	77	70	130	80	49
Ovino*	1.200	120	839	1.849	290	360	238
Equino*	730	618	632	1.552	435	295	608
Galináceos*	928.176	401.664	223.751	64.400	28.000	357.512	186.240
Leite**	708	431	357	1.407	106	887	4.103
Suíno*	1.580	1.330	1.017	1.187	2.900	1.943	850
Ovos***	980	-	246	200	15	21	18
Mel kg	350	9.525	-	480	15.500	550	780

* Unidades (cabeças) - ** Mil litros (vaca) - *** Mil dúzias (galinha).

Tabela 6: Produção animal nos municípios da MRG de Faxinal em 2014.

Fonte: SEAB-PR (2016).

Contrariando alguns argumentos de que os camponeses deixaram de existir, a MRG de Faxinal evidencia entremeio aos dados de sua produção agrícola, condicionantes que são peculiares das propriedades de policultivos (Tabela 06). Esse modelo se apregoa na prática do autoconsumo camponês e a comercialização de sua produção excedente, a qual pode estar menos ou mais incorporada de aparatos tecnológicos. Vale destacar que os camponeses não perdem sua condição classicista por estarem especializados ou não tecnicamente, pois o que lhes conferem essa apresentação organizativa são as relações produtivas internamente, as quais atuam como garante de manutenção da reprodução camponesa.

Neste sentido, a vez e voz do sujeito camponês que permanece entremeia a toda uma barreira institucional, política, física e ideológica que lhes surgem diuturnamente, é uma mostra do esforço que estes sujeitos demonstram para potencializar a contínua luta e resistência camponesa. Desta forma, apesar da MRG de Faxinal ser articulada numa rede sólida de pilares agrário-capitalistas, no decorrer deste estudo foi possível observar que o campesinato resiste e mantém chamejante a busca pela dignidade e soberania humana, representada no simples vivenciar dos camponeses da microrregião.

Nesta perspectiva, considerando os camponeses como classe necessária ao sistema capitalista, fica claro a contradição que esse movimento carrega em si ao ser comparado com

a agricultura empresarial, sendo que esta última no seu processo de “expansão não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução (MARTINS, 1990, p. 20). Essa questão assinala que o campesinato não acontece isolado das ‘modernidades’ do capital, pois sua continuidade envolve inúmeros vínculos de integração com o conjunto da sociedade, dentre os quais são essenciais os laços mercantis. No entanto, os camponeses são, antes de tudo, uma categoria política que vê a posse da terra como o seu principal garante.

A interação entre estas duas agriculturas (camponesa e empresarial) evidencia uma realidade contraditória, viva e móvel na MRG de Faxinal, uma dialética de fenômenos que mesmo conflitantes, realizam atividades complementares entre si. Assim, “[...] no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade” de reprodução e permanência do campesinato (OLIVEIRA, 1991, p. 50). A interpretação dessa integração possibilita uma melhor discussão do mundo real e vivido dos camponeses da microrregião, além da construção de novas sínteses no plano do conhecimento empírico e científico da realidade histórica destes sujeitos.

Assim, para uma melhor reflexão envolvendo o campesinato exige também discorrer acerca do agronegócio, visto que existe um histórico enfrentamento entre estas duas territorialidades. O cotidiano deste embate carrega em si um imbróglio intenso entre estes dois atores sociais, um esforço que exige refletir o espaço através da complexa e recíproca relação entre as consumações locais e os acontecimentos globais, a múltipla transformação do homem e da natureza, as interações entre o sujeito e o objeto.

Os sentidos aqui refletidos voltam-se para um olhar da família camponesa, um desafio hegemonicamente concretizado na atualidade, visto que a ideia de um campo ‘moderno’ está eminentemente referenciada nas formas monocultoras de trato com a terra. Entretanto, para além dessa acepção hegemônica, é possível comportar estes dois modelos agrícolas sem a necessidade de ‘denegrir’ e inviabilizar o trabalho camponês, questão essa ainda não compreendida na sociedade contemporânea.

3.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR

Os municípios que integram a MRG de Faxinal estão constituídos numa estrutura fundiária concentrada e com a predominância de culturas economicamente ditas ‘modernas’

quanto ao seu plantio, colheita, e escoamento. A microrregião apresenta uma relativa semelhança em relação as suas principais espécies cultivada, criando uma paisagem agrária homogênea e monótona. Tem destaque para os cultivos de *commodities* de abastecimento ao agronegócio, com destaque para a soja, o milho, o trigo, e ainda o álcool através do processamento da cana-de-açúcar. Vale destacar ainda a produção bastante significativa do tomate em estufas, principalmente nos municípios que ficam aos arredores de Faxinal/PR.

Após levantamento junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB no período compreendendo as safras de 2010/2011 até a 2014/2015 foi possível elaborar um esquema de representação desses dados. O município de Bom Sucesso obteve uma produção elevada nos monocultivos da cana-de-açúcar, soja, milho e trigo conforme mostra a Tabela 07.

Produção Agrícola do Município de Bom Sucesso										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Cultivos	(ha)*	(t)**	(ha)*	(t)**	(ha)*	(t)**	(ha)*	(t)**	(ha)*	(t)**
Alho	2	4	1	2	2	7	1	3	1	3
Amendoim	6	15	5	12	3	8	4	9	3	7
Arroz	40	76	20	8	10	19	12	22	4	9
Café	150	216	150	203	150	228	134	27	134	154
Cana	8.953	634.611	8.619	758.472	9.571	780.037	8.681	630.930	6.360	558.281
Feijão ¹⁵⁹	110	138	75	81	35	41	25	22	13	14,3
Mandioca	11	176	11	176	10	150	8	128	9	144
Milho ¹⁶⁰	840	3.808	930	4.140	1.250	5.055	1.000	5.190	1.420	7.767
Soja ¹⁶¹	2.250	7.785	2.800	6.440	3.200	10.240	3.400	9.860	3.500	11.025
Tomate	2	46	1	48	2	90	1	45	1	45
Trigo	850	1.896	800	1.960	1.000	1.004	970	2.910	1.850	3.904

Tabela 7: Produção Agrícola do município de Bom Sucesso nas últimas cinco safras

Fonte: (PARANÁ, 2017) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

*Área Total (ha) / **Produção (t).

Fica nítida a existência de poucas culturas agrícolas, considerando que as que se fazem presentes são na realidade *commodities* agrícolas com vista ao provimento nacional e outra maior parcela para a exportação. Entretanto, o resultado dessa riqueza é direcionado para um resumido número de sujeitos (capitalistas), os quais irão novamente (re)aplicar essa renda no setor e outra vez auferir lucros, deixando o extrato social local a margem desses resultados,

¹⁵⁹Inclui-se o feijão safra da seca e safra das águas.

¹⁶⁰Inclui-se o milho safrinha e milho safra normal.

¹⁶¹Inclui-se a soja safrinha e a soja safra normal.

sendo que a este último grupo resta apenas os rejeitos dessa irracional exploração do setor rural, ou seja, o passivo socioambiental.

Tomando como exemplo o caso da soja, os dados da CONAB (2017) apontam o Brasil como o segundo maior produtor mundial, com uma produção de 113.923 milhões de toneladas do grão na safra 2016/2017, usando uma área de 33.890 milhões de hectares (produtividade de 3.362 kg/ha). Entretanto, deste montante apenas 47.281 milhões de toneladas foram destinadas ao uso interno do país, pois o restante destinou-se a exportação. É importante destacar ainda, que a maior parcela da soja consumida internamente é convertida em ração para ser novamente exportada na forma de carne, com destaque para a criação intensiva de frango e suínos no Paraná, um dos principais concentradores desta especialidade.

Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no ano de 2017 o Paraná foi o maior produtor e exportador de frango do Brasil. Cerca de 35,2% da exportação da carne da avicultura brasileira está concentrada no Paraná, sendo que esta tendência só tende a crescer com a retomada do mercado internacional, após o impacto da operação Carne Fraca (OCEPAR, 2017).

Esse é o reflexo das significativas safras de grãos que o Paraná tem atingido nos últimos anos, com destaque para a soja, aonde os frigoríficos avícolas aproveitam essa abundância de grãos (convertido em ração). Assim, além da exportação, existe também a proximidade com grandes centros consumidores da região sul e sudeste do país e o elevado índice tecnológico e financeiro para destacar-se competitivamente, garantindo uma maior participação dessa cadeia no país, com grande participação das cooperativas.

Este arcabouço de realizações tecnológicas e financeiras (agronegócio) não acontece isolado e apenas com seus esforços operativos, pois existe aí uma substancial contribuição de trabalho realizado por camponeses, principalmente nas diversas granjas avícolas que ocorrem nas pequenas propriedades da MRG de Faxinal. Entretanto, estes sujeitos ficam à margem de uma justa remuneração, ficando a notoriedade midiática e o auferimento das rendas destas atividades direcionadas em sua maior parte aos conglomerados financeiros do setor rural.

Essa questão da comoditização é um enigma discutido por um dos mais expoentes pesquisadores da ecopolítica no Brasil, o professor Carlos Walter Porto- Gonçalves quando cita que o campo pensado na lógica monocultora é na realidade “[...] a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar na medida em que, por definição, a monocultura não visa alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto. O mais desejado não é a qualidade, mas a quantidade (*ibidem*, 2006, p. 2013).

Dando continuidade as análises do estudo, quando se observa os dados referentes ao município de Borrazópolis é percebido uma ligeira alteração em comparação ao município de Bom Sucesso, considerando que o Complexo Agroindustrial vigente em Borrazópolis diverge um pouco, visto que em Bom Sucesso existe uma Cooperativa de Açúcar e Álcool - Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda. (COOPERVAL), sendo este o fator que representa uma maior elevação dos cultivos de cana-de-açúcar neste último município.

O município de Borrazópolis juntamente com Cruzmaltina representa os dois territórios que mais se relacionam com a sede da microrregião (Faxinal), dada proximidade territorial. Caracteriza-se pela predominância das lavouras de soja, milho e trigo, o que justifica o aparato infraestrutural de armazéns, silos e o comércio de insumos agrícolas. Além desse arcabouço de sustentação ao modelo agrário-capitalista, o município é estrategicamente cortado pela rodovia do milho (PR-170), deixando bem próximos centros maiores como Apucarana e Faxinal, além de estar a poucos quilômetros do encontro com a BR 376 que chega ao porto paranaense.

Em Borrazópolis se destaca a produção de aveia, milho, soja e trigo (Tabela 08) seguindo a lógica da entrega contratual nas cooperativas agroindustriais e empresas do gênero no município (COCARI, COAMO e Agrícola Vassoler) ao final das respectivas safras (inverno e verão). A soja se destaca como a cultura com maior área territorial de ocupação em comparação aos demais cultivos.

Produção Agrícola do Município de Borrazópolis										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Cultivos	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Alho	1	1,2	1	1,4	1	1,4	1	1,4	1	1,4
Amendoim	2	4	2	4	1	2	1	2	1	2
Arroz	50	85	30	51	10	17	10	16,5	10	16,5
Aveia	900	2.220	700	1.550	400	760	100	200	-	-
Café	530	485,4	350	240	300	304	100	22	-	-
Cana	30	1.350	30	1.650	40	2.200	40	2.200	-	-
Feijão	700	728	50	105	185	254	200	262	180	258
Fumo	58	121	50	104,3	30	60	30	60	20	48
Mandioca	70	1.600	70	1.600	80	1.760	80	1.760	80	1.760
Milho	6.600	12.540	8.300	37.060	7.700	31.340	4.700	23.820	3.875	18.693
Soja	12.900	47.730	13.200	32.723	13.300	46.550	13.500	40.500	13.700	47.608
Tomate	28	2.380	18	1.790	34	2380	34	2.465	34	2.465
Trigo	5.500	9.360	2.500	5.250	5.500	3.638	7000	17.500	7.700	18.865

Tabela 8: Produção Agrícola do município de Borrazópolis nas últimas cinco safras.

Fonte: (PARANÁ, 2016) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

A supremacia do modelo ‘moderno’ do rural é propagada das mais variadas formas na MRG de Faxinal, aonde o ideal de vida no campo é representado na figura dos grandes fazendeiros com suas camionetes, máquinas agrícolas, manadas de gado, várias sacas de grãos entre outros valores impregnados no meio social como moda e reflexo do sucesso. Este partilhamento midiático é materializado nas várias festas populares que ocorrem nos municípios da MRG de Faxinal, com destaque para os rodeios que acontecem todos os anos em Cruzmaltina, considerado a capital do Rodeio do Vale do Ivaí. Essa idolatria ao modelo agrário-capitalista é colocada por Maia (2003, p. 180) ao situar que,

[...] encontramos jovens da chamada classe média, outros de menor poder aquisitivo e muitos moradores da área circunvizinha [...] Muitos estão transvestidos de *cowboys* e *cowgirls* espelhando-se nos modelos dos *agroboys* e *agrogirls* cada vez mais propagados pela mídia. Há também aqueles que rejeitam a roupa-fantasia e dizem. “Estes com muita pose, com botas chiques, chapéus e cintos largos, a maioria não tem nem uma bezerra!”. O show, que normalmente inicia-se por volta das onze horas da noite, reúne esses jovens movidos à música – forró – e bebida.

Essa movimentação esclarece o dinamismo que o capital possui para territorializar a tudo e a todos, apregoando o ‘sucesso’ (agronegócio) e o ‘fracasso’ (campesinato atrasado). Estas festas viram uma literal feira do agronegócio, com exposição de modernas máquinas, sementes e animais melhorados geneticamente e insumos para o campo, incutindo no ideário social a legitimação do desenvolvimento¹⁶² desigual no/do campo.

Analisando os dados agrícolas do município de Cruzmaltina, surgem em destaque os cultivos de aveia, milho, soja, tomate e trigo, onde a produção de soja, trigo e tomate se desponta em relação aos demais, decorrente das políticas público-privadas de incentivo à exportação de soja, o abastecimento do mercado nacional com trigo e o tomate em virtude da proximidade com o município de Faxinal, que apresenta uma dinâmica comercial extremamente intensa na comercialização de tomate em escala nacional.

Os dados da produção agrícola de Cruzmaltina (Tabela 09), assim como nos demais municípios da MRG de Faxinal, demonstram duas lógicas produtivas (camponesa e empresarial) que “se opõem em relação inversamente proporcional: a expansão da produção

¹⁶² Para se traçar uma tentativa de resposta, não é demais lembrar certas ideias elementares: o *crescimento* econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484, grifo do autor).

de bens primários convertidos em commodities ao lado da redução das culturas alimentares destinadas primordialmente ao consumo interno” (PAULINO; KRUGER, 2010, p. 97).

Produção Agrícola do Município de Cruzmaltina										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Cultivos	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Alho	1	2,4	1	2,8	1	1,4	-	-	-	-
Amendoim	1	1,8	1	1,8	-	-	1	1	-	-
Arroz	40	64	30	48	10	16	-	-	2	3,2
Aveia	900	2.220	800	1.880	500	1.000	400	1.000	1.050	2.598
Café	60	60	50	43,5	60	58,5	30	7,2	30	37,8
Cana	80	6.400	50	4.000	40	3.000	40	3.000	-	-
Feijão	60	85	40	62,5	30	46	30	43,5	25	37,25
Mandioca	40	960	40	960	25	580	25	580	25	580
Milho	2.200	6.100	1.500	7.500	1.900	8.200	1.700	10.000	1.500	8.800
Sericultura	5	2	3	1,20	3	0,7	-	-	-	-
Soja	12.000	42.000	9.000	25.200	9.800	39.200	10.000	33.000	10.000	33.000
Tomate	215	17.200	215	16.625	80	6.200	82	6.370	82	6.370
Trigo	1.500	5.090	1.000	2.480	1.000	1.260	1.000	2.727	1.200	2.976

Tabela 9: Produção Agrícola do município de Cruzmaltina nas últimas cinco safras.

Fonte: (PARANÁ, 2017) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Do mesmo modo que ocorre no restante da microrregião, em Cruzmaltina, cultivos como arroz, feijão, alho, mandioca, amendoim e café caracterizam-se por serem produzidos em propriedades camponesas, sendo que apesar destas culturas terem sua produção reduzida nos últimos anos, demonstra que esse cultivo representa a territorialidade camponesa, a qual segue sua atribuição de garantir a maior parcela da alimentação basilar consumida no país.

No município de Faxinal a tríade soja, tomate e trigo também se destacam em comparação aos demais cultivos, sendo forte ainda as culturas de aveia e milho. Entretanto, de todos esses produtos agrícolas o tomate é considerado o de maior renome no município, uma vez que em decorrência do elevado quantitativo de estufas¹⁶³ da fruta nas propriedades agrícolas de Faxinal, a cidade foi considerada no ano de 2012 como a “Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná”, reconhecido através da Lei 17.224 de 11 de Julho de 2012, sendo que essa comemoração passou a fazer parte do calendário oficial de eventos do Estado.

¹⁶³ Neste sistema de cultivo a sua estruturação acontece pela disponibilidade de plástico com qualidade boa e de preço relativamente baixo que protege a produção da hortalíça. Segundo os agricultores entrevistados, fixado em estruturas resistentes esse plástico permite um maior controle e exposição dessas hortalíças ao vento, a umidade relativa, a temperatura ambiente, infestação de pragas e insetos, permitindo uma qualidade maior na produção.

Assim, todo o ano é realizado no mês de dezembro a Festa do Tomate de Faxinal (Foto 03), a qual em 2016 deu-se a sua 7ª edição com um público de cerca de 20 (vinte) mil pessoas por dia do evento segundo dados de seus organizadores. A festa é tradição na MRG de Faxinal, uma das mais aguardadas entre os eventos festivos dos seus municípios.



Foto 3: Outdoor da VII Festa do Tomate em Faxinal/PR (2016) e uma estufa de tomate em Cruzmaltina/PR.

Fonte: Do autor (2016).

A maior parcela dos produtores de tomate da MRG de Faxinal caracteriza-se pelo trabalho realizado através das propriedades camponesas, uma estrutura que se enquadra no domínio do meio produtivo (propriedade), pelo trabalho realizado através do grupo familiar e o controle das estruturas produtivas (estufa e outros meios de trabalho). Essas relações internas na disposição do trabalho camponês surgem como sua principal caracterização organizacional, uma condição que não impede a incorporação tecnológica nestas propriedades, como pôde ser notada na funcionalidade dos cultivos tomateiros desta microrregião. Para Kageyama (1990), essa realidade é na verdade uma “[...] mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir [...] [...] Se regredir a base técnica, também regride a produção agrícola” (p. 113-114).

Mesmo considerando a necessidade e importância que o trabalho camponês representa, o processo de industrialização da agricultura exerce uma influência significativa nas ações e estratégias a instruídas por estes trabalhadores, o que acaba às vezes, convertendo o modo de produção no campo em nome da ampliação da produção e absorção de mercados nacionais. Isto se dá pelo fato de que a produção camponesa é subordinada ao circuito mercantil e esta passa a transferir renda ao capital mercantil, financeiro e ao próprio Estado. Entretanto, apesar dos ‘arrochos’ impostos pelo capital agrário, os camponeses da MRG de

Faxinal encaram e “lutam contra a condição de marginalidade que lhes é imposta por meio da criação de novas respostas, as quais diferem claramente das prescrições e da lógica do Império” (PLOEG, 2008, p. 04).

Essa lógica acontece com bastante evidencia junto aos produtores de tomates na MRG de Faxinal, com maior incidência no município de Faxinal. As estufas produzem além do tomate outros produtos como pimentão, pepino, abobrinha, jiló, couve entre outros. Essa produção destina-se parte ao consumo próprio das famílias e outra parte aparece como renda extra. “Nessas situações, a busca por rendas melhores se torna parte de uma luta social multifacetada” (PLOEG, 2016, p. 134).

Nas estufas fica visível à forma intensiva que ocorre no solo através da tecnologia de estufa, com irrigação de gotejamento, uso de sementes melhoradas e aplicação de herbicidas para um melhor controle de pragas. O trabalho é realizado todo por mão de obra familiar, sendo que em períodos de colheita ocorre de contratarem algum trabalhador temporário. Em relação ao escoamento da produção ao mercado consumidor, essa tarefa é intermediada por atravessadores que separa os produtores dos consumidores, peça característica dos mercados capitalistas. A especialização deste cultivo impôs e intensificou uma realidade bastante integrada ao mercado nas estufas faxinalenses:

O uso de sementes híbridas de tomate e o correto manejo da cultura viabilizam aos produtores do interior do Paraná um produto agrícola de qualidade superior e com maior tempo de conservação pós-colheita. O município de Faxinal (PR) possui cerca de mil estufas dedicadas ao cultivo do tomate, o que garante uma produção de aproximadamente 1,6 milhão de caixas do fruto por ano, de acordo com estimativa feita pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab). Boas condições climáticas aliadas à adoção de novas tecnologias pelos cerca de 400 produtores da cidade possibilitam a produção de tomates durante todo o ano. A qualidade dos tomates atrai compradores não só da região, mas também de outros Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Neste contexto, a adoção de sementes híbridas de tomates ajuda o agricultor a produzir frutos de alta qualidade. José Antônio Domingues, produtor da região de Faxinal, conta que começou a utilizar sementes híbridas recentemente e destaca os benefícios das sementes Pizzadoro: “A variedade apresenta um maior tempo de conservação na pós-colheita e, com isso, conseguimos melhor preço na ponta da cadeia. A qualidade e o sabor do fruto também possibilitam diferenciação no valor”, explica Domingues. O especialista da Nunhems do Brasil em sementes de tomate, GolmarBleper Neto, utilizou um case de Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo, para montar três estufas testes na região de Faxinal para mostrar, na prática, o manuseio da semente Pizzadoro. Embora os agricultores já estivessem adotando sementes híbridas desde 2007, o manejo correto da cultura ainda era um desafio para eles. **“Alguns produtores resistiam em adotar uma nova variedade, já que a mudança proposta representava uma quebra**

de paradigma para a época. No entanto, depois de apresentadas às boas experiências de outros produtores, eles se convenceram de que esta é a melhor alternativa e de que a variedade Pizzadoro contribui para agregar valor ao cultivo”, destaca Neto. A variedade de sementes Pizzadoro é um híbrido de tomate voltado para a produção de frutos para mercado fresco do tipo Saladete (Italiano), com hábito de crescimento indeterminado (TOMATICULTURA, 2013, grifo nosso).

Essa reportagem em referência a produção de tomates em Faxinal deixa evidente a forma de racionalidade agrária em vigor, a qual atua bastante alinhada com as lógicas do agronegócio. Esta problemática deve ao fato dos produtores de tomate estarem atrelados as oscilações que esse mercado impõe, sendo que, independentemente do valor que pagam aos insumos a montante das estufas de tomate (adubos, sementes híbridas, fertilizantes, defensivos entre outros), inexistente qualquer garantia de um preço justo ao trabalho despendido nesse modelo produtivo. Refletindo esta questão, Paulino (2003) pontua que se faz presente um movimento “de mão dupla que alimenta a taxa de lucro nos dois extremos da produção: de um lado, controlando os preços e ditando as regras no mercado de insumos e equipamentos indispensáveis para, consumada a produção, controlar os estoques e os preços ao sabor de suas conveniências” (p. 120).

Este modelo produtivo exige da família camponesa a adoção de estratégias produtivas diversificadas, dada a rentabilidade precária que podem ocorrer em determinadas safras. Alguns indicadores como elevados custos produtivos, excesso de oferta do produto no mercado, atuação de atravessadores, entre outros fatores acabam extraindo significativas parcelas da renda camponesa. Nestas condições, mesmo os camponeses atuando como o elemento principal (força de trabalho) nesse processo, eles acabam relegado a planos secundários em decorrência de algumas imposições indicadas pelo chamado ‘progresso rural’, as quais são adquiridas em condições e ‘preços de ouro’. Portanto, a família camponesa diversifica a sua atuação no campo como estratégia para superar as safras que não foram compensatórias.

Assim o trabalho destes camponeses na MRG de Faxinal atende perfeitamente a máxima de um modo de produção contraditório cuja mola propulsora é a possibilidade da acumulação financeira pelo capital agrário. Considerando esta estratégia de (re)ocupação e domínio agrícola nas terras faxinalenses, os dados agrário-agrícolas expressam essa ‘aptidão agrícola’ vigente e a serviço da agricultura empresarial. Desta feita, os cultivos tomateiros se destacam como um cultivo (Tabela 10) de escala acentuada na produção agrícola do município de Faxinal.

Produção Agrícola do Município de Faxinal										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Cultivos										
Algodão	-	-	50	90	-	-	-	-	-	-
Alho	2	5	2	6	1	3	1	3,1	1	3,1
Amendoim	1	1,85	1	1,9	-	-	-	-	-	-
Arroz	40	68	30	49,5	20	33	10	16	-	-
Aveia	3.500	8.620	3.300	7.810	1.300	2.560	1.100	2.975	4.300	10.720
Cana	50	3.500	50	3.500	50	3.750	50	3.750	-	-
Canola	-	-	-	-	120	180	-	-	-	-
Cebola	15	352,5	15	352,5	6	120	6	126	-	-
Feijão	320	452	220	345	70	93	60	88	55	82,25
Fumo	6	11,4	6	11,4	2	4,7	-	-	-	-
Mandioca	40	860	40	960	50	1.200	50	1.200	50	1.200
Milho	1.400	7.050	1.900	11.550	2.300	11.350	1.330	8.515	1.780	10.304
Sericultura	10	3	10	3	2	0,92	2	0,9	2	0,93
Soja	12.800	44.800	12.800	44.800	13.000	45.500	14.000	46.200	14.200	46.860
Tomate	274	29.920	374	29.150	235	17.300	239	17.120	239	18.120
Trigo	7.100	21.726	6.500	16.250	6.300	8.918	7.000	20.300	9.000	22.320
Triticale	240	576	50	130	-	-	-	-	-	-

Tabela 10: Produção Agrícola do município de Faxinal nas últimas cinco safras
 Fonte: (PARANÁ, 2017) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Estes modelos agrários investidos na falsa sensação de riqueza social refletem-se nos cotidianos urbanos e rurais da MRG de Faxinal, a qual passa a ser dominada “por meio da instituição das suas relações de produção e da concentração da terra para a necessária (e propalada) produção em escala elevada” (VOLOCHKO, 2015, p. 47). Essa panorâmica é também vigente no município de Kaloré (Tabela 11), sendo que por ele apresentar uma proximidade relativa da Usina de álcool e açúcar da COOPERVAL, as áreas ocupadas com plantações de cana-de-açúcar são bastante elevadas, contribuindo para que este monocultivo seja um dos destaques na produção agrícola do município.

O município apresenta ainda uma produção elevada de milho, soja e trigo, uma vez que a cidade apresenta uma capacidade expressiva de armazenamento de grãos na sede da cooperativa COCARI¹⁶⁴ e da Agrícola Vassoler ali instaladas, as quais influenciam para que as políticas privadas de plantações se voltam para a ampliação das áreas ocupadas com estas *commodities* agrícolas.

Neste sentido, assim como em todos os demais municípios que compõem a MRG de Faxinal, Kaloré também apresenta sua dinâmica socioeconômica envolvida em serviços

¹⁶⁴ A unidade da COCARI instalada em Kaloré é uma regional da cooperativa.

ligados diretamente o setor primário, sendo que em decorrência deste domínio apresentar uma intensa mecanização, o desemprego rural é significativo, com cenários bem parecidos nos centros urbanos, uma vez que as cidades são desprovidas de investimentos representativos nos setores secundários e terciários.

É esta especialização produtiva retrógrada que o agronegócio deixa e impõem nos territórios em que se estabelece, pois concentra a maior parcela dos seus esforços na produção primária e com busca em atender o mercado externo, uma especialização que se caracteriza pela exportação de produtos com baixa tecnologia incorporada. Assim, tanto o campo como a cidade perdem, pois quando comparado com o cenário internacional, esse modelo de reprimarização¹⁶⁵ da economia brasileira coloca o país sempre em condições inferiores nas transações comerciais com os demais. Isto se dá pelo fato do agronegócio ter sido por vários anos seguidos o único setor superavitário da economia.

Produção Agrícola do Município de Kaloré										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Cultivos	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Alho	1	3	1	3	3	10,5	3	10,8	2	6
Amendoim	5	12	5	11	2	5	2	4,4	1	2,3
Arroz	50	90	40	27	20	60	15	36	-	-
Café	60	84	60	103,8	60	106,5	40	15,9	27	48,6
Cana	850	63.271	850	71.400	840	70.560	825	71.775	757	59.599
Feijão	135	309	205	201	205	201	200	264	20	20
Girassol	100	24	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	12	192	12	180	3	66	2	36	3	54
Milho	5.700	14.222	732	25.644	2.000	51.425	5.600	28.460	4.120	22.282
Sericultura	-	-	1	0,5	-	-	1	0,6	1	0,7
Soja	9.200	31.280	8.700	19.140	9.500	31.350	10.000	31.000	10.600	37.842
Tomate	5	105	5	165	6	240	6	240	3	210
Trigo	3.500	5.600	3.000	7.050	4.000	2.480	5.100	13.005	6.400	9.664

Tabela 11: Produção Agrícola do município de Kaloré nas últimas cinco safras.

Fonte: (PARANÁ, 2017) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Também integrante da MRG de Faxinal, o município de Marumbi possui sua disposição geográfica inteiramente dentro da área de influência da usina de álcool e açúcar COOPERVAL, fato que favorece uma renda bastante elevada em favor dos proprietários de terra que arrendam seus imóveis rurais para o plantio de cana-de-açúcar, justificando o fato de

¹⁶⁵ Quanto ao Brasil, embora tenha ampliado e diversificado a pauta de exportações de bens industriais ao resto do mundo, os dados estatísticos revelam um declínio das exportações de produtos industriais e um crescente aumento das exportações de *commodities* provenientes do agronegócio e da indústria extrativa mineral (CARVALHO; CARVALHO, 2011, p. 36).

estas plantações ocuparem as maiores áreas agrícolas no município (Tabela 12). A COCARI também tem uma instalação na cidade (subordinada à regional de Kaloré) que recebe a elevada produção de milho, soja e trigo do município, além de outros grãos que em escala menor igualmente são colhidos em Marumbi.

Uma característica também presente nos demais municípios da MRG de Faxinal, excetuando-se Faxinal que apresenta uma dinâmica urbana um pouco mais acentuada, o município de Marumbi também se caracteriza pelo fraco dinamismo urbano. Apresenta um comércio incipiente para o atendimento das demandas básicas e generalistas locais. O setor industrial é inexistente, não passando de algumas poucas confecções que escoam seus baixos volumes produtivos para cidade maiores como Maringá e Apucarana.

Enfim, esse cotidiano expressa outra realidade de especialização produtiva do setor primário, uma falácia inflamada pelo agronegócio como a ‘salvação’ da nação brasileira. Entretanto, a grande questão é que o agronegócio incute em si uma materialização perversa da concentração da renda e com isso, desloca uma grande parte da sociedade na partilha e participação socioeconômica do país¹⁶⁶.

Governos, meios de comunicação e entidades ligadas ao agronegócio não poupam esforços para difundir os “benefícios” da expansão da soja, em geral usando números que tentam impressionar e provocar o orgulho da nação. Nesta linha, as estatísticas econômicas do setor ganham mais peso do que os dados da destruição social e ambiental gerada pela ampliação da monocultura. Desde a chegada dos portugueses, as riquezas naturais do Brasil têm sido exploradas ao máximo e destinadas principalmente ao mercado externo. Primeiro foi o pau-brasil; depois vieram os ciclos do ouro, do diamante, do café, da cana-de-açúcar e da borracha. O atual “ciclo da soja” reproduz práticas semelhantes no que diz respeito à exploração dos recursos naturais. Mas uma vez é a monocultura que cresce; mais uma vez é o trabalhador que sai perdendo (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 07).

Um exemplo desta questão pode ser visualizado em relação à presença do Brasil no comércio mundial, pois em 1980 este índice foi de 1,21%, sendo que em 2017 foi de irrisório 1,1% (OMC, 2018). Portanto, a exploração do agronegócio se mostra irracional tanto no sentido de que ‘massacra’ o meio ambiente e suas populações internamente como também na transação comercial externamente, pois é incapaz de agregar valor a sua produção antes de entregá-la no comércio internacional.

¹⁶⁶ A história da economia brasileira [...] constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento por assim dizer de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia sua existência. A sua característica principal é a permanente mudança das condições dos produtos que poderemos chamar de ‘produtos- reis’ (NORMANO, 1945, p. 23).

Produção Agrícola do Município de Marumbi										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Cultivos	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Alho	2	5	1	2	2	7	1	3	1	3
Amendoim	2	4	2	4	3	8	4	9	2	4,7
Arroz	35	67,2	31	14	12	25,2	14	18,2	10	16
Café	210	310	210	308	210	373	72	19,8	50	75
Cana	3.185	239.365	3.023	244.863	2.988	274.896	2.997	261.122	2.552	251.040
Feijão	95	130	60	63	50	61	32	41	20	21,2
Fumo	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	7	112	7	112	6	96	5	80	6	96
Milho	117	1.722	645	3.369	756	2.358	322	1.836	263	1.188
Soja	2.740	9.700	2.800	7.560	3.300	11.880	2.770	10.249	2.600	10.010
Tomate	-	-	-	-	-	-	1	69	3	165
Trigo	1.700	3.326	1.860	4.482	2.122	1.664	2.086	5.841	2.200	4.906

Tabela 12: Produção Agrícola do município de Marumbi nas últimas cinco safras.

Fonte: (PARANÁ, 2017) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Essa realidade é reflexo de uma significativa proeminência da ótica do capital agrário no município, consolidando um arranjo local com empregos/serviços de baixa qualificação, remuneração e oferta escassa, sendo que a maior parcela do seu contingente populacional emprega-se nos serviços do corte de cana-de-açúcar e no setor industrial da COOPerval. Retratando esse cenário, Silva e Thomaz Junior (2014, p. 162) destacam que essa precariedade social se dá em virtude do desenvolvimento agrário ocioso característico no latifúndio, resultando na “expulsão de contingentes expressivos de camponeses para as cidades (êxodo rural), com a conseqüente proletarização desses sujeitos - seja no próprio meio urbano, seja no meio rural, como os chamados “boias-frias””.

Acerca dessa condição, expulsos e também expropriados¹⁶⁷ da terra, que parte dos camponeses fica subordinados, Souza (2006, p. 18) esclarece que estes sujeitos deixam “dessa maneira, de ser o senhor absoluto de seu estabelecimento agrícola, pois este passa a existir em função das necessidades específicas do estabelecimento industrial que passa a ditar-lhe as regras. O camponês transforma-se em parte, em operário da fábrica”. Assim, esta estrutura nega a gravidade da concentração da terra e ignora a manutenção do rentismo fundiário.

Esse quadro social permite uma inferência desalentadora, pois a riqueza concentrada no campo empurra para as manchas urbanas todo tipo de pobreza, cotidiano esse bastante evidenciado nos municípios da MRG de Faxinal. Toda a riqueza que corta esses domínios

¹⁶⁷ “Ao realizar a expropriação do trabalhador, o capital cria as condições sociais para mostrar a outra face do seu processo de reprodução, a exploração do trabalhador que já foi expropriado” (OLIVEIRA, 1991, p. 111).

sobre caminhões e brotam do seu solo são sentidas apenas no olhar da maior parcela populacional, instaurando um ambiente desprovido de qualquer dinamismo econômico e condição para integrar efetivamente uma leva de camponeses que foram reduzidos em trabalhadores rurais. Assim, o que se vê é somente uma aura repleta de sentimentos incertos e de preocupação por parte dos sujeitos destes lugares.

Entre os municípios integrantes da MRG de Faxinal, Rio Bom é o que se apresenta espacialmente mais isolado e distante das dinâmicas vigentes na microrregião. Situado as margens da Rodovia PR-539 proveniente do município de Marilândia do Sul, o acesso aos demais municípios da sua respectiva microrregião acontece apenas por vias secundárias, as quais são ausentes de pavimentação, por onde é possível o acesso até a PR-170 (Rodovia do Milho). Esse isolamento contribui para que entre os municípios da MRG de Faxinal, Rio Bom seja o com dados econômico-financeiros (Tabela 13) menos expressivos na produção agrícola de grande escala.

Produção Agrícola do Município de Rio Bom										
Safras	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Cultivos	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
Alho	3	6	2	5	3	11	2	6	2	6
Amendoim	4	9	3	7	3	6	3	7	2	5
Arroz	120	204	50	22	40	83	12	20.2	6	11,4
Aveia	220	372	122	180	84	68	100	285	110	198
Café	130	144	120	155	120	162	75	12	50	76
Cana	-	-	8	124	-	-	-	-	-	-
Feijão	180	335,5	130	127	95	114	180	332	120	113
Fumo	216	490	220	530	180	391	82	198	-	-
Mandioca	8	120	8	120	6	96	5	80	4	64
Milho	1.300	2.050	1.595	7.787	1.100	6.060	1.400	8.705	1.500	9.880
Soja	4.500	14.850	4.275	9.833	5.150	16.995	5.700	17.670	5.900	21.240
Tomate	-	-	-	-	75	3.000	25	1.500	1	80
Trigo	3.100	6.447	2.800	7.560	3.400	1.428	5.000	16.000	5.200	14.560
Triticale	20	36	24	54	68	56,1	10	29	-	-

Tabela 13: Produção Agrícola do município de Rio Bom nas últimas cinco safras.

Fonte: (PARANÁ, 2017) - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Os cultivos monocultores com mais destaques são o milho, a soja e o trigo, os quais são direcionados aos armazéns e cooperativas de grãos em Marilândia do Sul e Apucarana. Em decorrência deste isolamento quanto a uma logística que torne vantajoso o desenvolvimento destas *commodities* agrícolas, o município desenvolveu uma pecuária

bastante intensa, com um elevado número de cabeças de gado, granjas de galináceos e pecuária leiteira. A existência de uma unidade da Cooperativa de Laticínios de Mandaguari Ltda - COLARI - facilita a estocagem e resfriamento do leite, dando condições para o escoamento da produção leiteira do município.

Em posse dos dados agrícolas que compõem a produção do setor nos municípios da MRG de Faxinal é possível compreender a sua estruturação agrária, visto que esta organiza-se estrategicamente alinhada em conveniência com as oportunidades de mercado partilhadas entre os Complexos Agroindustriais locais. É oportuno frisar ainda, que a distribuição espacial dos estratos territoriais na MRG de Faxinal caracterizam-se com a (re)ocupação das áreas rurais nobres (qualidade e localização da propriedade) pela grande propriedade especializada em monocultivo e uma boa parte das terras de qualidade e localização inferior ocupadas pelas pequenas propriedades de trabalho familiar.

A existência de um estruturado Complexo Agroindustrial na microrregião voltado para o recebimento, conservação, armazenamento e escoação da produção local determina a lógica hegemônica no seu setor rural. Assim, por favorecer esse caráter de exploração extrema da terra, expulsando e expropriando dela o trabalhador do campo em detrimento do interesse da territorialidade agrário-capitalista, resultam num desemprego rural intenso e de banalização aos poucos postos de trabalhos ainda presentes, visto que a mão-de-obra é farta.

Essa realidade é bem visível na área de atuação e influência da usina sucroalcooleira COOPERVAL, com destaque para os municípios de Bom Sucesso, Marumbi e Kaloré (Foto 04), onde a exploração do trabalhador rural¹⁶⁸ nos canaviais acontece de forma intensa. Neste ambiente hostil o ritmo de trabalho é alucinante e desumano:

[...] os trabalhadores ficam no limite da sua capacidade física. Os problemas de saúde e acidentes pelo excesso de trabalho se agravam. Com os movimentos repetitivos, as mãos incham, as tendinites aparecem e as bursites incomodam. As dores no corpo são insuportáveis, mas, com elas ou sem elas, é preciso fazer a produção, caso contrário vem a “poda”, a demissão (NOVAES, 2009, p. 121).

¹⁶⁸[...] eu comparo o cortador de cana a um corredor fundista, porque os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho diário [...] um trabalhador que corta 6 toneladas de cana, num talhão de 200 metros de comprimento, por 8,5 de largura, caminha, durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 50 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 183.150 golpes no dia (ALVES, 2006, p. 04).

Essa representação do trabalho evidencia a versão mais ‘colonial’ possível do Brasil ‘moderno’, pois nem terra e nem trabalho deixaram de ser cativos, usando a expressão de Martins (1986), considerando que é inadmissível ao ‘Senhor de Engenho’ contemporâneo não replicar os métodos de seus precursores. Na atualidade, a falsa sensação do trabalho livre está mascarada em formas inovadoras de exploração, dando-se numa falácia desenvolvimentista que impede o bem estar social e concentra o capital e a exclusão social. Esse jogo de forças é discutido em Harvey (2011, p. 8) ao colocar que “o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalista, espalhando-se às vezes como um filete e outras como inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado”.



Foto 4: Trabalhadores rurais da COOPERVAL no corte de cana e uma colhedeira de cana na roça (Marumbi/PR).

Fonte: Do autor (2016).

A dissociação entre os meios de produção e o trabalhador é o fundamento essencial para a perpetuação deste modelo social. Nessa perspectiva, conforme Marx (1988),

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está frente a ele, então isto só é possível pôr [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, dele independente, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem, estranho a ele, inimigo, poderoso, dele independente é o senhor deste objeto (MARX, 1988, p. 153-154).

A exploração do trabalho, como assinala Marx (1979, p. 733-734) em que os sujeitos cumprem o papel de “produto e alavanca da acumulação capitalista” por conveniência e necessário ao capital, enquadra a sua realização as condições mais precárias possíveis, remetendo-o em condicionantes sociais vigentes no ultrapassado (ou pelo menos deveria estar) Brasil colônia. Entretanto, essa assimetria social produzida no capital ‘viaja no tempo’ e

traz à tona condições de vida consideradas do passado, um “passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás da aparência do moderno” (MARTINS, 1994, p. 11).

A exploração do trabalho discutido neste estudo fica evidente na figura dos cortadores de cana da Cooperativa COOPERVAL, os quais ganharam nos últimos anos um novo concorrente que intensifica ainda mais as formas de exploração. Desde 2008 a COOPERVAL optou por adquirir máquinas colheitadeiras de cana (Foto 05), contando atualmente com 09 colheitadeiras mecanizadas de cana. Neste novo contexto, a exploração do trabalho segue a lógica de manter empregado apenas os sujeitos mais produtivos:

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto à máquina, e por um salário cada vez menor. (MENEZES, 2011, p. 18).

Neste raciocínio, a realidade da exploração trabalhista ganha uma apresentação ainda mais cruel, pois o já numeroso ‘exército de reserva’ é reinserido num novo processo de seleção buscando os que mais se adaptam ao novo cenário, ou seja, aqueles que estejam dispostos a ‘produzir mais por menos’. O parâmetro essencial é estritamente o ‘custo benefício’ da permanência do cortador-de-cana, pois caso seu custo torna-se mais oneroso que a máquina ele é simplesmente eliminado deste processo. Entretanto, o discurso usado na COOPERVAL assim como em todas as demais usinas sucroalcooleiras é que a mecanização da colheita segue um ideário de ‘ecologicamente correta’, escondendo o verdadeiro ‘lobby’ de interesses capitalistas no setor, que se constitui de uma essência estritamente competitiva no mercado interno e externo.

Usando ainda como parâmetro a Foto 05, ela mostra que além das precárias condições de trabalho no rural da MRG de Faxinal, está presente também um intrigante jogo de forças entre os representantes do capital-agrário, visando o fatiamento do setor para instituírem seus projetos de exploração. Nas proximidades do município de Marumbi, proveniente de Kaloré pela rodovia PR-466 foi possível visualizar a intensificação de interesses pelo domínio do campo, onde estão presentes duas lavouras monocultoras (cana e trigo) lado a lado disputando o controle territorial, sob as regras da COOPERVAL e COCARI respectivamente.

Sem o intuito de entrar no mérito da questão, mas pensadores do socialismo utópico¹⁶⁹ como Robert Owen, Charles Fourier, Willian King entre outros ficariam no mínimo estarecidos se imaginassem os caminhos que seus ideais e debates em torno do autêntico “cooperativismo revolucionário” tomaram. As instituições cooperativas forjadas no interior da luta e resistência do proletariado inglês no século XIX frente à opressão do capital industrial, digladiam-se na contemporaneidade pela partilha dos mais variados palcos mercadológicos, com destaque para o setor agroindustrial, se amparando da paradoxal alcunha ‘cooperativa’ para arrancar a qualquer preço de seus respectivos territórios um tributo a serviço da reprodução ampliada do capital.

É mister pincelar e destacar essa particularidade em decorrência das várias cooperativas que praticamente definem todos os rumos e sentidos da questão agrária na MRG de Faxinal, sendo as principais cooperativas já pontuadas neste estudo. Essas cooperativas se valem corriqueiramente do anúncio dos recordes em suas safras, pontuando orgulhosamente a gestão eficiente e eficaz de seus processos como garantia de maiores patamares agrícolas. Elas atuam com métodos inteiramente imbricados no sentido e intento do capital agrário, o apoderamento de tudo e de todos que de alguma forma possa lhe auferir lucros, convertendo o campo num ‘deserto-verde’ proibido e intocável aos ditos ignorantes e preguiçosos (camponeses). Corroborando desta verdade, Paulino (2012) coloca que “nas décadas decisivas para a transformação da base técnica da agricultura, o capital industrial teve nas cooperativas importantes agentes de intervenção e disseminação” (p. 177).

Desta feita, é percebido que a construção da cerca (*enclosure*) burguesa na Inglaterra industrial ainda no século XVIII continua até hoje servindo perfeitamente ao interesse burguês, pois desde então o capital ganhou a queda de braço com a ‘justiça’. Assim, fica claro o ‘por que?’ que as raízes dos problemas sociais se iniciam no setor primário, em referência a sua estruturação e planejamento, evidenciando que a democratização do acesso à terra, ao trabalho no campo e principalmente o resultado desse processo surgem como questões centrais nessa problemática. A justificativa mais latente da supremacia do capital sob o social é escancaradamente visualizada na ‘utópica sociedade’ apregoada na constituição cidadã de 1988, a qual teoricamente deveria ajustar essas contradições sociais.

¹⁶⁹ Refere-se à primeira fase do socialismo e seus pensadores (início de século XIX). Rotulados de “utópicos” pelos marxistas (autodenominados socialistas “científicos”), foram considerados ingênuos por suas concepções fantasiosas e irrealistas. Os socialistas utópicos acreditavam que a implantação do sistema socialista ocorreria de forma lenta e gradual, estruturada no pacifismo, inclusive na boa vontade da própria burguesia. Suas principais críticas deram-se pelo fato seus ideais sociais serem considerados impossíveis de ocorrer. Entretanto, eles são considerados os pioneiros na contestação aos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial européia.

Entretanto, esse sonho contraria o que realmente se vê e se sente no acesso e distribuição dos proveitos sociais auferidos no agrário da MRG de Faxinal, pois neste hostil processo de luta de classes o Professor Milton Santos clareou de forma brilhante o verdadeiro intento da elite dominante no país, a qual “não quer direitos, ela quer privilégios, custe os direitos de quem custar”, uma postura que a posicione na centralidade das decisões do território. Aos camponeses excluídos “caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

3.5 O INGRESSO DA SOJA TRANSGÊNICA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL-PR

Os debates e discussões envolvendo os produtos transgênicos são questões que se apresentam no cotidiano contemporâneo deslocado de um efetivo debate integrando todas as camadas sociais, sendo que a sua legalização é imposta no meio social em decisão arbitrada unilateralmente pelo setor privado em conluio com o poder público. A transgenia alterou drasticamente a percepção material e ideológica das sementes, agora tratadas como produto/mercadoria/insumo, enfim, *commodity*, posicionando-a muito longe da autêntica representação camponesa que a concebia como uma pequena parcela guardada da última colheita. Assim, autonomia do trabalhador rural foi dizimada a ponto de perder o controle do resultado/esforço do próprio trabalho, ou seja, os frutos e principalmente a semente é transformado num ‘invólucro material’ oneroso e dissociado dos sentidos camponeses.

Esse engessamento da liberdade e fluidez do modo de vida camponês já era apregoadado com o professor Josué de Castro nos idos da década de 1940, quando refletia a existência de uma estrutura agrária latifundiarista de caráter monocultor e voltado para a exportação. Desta feita, a moderna transgenia em voga pode ser entendida como a linear evolução dos modelos agrários coloniais¹⁷⁰, voltados eminentemente em saciar a vontade dos capitais estrangeiros.

É nesta lógica de buscar consolidar sua hegemonia, que o agronegócio tem buscado permear todos os quadrantes do campo, um verdadeiro cartesianismo de apropriação das

¹⁷⁰ [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 23).

paisagens agrárias. Assim, tem monopolizado os processos de produção e estabeleceu um controle "taylorista" sobre o trabalhador rural, uma agricultura 'moderna' e submissa ao capital estrangeiro. Discorrendo desta agricultura corporativista, Leroy (2002) destaca que a produção de grãos de forma intensiva exige a utilização "de muito mais energia do que a produção camponesa tradicional. Esse modelo produtivista está em crise: além de devorador de energia e de água, é concentrador de terra e de renda, provocador de graves impactos sobre o ambiente e a saúde e não resolve a fome no mundo" (p. 64).

Assim, sabedor da histórica luta camponesa pela posse da terra, o capital agrário se utiliza de várias estratégias, argumentos ideológicos, políticas, consórcios financeiros entre outros conluios para tomar e 'domar' o campo. Por isto, este, com o discurso da Revolução Verde se apodera demagogicamente do argumento de sanar a fome mundial, aonde exige e impõe uma reestruturação agrária como: melhoramento genético dos cultivos (transgênicos), aumento da produção (monocultivos), tecnologias modernas (agrotóxicos e herbicidas), uso de máquinas agrícolas (mecanização), entre outras adequações oportunistas. Desta feita, na ótica do agronegócio, o campo se torna 'inviável' a pequena produção (expropriação), intensificando o êxodo rural nas zonas agrícolas pioneiras do país, incluindo-se a MRG de Faxinal (Foto 05).



Foto 5: Comunidade de Guaracy (Kaloré/PR), restando apenas uma família moradora.

Fonte: Do autor (2016).

A microrregião em estudo está inserida numa rede de negócios agrário-capitalistas, tendo seu rural partilhado e definido nos projetos da expulsão, expropriação e exploração camponesa. Não diferindo de outros lugares, a MRG de Faxinal foi também (re)significada no interior do agronegócio através dos consórcios, contratos, seguros, arrendamentos, subsídios¹⁷¹ financeiros, aluguéis agrícolas entre outros diversos entraves práticos e burocráticos que dificultam as atividades de trabalho na pequena propriedade camponesa. Assim, o que se observa é uma moderna forma de exploração em que os mercados multinacionais não mais ‘civilizam’ os indígenas quinhentistas no Brasil, mas os trabalhadores rurais ‘atrasados’, mantendo estes últimos como eternos servos.

O embasamento ideológico desta (re)estruturação agrária presente na MRG de Faxinal ocorre em paralelo a um sistema compulsório e presente em todo o Paraná, aonde o discurso central é a superação da agricultura atrasada (camponesa) pela agricultura moderna (agronegócio), uma imposição arbitrária do poder privado, o qual é legitimado e reconhecido pela esfera pública. Discorrendo desta realização, Wanderley (2010) pontua que “apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, a reafirmação do lugar central da grande propriedade ocorreu como um voto de confiança na sua capacidade de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna” (p. 22).

Por outro lado, esse cenário real e desolador no campo brasileiro é acobertado por estratégias capitalistas previamente estabelecidas para essa finalidade, uma operação que se intensificou após a década de 1950 com a chamada “Revolução Verde” (leia-se avanço do capital). A intervenção do capital agrário age pontualmente em cada espacialidade e temporalidade das questões agrárias e agrícolas, surgindo com promessas de ganhos, encurtamento dos ciclos agrícolas entre outras fórmulas e teorias de (des)envolvimento rural.

Essa modernização do rural prospectada e efetivada nos Complexos Agroindustriais realmente propiciou um crescimento bastante elevado da renda. Entretanto, seus proveitos são indivisíveis, visto que o trabalhador do campo foi banido de seu lugar e colocado à margem de todo o ‘progresso’ lá realizado. Por isso, essa questão se mantém como um constante desafio na pauta do debate, da luta e resistência camponesa, que, longe do sucesso financeiro, almejam apenas a dignidade a um modo de vida de reprodução autêntica de seus lugares.

¹⁷¹ [...] O crédito rural realmente financiou a modernização de produtos de exportação, típicos de explorações extensivas: o crédito, inicialmente aplicado para culturas como arroz e feijão, se deslocou gradativamente, para áreas de plantio de cana e soja. Entre 1973-1974 e 1974-1986, enquanto a produção de feijão, arroz, mandioca, batata e trigo - produtos da cesta básica- cresceu 12%, a produção de soja, algodão, laranja, cacau, café e cana-de-açúcar cresceu em 140% (RICCI, 1999, p. 121).

A melhoria propagada no setor rural nacional iniciado na segunda metade do século passado tem utilizado entre as diversas ferramentas capitalistas de arbítrio no/do campo a alteração genética das sementes para produção em escala ampliada, ignorando os sistemas ambientais e culturais tradicionais embutidos nas lavouras e comunidades do campo. No Brasil a divulgação das questões envolvendo os organismos geneticamente modificados (OGMs) se popularizou após os anos 2000 com o debate acerca da liberação ou não da soja transgênica. No entanto, desde o fim da década de 1990 o plantio ilegal dos cultivos geneticamente modificados já ocorria no país distante do controle governamental e a contragosto de ONG's socioambientais e movimentos sociais do campo (MST, 2016).

Segundo Oliveira (2004), o cultivo da soja¹⁷² transgênica no Brasil é cheio de idas e vindas. Em 1995 o cultivo da soja geneticamente modificada foi autorizado no país de forma experimental. Posteriormente, em 1998 a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTN-Bio – autorizou o cultivo da soja modificada Roundup Ready, da empresa norte-americana de biotecnologia Monsanto, para venda ao público.

Para Riechmann (2002), a soja transgênica da Monsanto, conhecida como soja Round-UpReady (RR) é uma variedade que através da junção do gene de um outro organismo (bactéria) resiste ao herbicida glifosato¹⁷³, utilizado no Round-UpReady. Este plantio iniciou-se ilegalmente com cultivos no Rio Grande do Sul (próximo a Argentina com plantio da soja transgênica já liberado) e difundida posteriormente em todo território nacional por força de uma estratégia perversa e soberba do capital agrário.

Depois de vários confrontos judiciais, a situação chegou a esse ponto, de o Governo assinar a autorização para se comercializar um produto até então ilegal. Isso porque, apesar da proibição, muitos agricultores já cultivam as plantações usando sementes de soja transgênica contrabandeadas da Argentina, onde a produção de transgênicos é liberada. Pela proximidade com o país vizinho, o Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de plantações transgênicas clandestinas, mas elas existem em outros estados, no Paraná e no Centro-Oeste (PASCHOAL, 2013).

¹⁷²A cultura da soja chegou ao Paraná no início dos anos 1950, introduzida por agricultores gaúchos no sudoeste do Estado. [...] [...] A importância econômica da soja inicia-se em 1960, quando a produção salta de 150 mil para 4,15 milhões de toneladas nos anos 1970 e alcança na safra 2002/2003 o total de 10,7 milhões de toneladas (SOUZA, 2006, p. 02).

¹⁷³ Em 2015 a Agência Internacional para a Pesquisa do Câncer (AIPC), órgão ligado à Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um relatório confirmando que o agrotóxico Round Up (glifosato), fabricado pela Monsanto, era um agente potencialmente causador de câncer, mais precisamente o linfoma Non-Hodgkin. Curiosamente, no ano seguinte (2016), a mesma OMS e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) anunciaram que o glifosato não é cancerígeno ao ser humano, uma questão no mínimo estranha. Atualmente, os herbicidas à base de glifosato são os mais comercializados no Brasil e no mundo (IARC, 2016).

A questão da soja transgênica toma rumos ainda mais polêmicos quando da sua discussão no estado do Paraná, pelo fato do então governador em exercício Roberto Requião sancionar uma Lei em 2003 proibindo o cultivo, manipulação, importação, industrialização e a comercialização de transgênicos destinados à produção agrícola, alimentação humana e animal no Paraná, exceto para fins de pesquisa científica. O intento era transformar o Paraná em “área livre de transgênicos”, visando um mercado externo que, pagaria um maior valor a soja convencional.

No entanto, essa lei paranaense não vingou, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarou inconstitucional e o próprio governo federal editou em setembro daquele ano a Medida Provisória nº 113, que além de liberar a comercialização na safra 2003/04 também permitiu o plantio de transgênicos na safra seguinte. É válido frisar que por trás de todo esse conjunto de forças a favor da soja transgênica, trabalharam partidos políticos, autarquias e instituições agrárias, integrantes do poder executivo e legislativo (bancada ruralista) entre diversos outros representantes da elite agrária nacional. O resultado foi mais uma vez o capital derrotando a justiça social, culminando na aprovação da chamada Lei de Biossegurança Nacional (Lei nº 11.105, de 25 de março de 2005), liberando a exploração de extensos biomas do país, regulando os organismos geneticamente modificados.

O ímpeto do governo paranaense foi engessado pela supremacia do capital agrário que com o seu elevado poder de influência política (bancada ruralista) e também privado (ações intervencionistas das multinacionais do agronegócio), conseguiu submeter à determinação e a própria soberania política do governo do estado do Paraná, considerando que já no fim da colheita em 2007, chegou aos 47% à área total paranaense ocupada com a soja geneticamente modificada (EMBRAPA, 2008).

Esse cenário só cresceu no Estado a partir de então, visto que:

O Paraná termina 2016 com a segunda maior área de transgênicos plantados no país, atrás apenas do Mato Grosso, segundo informações do Serviço Internacional de Aplicações em Biotecnologia Agrícola. O estado acumula cerca de sete milhões de hectares com o cultivo de organismos geneticamente modificados. Apenas em soja transgênica, são mais de quatro milhões de hectares, o que corresponde a cerca de 94% da área total cultivada. No Paraná, o cultivo de sementes geneticamente modificadas é mais representativo do que em países de produção agrícola expressiva, como China, Paraguai, Paquistão e África do Sul. Na avaliação da diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, Adriana Brondani, **essa tecnologia representa aumento de produtividade e preservação do meio ambiente** (BAND NEWS, 2016, grifo nosso).

Apreciando o trecho destacado na reportagem é visível o paradigma adotado por essa organização, um posicionamento a serviço de um rural concentrado e controlado. Essa realidade no estado representa a expansão de um movimento já consolidado nos monocultivos gaúchos de soja transgênica, culminando numa adequação arbitrária e principalmente sem os devidos esclarecimentos que os OGMs ocasionam na biodiversidade rural.

O predomínio das intencionalidades capitalista no campo paranaense atinge todos os setores, incluindo-se aí o poder público, considerando que o próprio Estado desconhece a real dimensão sob a questão da produção dos OGMs. Em anúncio remetido em 2015, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) reportou que não tem qualquer controle de como e onde se plantam sementes geneticamente modificadas no Paraná, segundo o chefe do Departamento de Economia Rural da SEAB, Francisco Carlos Simioni, o órgão:

[...] não faz controle da área cultivada com transgênicos no Estado”, e por isso “não temos um histórico da evolução do plantio”, informa a Seab. A justificativa é que “o mercado não faz muita distinção e o plus (sic) pago para soja convencional é muito pequeno”. Assim, “o sistema de armazenagem no Paraná e no Brasil é único para granéis, ou seja, para se conseguir separar OGM (transgênicos) e convencional seria preciso adaptar os armazéns para segregar os produtos e evitar a contaminação (LIVRE.JOR, 2015).

Esse desinteresse estatal acerca das possibilidades que os cultivos transgênicos podem exercer no meio rural, reflete a pouca importância que os sujeitos do campo possuem e recebem por parte do poder público e privado, isto para não entrar no mérito da questão sob a desconhecida alteração biológica provenientes do consumo de OGMs. Em relação a MRG de Faxinal, a entrada da soja transgênica em seus domínios ocorreu em paralelo aos embates políticos envolvendo o tema no após o ano 2004 no Paraná, sendo que a definição e estratégia deste formato agrícola aconteceram dentro das percepções agrário-capitalista, instituído na figura das cooperativas e empresas agrícolas na microrregião.

O concentrado complexo agrário e agrícola da MRG de Faxinal é alinhado num arcabouço de empresas agroindustriais e principalmente cooperativas, com destaque para a COAMO, COCARI e COOPERVAL, que atuam estratégias mercadológicas de magnitude nacional, visto que a escala de abrangência de grande parte destes Complexos Agroindustriais integram um conglomerado corporativistas amplo e cada município da MRG de Faxinal fica posicionado como um entreposto nesse sistema.

Essa estrutura é resultante do ‘milagre econômico’ do governo militar, caracterizado por extensos subsídios ao campo. Assim, em 1980 a COCARI amplia sua atuação através da

instalação de entrepostos nos municípios de Bom Sucesso e Marumbi, instalando-se em Kaloré em 1982 e anos depois chega a Faxinal e Borrazópolis, no ano 2000. A COAMO também partilha os domínios rurais da MRG de Faxinal, instalando-se em 2003 em Faxinal e em 2013 chega a Cruzmaltina.

Por último, tem-se ainda a presença da COOPERVAL, a qual possui uma usina de álcool e açúcar instalada na zona rural de Jandaia do Sul em um trecho estratégico, pois fica bem próximo aos municípios de Bom Sucesso, Marumbi e Kaloré, fato que justifica os campos destes últimos serem caracterizados pela presença canavieira, criando neles uma dinâmica distinta dos demais municípios da MRG de Faxinal, com destaque para os dois primeiros.

Assim como as várias outras corporações do meio rural que foram subsidiadas pelo poder público, as cooperativas agroindústrias em operação na MRG de Faxinal também se beneficiaram deste apoio estatal com lembra Moro (1991, p. 238):

As cooperativas agropecuárias além de contarem com o indispensável apoio oficial na consolidação da infra-estrutura industrial – linhas especiais de financiamento para máquinas, unidades de beneficiamento de sementes, etc. – contaram também com os interesses do setor urbano-industrial que viam na modernização e na industrialização da agricultura, um amplo mercado para colocação de seus produtos. Da mesma forma, para os setores industriais a montante e a jusante da agricultura, abria-se um promissor espaço para a reprodução ampliada do capital.

Este modelo organizacional se faz presente na MRG de Faxinal, dada à presença de diversas empresas que comercializam uma quantidade expressiva de insumos, adubos, agrotóxicos entre outras ‘soluções’ para as pragas agrícolas, sendo que as cooperativas são responsáveis por grande parte desse fornecimento. Entretanto, apesar da MRG de Faxinal ser constituída com vários entrepostos de cooperativas agroindustriais e outras empresas deste ramo de atuação, os processos decisórios do seu território não é definido integralmente nela, pois o corporativismo concentrador relega para as chamadas Assembleias Gerais das cooperativas em suas respectivas sedes e os ajustes das empresas agroindustriais os destinos agrícolas a serem implantados nos campos da MRG de Faxinal.

Nos últimos tempos a MRG de Faxinal tem sido palco de diversos investimentos em infraestrutura como a ampliação (espacial e quantitativa) e modernização de armazéns, possibilitando a expansão e das monoculturas ditas dobradas. Conhecida no meio agrícola como dobradinha ‘soja e milho safrinha’, ‘soja e trigo’ ou soja com outro grão de alto valor

agrícola, essa tática permite a colheita de duas safras ao ano (inverno e verão), prática essa amplamente instituída na microrregião.

Essas estratégias ‘modernas’ do campo na MRG de Faxinal permitiram um crescimento significativo e constante nas últimas safras, as quais possuem um diferencial positivo elevado em decorrência da apropriação dos melhores terrenos por parte dos monocultivos. Outra vantagem que eles inferem é a proximidade da MRG de Faxinal com o principal eixo rodoviário do estado do Paraná (BR 376), facilitando a escoação das safras até o porto de Paranaguá/PR, uma vantagem comparativa substancial em relação outras regiões mais interiores e distantes do porto.

Neste sentido, os campos da MRG de Faxinal foram estrangulados com o surgimento da grande propriedade mecanizada, caracterizando uma monotonia de ‘cores e linhas’ que coexiste com o multicolorido e as curvas da propriedade camponesa. Por isso, “aceitar a condição camponesa na racionalidade capitalista se faz necessário, se a opção for pelo reconhecimento de que o desenvolvimento rural não se expressa por linearidades, mas pelas singularidades, descontinuidades e recomposições dos seus agentes sociais” (DURVA; FERRANTE; BERGAMASCO, 2015, p. 25).

As visitas de campo neste estudo evidenciaram que as localizações das propriedades camponesas estão em sua maior parte dispostos nas áreas mais afastadas e acidentadas da microrregião. Foram identificadas propriedades camponesas próximas aos centros urbanos, situação em que algum(s) integrante da família camponesa realiza trabalhos na cidade como forma de complemento da renda, além de outras propriedades camponesas estarem posicionadas na interseção de grandes propriedades, circunstância em que a família camponesa acaba dirigindo seus cultivos ao plantio de monoculturas, granjas de frango e/ou estufas de tomate, entre outras produções de escala pequena ou acabam se vendo obrigados a migrarem para alguma cidade.

Essa discussão é de fundamental importância por trazer para o debate e reflexão o chamado ‘desenvolvimento rural’, que adquire um sentido peculiar a cada contexto enviesado. Essa abordagem divide-se na análise do capital-agrário e do campesinato, sendo que a sociedade de maneira geral é cotidianamente convencida da superioridade da grande propriedade em gerir o campo. Portanto, é através da reflexão da agricultura de autoconsumo que se possibilitará compreender a real dimensão que esta questão representa socialmente, visto que, os sujeitos camponeses trazem consigo uma concepção distinta acerca do campo, pois o entende enquanto lugar de reprodução e realização da vida.

3. MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL: AUTOCONSUMO E AGRONEGÓCIO COMO INTERAÇÃO SOCIAL

Os modelos agrícolas com viés capitalista vêm tomando parte considerável dos domínios agricultáveis e, conseqüentemente, da propriedade, enquanto concentração e latifúndio das terras. Esta realidade é bastante evidenciada na MRG de Faxinal, conforme os dados já colocados neste estudo, onde se percebe a relação de predominância espacial do latifúndio agrário-capitalista em detrimento da propriedade de agricultura camponesa. Uma estrutura agrária que carrega em si uma interação destes dois tipos agrícolas, as quais contraditoriamente se completam no decorrer de suas respectivas territorializações. Esta lógica decorre pelo fato do campesinato estruturar-se enquanto contradição do capital agrário, por isso, não é criada a vontade unidirecional do modo de produção capitalista. Assim, vale constar que “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas provém “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65).

Neste sentido, as possibilidades camponesas colocam-se como ferramentas de ações contrárias e de resistência em seus lugares: a flexibilidade, a adaptação, a ajuda-mútua, a produção de alimentos em abastecimento ao mercado e ao próprio consumo (comida¹⁷⁴), o domínio do trabalho na propriedade, enfim, a autonomia do viver camponês, da qual a agricultura de autoconsumo é parte nesse processo. Deste modo, os camponeses conseguem uma relativa desvinculação dos arbítrios mercadológicos, pois a sua necessidade vital primeira (comida) é em grande parte suprida com a agricultura de autoconsumo, uma estrutura que desconcerta as estratégias da dominação agrário-capitalista, ou seja, o consumo, pois estes últimos sempre têm imposto a sociedade o que comer, como comer e principalmente quanto e como pagar. Cabe destacar que a “unidade camponesa não está preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros; estes deverão ser atendidos com inúmeros outros serviços” (WOLF, 1970, p. 28).

Essa assimetria comportamental do campesinato na contramão dos braços agrário-capitalistas permeia uma dimensão territorial incompreensível ao agronegócio, uma vez que a agricultura de autoconsumo oculta a terra, o homem e o trabalho da lógica capitalista. Pois a terra quando tratada com recursos agrícolas (adubação orgânica e pousio) do próprio lote, o homem ao retirar da terra a maior parte da própria comida e o trabalho voltado efetivamente

¹⁷⁴ "Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere" (DAMATTA, 1986, p. 56).

ao manejo da propriedade com o formato autogerido caracteriza um cenário adverso das intencionalidades capitalistas. “O camponês, entretanto, não realiza um empreendimento no sentido econômico, êle sustenta uma família e não uma empresa.” (WOLF, 1970, p. 14).

O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletariado vende força de trabalho. E o camponês? O que possui? O que produz? O que vende? O dinheiro que recebe é uma renda, um lucro ou um salário? O camponês pode ter terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário. O camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletariado. É um fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade (VERGÉS, 2011, p. 67).

É através deste cuidado e enfoque polissêmico que está posicionada as reflexões camponesas. O entendimento do autoconsumo enquanto agricultura peculiar aos modos camponeses está colocada na ciência geográfica como o avançar e a superação das discussões da chamada ‘agricultura de subsistência’¹⁷⁵, sendo esta última sempre posta perversamente em inferência ao trabalhador do campo, em face da pressão e força exercidas pelas práticas da agricultura corporativa. Assim, dimensionar de forma esclarecedora a realização da agricultura de autoconsumo é ao mesmo tempo evidenciar as estratégias de luta e resistência camponesa como ‘classe para si’ e agente político no meio social. Portanto, o campesinato não é necessariamente a negação das interferências impostas pelos poderes hegemônicos no campo, “pois, no limite, os camponeses poderiam sobreviver fora do circuito mercantil [capitalista], tendo em vista a sua capacidade de produzir seus próprios meios de vida” (PAULINO, 2006, p. 318).

Desta feita, é de vital importância dar luz ao território camponês destacando sua identidade existencial, da qual a prática da agricultura de autoconsumo é parte integrante. Entretanto, essa organização agrícola de autoconsumo em que “os atores envolvidos constroem, reconstróem e desenvolvem uma combinação de recursos específica, equilibrada e harmonizada” (PLOEG, 2008, p. 42), ainda é uma definição teórica pouco usual na geografia agrária. A necessária apreensão desta face camponesa decorre de abordagens contraditórias que historicamente o autoconsumo tem recebido em outras ciências, além de muitas vezes ser interpretado enquanto uma agricultura de subsistência.

¹⁷⁵ Noção utilizada erroneamente por diversos autores de pesquisas em ciências agrárias, atrelando a agricultura camponesa como de “subsistência”, uma prática rústica, informal, deslocada de percepções racionais da produção e com técnicas ancestrais. De maneira tal, que subordinava o trabalho camponês de forma análoga às práticas indígenas e descompromissado de qualquer viés econômico, desconsiderando toda e qualquer estrutura cultural, identitária e principalmente as dinâmicas de auto-sustentação que são estrategicamente construídas através do trabalho da unidade familiar.

Essas considerações acerca da condição camponesa permitem situar as formas e os paradigmas de análise instituídos pelo presente estudo na MRG de Faxinal, pois antes de qualquer reflexão é fundamental estar claro a postura teórico-metodológica a ser defendida no seu decurso. Neste sentido, o conceito da agricultura de autoconsumo está posto como ferramenta diferencial pelo campesinato no embate diuturno que sofre por parte das manobras do agronegócio, pois no interior da agricultura de autoconsumo é possibilitado ver e sentir o paradoxo apregoado pelo desenvolvimento rural¹⁷⁶ do agronegócio. Esse enfrentamento caracteriza-se pela interação “de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia” (PLOEG, 2008, p. 285) em suas realizações.

É necessário destacar que a agricultura de autoconsumo não possui vínculo com a relação capital-trabalho. O capital é parte deste contexto, mas não no sentido marxista (geração de mais-valia) e o trabalho é uma atribuição não assalariada. Portanto, a agricultura de autoconsumo traz consigo as condicionantes atinentes ao ‘modo de vida¹⁷⁷’ camponês, que volta essencialmente a reprodução social do grupo familiar. Assim sendo, a reflexão da agricultura de autoconsumo insere uma abordagem teórica que se caracteriza “no âmbito das unidades de produções familiares, por um cálculo econômico específico [...] [...] acompanhado de relações sociais também específicas, no que toca ao binômio trabalhador – meios de produção” (MOURA, 1986, p. 58). Ou seja, é essencial a institucionalização de uma reflexão que não centralize suas observações em abordagens quantitativas do cotidiano camponês, pois neste entendimento o que se observa é uma valorização mais acentuada de parâmetros estatísticos, financeiros e administrativos, uma correlação que posiciona a propriedade camponesa enquanto empreendimento mercadológico.

O campo pensado enquanto mercado é na realidade a noção hegemônica que historicamente tem vigorado nestes espaços. Assim, surge uma dialética de percepções acerca do campo, o qual é representado em jargões incutidos no ideário social, a exemplo da noção midiática de que ‘a riqueza do Brasil provém do agronegócio’, a mídia só não esclarece qual o ‘Brasil’ que efetivamente usufrui os frutos desse trabalho. “Os grandes meios de comunicação (impresso e áudio-visual) mostram em reportagens cotidianas as “vantagens” do agronegócio.

¹⁷⁶ “O padrão hegemônico de desenvolvimento rural determina formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da organização familiar do trabalho” (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 07).

¹⁷⁷ [...] Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN, 2008, p. 34).

A meta parece ser construir no imaginário social a ideia de agronegócio como sinônimo de progresso e modernidade [...]” (CAMPOS, 2006, p. 159).

É facilmente perceptível a dimensão do arranjo estrutural que o agronegócio envolve, arregimentando diversos tipos de capitais para se impor no campo, e com isso acaba alterando várias realizações camponesas, pois é através da inviabilidade destes últimos que o agronegócio aposta seu triunfo territorial. Neste sentido, “o processo global reproduz a unidade produtos-meios de produção e com isso reproduz a condição camponesa” (VERGÉS, 2011, p. 25). Corroborando desta ideia, Oliveira (1998) pontua que “quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social.” (p. 106).

Considerando este entendimento, Porto-Gonçalves (2009) destaca que após os anos 1980 tem-se um “deslocamento da luta pela terra enquanto meio de produção, característico de um movimento que se construiu em torno da identidade camponesa, para uma luta em torno do território” (p. 29).

Decorrente disso, os termos que definem uma agricultura camponesa têm de ser discutidos não a partir de uma economia de mercado, como normalmente é feito, mas buscando-se sua definição a partir de características específicas no interior dessas unidades, algo que se situa mais na esfera da autonomia da produção do que na dependência da circulação. Unidades que se diferenciam, no tempo e no espaço, de leis gerais de relações de produção determinantes ou globais, muitas vezes como produtos antitéticos do desenvolvimento geral da sociedade. De modo geral, na concepção camponesa há sempre referências à terra como dom, da natureza ou de Deus. Essas referências estão sempre ligadas à idéia de direito (direito deles sobre a terra), como “a terra é de Deus; ... a terra, foi Deus quem fez.” (CASTRO, 2001, p. 256).

A interação envolvendo o campesinato no capitalismo traz para o debate uma reflexão em que o seu caráter subordinado acompanha um movimento teórico natural, sendo que junto a isso se desvenda as considerações que incute o seu “modo de produção como tal pelo fato de ‘isolado’ não se reproduzir a si mesmo. É a própria subordinação que garante a sua reprodução. [...] O campesinato não é destruído, mas é como que ‘confinado’ dentro dos limites de um espaço social dado” (VELHO, 1979, p. 44-48). Essa questão pode ser considerada até mesmo nos casos em que a terra é alugada/arrendada por trabalhadores camponeses, os quais imprimem neste espaço um autocontrole temporário da extensão produtiva. Assim, organiza-se uma subordinação formal ao capital, uma vez que os esforços

camponeses não estão integralmente estipulados pela lógica capitalista, restando ainda uma autonomia parcial acerca das formas de trabalho na terra.

As interações destas duas agriculturas estão bastante visíveis e presentes na MRG de Faxinal, com a aparente predominância da agricultura capitalista, a qual se caracteriza por ser “[...] um território sem sujeitos, enfim, vazio de relações sociais” (ALMEIDA, 2001, p. 01). Esta racionalidade de uso do solo congrega uma escalada do capital para o atendimento da sua hegemonia nas relações desse rural, um processo de mercantilização acentuada que deixa como herança a diferenciação social e produtiva nas paisagens rurais (Foto 06), valendo-se “[...] do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 62). A dinâmica de ocupação territorial do agronegócio acontece em terras mais bem localizadas e aptas a mecanização.



Foto 6: Estrada rural usada por veículos do agronegócio em área de qualidade e localização valorizada em Marumbi/PR.
Fonte: Do autor (2016).

Em relação à localização das propriedades camponesas, apesar de haver algumas famílias vivendo em locais um pouco mais distantes dos limites urbanos e suas respectivas ligações, elas também reproduzem sua vida em pequenas propriedades que estão posicionadas estrategicamente com a finalidade de inserir a sua produção nos mercados. Esta realização se dá entre os interstícios¹⁷⁸ do agronegócio, que apesar de exercer um significativo domínio das

¹⁷⁸ “De modo geral, os interstícios são locais de luta permanentes, berços de resistência e às vezes surgem como lugares onde são forjadas sólidas alternativas aos acordos capitalistas. São os lugares onde as multitudes estão localizadas e onde a singularidade é produzida e reproduzida” (PLOEG, 2016, p. 20).

terras na MRG de Faxinal, surge no seu interior os camponeses como agentes sociais que resistem e instalam os seus processos territorializantes. Isto se deve, ao fato da organização camponesa, organizada enquanto classe social, possuir uma competência de ajustamento perante os enfrentamentos impostos pelo sistema capitalista. Deste modo, o camponês “diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem do capital” (MOURA, 1986, p. 18-19).

Portanto, é inegável o elevado grau de influência que o capital exerce na reprodução social dos camponeses, uma verdade que se dá pelo estreito espaço de viabilização produtiva que é conferido para a condição camponesa. Isto decorre pelo fato de historicamente o Brasil ter a sua base social fundada em latifúndios, propriedades monocultoras, exploração escravocrata ou semi-escravista, lógica produtiva eminentemente voltada ao abastecimento do mercado externo e um respaldo desproporcional do Estado em favorecimento das elites agrárias. Discorrendo desta questão, Gorender (1994) destaca que:

A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado (ao contrário geralmente é vítima do capital usuário), é desfavorecida, na política de preços mínimos, não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de aperfeiçoamentos técnicos. Enfim, está desprovida de tudo que beneficia a grande propriedade fundiária protegida pelo Estado (GORENDER, 1994, p. 41).

Por isso, falar na existência de um campesinato bucólico e original que vive alheio a intervenção estatal e mercadológica é enganosa, pois isto significaria inseri-los no debate atual enquanto elementos anacrônicos. O fato é que, a lógica camponesa padece já há um bom tempo de uma intensa disputa territorial por parte da agricultura corporativista, a qual tem o inteiro aval e a regularização por parte do Estado. Todo esse arranjo jurídico-ideológico de afirmação e valorização de um campo ‘modernizado’ é fortalecido quando da busca por retirar dos camponeses o seu caráter político e inculcar-lhes uma burocratização como “[...] a obrigação de pagar imposto, na obediência a códigos escritos que impõem uma verdade legal à propriedade da terra, ao matrimônio e ao contrato, garantindo o fluxo contínuo e estável das rendas camponesas às classes rurais e urbanas com poder econômico” (MOURA, 1986, p. 15).

Os camponeses da MRG de Faxinal trazem consigo peculiaridades vivenciais próprias, fruto das estratégias de superação inculcadas localmente pelos mesmos, uma matriz

social que está alinhada ao viés classicista do movimento camponês. Favorável a este raciocínio, Fabrini (2012) destaca que “o local não é apenas especificidade e um detalhe, mas portador de conteúdo total e apresenta características que pode favorecer a realização das lutas camponesas (p. 23)”. Vale frisar também que a politização dos sujeitos, independentemente da sua condição social, envolve dimensões para além das questões locais¹⁷⁹, visto que as limitações e/ou recortes do espaço apresentam-se apenas como uma composição material de diferenciação aos grupos sociais.

Assim sendo, a luta pela permanência e acesso à terra na microrregião em estudo são realidades que persistem diante das estratégias agrário-capitalistas locais. Uma situação em que aparentemente não comporta a classe camponesa, mas que os representantes desta última insistem em continuar existindo, ou seja, contrariando os ideais do capital pela resistência. “Por um lado, o camponês é oprimido e não compreendido, por outro lado, é indispensável e ativo” (PLOEG, 2016, p. 09). A mola propulsora deste movimento é a unicidade política que impera na vivência camponesa, uma estrutura que tem sua base fundante no controle da propriedade.

Cultivar a terra com a ajuda de sua unidade doméstica, é a forma pela qual o *pai de família*, pequeno produtor, proporciona os elementos necessários à reprodução física e social de sua unidade doméstica. É o trabalho da unidade doméstica no *roçado* que propicia os meios necessários à *queima da casa* e, em particular, o comer (GARCIA JR., 1983, p. 209, grifos no original).

Os princípios de solidariedade e reciprocidade presente no mundo camponês são realizações sociais que diverge totalmente do disputado mercado capitalista. A essência destes valores na lógica camponesa está fundamentada pela posse/propriedade da terra, pois no instante em que o lote familiar é gestado pelos seus próprios moradores, a garantia de vivência destes sujeitos é ampliada. Nestes termos, a terra garante a comida, a comida garante a vida e a vida garante a sociabilidade nas comunidades rurais, uma espécie de capital social (não se trata de capital no sentido capitalista da palavra) que quanto maior a sua mobilização, maior capacidade terá de garantir a manutenção das famílias camponesas. Portanto, “‘morar’ e ‘ter terra’ significam, antes de tudo, a não dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar [...] [...] A roça e o morar na roça, morar no lugar do trabalho, dispensa a mediação do dinheiro no dia-a-dia e o desconforto que essa mediação acarreta” (MARTINS, 2003, p. 22-23).

¹⁷⁹ “[...] preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território” (FABRINI, 2012, p. 24).

Por isso, os indicadores colocados por Graziano da Silva complementam os entendimentos acerca da fundamentação camponesa.

[...] São quatro elementos fundamentais para defini-lo: a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o auto-consumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda [...]; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção como mercadoria [...]. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 03)

Distinto da classe proletariada que vê no ‘outro’ uma ameaça a sua sobrevivência, os camponeses visualizam no ‘próximo’ uma oportunidade de ampliar e diversificar o seu modo de vida e produção. A solidariedade representa no campesinato uma vivência com sustentabilidade, isto se dá em virtude de as iniciativas de auto-ajuda comumente realizadas entre os sujeitos camponeses constituir-se como uma das táticas de resistência camponesa, o que significa na prática a sustentabilidade deste modelo de vida. Por isso, nos lugares camponeses “com parente não se neguceia, porque no negócio sempre um sai ganhando e outro sai perdendo”, pois, este comportamento é para os camponeses, percebido como imoral nas relações entre eles próprios, assim, “só o ganho obtido pelo trabalho sobre a terra - a terra de trabalho - é moralmente legítimo” (WOORTMANN, 1990, p. 38).

Na realidade camponesa, o tempo e o esforço utilizado para a produção de mercadorias não consome integralmente o cotidiano destes sujeitos; portanto, restam-lhe momentos para elaborar suas estratégias de trabalho em casos de crise econômica e de safras pouco produtivas. Destarte, é possibilitado desvincular-se das sentenças agrário-capitalistas, aflorando a territorialidade camponesa como lugar¹⁸⁰ de morada que proporciona a sua ‘libertação’, ou seja, uma margem relativa de livre-arbítrio destes agricultores quando do formato e intensidade produtiva a ser trabalhada em suas propriedades. Entretanto, essa autonomia carece de uma manutenção constante das estratégias camponesas, as quais são criadas e recriadas continuamente, um comportamento que acaba por caracterizar o camponês concomitantemente como “um agente econômico e o cabeça da família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar” (WOLF, 1970, p. 28).

¹⁸⁰ No nível das representações, a terra possui duas materialidades: física e simbólica, cuja simbiose produz o lugar. Lugar de viver, lugar de morar, lugar de criar os filhos, o *lugar da gente*. O *lugar*, enquanto materialidade simbólica, é preñado de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro. Há um elo entre estes tempos, reconstruídos pela memória individual e coletiva. A representação do lugar traduz os aspectos identitários destas pessoas [...]. (SILVA, 2001, p. 109).

O entendimento de que os camponeses são anti-mercado e não utilizam de inovações técnicas é uma questão que não remete a verdadeira vivência destes sujeitos. O processo de recriação camponesa tem na integração tecnológica uma das várias estratégias de garantia de sua permanência na terra, pois a reprodução social do campesinato “não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados” (PLOEG, 2009, p. 41). Em visita realizada no município de Marumbi, na comunidade rural Canutã, a unidade familiar de 05 (cinco) hectares de propriedade do entrevistado MUF-01 (Marumbi – Unidade Familiar 01) esboça bem o modelo de integração produtiva ao mercado. Em companhia de sua família (esposa e um casal de filhos menores), o proprietário produz em 03 (três) estufas e outras áreas cultivadas a ‘céu aberto’ um montante suficiente de hortaliças que garante vivência de toda a família (Foto 07). As verduras são vendidas semanalmente na feira do produtor que ocorre em três localidades¹⁸¹ da cidade de Jandaia do Sul e na praça central em Marumbi.

Sempre morei aqui, desde pequeno ajudei meus pais na feira em Jandaia e Marumbi. Depois que casei separei feira, pois agora a gente tem família para cuidar né! O pai e a mãe têm a terrinha deles ali do outro lado do corgo. Eles ainda mexem com horta e a mãe mexe também com carne defumada, é um serviço que dá um retorno a mais. Eles já deram uma diminuída do serviço, pois já estão velhos e também já se aposentaram, trabalham mesmo para poderem se ocupar. Mas eu vivo bem aqui. Teve uma vez que saí e fui trabalhar fora, em uma serraria lá em Jandaia, mas num dá certo sabe! O serviço é bastante puxado e o salário é aquela merreca. É gente mandando em nós toda à hora e aqui não! Eu tenho minhas obrigações e faço elas dentro das minhas forças e do meu tempo. Tem veiz que dá uma apertada no serviço sabe! Mas faz parte, eu não posso reclamá, os filhos da gente tá crescendo, tão tudo com saúde e a muié até voltô a estudar, tá fazendo faculdade lá em Jandaia. Eu falei pra ela, estuda ocê porque a minha vocação é aqui na roça mesmo. As hortas aqui são bem cuidada, pois o pessoal que vem até a nossa barraca da feira comprá é justamente pela qualidade e fama das nossas verduras. A horta é a nossa ocupação principal aqui, mas temo também três cabeças de gado aqui mais prá cima de casa. Lá no pai a gente tem mais criação também. Plantamos mais um pouco de coisa também para comer aqui mesmo, mas não temos muito tempo sabe, pois a horta precisa que sempre passêmo dando uma olhada, pois pode vir praga e isto é ruim para a plantação. E eu já falei também! Não adianta querer abraçar o mundo, pois a gente não vai conseguir dar conta se fica inventando muito serviço. Veiz em quando eu pagava diária para o meu tio vir ajudar a gente, mas ele

¹⁸¹ Aqui se percebe a ação local da reprodução camponesa, pois “em oposição ao modelo agro-exportador, o FMRA – Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária - defende o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar voltada para os mercados locais como ferramenta para garantir a soberania alimentar das nações. Esse modelo de produção agrícola [...] [...] é potencialmente mais produtivo por unidade e superfície, mais compatível com o meio ambiente e muito mais capaz de proporcionar uma vida digna às famílias rurais ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores rurais e urbanos alimentos sãos, baratos e produzidos localmente” (BRASIL DE FATO, 2004, p. 10).

mora lá no distrito e é longe para ele vir. Agora tem o vizinho que mora lá perto do pai, ele vem quando o serviço apura e eu também dou uma mão pra ele quando o serviço dele aperta. Mas aqui é uma fartura só, o Lucas (filho) fica o dia todo atrás de mim nas hortas, chega a tarde tá marrom de sujeira. (MUF-01, 18 jan. 2018).



Foto 7: Cultivo de hortaliças em uma propriedade camponesa (comunidade rural Canutã em Marumbi/PR).
Fonte: Do autor (2017).

No processo de entrevistas o primeiro contato sempre é resabiado e com certa inquietação por parte dos camponeses, a justificativa do entrevistado (MUF-01) é de que “tem tido muitos roubos na sítia aí, principalmente nas fazendas grande e propriedades maiores que tem mais coisas de valor, e por isso agente tem um pouco de receio sabe!”. Em virtude da desconfiança camponesa em abrir-se com pessoas estranhas ao seu mundo, a entrevista iniciou-se na forma de uma conversa aberta, sem estar necessariamente em posse de uma prancheta ou outro instrumento que pudesse bloquear a confiança e o conforto do entrevistado em expressar suas experiências e práticas camponesas.

O relato de que chegou a tentar uma ocupação fora da propriedade e, no entanto, retornou à condição camponesa, invalida o pressuposto de que a existência camponesa seria uma condição dada e determinada por agentes externos. Nesta propriedade em especial, a questão da utilização de insumos e técnicas agrícolas é bastante acentuada, pois existem três estufas do modelo Londrina na propriedade, a qual foi construída pelo próprio entrevistado, sendo que ele mesmo efetua as reformas quando preciso. Existe também um sistema de

irrigação bem elaborado nos cultivos e a aquisição das sementes é adquirida em uma casa agrícola em Apucarana, pois por elas serem melhoradas garantem uma melhor qualidade e produtividade na produção das hortaliças. Portanto, mesmo perpetuando a condição camponesa, nem por isto eles deixam de integrarem-se ao mercado para a venda de sua produção e/ou para a aquisição de insumos agrícolas.

Discutindo esta questão, Costa (2012) coloca que é ilusória “a perspectiva dominante de que os camponeses seriam avessos às mudanças” (p. 36), pois as inovações tecnológicas estão perfeitamente acessíveis e reproduzíveis aos trabalhadores do campo, considerando-se que está em voga uma teoria da economia camponesa que certamente permitirá que estes sujeitos “rompam com o paradigma tecnológico e de produção dominantes e reconstruam suas concepções de mundo e de vida social no sentido da afirmação da sua autonomia relativa perante o capital e da ampliação de um novo paradigma nas relações produtivas homem-natureza” (*ibidem*, p. 36). Afinal, “capacidade de mudança é capacidade de permanência – eis a chave heurística da questão” (*ibidem*, p. 47).

Destarte, este cenário dá origem aos costumes camponeses, um mosaico de elementos que potencializa a capacidade de luta e resistência camponesa. Neste sentido, a vida e o trabalho constituem-se uma só relação, pois ambas as realidades partilham da reprodução social destes sujeitos, além de que, um está condicionado e depende do outro e vice-versa. Assim, esta estruturação social que intersecciona o universo social, econômico, político e cultural é o que fundamenta as singularidades do modo ser do camponês, ou seja, uma justaposição de práticas e valores sociais que representa a força e a resiliência camponesa.

A personificação do camponês surge na sua realização de vida, a qual possui um comportamento ímpar quando se integra ao mercado, haja vista, que ele atua como vendedor de produtos oriundos no seu trabalho e com instrumentos de produção próprios. “O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirá em qualquer sistema societário em que operem” (SHANIN, 2005, p.14). Acerca dessa questão, Paulino; Almeida (2010) compreendem que esta:

[...] situação de ambiguidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe de luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua

finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p. 27).

As estruturas camponesas estão autonomamente instruídas no controle de sua vivência e trabalho nas localidades rurais da MRG de Faxinal, uma agricultura que está pautada numa relativa integração tecnológica, no domínio das decisões no lote, enfim uma significativa gestão por parte destes sujeitos acerca dos esforços realizados na propriedade. Isto posto, se percebe que dada a histórica vinculação política e classicista atinente aos camponeses e a conscientização que os trabalhadores rurais (desprovidos de terra) possuem em relação à própria condição social, é notável que o entendimento da territorialidade rural como reprodução da vida possui uma significância representativa na microrregião. Esta consciência de luta pela reprodução da vida no campo contraria as percepções dominantes que entendem este setor enquanto espaços vazios de sujeitos sociais, considerando que a MRG de Faxinal apresenta uma significativa quantidade de pessoas residentes no meio rural (Gráfico 05), desconstruindo a noção de que o campo é monopólio do capital e da tecnificação.

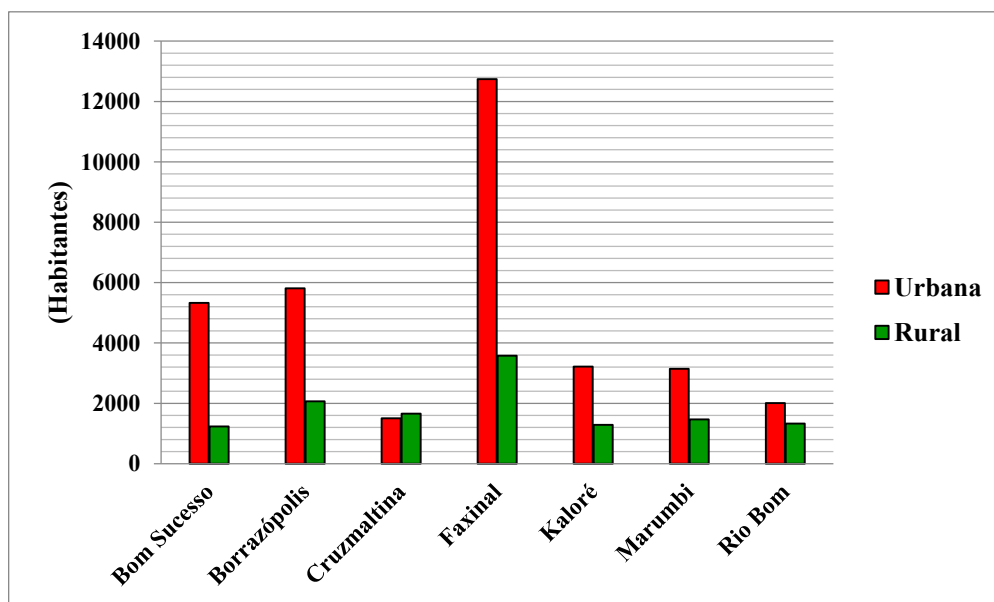


Gráfico 5: Distribuição da População nos municípios da MRG de Faxinal.
Fonte: IBGE (2010). Organizado pelo Autor.

Com base nos dados do gráfico 03 percebe-se que o município sede da microrregião destaca-se como o de maior concentração urbana seguido por Borrazópolis. Curiosamente, estes dados estão diretamente relacionados com o Índice de Gini per capita referente à renda domiciliar dos mesmos, conforme dados do IBGE (2010). Os dois municípios mais urbanos

da MRG de Faxinal apresentam também as maiores taxas de concentrações da renda, onde este índice fica em 0,5571 para Borrazópolis e 0,4868 para Faxinal, evidenciando que a urbanização nem sempre é sinônimo de desenvolvimento social igualitário.

Na contramão do discurso urbanizador, em pleno século XXI a microrregião possui o município de Cruzmaltina com a sua maior parcela populacional ainda constituída no setor rural, visto que dos seus 3.162 habitantes, 1.659 residem no setor rural (IBGE, 2010). Assim, para contrariar mais uma vez o ideário da cidade urbanizada como melhor para viver, entre os municípios que integram a MRG de Faxinal, Cruzmaltina apresenta a menor concentração de renda, considerando seu índice de Gini per capita de 0,3801 IBGE (2010). Portanto, fica evidente que todo tipo de concentração atrai outras concentrações, pois a cidade concentrada (urbanizada) é reflexo do campo concentrado (êxodo rural) e acompanhando essa tendência, a renda também fica concentrada.

Nas visitas de campo verificou-se que os domínios rurais da MRG de Faxinal comportam em si diferenciadas estratégias de realização da reprodução camponesa, contrastando com a racionalidade capitalista, ou seja, uma classe social que se organiza em conformidade aos desafios locais e assim expressam suas singularidades vivenciais, já que “os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas” (SHANIN, 2005, p. 18). Tratando desta questão, Moura (1968) pontua que “a porteira pode estar sendo fechada pelos poderosos, mas por outro lado, as cercas podem ser e são derrubadas, a cada dia, pelos subalternos e expropriados” (p. 52).

Vale destacar também que a MRG de Faxinal concentra uma significativa população egressa do campo integrada em aparatos de intensa precariedade e dependência do capital agrário. Nos trabalhos de campo foram observadas algumas concentrações populacionais residentes nas periferias das cidades e distritos (bóias-frias), em algumas propriedades rurais estes trabalhadores vivem de favores, sendo que trabalham como bóia-fria e/ou serviços gerais nos limites urbanos e uma elevada parcela de pessoas residentes nas diversas “Vilas Rurais¹⁸²” da microrregião, entre outros tipos de trabalhadores¹⁸³ rurais que estão submissos as intencionalidades do empresariado rural.

¹⁸² O Projeto Vilas Rurais surge do projeto político de descentralização do Estado, em busca de alternativas para a grave questão social de expulsão dos trabalhadores rurais das fazendas. Trabalhadores que passam a viver nas periferias das cidades, pagando aluguel, em habitações precárias, enquanto continuam a trabalhar como “bóias-frias” nas zonas rurais, principalmente em época de colheita. Nas cidades, vivem de biscates ou empregam-se na indústria da construção civil (REIS, 1997, p. 04).

Em relação a essa questão, Tomazi (1997) em seus estudos acerca do Norte do Paraná se debruçou na realidade a qual foram expostos os trabalhadores que ficaram na região, ou seja, os reflexos da ‘modernização’ agrícola, principalmente após os anos 1970.

A alternativa que se apresentou foi a de tornarem em “bóias-frias”. Antigos colonos, peões e volantes, como também pequenos proprietários que perderam suas terras tornaram-se esses trabalhadores volantes, que se deslocavam para onde houvesse trabalho. A região que havia sido, até o início da década de setenta, pólo de atração de milhares de trabalhadores, tornava-se nesta mesma década, como já vimos, pólo de expulsão daqueles mesmos que acreditaram nas potencialidades propagadas e presente no discurso “Norte do Paraná. Muitos deles que ficaram na região e continuaram trabalhando nas fazendas, pouco a pouco foram também perdendo as possibilidades de trabalho e passaram a procurar trabalho em outras regiões que, décadas antes, expulsaram esta mesma força de trabalho (TOMAZI, 1997, p. 311).

Estes trabalhadores rurais padecem diretamente das imposições do agronegócio, sendo que estes sujeitos, geralmente, sobrevivem nas periferias urbanas deslocados de seus lugares materiais ou imateriais (êxodo rural). Entretanto, uma parcela deles, integra um grupo de atores sociais¹⁸⁴ potencialmente ativos para reinvestirem na luta camponesa, através dos movimentos sociais do campo, haja vista, a presença do MST em Faxinal e em alguns municípios que avizinham a microrregião em estudo. Entre as mobilizações sociais do campo, o MST tem se destacado como o principal dessas iniciativas, por ter uma organização mais concreta, com uma articulação nacional que contesta o descumprimento da lei da Reforma Agrária pelo Estado.

É por isso que a luta e a resistência à proletarianização, ao pagamento /transferência de renda da terra, e que se materializam territorialmente na permanência e no acesso à terra é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais que estão envolvidos diretamente nesse particular (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 03).

Neste sentido, a luta e a resistência camponesa do/no campo paranaense é também municida com as contribuições de trabalhadores rurais suburbanos oriundos da MRG de

¹⁸³ “Este, desapossado da terra e de seus instrumentos de trabalho, em suma, dos meios de produção, não mais dispõe da autonomia social mínima dos cultivadores, fundada no controle costumeiro ou jurídico da terra” (MOURA, 1986, p. 15).

¹⁸⁴ O MST considera como trabalhador rural sem-terra os que demandam terra (arrendatários, meeiros e parceiros, assalariados rurais, posseiros, agricultores familiares proprietários de menos de 5 hectares, filhos de agricultores familiares com propriedades de até 50 hectares, que não têm condições de se reproduzir como pequenos proprietários e acampados). Do sentido político da luta dos *sem-terra*, pode-se depreender que representação, ao designar tanto o *sem-terra acampado* como o *sem-terra assentado*, para além da condição de vida destes sujeitos sociais, afirma uma identidade política (SCHREINER, 2002, p. 18-19, grifo do autor).

Faxinal, considerando a existência do assentamento¹⁸⁵ rural Três Barras no município de Faxinal/PR, localizada a cerca de 4 quilômetros antes de chegar no distrito de Nova Altamira (popularizado como Faxinalzinho), um esforço conjunto que tem buscado a garantia dos seus próprios espaços políticos e com isso a manutenção de sua identidade sócio-territorial. Para Costa (2012), o movimento direcionado no acesso a terra tem importância crucial para a reconstrução de suas “concepções de mundo e de vida social no sentido da afirmação da sua autonomia relativa perante o capital e da ampliação de um novo paradigma nas relações produtivas homem-natureza” (p. 36).

Este assentamento teve início de sua ocupação em 1998 com a iniciativa de trabalhadores rurais provenientes do município de Nova Prata do Iguaçu/PR (região sudoeste do estado) e de outras localidades próximas a Faxinal/PR. Segundo informações repassadas por algumas famílias assentadas, atualmente a área já está desapropriada pelo INCRA e em fase de regularização dos lotes. São 36 famílias distribuídas nos 685 hectares da extensão total, a qual tem uma produção bastante diversificada, indo desde cultivos menos integrados ao mercado como os cultivos mais integrados, principalmente estufas de tomate (Foto 08) e o plantio de *commodities* (soja, trigo e aveia). A variedade produtiva dos assentamentos e sua vinculação em diferentes nichos de mercado são colocadas em Fernandes (2005) ao refletir que a superestrutura¹⁸⁶ de dominação capitalista discursa a ocupação da terra pelos camponeses como um ultraje social. Portanto, estes espaços são simultaneamente “uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares, que produzem a renda apropriada na sua maior parte pelos capitalistas” (FERNANDES, 2005, p. 46-47).

Em duas propriedades visitadas no assentamento foi observada uma diversificação produtiva, com destaque para a criação de galinhas, gado de leite e suínos, incluindo no mesmo lote a existência de diferenciadas formas autônomas de uso da terra. Os entrevistados indicaram que desde os seus pais e avós existia essa luta pela permanência e/ou retorno a terra, sendo que existem ainda diversos outros familiares e conhecidos que replicam essa luta em demais acampamentos¹⁸⁷ e assentamentos por outras regiões do estado e até do país.

¹⁸⁵ O assentamento é o território dos sem-terra. A luta pela terra leva à territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Cada assentamento é uma fração do território conquistada e a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 78).

¹⁸⁶ Superestrutura pode ser entendida como “o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual” (CARNOY, 1990, p. 93).

¹⁸⁷ É importante frisar que esta luta não é luta simples e fácil, pois se faz necessário uma determinação bastante acentuada para resistir às adversidades que tal realização propõe. “Os trabalhadores rurais sem terra que participam do MST são identificados como sendo um sujeito coletivo produzido nas lutas do movimento sem-

“Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência” (FERNANDES, 2005, p. 03).



Foto 8: Estufas de tomate no Assentamento Três Barras (Faxinal/PR).

Fonte: Do autor (2017).

Esta realidade evidencia um movimento clássico de recampesinização¹⁸⁸ (PLOEG, 2008), uma volta à forma de produzir camponesamente, resgatando práticas, saberes e modos de vida. A própria luta pelo acesso e entrada na terra se coloca como uma forma inovadora e extremamente política da organização camponesa, portanto, esse movimento é agora ressignificado, deixando de lado alguns costumes tradicionais do campesinato e/ou adaptando-os em conformidade aos novos processos de luta. No entanto, não se perde a essência da unidade familiar, “o que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso a terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade [...]” (MARQUES, 2008, p. 65).

O discurso do entrevistado FUF-01 (Faxinal – Unidade Familiar - 01) residente em uma das propriedades do acampamento Três Barras em Faxinal/PR evidencia a importância que a terra tem para a reprodução social dos trabalhadores do campo.

terra e que na sua luta procura casar os valores do humanismo e do socialismo. Esses trabalhadores são desempregados que vivem numa situação de desespero e que, por isso, são arregimentados pelo movimento para ocupar terra. O MST entende que a ocupação de terra é o último recurso dos trabalhadores num sacrifício em busca da sobrevivência. Para o MST, a ocupação de terras é uma forma de luta exasperada, é o último recurso do sujeito que já não tem mais para onde ir, está no inferno e, então resolve dar um tapa no diabo. Essa é a situação do acampado” (REVISTA CAROS AMIGOS, 1997, p. 29).

¹⁸⁸ “O “camponês” não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção” (PLOEG, 2006, p. 17).

Nóis arrendava terra lá em Nova Prata, mas as coisas foram complicando e tivemos que sair da terra. O Pai e meus dois irmãos conseguiram lote lá no Rio Perdido (assentamento em Quedas do Iguaçu/PR), mas lá não cabia mais família, daí viemos num prá cá, tem dois tios aqui também. Tem mais família lá na 'Brasileira' (assentamento Che Chevara em Ortigueira/PR). Conheci minha esposa no movimento lá em Nova Prata, daí quando falarum do acampamento aqui, nós casamos e viemos pra cá. Já temos um mininu, ele ta lá prá cidade na escola agora. Aqui temos estas duas estufas de tomate aí, tão na fase de crescimento agora. Lá atrás da casa tem um pouco de galinha. Nesse ano passado agora, a coiêta da aveia tava com um preço muito ruim, nem compenso pagá pra coiê, daí achei melhor só dobrá ela na terra mesmo, pois quando plantamos a soja a gente usou bem menos insumo, pois a aveia corrige bastante a terra com nitrogênio. Tem um pessoal aqui do acampamento que implica com a gente por que usamu veneno no tomate, mas se não for assim não tem jeito não, da muito bicho e doença na planta. No mais a gente vive bem aqui, construímos uma casinha boa de material. São quase quatro arqueiri só da gente! Não somos ricos, mas temos o suficiente pra levá uma vida tranquila. Na verdade, issu tudo aqui que você vê era o meu sonho desde quando eu arrendava terra com o pai lá em Nova Prata sabe! Tê uma terrinha da gente, poder plantar nela, aqui tem uma água tão boa e farta. É claro que temos bastante dificuldades aqui também, mas nem se compara com o que já passamos nesta peleja da vida. Por isso que sempre falo pro fio, ó! u pai e mãe sempre vão ficá aqui! Pois olha procê vê! Viemos dum lugar longe, onde a gente não era feliz e aqui hoje estamos bem. Num podemos reclamar de nada. A terra deu tudo o que a gente queria e precisava! E eu nunca vo mi desfazê dela (FUF-01, 25 jan. 2018).

O essencial desta discussão é que a autonomia camponesa aparece como uma realização social 'construída' pelos seus próprios sujeitos e não como uma realização 'dada' por forças exteriores. Neste sentido, o índice de campesinidade surge como um indicador fundamental para a permanência da unidade familiar, que é gestada nos próprios enfrentamentos cotidianos. Isto decorre pelo fato de que o agricultor familiar "não está à margem dos conflitos; pelo contrário, é parte constitutiva dos conflitos sociais, cujas consequências para ele, se traduzem nas experiências de expropriação e de exploração" (WANDERLEY, 2010, p. 30). Esta particularidade expressa na apropriação distinta da natureza pelos camponeses em cada momento histórico reflete diretamente no índice de campesinidade, uma percepção que é carregada de subjetividades, dada as diferentes percepções de mundo que estes sujeitos possuem e a sua busca cotidiana por ampliar a sua autonomia no campo.

Existem ainda outras iniciativas do MST na região, como o caso da parte leste do município de Faxinal, no município de Ortigueira/PR, onde foi ocupada em 2005 a Fazenda Nossa Senhora do Carmo, também conhecida como "Fazenda Brasileira", originando o assentamento "Che Chevara". O MST também está na ocupação em 2007 no assentamento

Egídio Bruneto em Rio Branco do Ivaí (distante aproximadamente 50 km ao sul da MRG de Faxinal) e em Jardim Alegre (distante cerca de 60 km da microrregião) na ocupação do assentamento oito de abril em 2007 na Fazenda Corumbataí, conhecida como “Sete Mil”. Neste sentido, a terra trabalhada pela família “ratifica e legitima a sua conquista e ocupação, uma terra antes apropriada indevidamente pelo capital, regada a sangue e exploração, ocupada por gado, por pasto, por soja, enfim, não estava direcionada à subsistência¹⁸⁹ e reprodução familiar” (FARIAS, 2011, p. 99).

Excetuando os poucos lotes do assentamento Três Barras, essa modalidade de luta e resistência na forma de movimentos sociais no setor rural da MRG de Faxinal, ainda não se constitui como um processo amplamente divulgado e consolidado. Muito se deve a chamada ‘diabolização do MST’, comportamento característico da elite agrária com o intuito para marginalizar a ação desses sujeitos políticos do campo, visto que “além de promoverem a criminalização, e conseqüente marginalização dos movimentos sociais, buscam garantir a legitimidade de algumas instituições, bem como a manutenção das relações de poder dentro do espaço social” (ANTONI, 2012, p. 145).

Essa ideologia, apregoada em toda a sociedade, busca legitimar a incapacidade de um campo pensado fora da noção ‘terra de negócio’, um total desrespeito constitucional ao se barrar o acesso a terra/território do camponês. Esse imbróglio social se impõe pela proeminência de um campo, que só é ‘moderno’ se estiver instaurado em valorações de troca tomadas nas generosas tributações pagas socialmente¹⁹⁰ aos rentistas. No entanto, a superação desta questão é uma luta constante instruída pelos camponeses, os quais “não são determinados externamente e governados por ‘leis gerais’” (PLOEG, 2016, p. 16). A recampesinação é um movimento que tem ganhado força em todo o mundo, inclusive no Brasil, “[...] onde o êxodo rural (que teve início durante a ditadura militar da década de 1970) foi revertido por meio de um movimento massivo de centenas de milhares de pobres, sobretudo, mas não apenas, vindo de favelas miseráveis e perigosas, rumo ao campo” (*ibidem*, p. 17), sendo que o MST é uma das forças que integram a busca pelo ‘retorno’ e/ou permanência na terra.

A vontade de manter-se na terra é uma questão bastante proeminente na propriedade FUF-02 (Faxinal – Unidade Familiar - 02) de 31,2 hectares (Estrada Faxinalzinho, Km 13). A família constituída de 06 pessoas (pai, mãe, casal de filho e casal de netos), os quais sempre

¹⁸⁹ Este termo é estudado no presente trabalho com a noção de Autoconsumo.

¹⁹⁰ “[...] Atinge diretamente os trabalhadores que, ao morar, ao consumir alimentos ou qualquer bem de consumo, têm parte de seus rendimentos monetários transferidos aos proprietários fundiários, os depositários últimos dessa modalidade de renda” (PAULINO, 2006, p. 55).

moraram no campo e demonstram com orgulho as melhorias e investimentos que realizam em sua terra. A mãe da família cuida de hortaliças e frutas, sendo que o resultado desta produção é levado às sextas-feiras para ser comercializada na feira do produtor em Faxinal, além de entregar no mínimo “duas variedades de alimentos” na EMATER para compor as cestas que a população encomenda.

É assim que eu consigo a minha rendinha né, dá pra ajudar a filha também e comprar as coisas que precisamos. O véio cuida do gado, tem as outras criação também, é porco, agora tem o carneiro. Nós não conseguimos dar conta de mexe com tudo, daí esses três alqueires aqui pra cima até na estrada arrendamos prá aveia. Mas já sofremos aqui hein! Perdemos um monte de dinheiro com vento sabe! Arranco todas as estufas, foi triste. Agora o meu minino monto as estufas lá embaixo ó, atrás das árvores! Lá não dá ventania e ta produzindo bem! É um pouco ruim pro caminhão pegá a produção, mas o importante é que agora achamos um lugar certo né! Óia! Já veio um monte de gente aqui lá de Maringá da UEM, eu consegui um certificado de orgânico no meu maracujá! É que não passo veneno sabe, cuido com urina de vaca e também um concentrado de pimenta e um outro produto natural que pego lá na casa agrícola! As frutas não são bunita e vistosa igual as com veneno, mas é tudo saudável! Lá na feira eu falo que é orgânico, e se alguma coisa foi veneno eu falo também sabe! Agora ta meio feio as coisas porque faz tempo que não chove, mas logo que chove vou enche aqui tudo com outras plantas! A falta de chuva fez até a mina nossa dá uma diminuída, e óia que o veio cuida dessas coisas hein! Já foi até premiado lá na cidade com os cuidados das minas, lá em casa tem a reportagem, o pessoal da EMATER veio aqui e tudo, tiraram foto. Nós vamos proteger outras três minas que estão lá prá baixo (FUF-02, 25 jan. 2018).

A preocupação em manter a terra produtiva, com fartura para a família e os animais, com água abundante, entre outros, são condicionantes que a todo o instante os integrantes da família camponesa fazem questão de destacar. Essa colocação não está configurada com o sentido de que eles querem passar a imagem de ‘politicamente corretos’, pois quanto mais os seus vínculos se centralizarem com o capital ecológico, menos vulneráveis eles estarão perante os mercados, além de que a sustentabilidade da reprodução da vida camponesa depende essencialmente desse cuidado com a terra. Por isso, aos camponeses a terra ganha um sentido vital na garantia da própria vivência, a qual transcende o limiar de entendimento da relação humanidade-natureza, pois garante a diversificação da vida, da comida na mesa e na terra camponesa.

Portanto, é nesta noção integrada com os elementos naturais é que se permite discorrer acerca da agricultura de autoconsumo, uma vez que a autossuficiência camponesa é intensificada na medida em que exista um crescimento da sustentabilidade dos elementos que compõem as unidades de produção/consumo familiar. Esta organização surge como um tipo

de resistência camponesa, pois “a terra e o espaço doméstico são uma extensão da natureza e não é vista como forma de acúmulo de capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola, mas também parte do seu mundo numa interação entre natureza e o homem” (FABRINI, 2006, p. 81).

A propriedade da entrevistada FUF-02 (Foto 09) é uma das 08 (oito) famílias camponesas do município de Faxinal que integram um projeto envolvendo a prefeitura local, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a EMATER. Nesta iniciativa, os agricultores migraram da agricultura convencional para a do tipo orgânica e comercializam esta produção na cidade de Faxinal, sendo que esta realização se dá através da organização de cestas com produtos orgânicos e agroecológicos. Estas cestas compostas por frutas, legumes, verduras, temperos, geléias, compotas, pães, entre outros produtos ‘de época’ são retiradas pelos consumidores na EMATER ao custo unitário de R\$ 25,00 (EMATER, 2018).



Foto 9: Propriedade camponesa na Estrada Faxinalzinho/Km 13, Faxinal/PR.
Fonte: Do autor (2018).

Neste projeto a prefeitura contribui com a divulgação, disponibilidade de espaços estruturais para a sua realização e a publicação de editais para a aquisição de alimentos orgânicos (com uma média de 30% superior ao valor dos produtos convencionais). Já a EMATER atua como recebedora das cestas, entregando-as (venda) aos consumidores locais e a UEM tem atuado com a assistência técnica junto às propriedades camponesas, orientando acerca da obtenção do certificado de orgânicos em conformidade com a legislação do

Ministério da Agricultura. Esta iniciativa é importante tanto para os produtores como para os consumidores, pois retira a figura do atravessador, melhora a renda camponesa e garante um preço mais justo aos compradores, além de favorecer o cultivo de produtos com qualidade e de forma sustentável nas propriedades camponesas (EMATER, 2018). Desta feita, eles “necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social” (SHANIN, 2005, p. 18).

Assim, retratar a agricultura de autoconsumo praticada pelos camponeses da MRG de Faxinal se mostra como uma oportunidade de pontuar a contribuição social que esses trabalhadores do campo exercem localmente, um esforço empírico-teórico que vê no cotidiano das atividades camponesas a materialização de estratégias singulares no seu processo de recriação. Portanto, “enquanto empresários e capitalistas geram crescimento no plano de suas unidades de produção, mas com estagnação ou decréscimo do volume total de valor agregado em nível local e regional, o progresso construído pelo camponês reverte-se também em progresso para a comunidade e para a região” (PLOEG, 2009, p. 21). É com este entendimento que se reflete a terra camponesa enquanto um lugar para além da noção ‘terra de trabalho’, “[...] ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 40).

Vale frisar que os camponeses colaboram com a escala produtiva do agronegócio, ou seja, a reprodução ampliada do capital no setor rural é reforçada com as relações não capitalistas da classe camponesa. Essa interação com as estruturas do capital agrário “tem transformado o camponês em um trabalhador para o capital, sem torná-lo um operário, o que amplia as interrogações sobre a natureza da sua vida política e econômica” (MOURA, 1986, p. 08).

Com o intento de situar a MRG de Faxinal na escala político-financeira do estado do Paraná, tem-se como referência as análises de Rolim (1995), o qual pontuou a realidade do processo de divisão territorial do trabalho paranaense em dois cenários de comando, denominados de “Paraná Urbano e Paraná do Agrobusiness, havendo cada vez menos interdependência entre elas” (p. 49).

A **Urbana** abrangendo parte do antigo território do Paraná Tradicional, estendendo-se, grosso modo, de Paranaguá até a área de influência imediata de Ponta Grossa, sob a égide d Região Metropolitana de Curitiba, e a outra, a do **Agrobusiness**, abrangendo as demais partes do Estado, excetuando-se Foz do Iguaçu. A noção de espaços econômicos tem uma conotação que ultrapassa o simples território; assim, essa segmentação – que é a principal –

em marcha no Paraná interessa muito mais enquanto órbitas de interesse e determinações de dinâmicas (ROLIM, 1995, p. 81).

Estas duas grandes regiões econômicas do Estado tem sido os verdadeiros responsáveis pelas decisões do território paranaense. O urbano ditando as estratégias no metropolitano industrial e o agrobusiness definindo as formas de exploração a serem impostas nos espaços secundários e ‘inferiores’ (rural). Essa inferioridade (na percepção capitalista) expressa nos territórios, sobretudo controlados pelo agronegócio, está significativamente constituída na MRG de Faxinal, considerando a extrema dependência (montante e jusante) presente em seus monocultivos. Em decorrência disto, o território torna-se monótono, previsível e afinado com processos decisórios de forma desvinculada e distante da microrregião, refletindo um domínio ausente de identidade própria e carente de dinamismo socioeconômico.

Valendo-se dos estudos de Santos (2002), a compreensão do rural moderno paranaense, inclusive a MRG de Faxinal, pode ser entendido como “espaços opacos” a serviços dos “espaços luminosos” do modelo agroindustrial-exportador, instaurando-se dois espaços dissociados, ‘os que obedecem’ e os ‘que mandam’. Sem o intento de apreender-se da discussão teórico-conceitual dessa questão, esse apontamento é colocado para trazer a ideia que a ‘luminosidade’ posicionada isoladamente no território agrário nas estruturas do agronegócio, interfere diretamente nas relações sociais abrangidas por seu raio de dominação.

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos (SANTOS, 2002, p. 264).

A falsa sensação de modernidade nesse rural são os únicos lampejos de ‘luz’ que eles visualizam, visto ser uma modernidade que se realiza apenas com a exploração¹⁹¹ destes lugares agrícolas e não é realizada para estes espaços. Suas proeminentes paisagens mecanizadas são na verdade um desrespeito que desconsidera o equilíbrio socioambiental local, uma ‘sangria’ que não titubeará em ser abandonada no exato instante que for inviável financeiramente. É um comportamento tipicamente capitalista, um consorciamento financeiro

¹⁹¹A inserção de outras técnicas, modelos e cultivos são impostos nos domínios agrícolas na forma de monoculturas, a exemplo do à produção da soja (política de preço mínimo favorável, bem como amplo crédito para investimentos nessa cultura com juros subsidiados). Tais estímulos à modernização não atingiram as pequenas propriedades e outros produtos como o feijão e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

que, partindo de todas as dimensões e escalas de poder (re)territorializa os sentidos e ações sociais em proveito dos interesses e intervenções do mercado.

Neste sentido, esses ‘subespaços’ constituintes na MRG de Faxinal entregam anualmente safras recordes de bens primários (cana, soja, milho, trigo, tomate, feijão, carne, leite, entre outros), para agregação de valor noutras cidades: Jandaia do Sul (COOPerval) na produção de álcool e açúcar com a cana; Campo Mourão (COAMO) no processamento de óleo, manteiga, farinha e outros derivados com a soja e o trigo; Mandaguari (COCARI e COLARI) na comercialização intermediária de soja e processamento de leite; Jandaia do Sul (Agrícola MK) atuando como atravessadora de grãos; Maringá (Central de Abastecimento - CEASA) intermediando a venda do tomate, entre outros municípios que embutem outras escalas de “mais valia” a produção primária da microrregião. “Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução” (OLIVEIRA, 1981, p. 24).

Percebe-se que, deixando de lado muitos produtos e produtores, a modernização agrária revela-se parcial, no entanto seu impacto é geral. Tal fato se justifica pelo estilo de incorporação à modernização implantada. A aliança entre os interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado põe em prática um processo modernizante, que escolhe as áreas onde a demanda agroindustrial das exportações e dos centros urbanos é mais forte e, portanto, as áreas mais interessantes. Ao mesmo tempo em que se modernizava, o setor agrícola consolidava sua condição de dependência, como consumidor, dos insumos industriais (FAJARDO, 2016, p. 215).

O reflexo desse modelo agrário se faz sentir em todos os setores do território, não é só o campo que padece dessa “modernização dolorosa”, pois os números também aparecem nas áreas urbanas da MRG de Faxinal, formando cidades pobres e desprovidas de infraestruturas sociais suficientes. Afinal, as rendas auferidas no rural não são investidas em negócios/aplicações imprevisíveis em ‘cidades pobres’, exceto os casos oportunamente vantajosos ao capital. Assim, o desequilíbrio socioeconômico presente no cotidiano das cidades da MRG de Faxinal (Gráfico 06) se intensificam em decorrência de grande parte das rendas tomadas nas áreas rurais serem (re)investidas em outras fronteiras de expansão agrícola ou serem direcionadas em negócios imobiliários dos centros urbanos maiores.

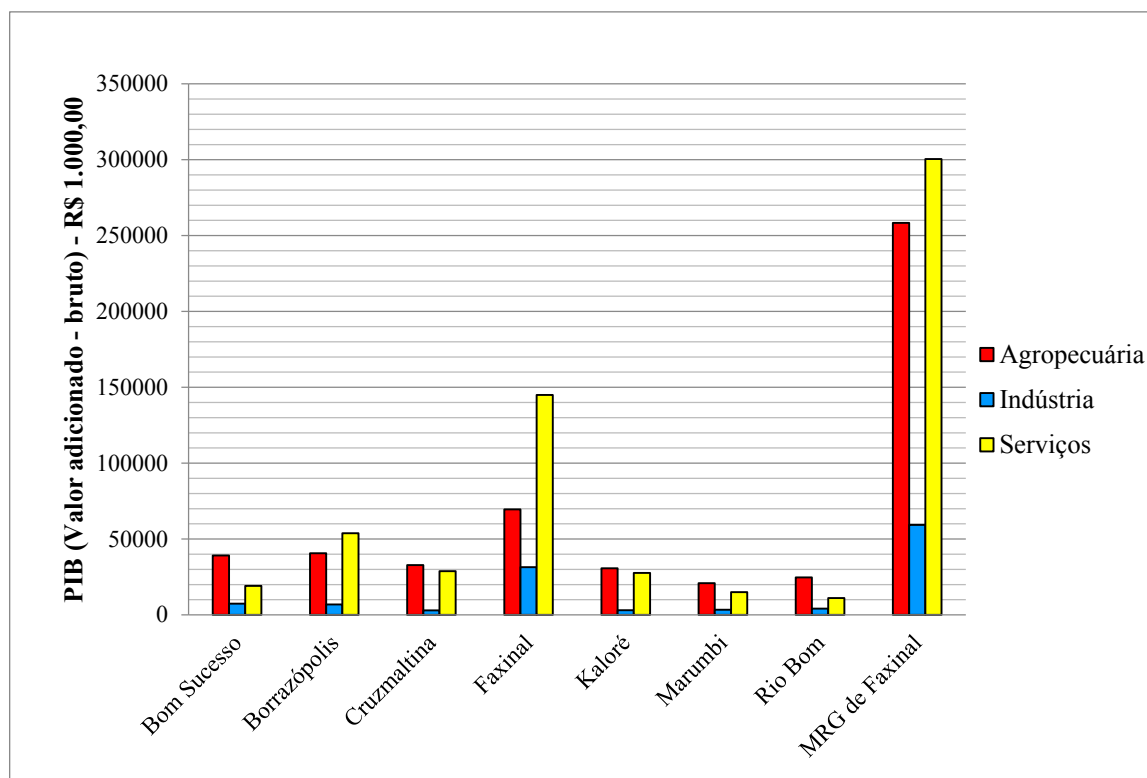


Gráfico 6: Valor bruto adicionado na Agropecuária, Indústria e Serviços na MRG de Faxinal. Fonte: IBGE (2014). Organizado pelo autor.

Desta feita, os reflexos dessa intensa territorialização do agronegócio na MRG de Faxinal, (re)organiza a estruturação do PIB (valor bruto adicionado) destes municípios com a visível representação ampliada do setor agropecuário¹⁹², uma inexpressível participação da indústria¹⁹³ e a predominância do setor de serviços¹⁹⁴, dada a grande participação do poder público. O aparente predomínio do setor de serviços supera o agropecuário na MRG de Faxinal somente pelo fato do primeiro ser colaborado com as somas adicionadas através da administração, saúde e educação pública, representando um incremento de vital importância nos municípios da microrregião (IBGE, 2014).

Excetuando-se os municípios de Marumbi e Bom Sucesso (com elevado número de trabalhadores empregados na COOPerval e no frigorífico AURORA) e Faxinal com um significativo número de empregos no comércio e em algumas indústrias (pequeno porte) localmente, os demais municípios da microrregião apresentam como maior instituição

¹⁹² Agropecuária: agricultura, silvicultura e exploração florestal; e pecuária e pesca (IBGE, 2014).

¹⁹³ Indústria: indústria extrativa; indústria de transformação; construção civil; produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (IBGE, 2014).

¹⁹⁴ Serviços: comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; serviços prestados às famílias e associativos; serviços prestados às empresas; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis e serviços domésticos (IBGE, 2014).

empregadora o poder público municipal (prefeitura). Portanto, considerando os valores totais da MRG de Faxinal, percebe-se que a agropecuária adiciona um valor (bruto) ao seu PIB bastante próximo ao montante do setor de serviços e significativamente maior que o da indústria, evidenciando o caráter eminentemente primário e dependente¹⁹⁵ da microrregião. Essa verdade contrasta com a disposição dos números do PIB estadual, haja vista, que nesta escala a agropecuária tem uma contribuição de valor adicionado em apenas 9%, comparado aos expressivos 30% da indústria paranaense e os 61% do setor de serviços (IBGE, 2015).

Os dados e análises já pontuados na observação das cidades que constituem a MRG de Faxinal evidenciam que estas são inteiramente dependentes do setor primário, dos serviços (montante e jusante) necessários na exploração do campo e dos processos decisórios tomados em centros urbanos maiores, nas sedes estruturais do agronegócio em operação na microrregião. Enfim, tendo como parâmetro os estudos de (SANTOS, 1982) estas são todas “pseudocidades” ou “cidades de subsistência”, dada a incapacidade de gerarem um crescimento autossustentado. “Enfim, são pequenas aglomerações que não possuem essa complexidade mínima advinda da divisão social do trabalho. Em suma, não há interdependência funcional entre atividades” (ENDLICH, 2011, p. 162).

Essa verdade é sentida em decorrência da presença dos grandes empreendimentos do agronegócio, decidindo verticalmente as horizontalidades do território que ganham corpo com uma externalização¹⁹⁶ estrutural sem precedentes. As pequenas cidades da MRG de Faxinal não conseguem embarcar um crescimento e uma dinâmica financeira de forma autônoma, com os recursos (materiais e imateriais) de suas localidades. Essa falta de oportunidades reflete as elevadas perdas populacionais da microrregião nos últimos anos para cidades maiores.

Assim, partindo da noção de “cidade local” de Santos (1982) fica evidente uma relação conceitual antagônica ao que o cotidiano das cidades em estudo reflete, pois estas não apresentam “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço” (SANTOS, 1982, p. 71). Continuando suas análises o

¹⁹⁵ O fato de a MRG de faxinal apresentar algumas estruturas do agronegócio com intensa tecnificação e investimentos financeiros não significa seu pleno desenvolvimento socioeconômico, pois as maiores parcelas das rendas auferidas nestas estruturas são transferidas para suas matrizes agroindustriais, as quais estão situadas em municípios significativamente distantes desta microrregião em estudo.

¹⁹⁶ “[...] a externalização de tarefas e da produção implica um aumento das relações de intercâmbio, dos objetos mesmos de trabalho, dos instrumentos e, progressivamente, o trabalho também, entra no processo de produção em qualidade de mercadorias e assim alcança simultaneamente um valor de uso e um valor de cambio (troca). Deste modo, às relações mercantis, penetram até o centro do processo produtivo e começam a mercantilizar o processo de trabalho [...]” (VAN DER PLOEG, 1992, p. 172).

autor diz que “a verdadeira cidade cria, a partir da economia local, seu crescimento econômico” (SANTOS, 2008, p. 86).

No entanto, conforme preceitua Prandi (1996), a racionalidade vigente em praticamente todos os centros urbanos contemporâneos no país tem “[...] a maioria da população que aí habita, entretanto, apenas vive, e vive mal: não há teto, emprego, nem meio de transporte para todos” (PRANDI, 1996, p. 23-25). Estes traços são verdades facilmente notadas nas áreas urbanas dos municípios da MRG de Faxinal, as quais iniciam seu processo de constituição através das grandes levas de sujeitos provenientes do populoso rural das décadas de 1970-80. Estas cidades tecem nos seus cotidianos uma vida monótona e centrada nos seus respectivos ciclos agrícolas, pois é apenas nas colheitas que um pouco de ‘migalha’ cai da mesa dos ‘coronéis’¹⁹⁷ agroindustriais locais. Muitos desses intocáveis fazendeiros pouco aparecem em suas propriedades, pois ficam atarefados em negócios por Londrina, Maringá, Curitiba e até no estado de São Paulo, onde estão afixadas suas verdadeiras residências, pois não querem se dar ao ‘desprazer’ de morar em ‘cidade pequena’.

Entretanto, existem alguns outros grandes proprietários que acabam fixando residência nestas pequenas cidades, geralmente os de extensões um pouco mais reduzidas, nem por isso deixando de ser imensas propriedades. Estes gozam de enorme prestígio local, falam com ‘pompa’ seu sobrenome em público, usando para satisfazer o ego, para levar vantagem em fatos do cotidiano como à prioridade em algum serviço no comércio local, ser atendido primeiro em um estabelecimento e até inclusive para amedrontar os ‘outros’, incluindo-se aí o próprio poder público (polícia, saúde, prefeitura e etc.), este primeiro caso, principalmente quando suas proles envolvem-se em encrencas na cidade. Os filhos vão estudar algum curso de renome principalmente em Maringá e/ou Londrina, os meninos geralmente cursam agronomia ou veterinária e as meninas bacharel em direito ou cursos na área da saúde. Depois de anos, voltam ‘Doutores’ para atuar na cidade, dando continuidade a

¹⁹⁷ Uma herança perversa da sociedade colonial-escravocrata que traz em si a mesma essência de outrora. Para Martins (1994), desde o século XIX o fortalecimento da classe burguesa teve como reflexos em outros países a democratização do uso e posse da terra, contrariando a realidade instalada no Brasil, onde foi intensificado o elo entre burgueses e o Estado em proveito da manutenção de uma série de privilégios a elite agrária. O autor pontua que foi neste sentido que o discurso da Reforma Agrária surgiu nos anos 1960, através de um engodo aos movimentos sociais do campo, adiando-a e/ou incidindo-a de forma superficial e precária. Esse modelo significou uma interessante forma de ludibriar os camponeses e ao mesmo tempo subsidiar financeira e tecnicamente os agricultores capitalistas, mantendo uma ordem social que desde o Brasil Colônia vem ditando as pautas jurídicas e políticas do meio rural. Por isso, “a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros [...]. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder [...]” (MARTINS, 1994, p. 13). “[...] agora e aqui estamos diante de um modelo antidemocrático de desenvolvimento capitalista, apoiado num pacto político, gestado durante a ditadura militar, que casou numa só figura única latifundiários e capitalistas” (MARTINS, 1994, p. 15).

‘herança ideológica’ recebida dos pais. São comuns alguns desta casta envolver-se na política e acabar aos gritos e palmas de seus redutos eleitoreiros assentarem as cadeiras do legislativo e executivo local, tendo casos absurdos de conseguirem galgar o legislativo estadual. E o cotidiano da desigualdade social segue o mesmo.

Para Barreira (1992), nesta lógica política de exclusão e exploração do trabalhador camponês a representação do latifundiário emerge com um poder “onipotente” para a realidade no campo, buscando impor um ordenamento social praticamente intransponível aos grupos de camponeses. Este cenário ocorre não somente pelo uso da força, mas também e, principalmente, pela construção ideológica prepotente anunciada através das relações de autoritarismo e renome social do coronel-proprietário. Dessa forma, “o coronel desempenha papel de principal e de único mediador entre o campesinato e o Estado, entre a ‘comunidade rural’ e o ‘mundo urbano’, assumindo toda a relação com o ‘mundo de fora’” (BARREIRA, 1992, p. 18).

É justamente nestas condições que um número significativo de camponeses expropriados se encontra nos redutos urbanos da MRG de Faxinal, sendo que devido as escassas oportunidades de trabalho nestas cidades e a inexpressiva formação escolar destes sujeitos, estes veem na ocupação sazonal (diárias) de lavra nas terras alheias uma das poucas oportunidades de subemprego. Esta realidade está colocada nos estudos de Brandão (1981).

Assim, ou porque não consegue se imaginar fora do trabalho agrícola, ou porque não consegue se ocupar como um trabalhador urbano, o lavrador migrante redefine-se profissionalmente dentro dos limites do trabalho rural e, como um assalariado, passa de empregado de um fazendeiro a diarista de vários, ocupado intensamente durante os períodos de preparo do terreno, plantio e colheita; sub-ocupado durante períodos de entressafra (BRANDÃO, 1981, p. 29).

Ao largo de todo este movimento de subalternidade está o camponês, buscando diuturnamente desvencilhar-se das trincheiras do agronegócio, são ditos de ‘segregadores e subversivos’ quando não respondem ‘amém’ a todos os mandamentos do ‘Senhor das Terras’. Assim é o fazendeiro que quer comprar a terra e o camponês recusa, é o poder público que quer fechar a escola camponesa e o camponês resiste, é a terra deixada na especulação e o camponês ocupa, enfim, são diversas estratégias camponesas de instituir-se enquanto classe social no campo. O engajamento¹⁹⁸ social deste movimento, tanto internamente

¹⁹⁸ “Trocar experiência significa autonomia dos novos movimentos populares e uma ruptura com a tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o

(reciprocidades entre os grupos familiares) quanto externamente (enfrentamento a territorialização agrário-capitalista) é que mantém acesa a esperança e manutenção de um devir justo aos territórios camponeses.

Enfim, assim como o capital-agrário é dinâmico em seus engodos no campo, o camponês também é dinâmico na resistência e na luta em seu território, um processo que se fortalece enquanto movimento em virtude de um modelo autossuficiente da vida destes trabalhadores do/no campo. Refletindo este jogo de forças e poder no rural, (FERNANDES, 2005, p. 27) destaca que “o tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento de conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária”.

4.1 A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS CAMPONESES NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL

O debate em cena envolvendo a condição camponesa é de uma tamanha complexidade que exaurir sua discussão é impossível academicamente, dada a diversidade de entrelaçamentos que se vinculam aos seus questionamentos, além das percepções distorcidas que o assunto recebe em algumas áreas do conhecimento. Determinados alinhamentos teóricos reflexionam o cotidiano camponês em analogias monetárias, aferindo ‘valor de troca’ aos elementos camponeses, descuidando-se da essência primordial destes sujeitos, a reprodução da vida, ou seja, a garantia de uma comida saudável e farta que decidido na vontade do convívio familiar, frutifica no solo ao devido tempo de seus respectivos ciclos agrícola. “Se for explicada pela lógica do capital o tempo vai ser outro: do relógio, e não mais o tempo cultural que não é controlado pelo relógio” (SILVA, 1997, p. 05).

Neste sentido, delimitar uma efetiva distinção da chamada ‘agricultura de autoconsumo’ entre as formas de uso da terra vigentes no rural brasileiro, inclusive as praticadas na microrregião em estudo, é de vital necessidade para ajudar na compreensão das origens e motivações dos conflitos agrários que sempre foram e continuam generalizadas, “[...] porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando,

neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital [...]” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

A panorâmica teórica que envolve atualmente a discussão da agricultura de autoconsumo e da agricultura de subsistência em paralelo é na realidade uma estratégia ratificada oportunamente pela lógica financeira do setor rural, que busca atribuir um contexto de (sub) existência (baixa existência) as formas camponesas de trabalho na terra, incutindo a ideia do atraso, do antigo, do fracasso entre outras adjetivações de miserabilidade a sua condição social na terra. “Nessa linha de pensamento, o camponês também seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência” (FERNANDES, 2013, p. 157).

Neste sentido, as ideologias capitalistas acerca do campesinato “se orientam pela lógica da subsistência familiar, assemelhados ao que na literatura tradicional chamam de camponeses” (GEHLEN, 1998, p. 54).

A expressão agricultura de subsistência, presente nos discursos dominantes desde o Brasil colonial, discrimina os camponeses por serem produtores de alimentos uma tarefa considerada subalterna, ainda que necessária para a reprodução social da formação social brasileira, contrapondo-os ao modo dominante de se fazer a agricultura, o qual se reproduz desde as sesmarias até a empresa capitalista contemporânea, mantendo a tendência geral de se especializar no monocultivo e na oferta de produtos para a exportação (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 31).

O enfoque em atribuir a agricultura camponesa como de ‘subsistência’ é um esforço engendrado pelo capital agrário que busca legitimar a aplicação de suas intervenções no meio rural. Esse discurso tem como intento uma estratégica ampliação da presença capitalista no campo, em que a superação da lógica camponesa é a forma mais racional para alargar a produção rural. Corroborando deste sentido, Correia (2013) infere que as comunidades rurais isoladas praticam uma agricultura de subsistência, pois na atualidade “por mais de subsistência que seja o sistema, só o seu profundo isolamento é que faz com que os seus agricultores não vendam nada das suas produções e que permaneçam na pura subsistência” (p. 06).

Contrário a ideia de um campesinato emancipado que tem perpetuado, Hespanhol (2000) integra uma leva de pensadores que entende o fim do campesinato como um processo natural diante da expansão capitalista no campo. Ele destaca que a “[...] agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar” (HESPANHOL, 2000, p. 02). Essa noção evidencia desejo de incutir

uma dimensão ao campo que seja destituído da luta, do debate e da resistência. No entanto, “em vez de desaparecer diante das conjunturas cada vez mais asfixiantes, como proclamam muitos teóricos e políticos, o campesinato se redefine como um ator contemporâneo portador de uma força que une o passado e o futuro da humanidade (PETERSEN, 2009, p. 15).

A grande questão é que o capital percebe os camponeses enquanto elementos residuais e necessários a reprodução capitalista, mas que não deixa de avançar territorialmente nos lugares camponeses, pois a partilha territorial é uma possibilidade negada pela perspectiva agrário-capitalista, cabendo aos camponeses recriar seus processos de enfrentamento social. Portanto, tratar a agricultura de autoconsumo como uma das características peculiares a classe camponesa é ao mesmo tempo reforçar os propósitos da teoria campesinista, pois nisto não está incutido apenas o suprimento de comida, pois se tem também a concreticidade e resultado de uma coletividade política, a qual tem no grupo familiar o princípio da sua unidade de referência social. “Dessa forma, estas unidades ultrapassam progressivamente as fronteiras impostas pelos diferentes impérios - mesmo quando isso é conotado como uma infração” (PLOEG, 2008, p. 179).

Entretanto, é importante frisar que não cabe somente a agricultura camponesa a busca isolada em consolidar o seu papel social nos cenários contemporâneos, compete também a própria sociedade¹⁹⁹ possibilitar essa realização, reconhecendo o direito a um regime de liberdade e autonomia do homem do campo em construir o seu próprio espaço. “Neste sentido, as perspectivas do campesinato e dos indígenas não dependem somente de suas forças políticas, mas do modelo futuro de mundo para o nosso planeta” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 57). Esta é a condição basilar tanto para “eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam de todos os lados”, como ainda para “assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo” (MARX, 2005, p. 123).

A negação da luta camponesa é também discutida em Abramovay (1998), quando discursa que a lógica camponesa é ultrapassada frente aos cenários econômicos em vigor, destacando que os costumes e vínculos sociais corporificados no seu cotidiano os tornam sociedades incompletas. Entretanto, esta colocação do ponto de vista eminentemente financeirizado pode até fazer algum sentido, mas a permanência camponesa é uma verdade que resiste mesmo diante de todas as ‘novas’ ruralidades que territorializam o campo. “Sem

¹⁹⁹ “O aumento do poder político do campesinato pelo fortalecimento de suas organizações e **maior apoio da sociedade civil** pode mudar o rumo do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, com a ampliação da participação da produção da agricultura familiar no valor bruto da produção.” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 57, grifo nosso).

dúvida, porque, para começar, os camponeses nessas circunstâncias nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo” (SHANIN, 2005, p. 08).

Esse discurso foge do viés da liberdade e soberania camponesa quando suas práticas passam a ser valoradas e mediadas similarmente às unidades de mercado, pois a agricultura de autoconsumo só pode ser esclarecida e considerada uma virtude autêntica da classe camponesa por ser pensada e forjada na contramão da lógica financeira. Dessa forma, a organização social camponesa tem no autoconsumo um suporte essencial para se colocar ora servindo aos interesses mercadológicos, ora lhes contradizendo, uma interação subordinada e de estranhamento com a sociedade capitalista.

É, portanto, essa radicalidade contida na sua ambiguidade que representa a potencialidade camponesa. Ou seja, por ter uma existência social marcada, ao mesmo tempo, pelo conservadorismo e pela radicalidade, ele cria a possibilidade, ao ser radical, de abrir brechas de enfrentamento ao capital e a seu protocolo de desumanização, transformando a ambiguidade em contradição. Expressando-se, portanto, como classe com consciência de classe (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27-28).

Os discursos de afirmação da inviabilidade camponesa estão projetados em um campo ordenado e originado em várias nuances pelo “império²⁰⁰” do capital. Este movimento está imbuído em processos de submissão e desarticulação política dos lugares camponeses. Não obstante, esse quadro surge junto aos camponeses como estímulo “também a história da luta diária desta classe para a conquista ou reconquista da terra. Uma luta que procura assegurar a apropriação da terra, seu valor de uso e a própria sobrevivência” (FIORAVANTI, 2016, p. 24). É por isso que decifrar a função e lugar dos camponeses no sistema capitalista é uma inquietação fundamental. “Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras” (OLIVEIRA, 2004. p. 35).

Nestes termos, cientes desta diferenciação no entendimento da pequena propriedade do campo brasileiro, o entendimento da essência camponesa permite desmistificar as afirmações de desaparecimento desta classe social no campo, uma verdade que se faz presente e que se organizam para além do império alimentar capitalista (PLOEG, 2008). Destarte, a

²⁰⁰ “O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc” (PLOEG, 2008, p. 21).

luta camponesa “representa uma negação *contínua, múltipla, massiva, inevitável, inatingível* e, provavelmente, *convincente* das muitas expressões do Império” (*ibidem*, p. 303, grifo do autor). Este esforço tem como estímulo o incremento dos parâmetros qualitativos da vivência camponesa, uma organização social em que “a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados” (*ibidem*, p. 23).

Considerando que a luta camponesa representa essencialmente uma busca constante por autonomia, esse comportamento acaba por instituir os processos conhecidos como “recampesinização” (*ibidem*), quer no Terceiro Mundo, quer em nações industrializadas, a qual diminui a sua dependência comercial montante-jusante na propriedade camponesa. Para Ploeg (2008), a estrutura engendrada por estes sujeitos se desenvolve com uma produção diversificada, situação em que “as famílias se envolvem em múltiplas atividades de geração de renda. O conhecimento local também é desenvolvido, resultando em novidades que estimulam tanto o rendimento como a autonomia” (p. 89).

Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. [...] [...] este processo é impulsionado por e se desenvolve como resposta ao *squeeze* da agricultura [...] As expressões da recampesinização são vistas como “traíções”, como formas de um comportamento inadequado e como bloqueios ao fluxo livre de recursos, tão necessário à expansão continuada da agricultura empresarial. [...] A recampesinização é um processo de transição que se desenvolve em vários níveis, ao longo de várias dimensões e envolvendo muitas pessoas. Como todos os processos de transição, a recampesinização vai contra os regimes e interesses técnico-institucionais existentes, assim gerando uma vasta gama de contradições [...] a recampesinização é um processo massivo e generalizado que é impulsionado e fomentado pelos interesses e perspectivas dos agricultores envolvidos. Isso faz dela uma luta social [...] (*ibidem*, p. 201).

A recampesinização surge como uma possibilidade de identificar as diferentes formas de autonomia inseridas nas realizações camponesas, uma liberdade política, cultural, técnica e econômica destes sujeitos. No interior dessa questão, o autoconsumo aparece integrado como um dos atributos da autonomia camponesa, indo muito além da garantia e acesso ao provisionamento de comida, pois sua lógica está relacionada com a soberania alimentar²⁰¹ nos territórios camponeses, ou seja, a sua reprodução social. É importante

²⁰¹ Contrapondo a discussão de segurança alimentar, este princípio coloca que a soberania de um povo perpassa também pela alimentação, uma posição consciente na luta camponesa, que tem na produção e distribuição de alimentos uma questão inegociável e independente. Nestes termos, é inaceitável o controle absoluto do acesso a

advertir que a comida participa da constituição do corpo não apenas no seu sentido material como também na dimensão cultural e simbólica.

Este raciocínio de vida está presente na propriedade BSUF-01 (Bom Sucesso – Unidade Familiar 01) que fica na comunidade rural conhecida como Quilômetro 20 do município de Bom Sucesso/PR. Com seus 74 (setenta e quatro anos) anos de idade o entrevistado (BSUF-01) relata que sempre morou naquela localidade “desde quando vi mirradinho de minas com o pai”. Com uma voz cansada e calma ele não se embaraçava quando descrevia a sua estória de vida.

Nunca morei na cidade e meus seis filhos nasceram tudo aqui no sítio. Antigamente aqui tinha muitas casas, era um lugar cheio de gente. Tudo o que cê avista aqui de arredor era café né! Tudo essas pirambeiras de pedra tinha gente mexendo com café. Quando casei com a Maria eu comprei minha primeira terrinha com arrendo de café. Esta casa que ocê vê aí é ainda a mesma de quando casei. Como se vê ela não tem nem força (energia), é fogo de querosene até hoje. Tem aquela outra casa de material que ocê vê ali, mas vamos lá só prá dormi. Aquela lá foi construída com ajuda do governo e já tem até força. Mas num conseguimos desapegá dessa casinha aqui. O meu fio, o Sidinei, ele vem todas as tardes pra cá lida com os bichus. O mininu é um lião prá trabaiá, mexe desdi madrugada lá na usina com cana e ainda vem prá cá atarde mexe com as coisas. Hoje adquirimos mais terra sabe! A roça deixamu piquena, pois não do conta de lida com tudo. Daí deixamos bastante área com gado. Mas um poko de pranta sempre tem né! Tem os outros bichos prá tratá, é galinha, tem a porcajada também. Vamos uma vez só por mês na cidade, eu mais a véia pra pegá u apusentu, e é só também! Compramos as coisas que precisa e a remediaiada dela, ela reclama muito de dor, não dá mais conta de mexe aqui igual antes. Sorte que os mininus mexe com o mais pesado do gado, pois ficamos véio. Já tentaram me levar daqui, até os parentes de Campinas! Mas eu não quero! Minha felicidade está aqui! Aqui nosso trabalho não tem começo e nem fim sabe! Eu fico o dia todo na lida e nem vejo o tempo passá, tem horas que até esqueço da comida, daí é a véia que vai até a beira do carreador me chamá pra comer! Lá do outro lado meu irmão mais novo ainda tem um pedaço de terra, mas ele mudou pro patrimônio (distrito) e está trabalhando na usina também! Agora é eu que arrendo a parte dele pra soltá minhas criação. Aqui os nossos filhos vêm sempre visitá a gente. E essa terra aqui é deles! Vai acabá tocando para o Sidinei cuidá quando eu me for. Ele tem uma muié trabaiadera també! Vai dar certo sabe! Mas vem cá! Quero lhe mostrá as criação, olha lá quis porcos bunitus e gordus. Ali cercada com bambu está a horta, pois sabe como é as galinhas né! Come tudo, por isso cerco com bambu! Ali naquele arto que cê avista era uma moita de eucalipato que plantei quando os mininus eram pequenos. Me oferecerum patru mil! Esse povo da cidade axa que somu bobo né! Depois de muito negociá foi vendido sabe por quantu? Vinte e três conto! O pessoal veio e fez tudo, corto a moita, transporte tudo. No começo ainda queriam que eu fizesse isso. Mas a dificuldade maior nossa aqui é a

condução sabe, pois eu não tenho carta e não sei dirigir. Daí quando preciso é us minibus que leva a gente pros lugar (BSUF-01, 08 fev. 2018).

A vida na propriedade (BSUF-01) é de uma calma sem igual, tudo é sempre bem asseado, desde a tulha de grãos para alimentar os animais, a grama de frente da casa e os cultivos ao redor da casa (quintal). Nesta unidade familiar em particular, a maior parte da renda camponesa se concentra atualmente na criação de gado²⁰² de corte, pois dada a oscilação demográfica (filhos casaram-se e saíram da propriedade), esta opção tem sido a que melhor se utiliza das potencialidades produtivas locais. A ampliação da extensão territorial desta propriedade camponesa é uma questão que está discutida na teoria chayanoviana, quando da reflexão acerca do equilíbrio²⁰³ entre as condições internas da unidade de produção camponesa, ou seja, o número de trabalhadores - consumidores da família. Portanto, com o aumento do número de filhos ao longo da vida do entrevistado (BSUF-01), os esforços da família se concentraram em ampliar a propriedade e com isso possibilitou o equilíbrio entre o consumo e a ocupação da família com o nascimento de novos filhos.

Quando menciona que, ao atingir o ponto de equilíbrio trabalho-consumo o camponês cessa o sobretrabalho, isso não deve ser interpretado como se fosse um sujeito acomodado e que não procura maiores rendas monetárias. Este alívio do trabalho deve ser compreendido como um “limite natural” em que se busca o equilíbrio entre o desgaste físico e as necessidades de consumo. Mas há de se observar que as necessidades de consumo oscilam de uma família para a outra, sendo reguladas por fatores biológicos (idade, número de pessoas) e sociais, fazendo com que o ponto de equilíbrio se diferencie uma da outra (FABRINI, ROSS, 2014, p. 34).

Outra peculiaridade interessante nesta propriedade é o relativo isolamento que esta família vive, pois não possuem veículo próprio e os núcleos urbanos mais próximos (Distrito de São José – Jandaia do Sul e Bom Sucesso) distanciam-se respectivamente 10 km e 20 km de trajeto. Entretanto, mesmo assim nunca pensaram em abandonar a sua terra, inclusive, foi ao longo do tempo realizando novas aquisições de terra para reproduzirem-se socialmente e com isso intensificando a sua condição camponesa. Desta feita, a prioridade neste caso se

²⁰² “Essa atividade também era viável devido ao fato de não depender de muita mão de obra ou de altos recursos econômicos para a alimentação destes animais [...]” (FABRINI; ROSS, 2014, p. 34).

²⁰³ Cada equilíbrio é uma unidade de entidades inicialmente incomensuráveis que, não obstante, precisam ser combinadas e alinhadas. Dessa forma, é necessário encontrar o melhor equilíbrio possível [...] [...] a quantidade e a qualidade de trabalho que uma determinada família camponesa (inserida em uma situação particular) consegue e está disposta a oferecer. [...] no entanto, é o próprio camponês que ajusta e reajusta os diferentes equilíbrios (PLOEG, 2016, p. 11-12).

caracteriza por uma produção camponesa com caráter de ‘reserva’²⁰⁴, uma vez que o discurso na entrevista (BSUF-01) se resume em “deixá um troquinho guardado pra casu de alguma doença agora que tamu véio e também deixá alguma coisinha pros fios quando a gente se for né!”.

A moradia que ele considera é ainda a antiga casa (Foto 10) de quando casou, mesmo sem possuir o conforto de energia elétrica, chuveiro e água dentro de casa conforme está instalado na casa nova, a família faz questão de realizar sua alimentação e outros afazeres do dia-a-dia na antiga moradia, recolhendo-se na casa nova apenas para dormir.



Foto 10: Aquecendo água para limpeza de frango em uma propriedade camponesa no Quilômetro 20 em Bom Sucesso/PR.
Fonte: Do autor (2018).

Assim, essa vivência camponesa instruída com o significativo controle do que, quando, quanto e como plantar no lote familiar, perpetua e abrange a compreensão de outras atividades e/ou necessidades que envolvem o cotidiano destes sujeitos. A garantia de comida em quantidade e qualidade ideal ao suprimento familiar traz como consequência à compreensão da estrutura camponesa como classe política distinta socialmente. Neste sentido, estes sujeitos se percebem enquanto uma estrutura complexa, a qual carece de estar

²⁰⁴ “A produção de reserva se materializa em especial na produção de animais (gado na maior parte do país e bode no Nordeste), o plantio de árvores para madeira, na compra de um pedaço a mais de terra, etc” (SILVA, 2014, p. 75).

constantemente se reinventando a fim de manter um patamar ideal de competitividade frente às manobras capitalistas no campo e com isso garantir a reprodução material camponesa.

Esta consideração evidencia o posicionamento atual exercido por estes sujeitos sociais, uma verdade bastante contrária as colocações dos mesmos como mitos da era pré-moderna ou pré-capitalista por pesquisadores contrários a teoria camponesista. Refletindo acerca da origem deste processo, Altafin (2007) afirma que:

[...] a história dos produtores de alimentos no Brasil está ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do país desde sua origem. Enquanto a grande propriedade voltada à monocultura de exportação recebia estímulos e garantias dos governantes, esse mosaico de formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno era colocado à margem das políticas públicas (ALTAFIN, 2007, p. 09).

É com este entendimento que os camponeses da MRG de Faxinal estão discutidos neste estudo, um esforço que observa nas suas realizações aparentemente superficializadas, determinadas essências que são fundantes nesta classe social. Neste contexto, como parâmetro analítico pode-se colocar a centralidade que a comida ganha nos lugares camponeses, pois no instante em que a sua produção está diretamente instituída no trabalho camponês, ela traz em si outras dimensões para além da sua carga nutricional, é um sentimento de empoderamento da existência camponesa, a qual se propaga junto aos demais contextos da unidade familiar camponesa.

No entanto, esta materialidade existencial (camponesa) nem sempre se basta em si mesma, pois a sua importância ultrapassa as formas visíveis ao trazer consigo valores que são únicos e próprios aos camponeses. Este é o caso dos costumes alimentícios destes sujeitos, uma dimensão que apresenta uma significação bastante acentuada, pois vincula e interage o núcleo familiar e a própria comunidade²⁰⁵ rural em que estão inseridos, instante em que se estabelecem os laços de solidariedade e de sociabilidade camponesa.

A comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica: a sua existência têm primeiramente, uma

²⁰⁵ A maioria dos agricultores familiares e camponeses vive hoje em aldeias chamadas de sítios ou comunidades. “Comunidade” é o termo mais utilizado. Em função de sua história, esta palavra, além da localidade e da proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamentos de recursos, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular. [...] [...] A comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais (SABOURIN, 2009, p. 48).

relação direta com a autoridade do pai, pela manutenção da família. Logo, comida é mais que comida como alimento; na verdade sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, a hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, terra é mãe que a fornece por meio do trabalho (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 39).

A agricultura de autoconsumo exige um posicionamento duplo dos seus protagonistas, ou seja, a condição de produtor e consumidor dos alimentos cultivados na unidade camponesa. A dimensão política presente neste cenário é de uma intensidade significativamente ampla, uma realização que instrui e orienta o comportamento das famílias camponesas, sendo que a partir do momento em que essas experiências são partilhadas na comunidade camponesa, esse ajuntamento de ‘jeitos’ e ‘modos’ camponeses forjam coletivamente uma visão ímpar de mundo. O aspecto que diferencia esta questão na lógica camponesa decorre da impossibilidade de “separar a prática econômica da familiar. As duas coisas estão ligadas de uma forma distinta daquela que dá, por exemplo, numa família de classe média” (MOURA, 1986, p. 25-26).

Assim, falar do autoconsumo não é necessariamente discorrer apenas da produção e do consumo alimentar, mas é também refletir os vínculos sociais que essa questão envolve regionalmente, já que a sua apreensão social se volta para os valores e significados das escalas locais, exceto se a relevância e as necessidades no/do(s) territórios forem desconsideradas. Nesse pressuposto, o sentido camponês instruído na organização familiar é o garante fundante desta lógica produtiva, pois seja como produtora ou consumidora, “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Desta feita, apesar dos desajustes teórico-conceituais que envolvem a nomeação e reconhecimento da pequena propriedade, este tipo de trabalho no campo resiste no setor rural, de forma menos ou mais integrada ao capital agrário. Os dados oficiais disponíveis no Brasil para a pequena propriedade (políticas públicas) estão referenciados com a nomenclatura de “agricultura familiar”, sendo que no último Censo Agropecuário (2006) foi apresentado pela primeira vez, informações sobre a atividade econômica realizada nos pequenos lotes familiares brasileiros, levando em consideração os que atendem, simultaneamente, aos critérios estabelecidos em legislação específica.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares.

[...] [...] constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

Sem entrar no mérito da questão conceitual que alguns autores destinam a ‘agricultura familiar’ como diferente da ‘agricultura camponesa’, os discursos aqui levantados se revestem de conduzir esta reflexão para a unidade familiar no campo, a qual não tem como propósito central o acúmulo de capital e sim a permanência da família, pois a sua lógica organizacional destoa da forma em que estão organizadas as relações trabalhistas no urbano, ou no que está aqui considerado como agronegócio. Assim, independentemente da nomenclatura que os diversos teóricos direcionam a estes sujeitos, a questão chave que os caracteriza é a sua reprodução social, visto que a produção camponesa pode até estar sujeita ao capital, mas ela não se vale dos arbítrios capitalistas de trabalho para se reproduzir. Ou seja, a sujeição dos camponeses ao capital não incide sobre o trabalho, mas sobre a produção, por isso, se entende o campesinato enquanto o lugar da terra de trabalho e não da terra de negócio.

A oportunidade de ocupar os filhos na propriedade camponesa é um orgulho transfigurado na entrevista KUF-02 (Kaloré – Unidade Familiar 02), pois através desta ampliação se possibilitou que os dois filhos do entrevistado mesmo após casados se mantivessem na propriedade. O entrevistado destaca que um dos filhos chegou a ir morar e trabalhar na cidade quando casou, mas que não se acostumou com o ritmo de trabalho e acabou voltando e ‘separando casa’ para viver junto à esposa na propriedade camponesa.

O Jhoni até tentou trabalhar lá na cidade sabe, pois a nora é de lá né! Mas não deu certo, pois o ordenado pra manter tudo lá é pouco e aqui é bem mais fácil as coisas! Óia era até um desperdício esse mininu lá pra cidade, pois aqui tem tanto serviço prá gente, inda mais agora que compramos um outro sítio ali do outro lado da estrada. O mais novo casô mais a minina lá do Borrazópolis e já ficaram aqui comigo mesmo! Desdi piqueno os dois sempre me ajudaram! Era na lida com os bois, na roça e nas empreitas das cercas! O dinheiro que compremos o outro sítio lá foi praticamente tudo com empreita de cerca, pois a povo acha que é serviço duro! Não é não moço! É jeito sabe! Eu mais esses mininos aí pegava cedo e quando era atarde tinha era sido feito um tanto bão de cerca hein! E assim adquirimos praticamente

tudo o que temos. Hoje aqui são 08 (oito) alqueires e lá na outra terra são 12 (doze) alqueires. É bem difícil a gente ir trabalhar fora da nossa terra hoje, pois as tarefas aqui são bastante hein! O boi é hoje a nossa maior ocupação! Tem as roças também prá cilagem, o milho e as outras prantas pros animais e pro nosso gasto aqui! (KUF-02, 15 fev. 2018).

O esforço do ajuntamento familiar está aqui dirigido pela busca em manterem-se camponeses, pois conforme evidenciado pelo entrevistado (KUF-02) na comunidade rural Jussara em Kaloré/PR, as diversas estratégias de atuação no campo sempre tiveram como propósito a busca por garantir condições de continuidade da família na propriedade, mesmo que a custo de um período de esforço acentuado em levantar dinheiro suficiente para a ampliação do lote familiar. Apesar de transparecer um sentido capitalista de acumulação, o ato de compra do lote é visto aqui como a possibilidade de condicionar a reprodução social de todos os integrantes da família, incluindo os novos integrantes advindo com o matrimônio dos filhos.

Portanto, a ampliação do lote aqui, apesar de ser uma transação financeira, se converte para a noção do ‘valor de uso’, pois ali se pretende uma terra de trabalho e a reprodução da vida. Esta lógica se dá pelo fato de que na classe camponesa, a singularidade da sua estrutura está voltada para a produção desvinculada da lógica de ‘valor de troca’, pois pauta-se com o sentido do ‘valor de uso’ e por isso está presente a busca em saciar as necessidades da família, ou seja, o autoconsumo. Trata-se “de um polimorfismo substantivo e estrutural. Porque o camponês, diferentemente de outras classes, tem um suporte material múltiplo, diverso e obscuro” (VERGÉS, 2011, p. 67).

O que se destaca nisto tudo é a acentuada importância social que as unidades familiares do campo representam ao país, haja vista os indicadores produtivos que retiram estes sujeitos do anonimato estatístico (produção agrícola), reflexo da elevada participação social e política que permeia este setor no campo.

No entanto, essa nova e mais complexa realidade não pode ser interpretada como um novo dualismo que situa o modo empresarial e o modo camponês em campos opostos. A agricultura familiar empresarial retém o essencial da existência camponesa, que é exatamente a centralidade do trabalho na família, a preservação do patrimônio familiar e a busca pela otimização das rendas. Nesse sentido, em vez da visão de pólos em oposição, que induz a interpretações empobrecedoras da atual realidade do mundo rural e a enfoques maniqueístas do processo histórico, a noção de recampesinização nos ajuda a compreender esse cenário a partir de perspectivas mais matizadas referenciadas ao grau de campesinidade da agricultura familiar (PETERSEN, 2009, p. 07).

Assim, conforme pressupõe Wanderley (1999), o sentido compartilhado pela agricultura familiar, mesmo integrado e inserido aos mercados “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (*ibidem*, p. 52). Enfim, as transformações vividas pelo agricultor familiar²⁰⁶ contemporâneo preservam as estratégias camponesas como forma de adaptar às novas exigências da sociedade.

Isto tudo é na verdade parte da noção de “recampesinização” proposta em Ploeg (2008), quer dizer, uma forma de resistência da família no campo estruturada nas “lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”. A resistência camponesa com seu modo de vida é a esperança mais concreta de que o mundo ainda pode ser prospectado de maneira democraticamente acessível aos habitantes do campo e da cidade, tendo inclusive espaço e condições para a permanência da grande propriedade monocultora. O que se defende aqui não é o fim da agricultura capitalista de escala, mais a possibilidade dos homens e mulheres do campo também partilhar de uma vida digna e realizada com o próprio olhar de mundo.

A atual legislação da agricultura familiar no país “estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, considerando-os neste formato o trabalhador rural que pratica:

[...] atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

Conforme estipulado na legislação, percebe-se que o entendimento da agricultura familiar se caracteriza por uma apresentação bastante compactada, ou seja, acaba direcionando um tratamento homogêneo para situações significativamente heterogêneas nas unidades produtivas familiares. Isto decorre pelo fato de cada núcleo familiar estampar um

²⁰⁶ É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (WANDERLEY, 2014, p.31).

jeito só seu de gestar o trabalho na terra. Em relação a esta questão Ploeg (2008) discute que “a resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente* (p. 289, grifo do autor). No entanto, apesar de estar longe de atender integralmente as necessidades camponesas, esta política não deixa de ser uma ferramenta que possibilita dar visibilidade a realidade social dos agricultores familiares camponeses.

Neste sentido, é notável a necessidade em continuar a busca por novos instrumentos e adaptações legislativas, visto que a atual legislação da agricultura familiar ainda é incompleta para atender efetivamente as necessidades camponesas. Isto se deve a existência de diversos entraves burocráticos para o acesso e utilização aos subsídios creditícios disponibilizados por esta política, principalmente quando se trata de agricultores menos capitalizados. “É justamente essa linha difusa que chama a atenção o fato de que, apesar de pequenos, o acesso a financiamento possibilitado por políticas públicas alcança apenas aqueles que estão dentro de normas preconizadas pela lei” (EMBRAPA, 2014). Assim, o fortalecimento das transações econômicas dos agricultores familiares e conseqüentemente os seus investimentos são prejudicados, diminuindo a geração de renda e a inclusão socioeconômica destes sujeitos sociais.

Outra dificuldade que envolve a problemática do acesso ao crédito agrícola pelos agricultores familiares é a estruturação desta questão organizar-se em mercados imperfeitos, resultando na exclusão bancária da maior parcela dos camponeses. Os principais propulsores desta incerteza decorrem pelos seguintes indicadores: assimetria da informação entre os pequenos agricultores, operações em pequena escala, inexistência de colateral, cultivos sazonais, intensa flutuação da renda, mercados flutuantes e a carência de comunicação com os outros mercados, entre outros aspectos (FPB, 2011). Portanto, “[...] fica mais ou menos claro que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 31).

Considerando essa dificuldade no acesso creditício para a produção camponesa, a agricultura de autoconsumo surge como estratégia de superação a essa problemática, a qual além de cumprir o papel de suprir as necessidades alimentares da família, também intensifica os indicadores de autonomia camponesa através da comercialização de excedentes e que se dá quase sempre com um baixo valor adicionado para atravessadores e consumidores locais. Participa deste cenário também a relativa especialização produtiva dos camponeses, os quais

através da integração aos mercados produzem determinado tipo de cultivo com uma comercialização perene e garantida.

Ao estudar a questão do PRONAF na MRG de Faxinal Tsukamoto e Oliveira (2015) destacam que a estruturação nos moldes políticos da agricultura familiar está bastante institucionalizados nestes domínios, com destaque para os cultivos em estufas de hortaliças, granjas de animais, produção leiteira entre outras atividades integradas ao mercado.

Em relação à representatividade econômica o setor agropecuário superou o industrial passando de 26,3% para 32,7% no período de 1999 a 2004, as lavouras temporárias predominam na utilização de terras ocupando 71,05% dos estabelecimentos da microrregião, outra atividade que se sobressai é a pecuária basicamente de corte, que está em 25% dos estabelecimentos. Faxinal apresenta a olericultura em estufas desde 2000, com tomate, pepino e pimentão; o município contava em 2011 com 800 estufas (22x100m²), isso demonstra a posse de tecnologia agrícola (estufas, irrigação por gotejamento e agroquímicos) refletindo na elevação do custo da produção. (TSUKAMOTO; OLIVEIRA, 2015, p. 172)

A presença de estufas para a produção de tomates (principalmente) e outros produtos agrícolas (hortaliças) na MRG de Faxinal apresenta um quantitativo mais acentuado nos municípios de Faxinal e Cruzmaltina. Conforme informações repassadas pela EMATER (2018), o município de Faxinal possui na atualidade aproximadamente 800 estufas, Cruzmaltina cerca de 180 estufas e Borrazópolis com uma produção um pouco menor, cerca de 70 estufas, sendo estes os municípios com maior produção destes cultivos nesta microrregião. Vale destacar que a maior parcela destas formas de uso da terra é trabalhada pela agricultura familiar, mesmo que na condição de meeiro ou ainda em propriedades próprias.

O tipo de construção usados nestas estufas, segundo a EMATER (2017), é predominantemente as estufas do modelo Londrina, um padrão que apresenta suas dimensões em 22m² x 102m² m para cada estufa instalada, seguindo as medidas padronizadas dos rolos de lona que já vêm prontas de fábrica. O processo de instalação de uma estufa completa fica em torno de R\$ 20.000,00, sendo que depois de construída, o ciclo completa do cultivo de tomate apresenta um valor aproximado de R\$ 8.000,00 de custo, sendo que o ciclo produtivo completo possui cerca de cinco meses. Existem também as estufas do modelo Bandeirante que utilizam as mesmas dimensões de lona, o que a diferencia é que ela possui uma estrutura mais alta, o que apesar de encarecer a estrutura (valor aproximado de R\$ 35.000,00), aumenta a produtividade por permitir uma maior ventilação no cultivo.

A produção de cada estufa resulta entre 750/800 caixas de tomate, pesando em torno de 22 quilos cada caixa. Em relação à média de rendimento angariado por cada família, a média oscila em acordo com o preço de mercado atingido pelo produto, sendo que em épocas de baixa no preço o serviço na estufa rende mensalmente valores próximos a R\$ 1.000,00 e em períodos de melhora no valor da produção, pode chegar até R\$ 3.000,00 por mês para o grupo familiar, isto em cada estufa do modelo Londrina (EMATER, 2017). Esse comportamento é característico no campesinato, pois apesar de estar inserida em determinadas práticas capitalistas, a terra é vista como um lugar de trabalho, possibilitando a reprodução social da agricultura do tipo familiar.

Esses valores significam aproximadamente entre 25% e 30% da produção, nos casos em que a propriedade da terra não é do trabalhador rural. Outra questão que dificulta o rendimento dessas famílias é a presença de atravessadores²⁰⁷ na compra de sua produção, pois independentemente do preço vigente no mercado, o montante apropriado por esses agentes é de R\$ 10,00 por caixa de tomate, o que acaba por inviabilizar o trabalho em condições de baixa mais acentuada do produto, no qual o atravessador pode abocanhar praticamente metade do valor da caixa de tomate (EMATER, 2017). Esta disseminação produtiva “em pequenas unidades cria a necessidade de muitos intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 31).

O plantio do tomate em estufas se dá com a implementação de técnicas que amplia e incrementa a qualidade e a produtividade dos cultivos. As estufas são indicadas para a região sul do país pelo fato de proteger o tomate do granizo e das oscilações climáticas no período mais frio do ano, além de abrigar a fruta da chuva, vento, diminuir o uso de agrotóxico, acrescer a produtividade e a velocidade de crescimento das plantas, reduz a incidência de pragas, pulverizações, controle biológico, dentre outras possibilidades que permitem um melhor controle por parte do agricultor familiar (EMATER, 2017).

As atividades realizadas por estes trabalhadores (Foto 11) constituem um monitoramento constante em relação ao desenvolvimento das plantas nas estufas, onde em

²⁰⁷ [...] o processo de produção de relações não-capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas, etc. Mas o processo não se restringe aí, o Estado se incumbe de mediar esse processo e acelerá-lo. Agindo, pois, através do crédito bancário (oficial), cria os liames da dependência do produtor (do pequeno, principalmente), mantendo-o permanentemente endividado (OLIVEIRA, 1981, p. 09).

decorrência da necessidade de conseguir um retorno financeiro satisfatório a partir do trabalho nas estufas, as famílias destinam uma dedicação e esforço significativo nesta realização. Além do cultivo do tomate, destacam-se também outra produção como: granjas de frango, sericultura, horticultura em geral, gado leiteiro, doces caseiros, fumicultura, fruticultura e demais produtos para o atendimento em escala de inclusão em mercados consumidores mais amplos.



Foto 11: Residência de Família da Agricultura Familiar junto às estufas de tomate (Faxinal/PR).
Fonte: Do Autor (2017).

Segundo os dados levantados na EMATER (2017), em relação à organização das famílias produtoras de tomate na MRG de Faxinal, ainda inexistente uma iniciativa regional para concentrar seus fluxos produtivos e eliminar o atravessador (este pode não ser apenas uma pessoa física, pode ser também um supermercado, um entregador no Ceasa, etc.), sendo que estruturas neste sentido ocorrem apenas com produtores maiores, os quais conseguem vantajosas condições financeiras para o escoamento de sua produção. Estes produtores mais capitalizados possuem frotas organizadas de caminhões com baú refrigerado, os quais colhem sua produção ainda um pouco verde e entregam-na em Estados do Centro-Oeste e Norte do país a preços ainda mais vantajosos.

Portanto, uma das grandes dificuldades dos camponeses da MRG de Faxinal tem sido a abertura de mercados paralelos aos já instaurados, visto que esse caminho é ocupado por terceiros que abocanham a maior²⁰⁸ parcela do trabalho concentrado na produção. O resultado desta organização é a atuação de atravessadores que limita a renda camponesa, uma realização

²⁰⁸ O próprio Estado sabe que esse setor chega a ficar com cerca de 70% dos preços pagos pelo consumidor nos gêneros de primeira necessidade e sabe porque tem estudos a esse respeito. A questão é mais uma vez política, o bolo da riqueza nacional é repartido entre os integrantes do bloco no poder. É o preço que a sociedade como um todo paga e que os produtores vêem fluir de suas aos. É óbvio que esse setor não está só na comercialização, ele é parte do conjunto dos processos econômicos a que os lavradores estão submetidos (OLIVEIRA, 1981, p. 24-25).

que é tão mais vantajosa ao intermediário quanto mais perto do consumidor ele esteja. O inverso também é verdadeiro, quanto mais distante do consumidor o produto posicione, menos rentável é para quem o possuir, sendo que este momento mais afastado se dá na propriedade camponesa. Por isso, a produção no lote familiar é tão pouco valorizada, pois até chegar ao consumidor final é comum a presença de uma cadeia de elementos que extrai a parte mais significativa do trabalho camponês. Neste sentido, Wanderley (2009) coloca que “[...] a organização do trabalho familiar depende, cada vez mais, dos mecanismos estruturais do mercado.” (p. 123).

Outra particularidade nos cultivos tomateiros é em relação aos subsídios creditícios, visto que as instituições de créditos agrícolas não disponibilizam seguros para as estufas ou os cultivos, independente dela ter sido financiada ou não, uma peculiaridade que acaba por dificultar a manutenção camponesa em períodos que o preço do tomate não esteja viável economicamente (EMATER, 2017). Esta é uma das questões que mais preocupam os produtores de tomate na MRG de Faxinal, pois inexistem uma segurança sólida de que ao final da colheita os esforços empreendidos pelo grupo familiar terão sido compensatórios.

Esta falta de respaldo político-institucional no preço agrícola do tomate, juntamente com a burocracia de acesso ao PRONAF aparecem como elementos que dificultam a reprodução social destes agricultores familiares da MRG de Faxinal.

[...] podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p. 25).

Assim, o complemento da renda tem colaboração com os dias de trabalhos em estufas maiores ou outras ocupações laborais no meio rural, existindo até caso de algum integrante da família trabalhar em serviços diversos em cidades como Faxinal e Borrazópolis. Diante dessa realidade, se “cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração” (KAUTSKY, 1980, p. 34). Estas estratégias de complemento da renda camponesa elaborada pela unidade familiar²⁰⁹ são vistas

²⁰⁹ Essa atitude cria um fio de conexões permanente entre duas ou mais partes da família, espalhadas pela formação social. As cartas remetidas, as visitas periódicas para as festas natalinas ou de padroeiros ou até mesmo para pagar a conta da venda obedecem a essa lógica [...] [...] Ao menos no que toca ao camponês brasileiro, não é possível confundir distância com rompimento. A separação física da família não corresponde a separação social: quem é parente, ativa, à distância, essa condição (MOURA, 1986, p. 28).

enquanto garantia de reprodução, consumo e rendimento, amenizando as necessidades advindas em épocas de oscilação negativa no preço da sua produção. A ocupação é acessória pelo fato de ser um trabalho que ajuda a manter o camponês na terra, sem, contudo, tornar-se o trabalho principal, portanto, “acessório”.

Em visita na comunidade rural Uruzinho (Kaloré/PR) o entrevistado KUF-01 (Kaloré – Unidade Familiar 01) representa essa estratégia de reprodução camponesa, pois vivendo em uma propriedade de 4,5 hectares (Foto 12) juntamente com sua mãe (viúva), a esposa e dois filhos adolescentes, ele destaca que só consegue manter a sua família na terra pelo fato de trabalhar sazonalmente no corte de cana na usina COOPERVAL.

A terra aqui era do pai, mas ‘Deus’ (tira o chapéu da cabeça em veneração) levou ele há sete anos e nós continuemos aqui. Meus dois irmãos foram embora prá Apucarana e estão lá. Ele num vortam aqui prá cá naum, só vem a passei memu! Eles quiriam si desfazê da terra, quiriam que a genti fossi imhora prá lá também, tinham arrumado até ocupação prá gente, mas eu fiquei aqui com a mãe. Nasci aqui e sempri morei aqui [...] num mi dô cum cidade grande não hein! A muié e o meu minino mais véio trabaíam na confequição do Washington lá na cidade (Kaloré). A mãe pego a pensão do pai e agora tamu mexendo us documentus prá ela aposentá. I eu trabalho nu corte di cana lá na usina e aqui também. A terra é pequena mas tem muito serviço aqui sabe! É criação prá tratá, é leite prá tirá, é pranta pra coiê, é muita servicera. Quandu num consigu dá conta das coisas aqui, eu pagu diária pru seu Arceu, ele sempre acode a gente na lida aqui. Também já dei bastante ajuda lá prá ele. Resto poca gente aqui na comunidade, mas samu bem unidos, sempre um dá uma mão pru otro aqui. Não posso reclamá dos meus fios também, os dois são muito trabaíadô sabe! U mais véio num gosta muito da roça não! Mas ajuda quando num ta lá no serviço dele, mas eu tenho dó sabe, pois ele mais a muié trabaíam a semana toda lá na custura e é um serviço cansativo lá! O meu sarva é o mais novo, apesar di piqueno ele é um curisco pra mexe aqui [...] deve tê puxadu a mim [risos] pois veju qui u ‘danado’ leva jeitu sabe! Eu não quero sair daqui sabe? Tamu nessa peleja porque queremos adquiri a nossa própria terrinha né! Aqui num é só meu, tem us irmão fora também, por issu tamus nessi isforço lascado prá podê adquiri um lugar só da gente. A mãe fica brava, mas eu sei que ela intendi u nossu intentu. Já compramu a parte do meu irmão mais velho e logo cunsiguiremus comprar a última parti. Já falei! Depois disso num vo ficá mi matandu di trabaíá naum. Quero ampliá aquela represá lá mais prá baixo e tê um lugar prá genti ir distrái a menti um pocu. É qui já to perto dus cinquenta e já num sô mais tão novu assim né seu moço! (KUF-01, 15 fev. 2018).

Neste caso aqui o trabalho fora da propriedade além de representar a aquisição de bens e produtos complementares a sua reprodução social (Produção Camponesa de Manutenção), a renda nesta realidade serve como reserva (Produção Camponesa de Reserva) para a aquisição definitiva da terra, bem como ampliar a sua extensão territorial (SILVA, 2014). Ou seja, uma estratégia que busca perpetuar e intensificar o caráter campesino da

família. Portanto, ao atuar concomitantemente na forma camponesa e assalariada²¹⁰, os camponeses que fazem uso desta estratégia para recriar sua condição vivenciam um tipo específico de socialização, pois se inserem em estruturas sociais imediatas contraditórias entre si.



Foto 12: Propriedade camponesa (comunidade rural Uruzinho em Kaloré/PR).
Fonte: Do autor (2018).

Assim, “no lugar de origem, suas relações estão baseadas na produção direta dos meios de vida; no lugar de destino, suas relações são mediatizadas pelo dinheiro e é por meio dele que elas adquirem um caráter social” (MARTINS, 1988, p. 59). É por isso que a condição camponesa não é entendida como um instante único e isolado. Ao invés disso, é “um fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo. Assim, a condição camponesa é caracterizada por uma série de graus. [...] [...] Em síntese: uma vez que os camponeses se constituem como tais, uma recampesinização ainda maior pode ocorrer” (PLOEG, 2006, p. 43). Uma estratégia fundamental da resistência camponesa nesta realidade acontece por intermédio das famílias ‘pluriativas²¹¹’, pois “[...] ao menos um dos membros ativos da família extensa declarou haver

²¹⁰ “[...] os momentos em que as atividades não agrícolas apresentam possibilidade de ganho superior à agrícola, a mão de obra familiar migra nessa direção, simplesmente por ela representar a possibilidade de alcance do equilíbrio interno de forma mais rápida” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 34-35).

²¹¹ “Essa plasticidade é decorrente da característica da atividade agropecuária, onde o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outras funções além da agrícola *stricto sensu*” (PERONDI, 2004, p. 08).

exercido atividades não-agrícolas, seja enquanto atividade principal, seja enquanto atividade secundária” (ANJOS, 2003, p. 32).

Discutindo essa questão, Ploeg (2008) destaca que as organizações camponesas estão frequentemente engajadas na pluriatividade, sendo que:

Na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. Através da pluriatividade, a dependência de circuitos bancários e de prestamistas pode ser evitada. Numa análise superficial, pode parecer que a pluriatividade apenas substitui um padrão de dependência por outro. Contudo, existe uma diferença estratégica. Quando as sementes, fertilizantes, etc, foram pagos com dinheiro ganho em outro lugar, eles foram de fato “pagos”. Esses insumos são comprados como mercadorias, mas entram no processo de produção da unidade agrícola como valores de uso. Eles não devem ser mais valorizados em termos de valor de troca. A história social particular destes recursos confere ao camponês a liberdade para fazer com eles o que melhor entender (ele pode emprestá-los a um vizinho ou vendê-los de novo para pagar a conta do hospital da mulher). Contudo, se esses insumos forem comprados a crédito, eles terão de ser pagos com juros e com os produtos que serão gerados no próximo ciclo de produção, o que muitas vezes implica uma reestruturação do processo de produção (por exemplo, para evitar riscos). E se o mau tempo provocar a perda da colheita, o camponês provavelmente perderá sua terra (PLOEG, 2008, p. 49-50).

Deste modo, em análises superficiais e aceleradas, pode haver até posicionamentos que indique o “trabalho acessório” como um empenho do camponês em contrair dinheiro, como acontece convencionalmente no meio capitalista. No entanto, o trabalho acessório (que inclui trabalho agrícola e não agrícola) possui como intento central a busca de rendas para melhorar a vida na propriedade e manter o controle da terra. Por isso, o camponês é provisoriamente e eventualmente proletarizado, submissão essa que tem na ajuda e manutenção da família na terra a verdadeira motivação e com isso permanecer-se camponês. Portanto, [...] o trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros [...] significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório (SANTOS, 1978, p. 39). Por nem sempre representar exatamente uma obrigatoriedade, esta estratégia surge como uma possibilidade e alternativa aos camponeses.

De acordo com Kautsky (1980), o operário assalariado do meio urbano que tem a sua sobrevivência limitada ao resultado da venda da força do seu trabalho (assalariamento²¹²) diferenciava-se socialmente dos camponeses, pelo fato destes últimos serem proletarizados em apenas alguns períodos isolados. A mudança da condição social dos camponeses deveu-se pelo fato de “quanto mais à produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores” (KAUTSKY, 1980, p. 32). Logo, a forma de ocupação da unidade familiar se dá “como elaboração de uma estratégia que, jogando com a mão-de-obra disponível entre atividade remunerada e trabalho doméstico, procura assegurar um determinado nível e modo de consumo” (DURHAM, 1983, p. 208).

Neste processo, é comum também a existência das “migrações temporárias” (SILVA, 2001), pois desde sempre os camponeses sabem que em algum momento de suas vidas, poderão ser levados a sair provisoriamente de sua terra para vender a sua força de trabalho fora. Entretanto, a sua terra sempre continuará sendo “vista como uma espécie de espaço protetor, de reenraizamento, de porto seguro, de paraíso perdido” (SILVA, 2001, p. 103). A migração temporária enquanto estratégia camponesa de permanência na terra aparece como uma solução material carregada com duplo sentido, pois de um lado é possibilitado através do assalariamento o suprimento alimentar da unidade familiar e ainda, “a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre estas realidades, que apesar de opostas, servem-se mutuamente (SILVA, 2001, p. 107).

Em relação aos agricultores familiares da MRG de Faxinal, estes resistem e permanecem em seus processos de luta e resistência no campo. Tomando como base os dados do último censo agropecuário, o Gráfico 07 apresenta alguns dados acerca da atuação destes trabalhadores na microrregião, apesar da diferença numérica entre as áreas trabalhadas pela agricultura familiar e a agricultura não familiar. Utilizando-se dos números disponibilizados pelo próprio governo (IBGE, 2006), nota-se que a pequena propriedade de agricultura familiar sobrevive com apenas 20,6% de área, enquanto a agricultura não familiar²¹³ (agronegócio) institui seus modelos desenvolvimentistas com 79,4% da área agrícola da MRG de Faxinal.

²¹² “No mundo do operário, o trabalho se toma separado do produto do trabalho. É como se ele tivesse uma existência própria, como se ele fosse a própria coisa, não sendo, ao mesmo tempo, coisa própria de quem a tem” (MARTINS, 2002, p.68, grifo do autor).

²¹³ São “Não familiares” os estabelecimentos que não se enquadram na Lei 11.326, que define a agricultura familiar. Entre esses estabelecimentos estão também os pequenos e médios, que pelo limite de área ou limite de renda não se enquadram na lei, e as terras públicas (IBGE, 2010).

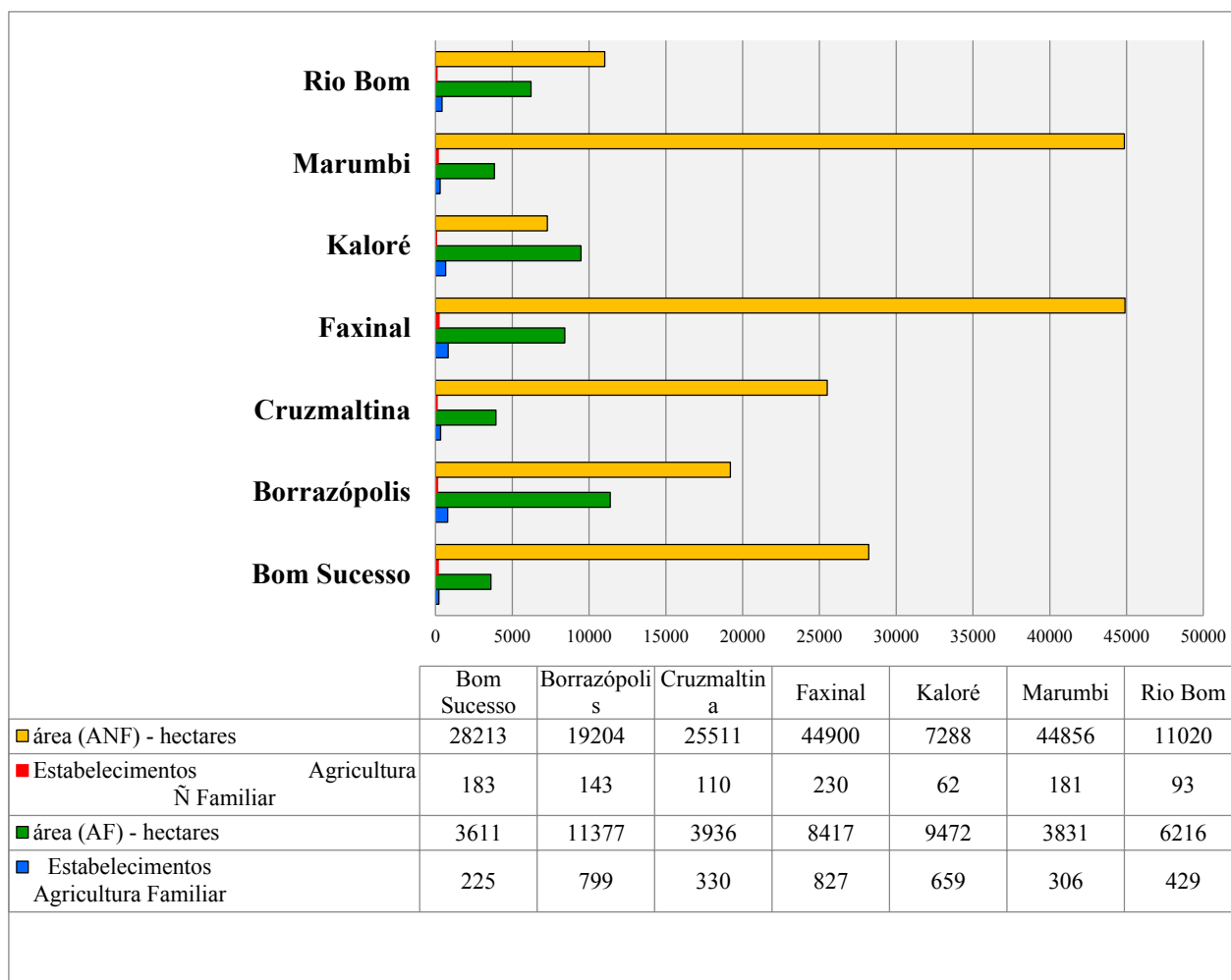


Gráfico 7: Estabelecimento e área da agricultura familiar e não familiar na MRG de Faxinal.
Fonte: (IBGE, 2006). Organizado pelo Autor.

É uma realidade que possibilita ao agronegócio territorializar uma significativa parcela das relações socioeconômicas do setor rural da microrregião. Esta questão deve-se ao fato da lógica do monopólio agrário-capitalista ser uma busca definida como prioritária nas pautas políticas, restando à agricultura camponesa um interesse governamental pouco significativo, sendo que as poucas políticas conquistadas destes últimos são resultantes de um amplo processo de luta e resistência das mobilizações sociais do campo.

Os dados apresentados no gráfico desmentem o argumento de uma agricultura familiar viabilizada socioeconomicamente pelas políticas públicas, dada às poucas áreas destinadas a sua reprodução social. Outra dificuldade visível do setor são as diferenças astronômicas no acesso aos créditos agrícola²¹⁴, pois cerca de 80% destes valores são

²¹⁴Usando como parâmetro o crédito agrícola destinado ao Plano Safra 2018/2019, foi disponibilizado R\$194,37 bilhões em recursos ao Agronegócio e R\$ 31 bilhões a Agricultura Familiar (MAPA, 2019).

destinados todas as safras para a agricultura patronal. Embora alguns programas²¹⁵ peculiares das políticas públicas de agricultura familiar viabilizem uma dinâmica mais efetiva destes sujeitos, o setor ainda carece de olhares mais alinhado com suas realidades.

Vale destacar ainda que a agricultora familiar, mesmo com as adversidades que lhe são colocadas, responde por cerca de 70% dos alimentos²¹⁶ consumidos no país. “Essa pequena exploração familiar é que garante a ‘maior’ parte do abastecimento alimentar das populações urbanas” (GORENDER, 1994, p. 41). Isto tudo num cenário extremamente avesso a sua reprodução social com destaque para a escala reduzida de seus cultivos, a oneroso preço dos insumos agrícolas e os atravessadores que infestam seus lugares nas épocas da colheita. Por outro lado, a agricultura patronal regozija com as sucessivas safras recordes, isentas de impostos (Lei Kandir) e exportadas em condições vantajosas no mercado externo.

Para Amin; Vergopoulos (1977), esta organização social da produção “só se apresenta como tal porque pressupõe, embora dissimuladamente, toda uma série de atividades extra-econômicas (ideologia, Estado, tribunais, exército, polícia, instituições, sindicatos etc.) (p. 46). Entretanto, apesar das dificuldades encontradas pela família camponesa, é justamente este processo de integração ao mercado que lhes garante uma perenidade para escoar sua produção agrícola, sendo que independentemente do preço adquirido pelos produtos, estes valores lhes são repassados logo após o ciclo produtivo. “Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra” (MARTINS, 1982, p. 51).

Dessa maneira, as atividades alvo da integração, em essência incompatíveis com os métodos e indesejáveis aos propósitos da indústria, até mesmo pelo custo em adequar as demandas da produção às normas que regem o trabalho assalariado, são perfeitamente compatíveis com a organicidade camponesa. Isto porque a segunda está alicerçada em uma estrutura produtiva múltipla, encerrada num ciclo em que as ações se combinam ao ritmo de um tempo que não é o da reprodução do capital, mas o tempo da reprodução social (PAULINO, 2012, p. 133).

É verdade sim que a subalternização camponesa aos ordenamentos agrário-capitalistas determina as infraestruturas empregadas, os tipos de insumos usados no campo, as quantias e períodos a serem cumpridos pelo grupo doméstico na entrega da produção, enfim,

²¹⁵ Entre as políticas públicas para a agricultura familiar, as que mais permitem o crescimento socioeconômico do trabalhador rural e de seus lugares é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

²¹⁶ Em 2006, conforme o Censo Agropecuário, a “cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (14%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira” (CENSO, 2006).

uma série de compromissos no trato e manejo dos cultivos. No entanto, a sua integração ao sistema capitalista não influencia necessariamente na sua condição camponesa, pois eles podem perfeitamente relacionar-se com algumas lógicas do capital agrário e concomitantemente, adotarem estratégias e mecanismo de autossuficiência em quadros adversos socioeconomicamente. Portanto, em alguns casos a dependência externa é deixada de lado pelos camponeses, uma vez que isto pode acabar significando:

[...] o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesa que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa [...] Lembremos que, além desses, muitos outros almejam a integração, não o fazendo em virtude da necessidade de investimentos, em geral incompatíveis com os recursos disponíveis. É evidente que neste movimento há também os que já foram integrados e rechaçam a experiência, da mesma forma como há muitos que nem sequer cogitam tal possibilidade (PAULINO, 2003, p. 119)

Contudo, adverte-se que esta interferência não elimina destes trabalhadores a autonomia sobre o seu tempo, a sua atividade laboral e ainda referente aos afazeres a serem desempenhados na propriedade. Por isso, o controle do território permanece com o camponês, apesar de o capital exercer uma territorialidade que oscila sua intensidade em algumas partes deste, subordinando o resultado do trabalho camponês proporcionalmente a intensidade de incorporação capitalista nestas propriedades. Assim, em vez de vender a força de trabalho, o que é vendido é na realidade “aquilo que excede suas próprias necessidades de consumo” (MARTINS, 2002, p. 66), sendo previamente considerado o suprimento das necessidades básicas de sua família.

Discutir este processo de integração camponesa no empresariado rural com um entendimento unilateral, voltando à reflexão para as benesses angariadas pelo capital, é com certeza ratificar o fracasso aos integrados. No entanto esta noção é um equívoco, visto que as análises conjunturais desta questão apontam que os agricultores familiares camponeses usufruem de uma série de benefícios, as quais outros setores da economia não conseguem adquirir quando deste vínculo direto no mercado. Esta peculiaridade deve-se pelo fato do próprio sistema capitalista utilizar-se da integração como uma estratégia da reprodução camponesa (PAULINO, 2003).

Desta feita, mesmo o empresariado rural estando hegemônico no campo brasileiro, a organização territorial deste setor não é um monopólio²¹⁷ do capital-agrário, ou seja, os

²¹⁷ “Outra construção ideológica do agronegócio é o esforço de convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Em geral, a grande mídia, ao informar os resultados das safras, credita

camponeses continuam perpetuando sua reprodução não-capitalista, a qual se dá contrária e complementar internamente ao agronegócio, mesmo que muitas vezes esta aconteça em relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2008).

Esclareça-se que essa oposição entre agricultura camponesa e agricultura capitalista não deve ser assimilada ao novo maniqueísmo, onde tudo é reduzido a uma lógica binária em que de um lado está, sempre, o mercado. Agricultura camponesa não é o oposto da agricultura de mercado. Os camponeses sempre mantiveram relação com o mercado desde tempos imemoriais. A agricultura capitalista é uma forma de agricultura de mercado e não a agricultura de mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver. O que o mercado não pode, e nem pretende, é criar uma sociedade, até porque uma sociedade não se resume a dimensão econômica (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 224).

Nesta inclusão, quase sempre em relações subordinadas de mercado a qual estão colocados os camponeses, surgem diversos desafios para garantir a perpetuação da unidade familiar, no entanto, “[...] esse caminhar constante que está no ideário camponês de buscar o novo, descreve sempre a superação do presente como missão” (CASTRO, 2001, p. 261). Os inúmeros desafios sobrepujados pelos camponeses no seu cotidiano, comprova o elevado nível de resiliência que os caracteriza, sendo que esta realização lhes confere e consolida um movimento classicista singular no meio social. “É nesse contexto de dramáticas tensões que o camponês vive no meio rural contemporâneo” (MOURA, 1986, p. 19).

A superação das dificuldades impostas pelo capital-agrário é uma verdade que faz parte do entrevistado BUF-01 (Borrazópolis – Unidade Familiar – 01), o qual trabalha em conjunto com a família (mulher e dois filhos) na propriedade (Foto 13) de aproximadamente 11 (onze) hectares.

Nós mexíamos muito com outros cultivos antes, principalmente com café sabe! Mas foi ficando inviável a produção, era muita geada e no final só restava trabalho e conta pra gente. Já mexi com tomate também, mas não aconselho não, pois esse negócio de vender pro CEASA o retorno é muito pouco sabe! De uns anos pra cá diversificamos a produção, hoje o nosso carro chefe é a uva e a banana. O retorno é bem mais garantido e no ano todo temos um trocado na mão. Da nossa produção vendemos apenas uns 10% só lá na cidade e o restante é entrega garantida. Entregamos em três mercados, é a Rede Suprema, a Rede Oeste e a Rede Super Pão, eles ficam com toda a nossa produção. Eles gostam, pois sabem que é de qualidade. Aqui hoje são 4.800 pés de uva que dá uma produção entre 12 a 14 mil quilos. A banana tem aqui hoje uns 13 mil covos e ela dá cerca de 1.500 caixas por mês. Isso

toda a produção na conta do agronegócio. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país disputando a maior quantidade de recursos públicos para a agricultura” (ARROYO, 2004, p. 42).

no ano todo! Aqui na propriedade é uma serviçaiada danada sabe! Não é igual à soja que ocê só planta e espera colher. Aqui é puxado todo dia, é três a quatro pessoas mexendo, tem vez que até pagamos diária pros vizinhos ajuda na lida aqui! Eu falo pra você [...] o serviço é puxado, mas é compensador hein, pois vemos resultado do nosso esforço. Adquirimos as coisas aí ó! É caminhão, é carro, é bomba d água, é uma porção de coisas que antes não dava. Melhoramos a nossa moradia também, pois não pensamos em sair daqui. A antiga casa hoje é a nossa tulha (BUF-01, 22 fev. 2018).

Esta realidade é uma verdade entre os agricultores familiares da MRG de Faxinal que se revestem de estratégias diversas visando garantir a manutenção do núcleo familiar e a sustentação do território. Uma significativa parcela destes agricultores se caracteriza pela produção de cultivos em ciclo curto, resultando em um giro financeiro igualmente reduzido, compreendendo um intervalo médio de até 02 meses.



Foto 13: Cultivo de uva e banana em uma propriedade camponesa (comunidade rural Placa São Vicente em Borrazópolis/PR).

Fonte: (Do autor, 2018).

O enfoque que o entrevistado (BUF-01) direciona para a sua ‘moradia’ ficou bastante explícita na entrevista, mostrando com orgulho a casa bem instalada e ainda os diversos confortos para o asseio familiar. Discorreu ainda dos projetos em construir um barracão maior para guardar os veículos e ferramentas de trabalho e ainda a troca do atual veículo por um melhor futuramente. Acerca da importância que a moradia representa aos camponeses, Martins (2003) pontua que:

Esse “morar” é muito singular, é mais do que habitar. Diz respeito a um modo de viver, a convivência com o espaço, com a natureza. Esse modo de viver também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade do dinheiro, a junção de moradia e trabalho, enraizamento: são todos valores camponeses e da sociedade tradicional. Nessas verbalizações, é importante a lateralidade do mercado e não a sua centralidade. Mas isso não quer dizer que nas relações econômicas seja de fato assim. Antes parece indicar uma consciência camponesa dos destroçamentos sociais e morais que o dinheiro e a mercadoria podem promover na vida das pessoas cujo modo de viver e cujo modo de pensar estão permanentemente em tensão com a ameaçadora coisificação da pessoa e seus meios (MARTINS, 2003, p. 23).

O fator fundante desta questão não se explica nas relações aparentes que estão visíveis na propriedade, o seu entendimento está contido na unidade familiar (casa-trabalho-família), que apresenta o suporte da organização do trabalho e da produção, ou seja, são questões elementares que destoa estes lugares das intencionalidades das ‘terras de negócio’, pois ali impera uma ‘terra de morada’. Este comportamento não representa que a propriedade camponesa, enquanto unidade de produção/consumo esteja ausente das relações comerciais, pois estes esforços ocorrem conforme as necessidades e perspectivas da família camponesa.

Assim, a posse/propriedade da terra oportuniza a unidade familiar camponesa uma produção de excedente (mercadoria) e ainda produz para o autoconsumo. Esta realização social calcada na produção mercantil e para o autoconsumo reflete a autogestão das tarefas realizadas na propriedade familiar, visto que estes sujeitos respondem pela própria produção dos meios de vida. Por isso, é que existe um elevado contingente de camponeses despossuídos da terra que ambicionam e buscam alcançá-la, pois percebem neste cenário uma possibilidade de conduzir suas vidas de forma independente e autônoma (FABRINI, 2006). A busca social camponesa se resume na diversidade e independência cultural, pautando-se no fortalecimento das aptidões inventivas locais, ou seja, um desenvolvimento que não se dê apenas com os tributos externalizados, mas que também ocorre de forma endógena. Portanto, “não existe matemática simples na agricultura camponesa. Esse é um dos motivos do surgimento da diversidade” (PLOEG, 2016, p. 13).

Esta variedade de formas de ocupar a terra pelos camponeses é bastante visível na MRG de Faxinal, sendo que os cultivos que mais se repetem nestas propriedades são destacados pela avicultura, horticultura (feirantes e entrega em mercados), a sericultura, fruticultura, pequenas parcelas com cultivo de arroz e feijão, criação de animais em geral (porcos, galinha e gado, produção de derivados alimentícios (doces, salgados, pães), entre outros. Estas peculiaridades explicam em parte a complexidade que envolve o cotidiano

destes trabalhadores no meio rural, uma vez que no campo existem “relações de trabalho bastante diversificadas de uma área para outra, de uma região ou sub-região para outra [...]” (ANDRADE, 1986, p. 05).

Esta agricultura de autoconsumo é na verdade a busca em consolidar um lugar de trabalho, de moradia, de cidadania, de vida, ou seja, a realização social de uma espacialidade efetivamente vivida, sentida e constituída no interior das próprias comunidades rurais. Destarte, “a terra não significa somente a sustentabilidade física da vida humana, portanto, não tem apenas um significado real de cunho político, econômico e social, mas tem também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social” (SAUER, 2003, p. 22). Esta realização favorece o fluxo de elementos socioeconômicos nos lugares camponeses, um aporte substancial ao fortalecimento da democracia e a socialização equitativa da renda na escala local.

Assim, o comportamento de (re)criação presente nos camponeses lhes possibilita perpetuar sua vivência nos ‘novos’ arranjos territoriais engendrados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, uma lógica produtiva que tem na autonomia camponesa o seu principal elemento de *continuum* da reprodução social, a qual está percebida no controle do próprio tempo e espaço. É no ajustamento destes trabalhadores perante as adversidades que lhes são advindas que se assenta o seu sentido, visto que em conformidade ao período, o lugar, as mobilizações heterogêneas levantadas, entre outras singularidades, aflora a capacidade da sobrevivência e autonomia camponesa, além do seu caráter classicista.

O reconhecimento do seu papel e importância no meio social por parte dos camponeses é aclarado com a entrevistada MUF-02 (Marumbi – Unidade Familiar – 02), a qual trabalha a propriedade de 12 hectares junto ao esposo e um filho menor. MUF-02 relata que sempre viveu da agricultura e que a atualidade tem sido a melhor parte da sua vida, pois sua família conseguiu adquirir o próprio pedaço de terra.

Tem a terrinha da mãe lá, mas sabe como é né! Não é da gente! Já sofremos bastante, não digo de necessidade, falo de que nós sempre buscamos tê o cantinho da gente, nossa terrinha, nossas coisas né! O meu esposo ficou 04 (quatro) anos no Japão depois que casamos! É que ele é descendente né! Eu e o filho ficamos na antiga casinha lá no sítio da mãe. Faz 05 (cinco) anos que ele voltou, foi a época que adquirimos o sítio aqui! Hoje é bem mais fácil né! É lógico que serviço não falta, mas estamos feliz! Têm as hortas, as represas de tilápia. As represas hoje é a nossa maior parte da renda! Voltar pro Japão? Deus me livre! Aquilo não é vida de gente não, meu marido se queixa até hoje da serviçaiada que é lá! Dinheiro dá muito lá, mas nem tudo é dinheiro nessa vida né! (MUF-02, 18 jan. 2018).

Esse relato confirma o sentido camponês de luta e resistência por permanecer na terra, pois conforme colado na entrevista (MUF-02) na comunidade rural Canutã em Marumbi, mesmo com a experiência fora do lote familiar e a possibilidade de investir o montante arrecado em algum outro empreendimento, optou-se pelo retorno e fixação na terra. É por isso que a lógica camponesa se difere do sentido capitalista. Assim, o campesinato entendido como classe social (para si) posiciona os seus sujeitos em estado de contestação, um acontecimento que tem sua materialidade nas ideias e práticas da ‘lida’ camponesa. Para Castro (2001), esse movimento constitui uma interpretação diferente da ordem estabelecida ou do “novo”, que subjuga as relações existentes. Assim, a luta e resistência camponesa é um movimento plural que tem no exercício da identidade cotidiana destes sujeitos a maior comprovação da perpetuação de suas territorialidades em paralelo com a lógica capitalista.

Corroborando desta questão, Bombardi (2005) pontua que essa resistência é uma resistência de classe de renúncia a “descampenização”, um empenho que:

[...] não se restringem às lutas pela propriedade fundiária e pela manutenção dos valores tradicionais dos camponeses. Transcendem à luta pelo acesso aos meios de produção e se transformam em um processo de construção de sujeitos políticos, recriando relações sociais e transformando o espaço rural na constituição de uma nova ruralidade (SAUER 2010, p. 35).

A condição e posicionamento diferencial destes sujeitos sociais acabam por permitir que eles coexistam dialeticamente ao lado das relações capitalistas de produção, uma realidade que diverge da clássica dicotomia em vigor no modo capitalista urbano (burgueses X operários), isto se deve pelo fato de na ‘condição camponesa’ não haver a dissociação completa entre os meios de produção, com destaque para a terra, e o trabalhador. “Os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas” (FABRINI, 2006, p. 65).

Esta intrigante relação dos camponeses diante do capitalismo no campo é refletida em Amin; Vergopoulos (1977):

Enfim, a agricultura camponesa está longe de encontrar-se em vias de desaparecimento. O capital e o Estado zelam, ao contrário, pela sua consolidação; se durante os últimos anos houve um êxodo rural importante, isto se explica unicamente pelo aumento da demanda de mão-de-obra industrial e, sobretudo, como reação dos camponeses ao regime de sobre-exploração, que são obrigados a suportar (AMIN, VERGOPOULOS, 1977, p. 47).

Apesar de ser resultante do próprio capitalismo o campesinato imprime um significativo grau de autonomia, mesmo que não seja completa diante dos mercados e às instituições, nem ao menos alude à anulação dos vínculos de exploração em que estes trabalhadores estão inseridos. Neste cenário, o camponês vende o fruto do seu trabalho e não o trabalho em si. “Esse caráter contraditório de ser proprietário e trabalhador ao mesmo tempo, também confere conteúdo classista ao campesinato” (FABRINI; ROSS, 2014, p. 40).

Portanto, a importância embutida na realização da autonomia camponesa é suficiente para materializar as diversas conquistas sociais e os caracteres típicos destes sujeitos, dentre as quais se destacam: uma representatividade própria e que logicamente confirma sua maturidade política e classista; a compreensão dos fatores externalizados ao cotidiano do modo de vida camponês, onde as verdadeiras adversidades concentram-se nos fatores socioeconômicos e não nos climáticos e/ou de ordem natural; o entendimento da diversidade camponesa, um respeito-mútuo que se dá internamente aos seus lugares; a mobilização social desde a escala local até a global²¹⁸ acerca da importância e sustentabilidade ampliada que este movimento representa mundialmente. Ou seja, um compromisso que envolve desde o esforço isolado do camponês até a conjuntura ampliada desta questão alinhada aos encaminhamentos conduzidos pela Via Campesina.

A reflexão desde movimento campesinista colocado nos debates da Via Campesina e evidencia em nível mundial a permanência destes trabalhadores, um esforço que desconstrói o mito da inferioridade e da submissão tão arraigada nos discursos ideológicos do meio popular.

Nós, que somos camponeses e camponesas, e sociedades agrícolas de pequeno porte, não estamos vencidos. Somos fortes e temos determinação, e somos a maioria no mundo. Estamos orgulhosos/as de nosso trabalho, que é o de produzir alimentos seguros para nossas famílias e para a humanidade. Apreciamos nossa diversidade, tanto biológica quanto cultural. O futuro nos pertence (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Para Ploeg (2009), a leitura dos sentidos compartilhados no mundo camponês deixa evidente a realização das práticas sustentáveis que essa questão vincula na relação sociedade-natureza, a qual atrela seus princípios nos seguintes vetores: manutenção da autonomia relativa das lógicas de socioprodução; centralidade na socioprodução, enfoque na comida; garantia das necessidades individuais e coletivas, além da diversificação e integração de

²¹⁸ “A globalização do capital que impõe os mesmos métodos de exploração em todos os países, obriga os movimentos camponeses a também terem estratégias de articulação internacional, rompendo assim seus métodos corporativos e localizados” (STÉDILE, 2003, p. 17).

processos produtivos. Estas atividades de produção camponesa voltam-se para o atendimento dos mercados, mas sobretudo, a consolidação e fortalecimento da agricultura de autoconsumo das famílias produtoras, que longe do reducionismo conceitual do consumo, está refletido na auto-exposição e socialização de vetores políticos, econômicos e ambientais nas/das próprias comunidades camponesas.

No instante em que a autonomia se ausenta integralmente da vivência camponesa é inviável falar de uma agricultura de autoconsumo, pois, contrariando o viés lucrativo da propriedade capitalista, a propriedade camponesa se reveste da reprodução social da família estruturada em um modo de vida próprio. Por isso, nos lugares camponeses “a terra carrega sempre outras conotações – de *status*, segurança, direitos – mais profundas do que o simples valor da colheita” (THOMPSON, 1987, p. 64). A validade desta perspectiva reside na “resistência social do campesinato que nos sugere que há na unidade de produção camponesa elementos importantes que garantem a reprodução social da família mesmo em contextos que lhe são adversos e sob a tendência dominante de eliminá-los, de fazê-los desaparecer como camponeses” (CARVALHO, 2005, p. 37).

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente [...] [...] Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras (PLOEG, 2009, p.19).

Assim, a evidência em diversificar a composição da renda das famílias surge como mecanismo de superar as intempéries naturais e/ou mercadológicas e intensificar a produtividade do lote, um comportamento que é enfrentado com a policultura (cultivos variados quanto à espécie e ao tempo da colheita) e a pluriatividade em “[...] que os componentes de unidade familiar executem diversas atividades no interior ou fora da sua exploração agrária, com a finalidade de obter um ingresso econômico correspondente [...]” (ANJOS, 2003, p. 246) e também a prática de atividades não-agrícolas²¹⁹ nesta realidade.

²¹⁹ “[...] sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos” (SHANIN, 2008, p. 29).

É aqui que está o sustentáculo da resistência camponesa, pois é através de uma condição subalternizada e de expropriação/exploração é que se fortalece a sua estabilização como classe política e consciente do seu papel na sociedade. “Acomodante a princípio, essa resistência vai se transformando pouco a pouco em resistência propulsora de um movimento de rebeldia contra a própria condição. E a resignação acomodada torna-se força de luta para a transformação (BORGES, 1997, p. 147). É importante frisar que a luta camponesa²²⁰ não está restrita aos movimentos sociais²²¹, pois esta questão é muito mais ampla, haja vista que o ‘movimento camponês’ insere os que já estão na terra, os que estão procurando ou em processo de ocupação da terra e ainda os expropriados da terra (que não se enquadram em nenhuma dessas condições), mas que sonham um dia a ela retornarem.

Enfim, independentemente do nível de campesinidade destes sujeitos, o autocontrole da sua reprodução social identifica-os no mundo contemporâneo, pois discutir o campesinato não está necessariamente, atrelado aos parâmetros quantitativos da sua produção e/ou sua integração tecnológica (apesar de importante). O que condiciona a lógica camponesa é a interação da unidade familiar (não apenas reunida materialmente) com a busca pela permanência na terra e/ou retorno a ela, elementos estes que forjarão especificidades plurais nos/dos lugares camponeses.

4.2 O QUE PRODUZ A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE FAXINAL? AGRICULTURA CAMPONESA

A produção camponesa instruída no interior de uma racionalidade substantiva coloca esta questão em direcionamentos para além da relação de meios e fins que preconiza a lógica instrumental/utilitarista do mercado, considerando que outros subsídios partilham das peculiaridades campesinas. As unidades familiares do campo, além da relação com o mercado, se norteiam também em valores, práticas, costumes, símbolos e virtudes próprias, caracterizando uma racionalidade que está voltada nas realizações emancipatórias e de autogestão da propriedade familiar. “Estas ações, sustentadas numa base territorial

²²⁰ “[...] uma força local sustentada no território camponês como o acampamento de sem-terra, assentamento, comunidades, bairros e mesmo propriedades/lotês de pequenos agricultores. Por isso, os movimentos sociais camponeses também defendem uma ação local [...]” (FABRINI, 2012, p. 23).

²²¹ Entende-se a caracterização do movimento social “[...] pela reação as formas autoritárias e de repressão política, avançando propostas de democracia direta e de base ou representativa, pelo questionamento da distribuição do poder, pela reação à centralização do poder, avançando idéias de autonomias locais e de autogestão, pela oposição ao modelo econômico e pelo encaminhamento de novas formas de vida comunitária” (VIGEVANI, 1989, p. 96).

camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança” (FABRINI, 2012, p. 24). Assim, para o entendimento desta questão:

[...] é importante não apenas para identificar as razões de sua capacidade de resistência, que está fundamentalmente centrada na economia familiar, mas sobretudo, para entender que os elementos dessa economia doméstica, como ensina Chayanov, não são explicáveis por meio das categorias da economia capitalista ou da economia estatal (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 19)

A utilização das ferramentas econômicas como um ‘meio’ (e não o fim) de fortalecer a resistência camponesa, aparece como um diferencial significativo destes sujeitos em relação às demais classe sociais. Tratando desta realidade, Polanyi (2000) destaca o grau de importância que possui a regulação social sobre os fatores mercadológicos, um entendimento, que apesar de negado pela ótica capitalista, percebe o abastecimento regular e equitativo das necessidades humanas como uma atribuição a ser mediada pela teoria econômica e não arbitrada aos desígnios da “falácia economicista”, haja vista, que esta última converte a compreensão da noção de economia para a concepção de mercado²²² (POLANYI, 2000).

O capital pode até orientar (parcialmente) a produção camponesa, mas não definir e/ou impedir a organização política nestes domínios, visto que uma convergência de inúmeros esforços intangíveis (trabalho invisível) realizados pela unidade familiar aparece como a garantia de perpetuação destes sujeitos no campo. A renda camponesa neste caso é resultante do esforço familiar, uma questão que supera a percepção da renda individualizada (proletariada), pois na busca em garantir o autoconsumo familiar, entram em ação esforços remuneratórios dimensionáveis (materializado no cultivo principal do lote familiar e ainda os trabalhos fora da propriedade) e os não-calculáveis, que se dão em produções/cultivos paralelos e também nas relações de comradio imanente as comunidades camponesas.

²²² O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm de ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem de ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não pode ser produzida pelo homem. Finalmente, dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (POLANYI, 2000, p. 78, grifo do autor).

A propriedade CUF-01 (Cruzmalina – Unidade Familiar 01) de 10,8 hectares é uma evidência onde a renda camponesa é oriunda da diversificação dos esforços do grupo familiar (casal e um filho). O entrevistado CUF-01 destaca a sua gratidão por ter permanecido na “roça” [...]:

As coisas na cidade tão feia hein, não tem emprego pro povo! Moro aqui com a véia desde quando casamos, nós breganhô aquela outra parte de lá com um tio e ficamos com esta faixa da herança. Meus dois filhos nasceram aqui, a menina mais véia casô e agora mora em Maringá! O filho ta aqui comigo me ajudando na lida. Aqui temos as criação e a alfafa! O resto que cuidamos é mais mesmo pro nosso gasto. Olha! Aqui eu nem sei tudo o que plantamus! Mas anota aí...é alho, arroz, feijão, amendoim, verduras, banana, batata-doce, uma purção di frutas, tem a galinhada, as angola, vou aumenta o chiquero, tem o jaracatiá e a cana pro doce, num vô alembrá di tudo não! Tem um alqueire lá na entrada que vamos arrenda pra soja sabe! É que ta meio sujo de pedra e o homi lá disse que limpa tudo! Daí vamos deixá um tempo com ele e depois pegamos pra cuidá dinovo. A renda nossa vem do meu aposentu e em dezembro a véia já fecha o tempo dela! Ela e o filho fazem muito doce aqui, doce de pedaço sabe! Vendemos lá na feira as sextas-feiras! Vendemos manta também, o filho busca no Paraguai e ajuda a completa nossa rendinha né! A terra aqui já ta tudo passado nos nomes dos fios né! Esses dois arqueire e meio aqui ta no nome da minina e os outro dois do lado de lá já passei no nome do filho! A terra melhor ta com ele né, pois é ele que vai continuá por aqui quando partirmos né! A minina tem aula lá em Maringá, o marido dela é puliça lá e não voltam pra cá não! (CUF-01, 21 jul. 2018).

Portanto, o autocontrole de suas vidas, do seu tempo, do seu esforço, do seu descanso, do seu consumo (autoconsumo) são alguns dos indicativos que esboçam o caráter classicista²²³ destes atores sociais, visto serem eles mesmos os condutores da própria história. Na entrevista CUF-01 (Foto 14), a diversificação produtiva está organizada fundamentalmente para o abastecimento da própria família, sendo que as aquisições complementares que a unidade precisa é adquirida com a comercialização dos doces, as mantas, o gado e o roçado.

²²³ [...] o conceito histórico de classe ou classes implica a noção de relação com outra classe ou classes; o que se evidencia não são apenas os interesses comuns no interior de uma classe, mas interesses comuns contra outra classe. E esse processo de definição não é apenas uma série de explosões espontâneas em um ponto da produção (considerando que isso é uma parte importante); trata-se de um processo complexo, contraditório, sempre mutável e nunca estático em nossa vida política e cultural, no qual a agência humana está implicada em cada nível (THOMPSON, 1960, p. 24).



Foto 14: Produção de doce em propriedade camponesa na comunidade rural Palmeirinha em Cruzmaltina/PR.

Fonte: Do Autor (2018).

As trocas comerciais realizadas pelos camponeses foram definidas em Marx (1988) como uma “produção mercantil simples²²⁴”, aonde nessa circulação mercantil instruída pelos camponeses, inexistente uma diminuição ou aumento da riqueza, pois estes movimentos apresentam um caráter político e têm as suas órbitas pautadas na satisfação e no consumo. Neste processo produção/circulação da produção camponesa, a transformação dos produtos advindos do trabalho camponês em dinheiro, se dá como a intenção de se adquirir outras mercadorias necessárias ao atendimento de suas necessidades. “É assim, que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos [...]” (OLIVEIRA, 1981, p. 11).

O mosaico integrado por diversos ‘modos’ camponeses que ocorre em todo o mundo revela a pluralidade de realidades historicamente construídas por estes sujeitos, uma estrutura social que traz consigo múltiplos jeitos de apropriação e manejos dos lotes familiares. “Desnecessário dizer que os camponeses não são todos “iguais” [...] [...] a desigualdade (e a

²²⁴ A transição do sistema de produção mercantil simples para o capitalista não teria sido possível sem uma acumulação preliminar às custas da produção camponesa. Tal transição teria ocorrido num ritmo lento, se a acumulação adicional às custas da pequena produção não houvesse sido mantida, ao mesmo tempo que se dava a acumulação capitalista graças à força de trabalho do proletariado. Resumindo, a ampliação do capitalismo enquanto sistema de produção pressupõe não só a extração do sobretrabalho do operário, mas a captação do sobretrabalho camponês, processo que sempre se baseia na violência política e militar (MOURA, 1986, p. 63).

exploração) intercamponesa é secundária diante da extracamponesa, tanto em termos da quota extraída quanto da maneira como agem sobre eles a dinâmica estrutural e a estrutura de classes.” (SHANIN, 2005, p. 11). Assim, é possível discorrer de um modo de produção camponês que coexistindo no mercado assume tanto as feições economicistas como as vinculadas com a dimensão comunitária. Esta realização pode ser colocada como um dos vários elementos que convergem dos lugares camponeses, permitindo tratar tais grupos como sociedades camponesas, uma construção social que não se resume na intervenção impostas pela sociedade envolvente (CÂNDIDO, 2001).

Discutindo especificamente desta temática no caso brasileiro, que apesar de negada por uma leva de teóricos, o campesinato sempre esteve presente enquanto classe social atuante no país, apesar de que apenas no século XX a consciência deste modelo exerceu um papel com uma carga política mais bem elaborada no meio social. Entretanto, menos ou mais organizada ele se faz presente na sociedade, pois “uma classe é aquela que se define como tal por sua agência histórica” (THOMPSON, 1960, p. 24). Para Queiroz (1976), a denominação da classe camponesa no país é uma realidade antiga.

No Brasil, durante muito tempo se negou a existência de uma camada camponesa; supunham os autores que, abolida a escravatura, durante a qual os escravos haviam desempenhado todos os trabalhos agrícolas, o trabalho assalariado ou então uma servidão disfarçada viera substituí-la nas empresas rurais do tipo capitalista. Na verdade, houve em todos os tempos um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de criação de gado e tendo a seu cargo a produção de abastecimento para estas empresas e para os povoados. Sua coexistência com as monoculturas da exportação e com as fazendas de criar assumiu formas variadas (QUEIROZ, 1976, p. 26).

Mas afinal, o que é? e quem é este sujeito camponês? Quem pode melhor responder este questionamento é o próprio camponês, o qual traz esta explicação quando da busca pela reprodução social da sua unidade familiar. São infinitas as suas facetas sociais, indo desde os camponeses vietnamitas que venceram a maior potência armamentista do mundo no século passado, passando pelos camponeses que ocupam latifúndios por todo o Brasil, chegando aos grupos familiares que resistem aos avanços das territorialidades capitalistas no campo, entre outras múltiplas formas de consciência política²²⁵ que eles possuem como classe *sui generis* na sociedade. Portanto, um dado recorte isolado do campesinato é insuficiente para explicar

²²⁵ “Nada mais nada menos do que sete importantes revoluções do século XX tiveram intensa participação camponesa: a Revolução Mexicana de 1910, as revoluções russas de 1905 e 1917, a Revolução Chinesa de 1949, as lutas anticoloniais vietnamita e argelina e a Revolução Cubana de 1958” (MOURA, 1986, p. 46).

completamente as hesitações que envolvem a elucidação destes atores sociais, pois “o conceito de camponês é, sem dúvida, insuficiente em si mesmo [...]” (SHANIN, 2005, p. 18).

O ser camponês, o fazer-se camponês foi se constituindo ao longo de milênios, num saber pedagógico. Não é um saber codificado, mecânico, mágico, espontâneo. Não se faz curso para ser camponês com um professor nem com o pai, a mãe, os avós, os padrinhos. Como também não se torna camponês apenas rompendo as cercas do latifúndio. [...] Não se faz camponês, não se torna camponês de um dia para o outro. Simplesmente se vai sendo camponês, ao longo da vida, em contato direto com a família, com a terra e com a natureza. Isso supõe a convivência de toda uma vida. A sala de aula é o roçado, o campo, a floresta, o rio, o deserto, a família, o clã. Trata-se de um saber não pode ser ensinado fora da prática. A pedagogia camponesa é, essencialmente, a pedagogia da prática. Não tem lição escrita em capítulos separados. Não é só saber técnico de produção. É saber social de relação, que se dá no compadrio, no roçado, nas farinhadas, nos mutirões, nas feiras, nas caçadas, nas pescarias, nas festas, no silêncio, na espera. O filho indo junto com o pai, vendo o pai negociar com o vizinho, negociar com o patrão, com o compadre. Aprende-se ao longo da vida (PEREIRA, 2008, p. 50).

O campo por si é abundante, um processo social que impossibilita a sua compreensão através de um só ângulo analítico. Foi através da verificação destas tradições camponesas que o presente estudo possibilitou expor o refinado trato que estes trabalhadores envolvem com seus lugares, uma polidez cultural que foi perversamente distorcida pela civilização ‘moderna’. Essas características são ditas em Cândido (2001) de “cultura rústica”, sendo que este entendimento foi apropriado socialmente e desvirtuado para o sentido de algo grosseiro e relativo ao meio rural, rude e tosco em seus costumes.

Estas considerações são colocadas inclusive nos significados dos dicionários. Entretanto, segundo Cândido (2001), a cultura rústica²²⁶ está atrelada aos gestos tradicionais do homem do campo. “Na realidade, a vida no campo contém uma série de normas, cortesias e etiquetas que, uma vez infringidas, dão muitos desagradados: não aceitar o café oferecido na casa de quem se está visitando pode ser interpretado pelos donos da casa como uma desfeita [...]” (LINHARES, 2005, p. 11). A aparente ‘rusticidade’ da vivência camponesa é destacada pelo fato destes sujeitos buscarem elaborar as suas realizações sociais ao ‘tempo certo’ (tempo lento), em oposição aos regramentos que marcam a sociedade consumista. Esta peculiaridade

²²⁶ “O termo rústico é empregado não como equivalente de rural, ou de rude, tosco, embora os englobe. Rural exprime um tipo social e cultural, indicando o que é no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígene” (CÂNDIDO, 2001, p. 26).

é visível quando da opção pelas policulturas, uma organização produtiva que contradiz a simetria do tempo e movimento vigente no monocultivo capitalista.

Tratando do processo de aculturação alemã no Brasil, Willems (1980) também discute o sentido cultural desta questão ao refletir o entendimento da palavra ‘caboclo’, uma análise de debate que assim como os imigrantes, foi sendo assimilado e assimilando-se à sociedade brasileira. Deste processo de interação é que foi construído um arcabouço cultural próprio destes sujeitos – “teuto-brasileiro” –, ou seja, o convívio dos imigrantes alemães e os povos locais (caboclos e caiçaras), sendo que estes últimos desconheciam uma cultura dita brasileira, já que possuíam seus modos de vidas próprios enraizados nos distintos lugares no interior do Brasil. Assim, houve um processo em que os imigrantes acaboclam-se, apesar do intenso preconceito com o qual os caboclos eram (e ainda são) expostos e referenciados:

Nele, os imigrantes desprezavam a "indolência", a "falta de previsão", o "atraso mental", a "superstição", enfim todos aqueles elementos que surgiram em função do ajustamento a um meio que dificilmente permitiria formas culturais mais desenvolvidas. Nessas condições não admira que a palavra "caboclo" se tenha tornado símbolo verbal de "inferioridade cultural" chegando mesmo a ser insulto na boca do teuto-brasileiro. "Caboclo" é o homem que não trabalha, que é analfabeto e cachaceiro, sífilítico e opilado, que não educa seus filhos e não pensa no dia de amanhã. Em algumas regiões o caboclo é chamado *schlammburger*, quer dizer, alguém que habita um "castelo de lama". O "castelo de lama" talvez seja a casinha de pau a pique com paredes de barro. À tendência do imigrante germânico para classificar o caboclo como representante de uma cultura inferior, correspondia o reconhecimento espontâneo, pelo caboclo, da "superioridade" cultural do adventício. Dessa maneira foi-se estabelecendo, tacitamente, uma estratificação étnica na população rural que não sofreu modificações essenciais até os dias atuais. No Brasil como alhures, em condições similares, estas diferenças de nível cultural e social retardaram, consideravelmente, o processo aculturativo (WILLEMS, 1980, p. 143).

É um ultraje social desconsiderar os saberes camponeses, pois estes sujeitos conversam entre si e com o meio no quais estão inseridos. Nesta comunhão vivencial, a natureza é interpretada com o propósito de ser feito o melhor uso possível de suas potencialidades, uma realização que se dá na leitura dos seus sinais, ritmos, tons, formatos e códigos naturais. Para Moura (1986), esse processo apresenta um ordenamento próprio em cada realidade camponesa, pois a construção social deste movimento mostra que “o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal” (p. 18-19).

Assim, os camponeses vão se utilizando de uma variedade de atributos que ele foi ‘juntando, juntado, partilhado’ para superar os desafios e intempéries posicionados pelo meio

social/natural, dando origem e sentido à “terra de trabalho²²⁷”. A tonalidade e intensidade da terra, da água, do clima, das plantas, dos animais e das próprias pessoas, são indicadores interpretativos que os camponeses conseguem extrair para dirimir as decisões no seu dia-a-dia, uma sociabilidade vivencial que não tem fim, pois se dá como uma realização contínua que lhe acompanha por toda a vida.

A interação dos camponeses com a terra representa um intercâmbio social singular, o que resulta na cultura própria destes lugares. Estes sujeitos não se limitam a colheita de alimentos, confecção de artesanatos, produção de matérias-primas para a indústria e/ou qualquer outro enfoque de especialização produtiva. Existe também uma vida espiritual. Da interação com a terra, “a noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, a mentira camponesa, o humorismo camponês, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam” (CARVALHO, 2005, p. 115).

Tudo neste lugar é pedagógico, uma interação que perpassa entre os agrupamentos familiares e perpetua nas gerações subsequentes, pois a vida é nos lugares camponeses uma espécie de lição principal que acompanha os demais aprendizados sociais. Essa é uma condição camponesa, pois a realização do trabalho é de fato um acontecimento que ganha sentido e materialidade social, uma vez que, mesmo integrado aos mercados, as benfeitorias elaboradas na propriedade camponesa permanecem com estes sujeitos. Assim, independente do esforço que foi despendido para adquirir um determinado investimento, o resultado deste estará sempre disponível para o uso doméstico dos camponeses e configurados enquanto instrumento da sua vivência. A caracterização do modelo camponês se dá com a natureza dos seus sistemas técnicos, pois são “mais intensivos em termos de trabalho e menos exigentes em termos de insumos energéticos e químicos externos” (SABOURIN, 2009, p. 278).

Em passagem pelo município de Rio Bom/PR, na comunidade rural Molina foi visitada a propriedade do entrevistado RBUF-01(Rio Bom – Unidade Familiar 01), onde através do trabalho familiar (mulher, dois filhos maiores e uma filha menor) se cultiva o lote de 16 hectares. A principal produção é o leite que a cada três dias é recolhida pelo caminhão da cooperativa CATIVA, uma produção aproximada de 400 litros por dia.

²²⁷ A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são reguladas pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem seu lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalho expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, 1982, p. 59).

Olha seu moço! Eu não posso reclamá não hein! Trabalhoso sempre foi as coisas por aqui hein, desdi pitítico eu moro nessa terrinha. O pai e a mãe se foram e os meus três irmãos tão tudo pro Pará mexendo com soja! Me venderam as partes deles aqui em 97 e adquiriram em conjunto um terrenão bunito lá! Eu nunca fui lá, mas o fio mais véio já foi uma vez e diz que é coisa grande mesmo hein! Eu fico feliz sabe, que eles tão bem lá. Eles vivem mi chamando prá í prá lá, mas eu num penso em deixa o cantinho que um dia foi do pai né! Ele (pai) adquiriu com tanta labuta e eu vo continuá por aqui mesmo sabe! Aqui era bem piqueno o lote, daí fomos adquirindo mais áreas. É que a terra aqui era bem em conta antes sabe! É muito morro e muita pedra, daí compramos mais em conta! Mas é a terra da gente e pra mim não tem dinheiro que pague! Mais aqui perto da casa é o pomar, as criação piquena (porcos e galinhas) e as verduras! Ajuda bastante a completá a nossa comida sabe! Mas o que mais podemos ter mesmo é o gado né! Também um talhão com cana e napiê pra moê pros animais. Hoje já tamus cum 26 vacas leiteiras. Mas já passemus uns tempo difícil aqui no começo hein, na época qui us dois mininus erão piquemos ainda, já a Márcia (filha menor) pego o tempo da vaca gorda (risos)! Inda bem que a mulher sempre ajudo eu com o orçamento! Ela sempre mexeu com aula, dava aula quando tinha a escola lá no patrimônio e quando fechou teve que ir lá prá cidade. Ano passado eu garanti meu apusentu por tempo di roça né e a muié diz que vai pará também daqui dois anos e meio! Antes eu fazia bastante diárias fóra, nem podia cuidar muito bem aqui da terra, lembro que levantava de madrugada prá tirá o leite e depois batia o dia todo na terra dus outros! A muié também acordava comigo pra mexe com as comida e tratá das criação e depois ficava o dia todo no serviço dela! Atarde denovo ela pegava na serviçaiada comigo. Hoje só trabalho aqui mesmo e o meu maior ajudante é o minino mais novo, ele termino o estudo técnico dele lá no colégio agrícola em Apucarana e agora se dedica só aqui comigo! Melhoramos bastante a qualidade (raça mais pura) das vacas! O mais véio ta dirigindo o ônibus da escola e ta querendo casá final do ano com a filha dum cumpadi que mora na água lá embaixo. Eu façu gosto sabe! Pois o que nós sempre qué é os filhos pertu da gente né! Até porque o serviço vai aumentá bastante com a granja né! Lá ó! O mais novo veio lá dos estudos dele com esse negócio na cabeça e depois de muito me falá, me convenceu sabe! E não é que ta ficando bunito mesmo o trem! Mas a gente tem medo sabe! É bem caro o financiamento! Teve uma porção de coisas que tivemos que apronta aqui na terra! Mas veio uns outrus agricultor companheiros da gente que mexe com frango aqui e tirô essis imbaraçus da cabeça nossa! Mas o que eu penso mesmo é ter onde os filhos trabalhá né! Melhorá a vida da gente, pois sempre mexi aqui, eles nasceram e se criaram aqui! Sabemos como tá a cidade grande, não tem futuro lá prá eles! Por isso que meti a cara na granja e por falta de trabalho é que o negócio vai dar certo né! (RBUF-01, 01 mar. 2018).

Desta feita, enquanto sujeitos da própria construção social, as famílias camponesas trabalham a terra com um ajuntamento de possibilidades diversas, onde a sua menor ou maior integração ao mercado não descaracteriza a autonomia da unidade familiar. Pelo contrário, a integração representa uma oportunidade de ampliar as estratégias da resistência camponesa, dada a grande plasticidade no ajustamento aos recursos locais (internos e externos) dos limites

dos grupos familiares. Assim, conforme a mensagem colocada pelo entrevistado (RBUF-01) (Foto 15), ele busca uma vivência baseada aproximação da unidade familiar e na expectativa de assegurar uma ocupação aos filhos. Fala-se assim, no esforço em perpetuar um projeto de vida e não de uma vida de subsistência que busca apenas sobreviver.



Foto 15: Construção de granja de frangos em uma propriedade camponesa na comunidade rural Molina em Rio Bom/PR.

Fonte: Do autor (2018).

Neste sentido, os camponeses ao deter a posse/propriedade da terra e a força de trabalho, eles diferem de burgueses e proletariados, ou seja, são constituídos como agentes políticos e conscientes do seu lugar no mundo, uma construção social que é cronologicamente precedente as duas classes anteriormente levantadas, pois “embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação” (FABRINI, 2006, p. 13). Este comportamento remete a um processo social de luta e resistência camponesa, a qual se constrói com uma consciência política/prática autêntica e própria dos sujeitos camponeses. “De fato, a luta não é primariamente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência” (MARTINS, 2003, p. 23).

O sentido partilhado na realidade social do campesinato se reveste do respeito ao tempo e ao não-esgotamento das potencialidades naturais, pois o trato sustentável das ações realizadas na terra, que se dá para além da percepção ambiental, é que irá viabilizar a

qualidade produtiva nas safras seguintes. A cosmovisão de mundo dos camponeses está gestada na interação social, um desafio permanente destes sujeitos que buscam viver na terra e da terra, legitimando este lugar enquanto chão de moradia, de trabalho e de sociabilidade. “O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida” (FABRINI, 2006, p. 79).

Deste modo, neste movimento os camponeses trocam entre si saberes, práticas e costumes do cotidiano, forjando uma agricultura que direta e indiretamente volta-se ao autoconsumo, pois, mesmo participando no mercado, o intento central continua orientada para a reprodução social da família camponesa. “O controle do tempo da família e a existência de um tempo *de* família autônomo, assim como o controle do processo de trabalho, são dimensões básicas da liberdade do *pai*” (WOORTMANN, 1990, p. 44, grifo do autor). São compromissos morais que acabam atrelando a terra de forma que essa reprodução social seja garantida, mantendo ou não a essência das experiências passadas, permeando as recriações.

A condição de *liberto* é realizada plenamente pelo *sitiante* ou pelo *agricultor*; na medida em que este, enquanto par, tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo. A situação máxima de liberdade é a do *sitiante* no interior do *Sítio*, onde ele é *liberto* porque é garantido pela “cápsula protetora” da comunidade e, através desta, pela tradição camponesa. Paradoxalmente, outra vez, é no *Sítio*, onde a terra não é livre, pois é aí pensada como um patrimônio que deve passar de geração a geração dentro de um território de parentesco, que se é *liberto*. O mesmo se pode dizer com relação à Casa-Tronco teuto-brasileira, análoga à *maison* camponesa na França, onde a terra é presa a uma ordem moral e não livre no mercado (WOORTMANN, 1990, p. 44, grifo do autor).

Por isso, é possível discorrer de uma série de condutas políticas que convergem para um saber pedagógico atrelado “a vida e a organização social das massas, como também à vida social dos trabalhadores, que é marcada por tensões, conflitos e contradições próprios da formação cultural de uma sociedade pautada pela valorização do capital/coisas, e não das pessoas” (ARAÚJO, 2007, p. 97). Neste sentido, o campesinato articula-se em um envolvimento contínuo que questiona e rompe com a racionalidade do capital.

Tratando desta questão Freire (2004) destaca que “não há palavra verdadeira que não seja práxis [...] Somente através de uma práxis autêntica, que não seja blábláblá nem ativismo, mas ação e reflexão é possível libertar-se desta realidade funcionalmente domesticadora” (p. 78). Portanto, o projeto de campo proposto e construído pelos camponeses é sim em sua maior parte elaborado no interior da capital agrário, mas a essência ideológica que estabelece esse movimento destoa dos valores hegemônicos do capital. Assim, um outro paradigma

civilizatório entra em cena, harmonizando a relação homem-natureza, forjando a vivência e o modo produtivo camponês. É um entendimento de base e que sustenta a sociabilidade camponesa, uma tradição que percebe na indissociabilidade da terra–família–trabalho a essência da sua continuidade social.

A fórmula está posta aí, na indissociação de terra para trabalhar e casa para morar, base do sossego, isto é, da supressão do risco do desenraizamento em consequência de vontades pessoais e fatores impessoais. Esse é um dos aspectos do conservadorismo de orientação do agir de acampados e assentados. De fato, a luta não é primariamente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência. (MARTINS, 2003, p. 23).

O autocontrole da propriedade camponesa exige dos seus integrantes uma postura proativa, sendo que essa condição estabelece a efetivação de uma racionalidade de profunda interdependência social e a assimilação de funcionalidades múltiplas no meio natural. Tal cenário implica na edificação material e simbólica das práticas/ideologias camponesas, ou seja, um espaço que é entendido pela capacidade e necessidade de reproduzir-se autonomamente em um modo de vida peculiar, o qual explicitamente contrapõe a maneira de aparelhar o campo do capitalismo agrário. No campesinato, “a propriedade privada é uma garantia de que os filhos terão onde trabalhar: não é como na propriedade privada capitalista destinada a explorar o trabalho alheio” (FIORAVANTI, 2016, p. 22).

Assim sendo, a racionalidade camponesa se explica enquanto um complexo de regras que atravessa as múltiplas dimensões da vida coletiva. Sua estrutura produtiva é na realidade uma forma organizativa de favorecimento e impulsão das economias locais que estimula a autonomia do agricultor e ainda ratifica a identidade destes trabalhadores enquanto agentes sociais de transformação e conscientização política.

Para Queiroz (1976), não é a especialização produtiva de um dado cultivo que irá distorcer a condição camponesa, visto que por mais intensiva que seja este sistema, existem nestas realizações cotidianas outras ocupações paralelas, a qual acaba por potencializar-lhes o grau de autonomia e autocontrole. Por isso, eles dificilmente costumam cultivar extensões ampliadas de terra, além de que, a colheita não tendo o enfoque de angariar lucro, “não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar – de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar à mão-de-obra familiar (*ibidem*, p. 29).

Tal realização social está presente na propriedade CUF-02 (Cruzmaltina – Unidade Familiar 02) situada na Estrada São Pedro em Cruzmaltina/PR com uma área de 4,8 hectares. O entrevistado CUF-02 (que reside junto à esposa e um filho menor) relata que em sua propriedade ele mantém atualmente 07 (sete) estufas produzindo tomates, sendo 04 (quatro) do modelo Londrina e 03 (três) do modelo Bandeirante. Ele destaca que este último modelo é uma estufa muito pouco usada na região pelo fato de ser mais onerosa a sua estrutura, entretanto, ela tem mais produtividade, pois é mais alta e favorece um melhor controle da temperatura. Assim, aumenta a ventilação dos tomateiros, sendo que além de resfriar amplia a polinização e com isso a produtividade na estufa.

Na roça mesmo tem pouco tempo que mexo sabe! Antes já fiz bastante coisa! Com dezoito anos fui trabalhar na Espanha, fiz muito serviço pesado lá prá levantar dinheiro! O pai sempre esteve lá na terrinha dele! Depois deste tempo trabalhando fora voltei aqui pra região e vi uns parentes mexendo com tomate e foi aí que também entrei nesse ramo! Eu comecei a mexer com tomate tem uns dez anos já, mas só de uns tempos pra cá é que está sobrando uma renda boa, pois no começo deu bastante errado as coisas! A gente não sabia mexer certinho com as plantas e dava muita praga! Mas eu corri atrás, fui até pra São Paulo fazer curso na área, pesquisei muito na internet também! Aqui vem sempre agrônomos me empurrá (vender) as coisas, mas eu já aprendi certinho quais o insumos que devo utilizar. Se a gente for na conversa deste povo, só gasta com veneno e estraga o solo! Minha propriedade é de dois alqueires e meio, mas só aproveito um alqueire e meio com as estufas, o resto é a reserva, tem um canto de pasto também, não dá para plantar, pois é um trecho bastante acidentado! As estufas de tomate me ensinaram muita coisa sabe! Tive eu correr atrás de muita leitura, pois era praga e nenhum tipo de veneno servia para reparar as plantas! Esse negócio de veneno não é a quantidade sabe! É saber o tipo certo e as horas de passar, além de ficar de olho o cultivo todo! Não pode fazer igual uns e outros aí que enfia veneno de qualquer jeito e deixa as coisas não mão de “parceiro” pá cuida das estufas! Isso só faz o cara trabalhar prá pagar conta mesmo! Aqui hoje tiro uma renda muito boa, consigo levar uma vida melhor que muita gente na cidade! Eu não penso em aumentar a produção, pois é uma ocupação muito trabalhosa, pois se eu aumentar as estufas, não vou dá conta do serviço, daí terei que deixar na mão de empregado e essa gente nunca cuida igual o dono né! Por isso é que quero cuida bem das estufas que tenho! Quero colocar as Bandeirantes, pois apesar de serem mais caras, elas dão uma produtividade bem mais interessante! E assim, a gente vai aprendendo com a lida, não deixá o solo saturado de veneno, pois isso estraga muito o resultado depois. Hoje já tenho condições de aguentar melhor às oscilações de preço, e por ser dono da terra e das estufas é só a gente caprichar na qualidade do tomate que fica viável viver só das estufas. A mulher é professora lá na cidade e ajuda um pouco também na nossa renda sabe! Mas eu não posso reclamar não hein, se ta vendo aí tudo arrumadinho, a casa da gente, o carro prá sair e mais todos estes maquinários aí também que usamos no cultivo (CUF-02, 21 jul. 2018).

A realidade social do entrevistado CUF-02 (Foto 16) representa um processo de recriação²²⁸ camponesa que foge do tradicional modelo vigente nos movimentos sociais do campo. Entretanto, isto não significa que seja melhor ou pior que os camponeses assentados/acampados de todo o país, a grande questão é que todas as formas de recriação camponesas apresentam um propósito únicos, isto é, a reprodução da vida de forma relativamente desvinculada dos mandos e desmandos do capital.



Foto 16: Estufa de Tomate na Estrada São Pedro – Cruzmaltina/PR.
Fonte: Do autor (2018).

Portanto, mesmo quando os camponeses se integram²²⁹ as vontades da ‘Revolução Verde’ ou até mesmo nos casos de serem expropriados de sua condição social, a subjetividade camponesa permanece com estes sujeitos. A cosmovisão camponesa evidencia a coisificação de uma série de racionalidades que não apresenta sentido com o mundo externalizado, um

²²⁸Recriação, porque se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa discontinuidades. Esta é uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que responde de formas variadas à lógica social mais amplo. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico (CASTRO, 2001, p. 256).

²²⁹As famílias camponesas de hoje, possuem mais relações com o mercado, seja ele, através de feiras livres, mercado formal, atravessadores, cooperativas ou através do chamado mercado institucional (PAA e PNAE). Com isso, para atender as necessidades destes mercados, as famílias camponesas gastam a maior parte do tempo com alguns cultivos ou criações, sem deixar de produzir os alimentos para o auto consumo (SILVA, 2014, p. 104).

plano espiritual de vida que visualiza em si mesmo as condições e necessidades da vivência familiar. Esta lógica está discutida em Rosa (2001), ao refletir que o sertão oferecerá diversas veredas em sua longa travessia. “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (p. 80), ou seja, são os enfrentamentos cotidianos que dão novos significado e sentidos na vida camponesa.

Assim, o funcionamento camponês de ‘cada dia ao seu dia e ao seu tempo’ ocorre pelo fato de que “o sertão está em toda parte” (*ibidem*, p. 24) e que “[...] o sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar.” (*ibidem*, p. 41). Por isso, o campesinato enquanto lugar é uma travessia que se perpetua entre os conflitos territoriais (veredas) existentes, estimulando assim a transformação, a experiência, o aprendizado, os acertos e erros, enfim, a recampesinização. Na prática, o seu entendimento emerge em sua estratificação espacial de investimento e consumo, o qual possibilita a reprodução da vida, do trabalho e da morada camponesa, ou seja, o ato de produzir propriamente dito, o que implica o acesso à terra e ao controle integral ou parcial da produção.

Esta questão caracteriza-se em uma espécie de protocooperação²³⁰ social, pois as relações bilaterais (produção camponesa e mercado) que compõe este cenário, apesar de favorecer ambos os atores, não lhes são necessariamente ‘obrigatórias’, pois tanto camponeses quanto o próprio mercado podem diversificar suas formas de ação. Outra questão chave deve-se a diversidade de materialidades funcionais assumidas pelo mercado, cabendo as organizações camponesas articularem de seus lugares, formas de acesso em mercados e alternativas de produção/cultivo distintos dos que tradicionalmente estão vinculados. “E, com isso, o capital não expande o mercado interno de que necessita para se expandir” (MARTINS, 1988, p. 54), pois mesmo integrado ao capital, tal realização é apenas uma forma de estratégia camponesa, resistindo assim a territorialização completa do capital sobre o campo.

A adoção de formas variadas para permanecer na terra é uma questão que se faz presente na propriedade do entrevistado BUF-02 (Borrazópolis – Unidade Familiar 02), que vive junto à família (mulher e duas filhas) em uma propriedade de 06 (seis) hectares na comunidade rural Salto da Fogueira em Borrazópolis. Além do cultivo dos parreirais de uva na propriedade, que tem aproximadamente metade da sua produção vendida diretamente na região e a outra metade entregue para terceiros, o entrevistado realiza a venda de produtos agrícolas diversos, sendo estes últimos não produzidos em seu pedaço de terra, pois ele

²³⁰ “Protocooperação ou simplesmente cooperação é a associação entre indivíduos de espécies diferentes em que ambos se beneficiam, mas cuja coexistência não é obrigatória” (CASSINI, 2005, p. 15).

adquire estes produtos de agricultores da região e os vende diretamente nas casas (boca em boca), principalmente na área urbana dos municípios de Borrazópolis e Kaloré.

Ultimamente quem tem tocado as coisas aqui no sítio tem sido a muié mais as duas mininas. Depois que eu arrumei de saí aí vendendo as coisas, tenho tido muito pouco tempo prá mexe na lida aqui no sítio. Não é que eu não gosto mais daqui sabe! É que as venda que eu faço lá na cidade dão um retorno bem grande e também exige que a gente sempre corra atrás do pessoal que tem uns produtos bons pra vende! Eu pego ovo direto lá na granja, tem um vizinho lá na água debaixo que me passa a melancia, é outro que passa o maracujá, quando ce vê ta cheia a condução da gente! E vende tudo sabe! É difícil voltá prá casa com a corrocera vazia. A minina mais nova sempre vai comigo! Ela fica no celular, pois o povo pede muito por esse negócio de watzap e ela (filha) é quem vai me falando os pedidos e as pessoas! Eu já falei pra muié prá gente deixá a uva de lado e arrendá a terra, mas ela não quer! Fica lá direito cuidando do parreiral! Já eu enquanto tive bom as vendas vou continuar nessa lida, pois a meninas já estão grande né e é bom a gente fazê uma reserva já pro futuro delas! E outra, a gente faz muito conhecimento sabe, tanto com os outros produtores igual nós como com as famílias na cidade (BUF-02, 22 fev. 2018).

Com base neste relato fica claro o quão diverso é o cotidiano da vivência camponesa, pois conforme é exposto com o entrevistado BUF-02, ele se utiliza da venda da produção agrícola de outros agricultores enquanto a principal ocupação de trabalho para garantir a reprodução social de sua família. Um estilo de vida que tanto garante a sua condição camponesa como também auxilia a escoar a produção de outros camponeses locais. A adoção de estratégias diferenciadas por parte dos camponeses em relação aos mercados é configurado por Ploeg (2008) como “espaços de manobra”, potencializando e sustentando a permanência²³¹ da agricultura camponesa.

Assim, a utilização de alguns estilos de agricultura tanto pode ir ao encontro de uma absorção e reprodução agrícola ‘modernizada’, sem, no entanto, deixar o caráter camponês-familiar, como também pode estar referenciado em formatos alternativos, que não implica na integral conversão tecnológica. Por isso, no decurso do modo de produção camponês, estes trabalhadores executam diversas manobras para transformar, coibir, resistir e, eventualmente, até intensificar o desfecho da inclusão mercantil, condicionantes estas que tem como alinhamento a disposição socioeconômica da unidade familiar.

²³¹ Mesmo que cada vez mais alcançado pela dispersão e pelas migrações que a pobreza e o caráter cíclico da produção combinados viabilizam e induzem, a família e a comunidade continuam sendo grupos sociais de referência do trabalhador rural. Mesmo definitivamente na cidade e fora da agricultura, quem saiu do mundo rural continua por longo período ainda mantendo essas referências sociais (MARTINS, 2002, p.79-80).

Apesar disso, como já destacado a contradição é inerente ao capitalismo. Por intermédio das suas características centrais (posse da terra e trabalho da família), os camponeses perpetuam suas estratégias de autonomia e recusam o domínio da lógica capitalista de produção e reprodução do capital. Uma das formas de superação dessa questão se dá com a diversificação da produção, sendo por isso comum além da ocupação principal nas propriedades camponesas, a existência de outros cultivos e/ou ocupações diversas em paralelo. Por isso, a tática camponesa para perpetuar sua reprodução social na terra é negar o que as nega, isto é, recusar a ideologia capitalista que envolve tanto as formas produção quanto a organização da própria vida destes sujeitos no campo.

Na verdade, os tributos que surgem da inclusão menos ou mais aguda dos grupos camponeses aos mercados, referem-se a um encadeamento não-linear, com progressões e/ou contratempos. Portanto, é possível afirmar que a ampliação e permanência da autonomia camponesa é uma realização social que está distribuída na execução dos vários “espaços de manobras” concretizados pelos camponeses. “Logo, no seu processo de trabalho, não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista. [...] o trabalho camponês é um trabalho não tipicamente capitalista, reproduzido historicamente pelo modelo de produção capitalista” (FRAXE, 2000, p. 66).

Em seus estudos envolvendo os camponeses da região amazônica Fraxe (2000) discute de forma esclarecedora a questão das peculiaridades que abrange a dialética homem/mundo naquele cenário social, sendo que em partes esclarece a condição social dos camponeses em estudo na MRG de Faxinal. Nomeados pela autora como “homens anfíbios”, os camponeses amazônicos têm no comportamento dos rios um parâmetro basilar, imprimindo-lhes uma dinâmica própria de conduzir seus processos de trabalho, o qual ora se dá na água, ora se dá na terra. Por isso, quando se fala da “sociedade envolvente” (CÂNDIDO, 2001), os elementos que contribuem para forjar a racionalidade camponesa são amplos: naturais, culturais, climáticos, políticos, econômicos, entre outros. A caracterização destes lugares evidencia a assimetria de raciocínio que a separa da agricultura ‘moderna’, ficando visível que nem o poder público nem o privado (financeiro) possuem capacitações substanciais para inserir as “[...] estratégias de sobrevivência que perturbam a lógica econômica dominante e oferece saídas onde os técnicos e economistas não vêem saída alguma.” (MARTINS, 2000, p. 81).

Afinal, o que caracteriza a condição camponesa é a sua capacidade de posicionar-se estrategicamente de forma que recepcione em suas unidades produtivas, a polarização advinda das práticas autônomas e de subordinação. Assim, é através destes parâmetros que é condicionado e estimulado o exercício de uma agricultura de autoconsumo, pois

historicamente essa realização tem sido responsável pelo suprimento alimentar tanto nas fazendas (trabalhadores e fazendeiros), como nas pequenas e médias propriedades para a alimentação familiar e a comercialização do excedente no meio urbano. Neste sentido, a cada tempo, a cada lugar e a cada sujeição social se cria um ‘jeito’ camponês próprio de gestar a terra, uma organização que ora farta e ora escassa, tudo surge como um ensinamento que vivifica estes lugares, uma sociabilidade contínua e resignificada.

No entanto, é neste singular modo de produzir e de estar organizado no campo é que os camponeses, historicamente, se posicionam e continuam se colocando enquanto os principais responsáveis pela maior parte do abastecimento alimentar no Brasil, além de realizarem uma autonomia ainda maior, quando do suprimento alimentar da própria unidade familiar. A origem deste modelo organizacional é bastante antiga no território nacional, remetendo ainda ao período colonial²³², cenário em que tanto o consumo internamente da colônia como o da metrópole era suprido com base na produção alimentícia advinda dos pobres e livres que lavravam as terras públicas, além das “brechas camponesas²³³” vigentes no sistema escravista (LINHARES; SILVA, 1981).

A responsabilização da produção alimentícia no período colonial como encargo das práticas camponesas, está discutida em Linhares; Silva (1981) como um formato que foi imposto pelas autoridades portuguesas com o intento de garantir o suprimento alimentar da metrópole, alimentar e manter a força de trabalho na colônia, crucial para a continuidade de geração de riquezas e ainda abastecer as embarcações que chegavam e saíam da costa colonial. Destarte, a legislação ultramarina exigia o cultivo de cereais da terra (milho, mandioca e feijão), estabeleceu a produção de mandioca nas fazendas com maior quantidade de escravos, além da garantia de estes últimos cultivarem uma vez por semana as próprias roças (brecha camponesa) e foi incentivada a imigração de colonos pobres²³⁴ para a lavoura

²³² A história agrária do Brasil apresenta uma herança camponesa diversa: a dos pequenos agricultores livres do Nordeste da época colonial, que ocupam os interstícios entre as grandes fazendas, a dos vaqueiros que compraram algumas léguas após a Lei da Terra, no Nordeste e Centro-Oeste, a de escravos africanos foragidos ou libertados; no Sul e Sudeste do país, a dos colonos camponeses europeus do século XIX e XX, oriundos da Alemanha, Itália, Polônia, Holanda e, por fim, a dos colonos japoneses produtores de hortaliças e frutas (SABOURIN, 2009, p. 281).

²³³ Mesmo quando produziam os próprios alimentos, os escravos não eram roceiros devido ao nível de coação e as limitações às suas decisões que eram geralmente muito maiores que as condições nas quais os roceiros operavam. Não obstante, a “brecha camponesa” foi um passo rumo a um pouco mais de independência e, como tal, era reconhecida pelos escravos como melhoria de vida [...] (SCHWARTZ, 2001, p. 154). Através destes cultivos de subsistência nos momentos que não estava ocupado na *plantation*, o excedente comercializado deste cultivo era comercializado, formando um pecúlio que ao longo do tempo poderia representar a compra da própria liberdade e do grupo familiar.

²³⁴ “Embora tenhamos agora um panorama relativamente completo da escravidão brasileira, os pequenos proprietários rurais livres permanecem marginais nos estudos do brasileiro, em geral sujeitos a diversas interpretações e rótulos” (SCHWARTZ, 2001, p. 124). Enfim, trata-se de uma face “escondida atrás da Casa

de alimentos. Com isso, buscava-se um suprimento de alimentos, evitando a repetição das fomes ocorridas no século XVII em Portugal.

Prado Júnior (2008) destaca (apesar da tonalidade preconceituosa) a presença destes sujeitos anônimos no Brasil – Colônia:

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano residual, sobre tudo mestiços do índio que conservam dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 159).

O que se evidencia aqui é a histórica secundarização²³⁵ da agricultura camponesa, pois desde sempre as elites agrárias estiveram propensas ao cultivo de “produtos nobres” (WOORTMANN, 1983) e em escalas ampliadas para o mercado externo, restando à produção de alimentos²³⁶ (policultura) o caráter de ser apenas uma realização ‘oportuna’ e necessária a manutenção do sistema agro-exportador, tal qual sempre foi e que em partes ainda continua com a mesma lógica. Porto-Gonçalves (2006) resume bem essa questão ao discorre que “a colonialidade sobrevive ao fim do colonialismo” (p. 07). “Na verdade, a pequena produção com base em relações de produção não capitalistas é responsável em nosso país por grande parte dos gêneros alimentícios básicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 08).

Assim, a produção de alimentos para o consumo interno no Brasil sempre esteve subordinada ao cultivo dos chamados “produtos nobres” e também esteve condenada a ocupar espaços marginais, e frequentemente também um ‘tempo marginal’, condicionado pelos ditos produtos hegemônicos. Entretanto, discutindo acerca da reprodução social camponesa Carvalho (1978) reflete acerca das implicações sociais imanente ao modelo agrário-exportador.

Grande (por vezes da Senzala), do ouro das Gerais, do café, ou outro produto rei, dos coronéis do sertão” (LINHARES; SILVA, 1981, p.119).

²³⁵ Utilizando-se da concepção agricultura de ‘subsistência’ Delgado (2004) reflexiona essa questão ao pontuar que “esse setor de subsistência sobreviveu à abolição da escravatura, entre outros fatores, por ser um subsistema independente do escravismo e, de certa forma, também autônomo relativamente à monocultura exportadora – embora não o seja em relação ao regime fundiário vigente. Nota-se, portanto, que a crise da monocultura exportadora na primeira metade do século XIX e a crise do escravismo na segunda metade do mesmo século não produziram transformação radical no setor de subsistência, mas, ao contrário, geraram sua reprodução em escala ampliada” (DELGADO, 2004, p. 28-29).

²³⁶ “Sempre esteve condenada a ocupar espaços marginais, e frequentemente também um “tempo marginal”, condicionados por aqueles produtos hegemônicos” (WOORTMANN, 1983, p. 166).

[...] diferentemente de outras categorias mais favorecidas, não possui capital suficiente e, na maioria das vezes, a propriedade real da terra não possui o controle real dos fatores de produção e diferencia-se do proletário porque este está desprovido e separado de todas as condições do objetivo do trabalho na propriedade. Ele, o camponês, por possuir um controle parcial dos fatores de produção, apropria-se de parte do produto ou de sua totalidade quando não paga o aluguel da terra. No mercado ele surge não apenas como vendedor da força de trabalho, mas, principalmente, como vendedor de produtos agrícolas (CARVALHO, 1978, p. 50).

Desta feita, Martins (2010) pontua que os sentidos camponeses designam um novo lugar no espaço geográfico, pois estes percebem nas lacunas do modo capitalista de uso da terra a oportunidade de apropriar-se camponesamente da terra, uma mobilização social que não está acabada, pois a sua constituição é carregada de mobilidade e encontra-se em constante formação. O autor coloca que esta concepção de mundo por parte dos camponeses no país é uma questão que intensificou o seu sentido após os anos 1940²³⁷, pois até então os embates traziam em si o caráter de movimentos milenaristas, sem necessariamente estarem completamente politizados de seu papel social.

Entretanto, isto não descaracteriza os encontros camponeses ocorridos desde o período colonial, pois todas as experiências e resistências anteriores foram fundamentais para forjar no Brasil, um campesinato que efetivamente se posicionasse enquanto classe social ‘para si’. Neste sentido, têm surgido distintas maneiras de lutar pela terra, para resistir às investidas do capital, alcançar o retorno e/ou entrar na terra), além das inovações e estratégias técnicas de organizar e gestar a unidade produtiva “(com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país” (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 60).

Este processo de ajustamento que os camponeses vêm passando ao longo de séculos, significa o elevado grau de dinamismo e resiliência que eles imprimem como forma de garantir a sua reprodução social na era da globalização neoliberal. Por isso, compreendê-los enquanto classe social é um esforço que os considera dialeticamente de dentro do sistema capitalista, e não fora podendo ocorrer inclusive no mesmo tempo-espaço do campo brasileiro, pois a expropriação e a integração camponesa são realizações engendradas pelo

²³⁷ Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc (MARQUES, 2008, p. 60).

capital. Portanto, “nunca é demais reafirmar que a história não é circular e nem linear. A história é um processo de incertezas, pois é obra de seres humanos vivos em ação, em movimento, produto da dialética de relações que eles estabelecem ao agir e se mover” (GRZYBOWSKI, 1994, p. 287).

A integração camponesa ao capital como forma de recriação está presente no trabalho com a fumicultura do entrevistado RBUF-02 (Rio Bom – Unidade Familiar 02), o qual juntamente com sua família (pai, mãe, irmã e sobrinho menor) trabalha a propriedade de 8,88 hectares com a fumicultura, plantios domésticos para o ‘gasto’ e deixa um restante arrendado com a soja.

Só tem quatro anos que voltamos aqui prá terra, eu fiquei uns tempos fora trabalhando lá em Arapongas com móveis, mas não deu certo sabe! Daí o vô tinha a terrinha aqui arrendada e depois que demos umas pequisadas resolvemos encarar aqui com o fumo. Começamos pequeno né, pois dá medo mexe com coisa nova. Antes ninguém aqui perto mexia com o fumo, depois da gente é que o pessoal começou também a se interessar por esse cultivo. Aqui a terra sempre foi do meu vô, daí até agora já compramos duas partes da terra. É que meu pai tem quatro irmãos e eles não estão mais na roça e por isso, estamos comprando a partes deles. Falta de mais dois ainda prá fecha a propriedade pra gente. É que a gente tem os gastos também né! Construímos um barracão novo, estamos querendo fazer outra estufa e tem também os gastos da família né! Minha irmã trabalha lá na Aurora (Mandaguari) e daí ela não mexe lá no fumo com a gente! Aqui é pequeno, são três ponto sete alqueires, só que é mais do que suficiente prá ocupá todos nós no serviço, inclusive hoje tem dois camaradas contratados mexendo lá na estufa com o fumo. É muita serviçera sabe! Temos que ficá sempre em cima da lida aqui, pois o técnico da Souza Cruz passa direto aqui prá avaliar o sistema de cultivo e a gente tem meta prá entregar lá! São dez mil quilos por cultivos e se ficar constatado que não foi alcançado a meta por desleixo da gente, daí eles não gostam né! Por isso que é trabalhoso, pois ficamos direto cuidando prá não dar motivo deles desconfiá do nosso trabalho! Estou com um monte de mudinhas pronta prá plantar aqui ó, mas o duro é que ta meio ruim de chuva sabe! Daí vai atrasá a plantação! Mas tirando isso to contente aqui, pois tudo o que a gente produzir tem garantia de que irá ser adquirido pelo Souza Cruz! Cê tavendo isso aqui tudo ó, casa, barracão, hortas, esses bichos ali! Nada disso tinha até quatro anos atrás, era tudo soja! E tudo isso construímos com dinheiro de fumo! (RBUF-02, 21 jul. 2018).

Esse caso em específico representa uma subordinação que, contraditoriamente, garante a reprodução da unidade familiar camponesa. Mesmo que o vínculo de integração formada com a indústria extraia parcialmente a autonomia camponesa, em relação à disposição interna na propriedade e a determinação de como cultivar, é possibilitado à unidade camponesa (Foto 17) o acesso a insumos, sementes, orientações técnicas, além de garantir a comercialização das respectivas safras no mercado.



Foto 17: Secagem de fumo na Comunidade Rural Cruzeiro em Rio Bom/PR.
Fonte: Do autor (2018).

Está aí um típico caso de criação e recriação das relações não-capitalistas de produção, uma interação dialética existente entre as formas camponesas de utilização da terra e a atuação do modelo corporativista no campo. Portanto, sem a necessária expulsão camponesa da terra e a expropriação de seus instrumentos de trabalho, tem-se a sujeição da renda da terra ao capital pela sujeição camponesa. Essa estratégia de intervenção capitalista se dá pela monopolização do território sem, entretanto, haver a sua territorialização, ou seja, um controle que ocorre a jusante e a montante do trabalho na terra. Assim, a reprodução ampliada do capital reorganiza as antigas relações de trabalho e as subordina à sua reprodução, ou seja, uma realidade que vincula a reprodução social camponesa e materialização do capital enquanto agente determinante neste cenário. Isto se dá pelo fato de que a geração da riqueza tem sua origem no trabalho, sendo que quando o capital adquire a produção camponesa por um valor abaixo do montante de trabalho nele contido, faz a apropriação da renda camponesa e, portanto, diz-se que a autonomia camponesa é relativa. Não é exatamente o trabalho camponês que está submetido ao capital, mas o seu resultado diretamente.

Por isso, diz-se que se trata de um “desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo” (OLIVEIRA, 1991), possibilitando a permanência e recriação do campesinato.

Assim, acontece o ajuntamento de iniciativas de cunho econômico, político²³⁸ e cultural, uma diversificação que acaba por potencializar a sua condição social como tal. Esta questão é explicada em Ploeg (2008) quando se discute o campesinato enquanto organização social que vem se reestruturando as realidades atuais, pois apesar das antigas referências camponesas possuírem importância crucial, estes modelos não darão conta de evidenciar integralmente essa discussão teórica junto às concepções científicas e sociais contemporâneas.

Cabe ainda frisar acerca dos camponeses, que os propósitos que eles defendem atualmente são valores e significados historicamente construídos por seus ancestrais e que em muito contribuiu para identificar esses sujeitos enquanto classe ímpar no meio social. Deste modo, eles visualizam neste direcionamento as condicionantes e estratégias da própria existência social e com isso a expressão das suas leituras de mundo. Isto se dá, pelo fato da terra camponesa ser compreendida para além do espaço de cultivo e de labor, pois significa a liberdade e a autonomia do trabalho e da família. A terra surge no imaginário camponês como o porto seguro e lugar a qual os familiares sempre são fraternalmente acolhidos.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidade encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no encontro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Assim, os ‘arrochos’ e ‘afrouxamentos’ propostos pelo capital-agrário ao mundo camponês, surgem como um estímulo a (re) organização produtiva e a vida camponesa, isto é, a mobilização sociopolítica destes sujeitos é fortalecida a cada investida da agricultura empresarial. Por isso, “é suficientemente fácil identificar as características do desenvolvimento capitalista que incentivaram os movimentos de resistência” (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 83). Além de todos os esforços materiais que permeiam a resistência camponesa, esta questão é potencializada com a fantasia e a aspiração de melhorar as suas condições de vida, pois o ‘sonho’ de que o ano seguinte será melhor e darão certas as coisas surge como um estímulo e persistência para eles se manterem firmes em seus propósitos.

²³⁸Destaca-se a “[...] ressurgência da importância política da classe camponesa no cenário internacional [...]”, a qual teve uma representação bastante acentuada “[...] na primeira metade do século XX, quando o campesinato teve participação ativa em importantes movimentos como as revoluções russa, chinesa, mexicana etc” (PAULINO, FABRINI, 2008, p. 73).

Portanto, como já colocado, a necessária existência do campesinato para o capitalismo, significa uma oportunidade para o capital se apropriar de parte da renda camponesa. Excetuando-se esta parte da renda que é extraída dos camponeses, o domínio e direcionamento da vida social destes trabalhadores do campo desfrutam de um acentuado grau de liberdade inexistente em outras classes sociais. É, portanto, nesta relativa autonomia dos camponeses que se constitui uma agricultura de autoconsumo, ou seja, uma autossuficiência que reveste toda vida camponesa, pois o consumo não se basta apenas na comida camponesa; ela insere o lazer, o trabalho, a relação conjugal em diferentes escalas de parentesco, o tempo, a folga, as crenças, os medos, os receios, enfim, uma multiplicidade de significados que nos camponeses se bastam por si. A ideologia do mundo capitalista não determina a subjetividade que impera nos sentidos camponeses, pois estes últimos são os protagonistas dos próprios processos sociais.

4.3 AUTOGESTÃO, AUTOIDENTIFICAÇÃO E AUTOCONSUMO NO CAMPESINATO

Compreender o campesinato enquanto uma instituição autêntica e autogerida no meio social perpassa pela noção de empoderamento que eles adquirem no decorrer da sua reprodução social. Os processos de luta e resistência que historicamente acompanham os camponeses são na verdade uma forma de aprendizagem contínua que acaba por intensificar o processo de consciência política destes sujeitos, sendo que através desta concepção de que eles próprios podem e carecem de gestar os seus lugares, emerge o sentido do empoderamento²³⁹ social nas comunidades rurais. “Falamos em processo de consciência e não apenas consciência porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de “não consciência”” (IASI, 1999, p.14).

Para tanto, os camponeses reconhecem, vivenciam e constroem a própria história, a qual é transformada em materialidade e significado cultural a ser partilhado nos lugares camponeses com seus pares e as gerações posteriores. “Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou

²³⁹ Em primeiro lugar, o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em verbo. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é tê-lo coberto, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente; é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer que outros façam ou pensem. Tomar o poder é tomar a ação – a ideia e o ato [...] (KIRKWOOD, 1986, p. 202, tradução nossa).

o que é, assim é também com a consciência, ela não "é", "se torna" (IASI, 1999, p.14). É neste movimento que se forja a singularidade camponesa, pois esta não é uma significação dada externamente pela mídia ou pela academia, pelo contrário, são os atores externalizados aos contextos camponeses que se debruçam na tarefa de tentar compreender e explicar o campesinato. Assim, o campesinato enquanto tal não se define, ele apenas se organiza enquanto classe social e se reconhece enquanto lugar de vida de trabalho.

Portanto, é através do sentido partilhado na noção de empoderamento que os camponeses se constituem enquanto sujeitos sociais e não apenas meros objetos de manobra do capital. Esta discussão remete a necessidade de incorporar as experiências da vida (negativas e positivas) como parte do sujeito, resultando na transformação de uma subjetividade própria e que contribui na personificação camponesa. O sentido desta questão tem o seu valor e intensidade acentuados na mesma proporção em que o seu conteúdo é mobilizado. Deste modo, diferentemente do capital financeiro que quanto mais concentrado, maior renda traz ao seu possuidor, o capital social dos camponeses tem um melhor resultado quanto mais se movimenta entre as realizações camponesas, pois junto com o valor vão e voltam significados que lhes são singulares e responsáveis por potencializar a sua resistência.

Para Lagarde (2012), o empoderamento significa o questionamento aos costumes hegemônicos, os valores tradicionais e patriarcais e ainda possibilita a compreensão de que a sociedade é em partes uma realização hostil. Logo, se apresenta como um processo pessoal imanente a cada unidade familiar no campo. “A conexão entre os processos pessoais e coletivos pode ser direta ou indireta, mas é interativa e vai se sedimentando em sua vida e em seu âmbito social e cultural” (LAGARDE, 2012, p. 138). Portanto, empoderar-se é na verdade uma construção social que se realiza no diálogo dos processos sociais e através disto, os indivíduos torna-se sujeitos de si. “É a chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação” (IASI, 1999, p. 35).

Entretanto, é válido destacar que a teoria campesinista não se trata, necessariamente, da integral autonomia destes sujeitos, pois o que se discute aqui não é a aversão camponesa aos mercados, apesar de grande parte dos camponeses estarem organizados de forma que se afastem estrategicamente de determinados circuitos comerciais. É por isso que:

A autonomia, como dimensão do empoderamento requer a capacidade crítica e inventiva de gerar e aprender uma visão do mundo alternativa que sustente uma nova normatividade; requer concretizar-se na própria existência e no mundo imediato para conviver com novas normas que não coincidem com as hegemônicas. A autonomia é a capacidade de dotar-se de normas próprias em atenção a uma visão própria do mundo (LAGARDE, 2012, p. 143).

Portanto, neste esforço os camponeses trazem consigo outro paradigma de reprodução social, pois ao tomarem ciência das limitações que o capital lhes impõe, eles diversificam suas estratégias de atuação no campo, um empenho que tem na pluriatividade camponesa uma das formas de vínculo da sua condição social. “Em termos gerais, os níveis de renda familiar são mais elevados em unidades pluriativas do que nas chamadas unidades em tempo integral” (PLOEG, 2008, p. 50). Assim, aliado as diversas outras configurações de recriação camponesa, estes sujeitos partilham diversas ideias propostas pelos ‘novos movimentos sociais’²⁴⁰ no Brasil, uma militância que se dá de forma desguarnecida da tutela do Estado, portanto, conduzem suas vidas autonomamente. Deste modo, “o elemento de unidade e o sentido político dessas diferentes lutas são dados pela luta por novas formas de integração, as quais apresentam um duplo caráter: novas formas econômicas e técnicas e novas formas políticas, de organização e participação democráticas” (GRZYBOWSKI; DELGADO, 1986, p. 214).

A construção das alternativas camponesas de autonomia é reforçada também com o processo de autoajuda desempenhado entre eles, uma realização que se dá desde o acordo informal (boca em boca), o parentesco e a vizinhança, até a institucionalização de iniciativas que buscam potencializar os esforços conjuntos operados pelos camponeses de seus lugares. A necessidade de cumprir as demandas de trabalho na propriedade camponesa envolve tanto a ocupação da familiar nuclear (tradicional vinculação do pai, mãe e filhos (as)), sendo que em momentos de colheita e outros instantes que necessita um maior número de trabalhadores tem-se um maior envolvimento da família extensa, que se constitui na “reunião de pais, mães, filhas, filhos, noras e genros (em geral, residentes na propriedade paterna, indivisa), com suas respectivas famílias nucleares” (MORAES, 2009, p. 144).

Além disso, a interação social no campo extrapola os limites familiares e abrange a troca recíproca de trabalho²⁴¹ entre sitiantes próximos, surgindo destas relações a partilha de saberes, valores e o fortalecimento da resistência camponesa. Neste sentido, vínculos para além da noção econômica integram os camponeses, sendo que com estas estruturas ocorrem às relações com os meios de produção. “Esse tipo de articulação entre os sistemas na

²⁴⁰ Por novos movimentos sociais entende-se aqueles nascidos a partir da década de 1960, nos quais à diferença dos movimentos antecedentes que enfatizavam leituras sociais baseadas predominantemente no conceito de classe, passaram a propor esquemas interpretativos onde se enfatizava também a cultura, a ideologia, o cotidiano, a solidariedade e a identidade (MARCONDES, 2002, p. 383).

²⁴¹ É o trabalho da troca-de-dia, pago também em trabalho por um princípio de reciprocidade equilibrada, realizado segundo uma relação diádica entre dois grupos familiares distintos, regulamentada pelo parentesco, compadrio e vizinhança e cujo produto (a contraprestação em trabalho) é apropriado a médio ou curto prazo (dentro do mesmo processo produtivo, segundo as etapas que exigem esse sistema (SÁ, 1984, p. 17).

sociedade camponesa marca uma de suas diferenças fundamentais em relação ao modo de produção capitalista (SÁ, 1984, p. 16). Discorrendo desta questão, Sauborin (2000) reflete a questão das relações socioeconômicas de solidariedade ou de reciprocidade²⁴² entre as unidades familiares camponesas.

Pode-se citar o compadrio, o *multirão* (ajuda mútua), a comunidade, os *fundos de pasto* (pastagens comuns), as fontes de água comunitárias. Existem também novas formas locais de coordenação entre os produtores: as organizações profissionais como sindicatos, associações, cooperativas e as redes interpessoais como as redes de comercialização ou as redes de inovação. A viabilidade da agricultura familiar depende portanto, também, do ambiente institucional regional e global. (SABOURIN, 2000, p. 27, grifo do autor).

Neste caso, inexistente uma vontade de institucionalizar um poder de escala ampliada no meio social, a grande questão destes sujeitos se resume na autogestão de suas vidas e na perpetuação deste modelo as gerações posteriores. Eles não são camponeses por opção ou arbítrio do mercado, mas pela vontade e possibilidade de reproduzir um modo de vida que seja em sua maior parte guiado pela própria consciência. “Assim, o velho debate sobre a caracterização do camponês, pode ser resumido à permanência de sociedades camponesas” (SABOURIN, 2000, p. 27).

Considerando a importância que a autonomia possui no interior das realizações camponesas, é importante frisar um pouco do significado que esta noção possui. O termo autonomia é de origem grega, composta pelo adjetivo pronominal *autos*, que significa ‘o mesmo’, ‘ele mesmo’ e ‘por si mesmo’; e pelo substantivo *nomos*, com o sentido de ‘compartilha’, ‘instituição’, ‘lei’, ‘normas’, ‘convenção’ ou ‘uso’. Autonomia significa autoconstrução, autogoverno, autogestão. Este vocábulo surge na literatura acadêmica ora atrelado ao sentido de participação social, ora atrelado ao sentido de se ampliar a participação política. Etimologicamente, o conceito de autonomia significa “a condição de uma pessoa ou de uma coletividade autônoma, quer dizer, que determina ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE, 1996, p. 115). Ainda discutindo desta concepção Lalande (1996) pontua a autonomia enquanto uma:

²⁴² A reciprocidade está colocada nos estudos do antropólogo Marcel Mauss, contexto em que as trocas deixam de ser ‘simples trocas’ em decorrência do “caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações” (MAUSS, 2003, p. 41). “Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens, riquezas, bens moveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos [...] [...] Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas” (Idem, p. 212).

Liberdade moral, enquanto estado de fato, oposto, por um lado, à escravidão dos impulsos, por outro, à obediência sem críticas à regras de conduta sugeridas por uma autoridade exterior. ‘É esta servidão que os homens chamam heteronomia; e eles lhe opõem, com o nome de autonomia, a liberdade do homem que, pelo esforço da sua própria reflexão, dá a si mesmo os seus princípios de ação. O indivíduo autônomo não vive sem regras, mas apenas obedece às regras que ele escolheu depois de examiná-las (LALANDE, 1996, p. 115).

Portanto, conforme as reflexões já destacadas, essa noção está amplamente presente no campesinato pelo fato destes sujeitos trazerem consigo uma relativa liberdade de escolha nas realizações do seu cotidiano, a qual apresenta graus diversos de concentração em cada realidade dada. Por isso, de maneira geral, nestes domínios vigora um significativo conjunto de prerrogativas que possibilita aos camponeses escolher o que deve ou não fazer. Outro atributo se dá pelo fato da autonomia não isentar as unidades familiares ou as comunidades camponesas de estipularem regras e as segui-las, apenas faculta a escolha das regras a serem seguidas. Assim, as discussões envolvendo o campesinato vão ao encontro das concepções da autonomia, pois esta, na perspectiva da democracia social significa “a possibilidade de aproveitar a liberdade, a inteligência criadora e a iniciativa no gerenciamento de sua vida individual, familiar e associativa” (PADILHA, 2001, p. 65), realizações sociais estas que estão presentes no dia-a-dia da vivência camponesa.

A autonomia concreta sobre determinado espaço, ou sendo mais exato, o exercício de poder por parte das comunidades sobre determinado território, acarreta, na maioria das vezes, empecilhos às macros orientações geralmente tomadas pelo Estado moderno. Nos referimos à tendência de crescente integração territorial e econômica, o controle do subsolo, a exploração de recursos naturais, um efetivo controle militar das fronteiras, uma única jurisdição a todo o território nacional, etc. Quando tais interesses são colocados em jogo, o Estado não nega o recurso à violência como forma de restituir o domínio sobre tais espaços (ALKMIN, 2015, p. 60).

Neste sentido, quando se discute a autonomia no mundo camponês não significa necessariamente o isolamento do campesinato em relação ao capital e/ou a outros elementos externos provenientes dele, mas trata-se de uma das formas de resistência construída por estes sujeitos, que se pautam no comando do próprio tempo e do próprio espaço na estruturação produtiva, ou seja, uma realização que acontece oposta à lógica capitalista. É por isso que a autonomia camponesa é uma questão que corresponde ao controle (parcial ou total) das formas de trabalho na terra, estabelecendo por si mesmo as prioridades envolvendo o trabalho

(ritmo, local e tipo de cultivo) e o descanso na propriedade, uma atribuição que está proporcionalmente atrelado a necessidade de consumo do grupo familiar.

Para Ploeg (2008), o campesinato representa basicamente uma luta constante por autonomia, o que significa a liberdade dos agricultores que estrutura-se em dois formatos de relações: um “que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre de relações agressivas de exploração e submissão, e outro (evidentemente ligado ao primeiro e condicionado por ele), que consiste na liberdade para agir de tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos” (p. 48-49). Assim, a autonomia camponesa enquanto vontade e construção social própria inserem as inter-relações envolvendo a propriedade camponesa e o seu contexto, uma questão própria destes sujeitos que “passa pelos campos, currais e estábulos através das muitas decisões que precisam ser tomadas sobre a criação dos animais, a seleção de sementes, a irrigação e os insumos de trabalho” (PLOEG, 2008, p. 49).

Por outro lado, o autor destaca ainda que a autonomia camponesa esta longe de uma interpretação enquanto “categoria negativa, como uma instância que não é condicionada por ninguém. Pelo contrário, me refiro à autonomia relativa — ao espaço de manobra, [...] que consiste em uma constelação em que a responsabilidade e a condição de agente se manifestam” (PLOEG, 2008, p. 49). Nestas condições, a autonomia tem a sua condição validada enquanto práxis nos lugares camponeses no instante em que “a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos e a opacidade e mutilação da esfera pública que disso derivam foram abolidas” (SOUZA, 2000, p. 77). Tal realidade remete a uma perspectiva de que a autonomia carrega em si ações e sentidos em contínua elaboração, a qual está constantemente superando as arbitrariedades do campo, com isso, não apresenta regras pré-estabelecidas.

É por isso que o estudo do campesinato exige um esforço cuidadoso, pois suas realizações são múltiplas e plurais e é justamente essa condição que lhe garante a sua reprodução social de forma autônoma no meio social. Isto se dá, “a partir de um conjunto de práticas relacionadas à produção de autoconsumo e resistência, controle dos segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e de vizinhança, enfim, relações sociais, dentre outras características” (FABRINI; ROSS, 2014, p. 42). É onde se dá de fato a vitória da economia política²⁴³ do trabalho sobre a economia política do capital, convertendo

²⁴³ [...] a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles

o fetichismo da mercadoria em valor de uso no campo. Portanto, “[...] embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele. Na verdade, é governada por um conjunto de equilíbrios [...] de formas complexas e definitivamente distintas” (PLOEG, 2016, p. 09).

Assim, sendo, não é apenas o Estado que intervém para corrigir quaisquer desequilíbrios significativos que ocorrem entre economia, ecologia e sociedade. É uma determinada parte da sociedade civil (isto é, o camponato) que “intervém” no desenvolvimento da agricultura, arrancando-a da rota estritamente determinada pela economia. Assim, o faz dominando e ajustando os diferentes equilíbrios. O controle ativo do camponato sobre diferentes equilíbrios transforma a agricultura em uma constelação que é mais produtiva, oferece mais empregos e possibilita a muitas pessoas mais autonomia e espaço para a autogestão do que se a agricultura fosse controlada unicamente por mercados e/ou relações capital-trabalho (PLOEG, 2016, p. 15).

É através deste entendimento que se possibilita discutir o entendimento emancipatório do “princípio camponês” (PLOEG, 2008), uma realização que implica compreender a condição camponesa enquanto um fluxo ao longo do tempo e que insere o sonho de um contexto futuro. Neste entendimento, o princípio camponês atua como um elemento que conduz as ideias e ações camponesas envolvidas por uma lógica de vida, pois por mais precário que seja o quadro da vivência camponesa, existe a firme esperança e propósito de que o ano/safra seguinte será melhor. “A esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o progresso pode ser construído. O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as imediações do contexto” (*ibidem*, p. 299).

Desta feita, o princípio camponês potencializa a resistência e resiliência no camponato com vista à garantia de uma vida digna aos seus sujeitos, além de possibilitar a perpetuação deste modelo social. Portanto, é neste sentido que se discute uma agricultura feita pelos e para os camponeses, isto é, uma agricultura de autoconsumo, pois, todas as dimensões de consumo no campo são, em sua maior parte, decididas na vontade e necessidade dos camponeses. Por isso, discorrer da agricultura de autoconsumo é também falar das subjetividades camponesas, das suas empreitadas, dos seus sonhos, enfim, da sua cosmovisão de mundo. É esse grau de consciência que milhares de camponeses expropriados da terra almejam no mundo todo, uma significativa independência quanto à condução do tempo, do

servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (POLANYI, 2012, p. 48).

trabalho, do lazer, da comida, portanto, da própria vida, a qual se dá no lote camponês que simbioticamente está posicionada enquanto unidade de produção e de consumo.

A agricultura de autoconsumo é uma ferramenta da autonomia camponesa que possibilita o progresso e a perpetuação destes sujeitos no campo. Ela é um dos componentes existente na complexa relação que envolve os camponeses e os elementos bióticos e não-bióticos, sendo que esta interação acaba por diferenciar os camponeses. Assim, percebem-se as distintas formas e intensidade de autonomia no campo. Este arranjo é tratado em Ploeg (2008) com o sentido de “co-produção”, que “[...] diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva. Tanto os recursos sociais como os recursos naturais são constantemente configurados e reconfigurados, assim gerando continuamente novos níveis de co-produção” (PLOEG, 2008, p. 41).

Portanto, quanto mais mobilizada for à agricultura de autoconsumo mais sustentável e consolidada fica a sua prática, pois favorece a diversificação e a agregação de valores camponeses no campo. Assim, a agricultura de autoconsumo aparece numa variedade de questões camponesas como: pensar a safra seguinte, selecionar as melhores sementes, apurar a raça dos animais, fortalecer os laços de vizinhança, constituir os fundos de reservas, entre inúmeros outros ‘jeitos’ e ‘modos’ camponeses que eles se utilizam para potencializar a sua capacidade de viver na/da terra. Ou seja, é uma estratégia de resistência e resiliência no campo que tem o mercado como um suporte essencial, mas não o principal, pois é exatamente a desobstrução da ‘dependência’ ao capital o propósito central da agricultura de autoconsumo. É válido frisar, que mesmo quando os camponeses se adentram no sistema de mercado, os sentidos condutores das suas decisões voltam-se para um entendimento econômico que lhe é próprio (indicado para o consumo), contrariando a perspectiva do lucro capitalista.

Para tanto, a agricultura de autoconsumo utiliza-se de um aporte de capital integrado por recursos não-mercantilizados (natureza) em conexão a um fluxo de recursos também não mercantilizado, constituindo um capital ecológico (PLOEG, 2008) que é invisível e incomensurável ao sistema capitalista, mas que possui uma subjetividade peculiar e extremamente competitiva em favorecimento da reprodução social camponesa. Assim, os grupos camponeses forjam uma base de recursos autogerido, inserindo tanto os recursos sociais como os naturais, além do recurso chave e primordial neste processo, a terra, que está dotada de uma simbologia fundante na autonomia camponesa (PLOEG, 2008). Esse complexo

constitui a base do sistema de produção camponês e contrapõe a noção de ‘cadeia produtiva’ da agricultura corporativista fundamentada no ‘terceiro regime alimentar global’²⁴⁴.

Os sistemas camponeses de produção são um complexo arranjo entre cultivos, árvores, animais e o solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não é usado para consumo familiar e nem comercializado se transforma em alimento para os animais, que por sua vez produzem alimentos para a família, o mercado, o solo e outros animais. Nessa forma de produção nada se perde, tudo tem uma utilidade (MPA, 2012, p.14).

Por outro lado, pode haver questionamento acerca da nomenclatura ‘autoconsumo’, de que a sua representação apresenta equívocos pelo fato dos camponeses manterem dependência com agentes socioeconômicos externalizados a propriedade. Com isso, tal nomenclatura seria insuficiente para refletir o campesinato. Antes de tudo, é necessário deixar “[...] bem claro, no mundo de hoje, assim como no passado, é impossível reproduzir a família e a propriedade sem o auxílio dos mercados” (PLOEG, 2016, p. 41-42). Assim, a agricultura de autoconsumo não só é suficiente, como também é a mais adequada para refletir o campesinato, pois é capaz de aproximar teoricamente e na prática uma classe social composta por sujeitos diversos e plurais. Por isso, defende-se aqui a inaplicabilidade da noção ‘agricultura de subsistência’ quando direcionada aos camponeses, pois tal propositura soa no mínimo ‘irracional’ e ‘equivocada’, haja vista, que os camponeses têm na maximização da sua reprodução social o propósito central do seu cotidiano.

Portanto, a agricultura de autoconsumo pode ser entendida enquanto “uma concepção de vida cuja proposta é ir além da subsistência, alargar as possibilidades da economia familiar sem dela fazer uma economia empresarial ou patronal [...]” (MARTINS, 2013, p. 21). Refere-se a um embate ininterrupto pela autonomia e perpetuação dos camponeses, a qual busca afirmar uma sociedade onde “[...] o alimento é um direito de todos os seres humanos e não mera mercadoria da qual se busca extrair lucros [...]” (STEDILE, 2007, p. 42), isto, numa sociedade que é hegemônica pelas relações de dependência e privações.

²⁴⁴ Também chamado de “regime alimentar corporativo” e com início “[...] na década de 1980, vem aprofundando o processo do regime anterior, comprometendo o ideal de agriculturas nacionais e pavimentando um caminho de regime alimentar cada vez mais transnacional e corporativo. Esse novo regime refletiu o momento do projeto de globalização neoliberal da história política do capital, projetando uma hegemonia corporativa sustentada por finanças internacionais e regras multilaterais. O regime alimentar corporativo, por meio do cultivo especializado, produz alimentos de baixo custo e essa produção depende de uma divisão internacional de trabalho agrícola entre norte e sul global, coordenadas por cadeias corporativas com relações comerciais regidas por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e protocolos da Organização Mundial do Comércio (OMC)” (SILVA, 2017, p. 144).

Conforme já discutido anteriormente, a aquisição de produtos no mercado e ainda o seu assalariamento (provisório) não torna os camponeses respectivamente capitalistas e proletários, pois ambas as condições são estratégias para garantir a reprodução camponesa. A aquisição de bens efetuada pelos camponeses converte a noção ‘valor de troca’ para ‘valor de uso’, uma vez que no campesinato o lucro não tem a mesma centralidade exercida no capitalismo. “Se o objetivo fosse lucro, as pessoas certamente venderiam as terras. Contudo, em vez disso, agarram-se a ela, arando-a ou deixando-a ociosa, gerando assim um gama de efeitos inesperados e, muitas vezes contraproducentes, no nível macro” (PLOEG, 2016, p. 37). É por isso que as análises isoladas e descontextualizadas das realizações cotidianas dos camponeses é o que acaba por resultar nos ‘mal-entendidos’ quando da discussão desta classe, derivando em interpretações incompletas e superficiais acerca destes sujeitos.

Diferentemente da agricultura de escala ampliada, a agricultura de autoconsumo trabalha a terra com liberdade e consciência, a terra não é tida enquanto mercadoria e nem como componente de especulação. O sentido da terra camponesa acontece pelo trabalho familiar²⁴⁵ e carrega em si um valor ilimitado pela maior parte dos camponeses. “Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura e a base de recursos na qual ele se apoia coincidem e concretizam-se na emancipação do campesinato” (PLOEG, 2008 p. 42). Logo, refletir a agricultura de autoconsumo é considerar os camponeses em sua integralidade vivencial, pois diferentemente dos trabalhadores assalariados, os camponeses não estão posicionados enquanto agentes sociais previsíveis e, portanto, fáceis de serem manobrados.

A agricultura camponesa (salvo algumas exceções) se baseia no trabalho não assalariado. O trabalho não é mobilizado pelo mercado de trabalho. É trabalho familiar: trabalho na propriedade fornecido pela família. Embora isso pareça simplório e um tanto óbvio, suas consequências tem um vasto alcance. Como não há pagamento de salário, não é possível calcular os lucros. Logo, os princípios da organização que governam a economia capitalista (por exemplo: a maximização de lucros e as reduções de custos que são obtidas com frequência por meio da redução de insumos de trabalho) não se aplicam a agricultura camponesa. Portanto, a dinâmica da unidade camponesa é caracterizada e governada por uma busca por equilíbrios internos que seguem outra lógica (PLOEG, 2016, p. 30).

Assim, a agricultura de autoconsumo é na verdade uma estratégia que garante aos camponeses uma estruturação autônoma e sustentável. Consequentemente, a terra é tratada

²⁴⁵ “É o trabalho não remunerado da unidade doméstica, realizado segundo uma relação grupal regulamentada pelo parentesco e cujo produto é apropriado coletivamente a longo prazo (ao fim do processo produtivo)” (SÁ, 1986, p. 17).

enquanto ‘terra de trabalho’ e ‘terra de morada’²⁴⁶, pois é neste lugar que a família forja o seu modo de vida. Vale destacar também, que o campesinato não tem sua organização autogestionada e carregada de significados próprios em virtude de questões bucólicas, de rusticidades ou outras apreensões passadas. Esse modo de vida, quase sempre estranho ao mundo dito ‘moderno’, é na verdade resultante de uma consciência classicista de compreensão a realidade social que lhe cerca. Portanto, anteendo a expropriação, a exploração, a expulsão, entre outras barreiras impostas pela agricultura corporativista, os camponeses se revestem de inúmeras estratégias de vida e praticam uma agricultura de autoconsumo que está aquém da noção superficial envolvendo o equilíbrio trabalho-consumo.

A necessidade de reproduzir a vida (e não o lucro) na terra incute nos camponeses uma lógica de vida complexa ao mundo exterior. Portanto, “[...] o equilíbrio trabalho-consumo não é o único fator que governa a extensão em hectares e/ou os níveis de rendimentos e está longe de ser um fator determinante. “[...] É um todo interdependente porque é bem equilibrado” (PLOEG, 2016, p. 42). Assim, o entendimento da propriedade enquanto garante da vida exige que o solo seja percebido de forma adversa ao entendimento capitalista. É esta condição que municia o entendimento da agricultura de autoconsumo, a qual é possibilitada pelo controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho. “Apenas quando esses equilíbrios gerais estão bem balanceados a família agricultora pode suprir suas próprias necessidades por meio de esforços próprios” (*ibidem*, p. 44).

Refletir a agricultura de autoconsumo é ratificar a importância da soberania alimentar ao país, um protagonismo que é exercido e mantido pelas unidades camponesas de produção. Esse modelo busca antes de tudo condicionar-se para produzir e/ou ter acesso aos alimentos necessários para vida, sendo que o excedente desta produção é que irá potencializar a soberania alimentar para além das populações que estão no campo. Neste sentido, a agricultura de autoconsumo tem importância crucial para a manutenção da soberania alimentar da sociedade, pois estes sujeitos não só se bastam, como também abastecem a mesa da maior parte das residências no Brasil. Assim sendo:

Essa é uma questão que não tem como ser formulada desde o polo do capital (ser agenda do agronegócio) senão como farsa ou cinismo. Por isso também o capital pode admitir (em tempos de crise) discutir “segurança alimentar”, mas não pode, sem trair a si mesmo, aceitar o debate acerca da “soberania

²⁴⁶ A agricultura familiar só pode desenvolver-se com moradia perto do trabalho. [...] Não residir no lote inviabiliza a produção doméstica de animais de pequeno porte, hortas, enfim, a produção vinda do quintal, que é das mulheres. É fundamental para a reprodução do grupo familiar, e a produção de excedentes pode ser alternativa para complementar a renda (MARTINS, 2003, p. 21).

alimentar” (pautado hoje pela agricultura camponesa). (CALDART et al., 2012, p. 15).

Nestes termos, diferentemente da segurança alimentar que visa à produção de alimentos com indiferença a sua origem e processo (podem ser transgênicos, ecológicos, com trabalho escravo ou livre), a soberania alimentar incute a noção do território, do controle e a autonomia dos produtores da comida, a qual é produzida por sujeitos sociais e para os sujeitos sociais. É por isso que o entendimento da soberania alimentar se aproxima da agricultura de autoconsumo, pois ambas as concepções envolvem a participação direta da sociedade civil, uma esfera de poder que emana e se posiciona ‘de baixo’ e na escala local²⁴⁷, envolvendo sobremaneira, uma articulação produtiva em circuitos curtos de produção-consumo.

Tal valorização é distinta do processo de ‘comoditização’ presente no agronegócio, que descaracteriza os alimentos de sua identidade e o insere na lógica do produtivismo em série do modelo “liberal produtivista” (FRIEDMANN, 2000). Portanto, os princípios da soberania alimentar rompem “com a lógica neoliberal de tratar o alimento e a agricultura em si mesma como uma mercadoria, e colocam a alimentação como uma questão de estado e a autossuficiência alimentar considerada central para a soberania nacional [...]” (MPA, 2012, p. 20).

Os traços em comum dos camponeses que surgem nos enfrentamentos sociais por conquista e garantia de espaço e reconhecimento tem o seu fundamento na agricultura de autoconsumo, forma organizativa esta que lhes possibilita posicionarem enquanto protagonistas da própria reprodução social, mesmo considerando as dificuldades e ainda a precariedade com que parte de seu cotidiano é às vezes submetido. Nesta lógica, ele “não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço trabalho-consumo que é subjetiva porque está baseada nas necessidades da família” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 36). Assim, a busca por autonomia é contínua na vivência camponesa, pois visa superar as adversidades instruídas nas relações de dependência, marginalização e privação instruídas pelo avançar das territorialidades capitalistas.

É por isso que a terra ganha um sentido único para a unidade camponesa, pois não só representa o resultado da luta e dificuldades que a permanência na terra exige como também

²⁴⁷ [...] a soberania alimentar dá prioridade para as economias locais e aos mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional. Coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. [...] [...] A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações (Declaração de Nyéléni apud STEDILE e CARVALHO, 2010, s/p).

uma realização carregada de sonhos e que são partilhados entre estes sujeitos. Essa carga de realizações simbólicas e concretas constrói diversas estratégias de recriação e resistência camponesa, reinventando hábitos e atitudes a cada dificuldade encontrada, resultando assim na adaptação da vida nestes lugares. “A resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente*” (PLOEG, 2010, p. 370, grifo do autor).

Portanto, é a harmonia e a centralidade envolta na tríade terra-trabalho-família que sustenta a reprodução social dos camponeses, pois no instante em que se é colocado o viés ‘financeiro’ enquanto principal vocação e/ou intencionalidade, não é mais a reprodução da vida que está em discurso, mas sim a reprodução do capital. Por isso, a reflexão camponesa exige um ‘posicionar-se conforme os camponeses’, pois enquanto o sentido do capital estiver destacado nessa questão, os camponeses continuarão incompreensíveis a sociedade envolvente.

Neste sentido, é possível discorrer da autogestão nas organizações camponesas, pois mesmo considerando que determinadas parcelas do sistema produtivo têm seu controle atrelado à agricultura corporativista, a maior parte das realizações do dia-a-dia na propriedade camponesa são controladas por estes sujeitos. Discursando dessa realização, Ploeg (2009) aponta que os ciclos de produção camponesa são elaborados através dos recursos produzidos e reproduzidos em safras (produção) anteriores, visto que a materialidade da produção camponesa converte elementos do capital em valores-de-uso, a exemplo dos insumos e ferramentas de trabalhar a terra, que cumpre ao mesmo tempo a função de produzir mercadorias e possibilita a reprodução da unidade de produção/consumo camponês.

Na MRG de Faxinal a autogestão camponesa se faz presente em vários momentos do cotidiano destes sujeitos, indo desde o controle do tempo destinado ao trabalho e o tipo de cultivo mais vantajoso, até as formas de comercialização escolhida a produção. Dos municípios que integram a área em estudos, 04 (quatro) deles possuem uma organização de feiras camponesas para a venda da sua produção (Bom Sucesso, Borrazópolis, Faxinal e Marumbi), além de alguns camponeses de Bom Sucesso e Marumbi participarem também da feira do produtor de Jandaia do Sul (Foto 18). Conforme informações repassadas em algumas das entrevistas, o trabalho nestas feiras (transporte, montagem das barracas e a comercialização) é realizado por toda a família, com destaque para as mulheres que geralmente por apresentarem uma melhor comunicação com os clientes, acabam ficando com a parte do atendimento comercial (venda). Portanto, é possível discorrer da autogestão camponesa nestes cenários, uma vez que essa realização ocorre quando os sujeitos envolvidos

neste movimento são, ao mesmo tempo, trabalhadores e proprietários e partilham suas decisões democraticamente.



Foto 18: Feira do produtor em funcionamento no município de Jandaia do Sul.
Fonte: Do autor (2017).

A rotina dos camponeses no dia de feira é diferenciada, pois os trabalhos se estruturam com a finalidade de oferecer produtos de qualidade e frescos no instante de realização da feira. É um momento de sociabilidade com a troca de ideias e saberes junto aos clientes. O entrevistado BSUF-02 (Bom Sucesso – Unidade Familiar 02) ao comentar sobre a feira destaca que “é um tempo em que a gente se esquece um pouco da peleja lá do sítio né. Pois aqui além de garantirmos a nossa renda, é como um lazer, pois conversemos com os clientes e alguns já são até mais do isso né. A gente se apega e vira tudo amigo!” O entrevistado participa da feira do produtor em Bom Sucesso e em Jandaia do Sul, onde a sua especialidade é vender ‘espetinhos’ de carne, sendo essa a sua principal ocupação há 17 (dezesete) anos. Na sua barraca tem também a venda de hortaliças, mas essa parte está aos cuidados de sua esposa e de um casal de filhos.

A vida só na roça é complicada sabe! U povo num valoriza u nossu trabáio, pois quando vão comprá querem pagá uma merreca e quandu a genti vai nas compras é tudu uma carístia danada! Em 2001 nós dicidimos entrá prá feira ali na cidade (Bom Sucesso) mesmo sabe! Era as coisas qui produzia aqui mesmu, verduras, frutas, frango, issu tudo sabe! Daí em 2002 eu tive a ideia di fazê ispetinho di carne! I u povo gosto sabe! Hoje ajudo poco na lida aqui

na terra, os fios é que tomam a frente mais a muié! Eu fico na correria atrás de carne boa e barata, pois se assá carne ruim o povo some tudo né! E eu lhi falo hein! Com esses ispetinhos aí, tenhu uma renda maior qui tudu a familiada trabaiandu junto! Foi mesmu uma bençun dus céus! Cê tem qui vê na feira grande de Jandaia! A kombinha nossa aqui vai abarrotada com as caixas di conserva dos ispetinhos! Já levo tudu prontinho e já no ponto de por prá assá! Agora também já coloquei us refrigerantes e sucos né! Cerveja num vendu não, pois a feira é só lugar de família e não pega bem fica vendendo bebida di álcool lá né! A organização das feiras é tudu coisa di primera hein! Tem hora prá abri e prá fechá! É nós mesmo que decide nas reuniões como vai ser as coisas. Tem a taxa mensal que pagamus prá manutenção né! Lá em Jandaia tamus em 42 feirantes e aqui em Bom Sucesso, pur ser lugar menor, samu só 08 feirantes! (BSUF-02, 01 mar. 2018).

Este relato comprova a realização da autonomia e autogestão camponesa, pois contrariando as lógicas tradicionais de comércio, estes sujeitos construíram formas alternativas de comercializar o fruto do seu trabalho. Uma iniciativa que é gestada e decidida na vontade dos próprios camponeses, os quais coletivamente definem e garantem a diversificação dos produtos, a qualidade e a tabulação de preços. Além da venda de hortaliças, têm também doces, pães, bolos, sucos, frutas, salgados, artesanatos, massas, caldo de cana, entre diversas outras variedades comercializáveis, sendo que a renda obtida nestes circuitos é convertida em valor de uso para a reprodução social camponesa. Esta estrutura envolve de forma completa o ciclo da autogestão da propriedade camponesa, pois considera a decisão destes sujeitos no que produzir, quando produzir e para quem comercializar.

Com isso, é inquestionável a importância que a agricultura camponesa exerce para a geração, a fluidez e a permanência da renda na escala regional, pois diferente das grandes redes de supermercados, os feirantes injetam na economia local os recursos financeiros auferidos com suas vendas, sendo que esta lógica independe de o camponês ser feirante ou não. Por isso, o fortalecimento e estímulo as organizações camponesas é significativamente vantajoso ao desenvolvimento socioeconômico do meio rural e do meio urbano. Isto se deve pelo fato do potencial destes sujeitos não se resumir apenas na produção de alimentos, ou seja, o campesinato é muito mais que isso, é lugar de reprodução social da vida, do trabalho, da renda, da diversidade, da fartura, entre inúmeras outras construções sociais que favorece a sociedade envolvente. Dentro dessa perspectiva, é fundamental o discurso e o estímulo as inúmeras estratégias de recriação camponesa, uma vez que “novos espaços surgiram, permitindo que houvesse inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES, 2002, p. 347).

Esse quadro só confirma o grau de incapacidade e insuficiência sociopolítica que os programas institucionais de Estado voltados à agricultura familiar no Brasil possuem, pois não conseguem incluir socioeconomicamente todos os camponeses do país. Neste sentido, estes sujeitos se mobilizam em estratégias diversas com o intuito de atingir determinada suficiência de autonomia e autogestão, além de estabelecerem uma apreensão crítica de mundo. A construção social dos elementos e condicionantes que potencializam a autonomia camponesa está colocada nos estudos de Almeida (2000) com um caráter reivindicatório e que contraria a noção ‘concentradora’ vigente na agricultura mercantilizada, a qual “[...] restringe a democracia e nega a cidadania; contra um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças (p. 35)”. Portanto, a autonomia camponesa envolve:

i) o domínio de um saber camponês específico; ii) o conhecimento de certos instrumentos próprios de produção; iii) a disponibilidade de um leque - o mais amplo possível - de opções de trabalho; iv) a possibilidade de melhor organizar o tempo de trabalho, abrindo espaço para outras atividades específicas dentro da atividade (artesanato, prestação de serviços exteriores à unidade de produção, intermediação na comercialização-distribuição de produtos agrícolas, etc.); v) a possibilidade de trabalhar e de viver perto do lugar/local de origem, conservando as relações sociais e de vizinhança, algumas atividades fora do trabalho, de tempo para o lazer e as relações com os grupos e comunidades locais; vi) um certo domínio do tempo e do lugar/local de trabalho; e vii) um maior espaço de manobra na diversificação das atividades da família e no contexto da produção propriamente dita, afim de aumentar a autonomia de cada um dos membros familiares em relação à sua própria atividade (ALMEIDA, 2000, p. 38)

É nisto que se respalda a agricultura de autoconsumo, pois, tomar a produção e o autoabastecimento de alimentos de forma isolada no campesinato é insuficiente para explicitar o autoconsumo camponês. Essa concepção exige uma abordagem sinérgica e totalitária da vida camponesa, pois os vínculos e projetos conduzidos nestas realidades sociais não se dão de forma compartimentada, ou seja, eles acontecem enquanto continuidades sistêmicas que se ligam no tempo e no espaço, emergindo desta formatação as condicionantes sustentáveis que caracteriza a agricultura de autoconsumo. Todo este movimento se organiza com o intento de consolidar e expandir as territorialidades camponesas e com isso, frear o avanço do “processo de heteronomização provocado pela modernização da agricultura” (ALMEIDA, 2000, p. 39).

Este tem sido o grande desafio dos camponeses visitados na MRG de Faxinal, visto que estes se organizam de forma que consigam reproduzir seus respectivos núcleos familiares.

O que se está em questão não é a negação ao capital, a tecnologia e/ou a inclusão camponesa nestes sistemas, pois a prioridade é a manutenção da vida, ou seja, a possibilidade destes sujeitos poderem conduzir o seu cotidiano de forma autogestionária e deslocado do passivo socioambiental deixado pela agricultura capitalista. “Em síntese, a resistência do campesinato se encontra, acima de tudo, na *multiplicidade de respostas* continuadas ou recém-criadas a fim de enfrentar o Império como principal modo de ordenamento. Por meios dessas respostas os camponeses são capazes de remar contra a maré” (PLOEG, 2010, p. 370, grifo do autor).

A ideia da autogestão no interior dos movimentos sociais é uma questão antiga, a qual ganhou sentido e prática social desde os primórdios do capitalismo. Segundo Singer (2000), a opressão originada da intensificação capitalista na primeira metade do século XIX na Europa originou questionamentos sociopolíticos por parte dos chamados ‘socialistas utópicos’ e ainda a mobilização organizacional de arranjos cooperativos, contrariando a centralidade do capital industrial desta época. Este acontecimento não resume e explica a construção da resistência no interior da classe trabalhadora, mas foi significativamente importante para robustecer o campo das ideias e fortalecer as teorias da autogestão em todo o mundo.

Trazendo esta questão para os sujeitos camponeses, Vanderlinde (2007) pontua que ainda na idade média estes sujeitos já se posicionavam enquanto agentes de resistência no meio social europeu. Organizados não apenas enquanto categoria simples, pluriativa e de dedicação a terra, eles eram compostos também pelos chamados “homens comum”, ou seja, aqueles desprovidos do poder político, e que, portanto, tinham a consciência das diferenças sociais que os distinguiu das minorias não-camponesas e com as quais mantinham uma relação de submissão e opressão. São nestas condições históricas de isolamento aos ‘padrões sociais hegemônicos’, que os camponeses organizaram por si mesmos as formas de enfrentamento as adversidades que lhes despontaram ao longo dos séculos, uma construção social que contribuiu para a conscientização sociopolítica destes sujeitos, os quais vão amadurecer a sua condição de classe *sui generis* no capitalismo ao longo do século XX.

Nestes termos, pode até ser possível um reducionismo temporal e teórico envolvendo a argumentação da autogestão, mas a costura social das práticas autogestionárias é uma implicação tão antiga quanto à própria existência humana, pois continuamente, mesmo que de forma imparcial e incompleta, os indivíduos têm buscado e almejam uma forma organizativa que lhes possibilitem a reprodução da vida e a dignidade humana. Portanto, considerando as reflexões já dialogadas ao longo deste ensaio, é imprescindível a catalogação da vivência camponesa enquanto comunidades autogestionárias, pois estes têm na organização coletiva uma importante estratégia de superação as suas adversidades históricas. No entanto, uma

consciência política robusta e efetiva, passou a fazer parte do cotidiano destes sujeitos após o florescer do século XIX, dado ao aporte e confronto prático-ideológico instruído pelos pensadores do anarquismo e do socialismo, que refutavam o modelo de sociedade imposto pelo surgente capitalismo industrial. Cabe aqui um breve posicionamento destas teorias a fim de situar a questão da prática da autogestão nas sociedades camponesas.

Apesar de partilharem da mesma origem (transformação social) e serem confundidos em suas reflexões, o anarquismo e o socialismo apresentam diferenças significativas entre si, além de que ambos possuem divergências teóricas internamente, sendo que tais comparações não é questão fundamental aqui. Enquanto o socialismo, grosso modo, apregoa a ocupação do Estado pela classe trabalhadora, o anarquismo²⁴⁸, de forma geral, vê a materialização do Estado enquanto o fundamento da opressão social, pois mesmo constituído por grupos operários, haverá a continuidade da hierarquização e a imposição de regramentos na sociedade, ou seja, a configuração de um poder superior, e com isso, surge novamente o sentido da desigualdade social (RODRIGUES, 2011). Essa aversão a concentração do poder pelo anarquismo se dá pelo fato de que seus adeptos “contestam a autoridade e muitos lutam contra ela” (WOODCOCK, 2002, p. 07), pois independente da forma da autoridade, é ela que principia a dominação no meio social.

Para Pedro (2012), as reflexões acerca do anarquismo são bastante complexas e não está atrelada a noção de ausência de ordem, mas sim a ausência de coerção. Outra colocação equivocada ainda vinculada é a de que a anarquia representaria o caos e a ausência de vínculos de solidariedade (indiferença) entre os homens. Assim, é nesta ruptura com as diferentes autoridades de governo que se encontra as reflexões do anarquismo, instante em que emerge horizontalmente das bases sociais e da organização coletiva, ou seja, o princípio da autogestão, um exercício de poder constituído e partilhado pela própria coletividade. Neste sentido, podem-se incluir neste universo as formações comunitárias e de autogestão da propriedade a qual os camponeses se utilizam para realizar a sua reprodução social.

Portanto, o anarquismo se desenvolve enquanto um conjunto de entendimentos próprios do mundo, vivenciado e refletido na totalidade do tecido social dos homens (mulheres). Essa construção social “[...] fornece orientação para a ação no sentido de substituir o capitalismo, o Estado e suas instituições, pelo socialismo libertário – sistema

²⁴⁸ Foi somente a partir da cisão da Primeira Internacional, em 1872, e da fundação, naquele mesmo ano, da Internacional Antiautoritária, uma associação popular e operária que reuniu a maior parte dos anarquistas europeus, que o termo “anarquia” e seus derivados passaram a ser utilizados mais constantemente pelos próprios anarquistas. Ainda assim, apesar dos esforços contrários dos anarquistas, o senso comum vem subsidiando, até o presente, a compreensão de grande parte da sociedade (CORRÊA; SILVA, 2014, p. 22).

baseado na autogestão e no federalismo –, sem quaisquer pretensões científicas ou proféticas” (FARJ, 2009, p. 08). Considerando a diversidade social na qual os homens imprimem suas visões de mundo, o anarquismo é igualmente um composto integrado por essas diferenças, desde que uma não avance noutra. Assim, “seria enganoso dar uma definição clara de anarquismo” (MARSHALL, 2010, p. 03), uma vez que o anarquismo é, “por sua própria natureza, antidogmático”, pois “não possui um corpo fixo doutrinário, fundamentado em uma visão de mundo particular”. No entanto, ele se expressa enquanto “uma filosofia complexa e sutil, que abarca muitas correntes de pensamento e estratégias distintas”. Outra explicação compreendendo o anarquismo está em Pedro (2012) ao explicá-lo enquanto uma:

[...] ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão (PEDRO, 2012, p. 79).

Desta feita, a autogestão enquanto sistema social se constitui numa alternativa e enfrentamento a hegemonia do sistema capitalista, pois as decisões estratégicas e operacionais do trabalho desenvolvem-se na vontade do próprio trabalhador e não em lógicas externalizadas pautadas fundamentalmente em atingir o lucro. Com isso, a autogestão caracteriza-se por ser uma realização material com uma funcionalidade flexível, pois os níveis de esforços neste tipo de organização produtiva são bem menores que os indicadores exigidos quando do atendimento as imposições do capital. Isto se dá, pelo fato de na autogestão a necessidade de trabalho estar baseada na necessidade reprodutiva dos seus agentes e de seus lugares, contexto em que estes produzem de forma própria, quase sempre com investimentos próprios e ao próprio tempo.

Vale destacar que as práticas autogestionárias não são necessariamente econômicas e políticas, ou a interação destas, mas é a comprovação da existência do ser, da sua vontade, da sua identidade e o respeito mútuo a diversidade do outro, ou seja, é na autogestão do sujeito que se permite a autogestão do outro. Segundo Gutierrez (1998), a prática da autogestão não se limita nas organizações solidárias isoladas, pois ela pode acontecer em diferentes contextos do meio urbano e rural, uma realização que expressa à vontade direta e objetiva dos seus agentes sociais envolvidos. A autogestão é uma realização que pode envolver até países inteiros como ocorreu na década de 1950 na Iugoslávia de Tito, em ruptura ao stalinismo, apesar de neste caso, esta concepção estar deslocada das propostas do anarquismo clássico.

Para Albuquerque (2003), o entendimento da autogestão não está atrelado apenas em um modelo de gestão, pois sua composição se dá de forma multidimensional (social, econômico, político e técnico), sendo que esta insere em si um ajuntamento da participação e a efetiva validade da estrutura coletiva. O autor coloca que a dimensão social acontece pelo fato de “[...] ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem” (p. 20-21). A dimensão econômica decorre das relações sociais de produção, a qual centraliza as suas interpretações com destaque ao fator trabalho quando comparado ao capital. A compreensão política volta-se para uma sistemática representativa com valores, princípios e práticas favoráveis e incentivadoras de condições “[...] para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização” (*ibidem*, p. 21). Quanto ao aspecto técnico, tem-se a reflexão de outras alternativas organizacionais e da divisão do trabalho.

É importante evidenciar aqui de qual “autogestão” se está discorrendo, pois esta ela possui uma polissemia de entendimentos bastante abrangente na atualidade, uma vez que é usada até mesmo no interior de instituições capitalistas. Para Rosanvallón (1980), as diferentes interpretações teóricas da autogestão se distribuem em vários enfoques distintos, como o tecnocrático, libertário, comunista e humanista. O viés tecnocrático se caracteriza pela conciliação da distribuição de direitos/deveres aos seus integrantes, mas os parâmetros econômicos e quantitativos são os principais elementos decisórios. A vertente libertária, discurso mais próximo das discussões deste estudo, nega qualquer tipo de autoritarismo, inclusive estatal, pois se volta ao bem-estar dos sujeitos e ao grupo no qual está inserido. Em termos comunistas, a autogestão é mais um fim que um meio. Já a linguagem humanista existe uma maior expressão do voluntariado e um apelo em valores “altruístas” e “fraternais”.

Deste modo, a autogestão discorrida neste estudo vincula-se no pressuposto filosófico e político de que os camponeses possuem a plena capacidade de se organizarem por si mesmos e sem a necessária existência de um poder mandatário, pois historicamente estes sujeitos têm recriado formas próprias de superar e perpetuarem-se entremeio a “[...] uma classe dominante, ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa, que não deixa o país ir pra frente”, como diria Darcy Ribeiro. Portanto, a autogestão instruída pelos camponeses está assentada na base do movimento anarquista e dos movimentos libertários.

O movimento de autogestão se originou na ala jovem intelectual do comunismo internacional como uma crítica da ala esquerda do bolchevismo. A essência dessa crítica encontra-se no admitir que qualquer forma de socialismo sustentado por uma burocracia estatal e apoiada por uma elite do partido é em si uma nova forma de capitalismo. [...] Como modelo socialista, a autogestão expressa um ideal realizado inicialmente na Comuna de Paris e nos soviets da Revolução de Outubro (CARVALHO, 1995, p. 27).

Esta reflexão elaborada a partir da base social converge com as estratégias autogestionária praticadas nas propriedades camponesas, pois o que se tem em mente não é, necessariamente, a democratização da economia capitalista, mas a transformação dos seus fundamentos de forma que condicione e integre o processo de produção e da vida social destes sujeitos. A autogestão é então determinada pelas necessidades e utilidades humanas, contrariando os esforços da maximização do lucro e/ou a ampliação do poder arbitrário do Estado. Assim, superando a individualidade heterogestionária, a autogestão aparece enquanto movimento social, pois embora o seu empenho esteja voltado para a autonomia do indivíduo, não o compreende como ser isolado, e sim um ente que convive com seus iguais e em interdependência com eles.

É por isso que a discussão da autogestão é uma tarefa bastante desafiadora, pois a sua realização só é plena quando forjada de dentro para fora, isto é, da base social e com a participação política e qualitativa da coletividade. Por isso, não se torna um determinado grupo social autogestionário, pois isto já implica um autoritarismo, ou seja, a essência da autogestão é construída no debate e na contradição, “o que não implica perfeição, mas outra negação, na medida em que é um modo histórico de produção e de gestão” (FARIA, 2017, p. 634). Neste sentido, é através da vivência comunitária e da reciprocidade²⁴⁹ camponesa que emerge a autogestão nas unidades familiares do campo, uma organização social que tem seus vínculos personificados no núcleo familiar, o qual se posiciona enquanto objetivo principal e que estabelece as estratégias produtivas e a instância deliberativas imediatas.

Discorrendo desta questão Polanyi (2012) destaca que a compreensão da reciprocidade está atrelada ao padrão institucional da simetria²⁵⁰ social (sociedades igualitárias) da mesma

²⁴⁹ Em graus variados, uma sociedade camponesa pode ter transações não mercantis, ou recíprocas, entre grupos domésticos camponeses. Reciprocidade refere-se a trocas que são culturalmente definidas, não replicáveis entre uma e a próxima troca, e envolve bens e serviços diferentes. Por exemplo, você me ajuda a construir minha casa e eu me comprometo a contribuir com um saco de mandioca para a escola da sua aldeia; você e seus parentes me ajudam na minha colheita e minha família oferece uma festa de cerveja para sua família extensa. Há um conteúdo econômico em tais trocas – há os custos de recursos no fornecimento de bens e serviços – mas o significado da reciprocidade é que essas transações não são valorizadas em preços de mercado (ELLIS, 1993, p. 11, tradução nossa).

²⁵⁰ De forma alguma deve-se concluir que os princípios socioeconômicos desse tipo são restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples,

forma que a permuta (barganha e troca) vincula-se ao mercado, sendo que o verdadeiro fundamento do sistema econômico sempre teve (ou deveria) estar instituído enquanto uma “mera função da organização social” (PLOEG, 2012, p. 52). Portanto enquanto a troca tem a sua motivação atrelada às coisas e está revestida na noção da posse e do acúmulo, “[...] com a dádiva recíproca, o ato prevalece sobre a coisa. [...] A reciprocidade envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua” (TEMPLE, 1997, p. 106, tradução nossa). Não se reflete aqui a negação e/ou o fim dos mecanismos de troca, mas o reconhecimento das práticas de reciprocidade entre os sujeitos camponeses, um mecanismo²⁵¹ que vê a troca mercantil enquanto um ‘meio’ de potencializar e garantir o seu ‘fim’ primordial, que é a reprodução social da vida.

Portanto, as discussões aqui pautadas não se fecham na exclusividade teórica acerca do campesinato enquanto uma idealização social perfeita, mas na luta por dar vez e voz a estes sujeitos sociais, reconhecendo tanto a importância quanto as possibilidades que eles exercem socialmente. Assim, os camponeses caracterizam-se enquanto uma categoria social que tem na prática da agricultura de autoconsumo o fundamento da solidariedade e da sustentabilidade, considerando que desde os limites da família nuclear até o envolvimento da comunidade doméstica existe um entendimento de que a sua perpetuação social (sustentabilidade) se respalda nos laços de solidariedade (auto-ajuda). Ou seja, é na auto-suficiência de suas realizações que ocorre o equilíbrio social e conseqüentemente, a suavização das diferenças socioeconômicas e adversidades que infiltra estes lugares.

necessariamente. O circuito Kula, da Melanésia Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides (PLOEG, 2012, p. 52).

²⁵¹ Evoca-se sua integração parcial com o mercado capitalista e o peso das relações de proximidade e interconhecimento justamente porque a redistribuição familiar ou local da produção é tão importante e estruturante quanto a necessidade material de aquisição de bens e produtos diversificados em vários tipos de mercados (SABOURIN, 2009, p. 284).

CONCLUSÃO – UM CAMPO QUE SE FALA, QUE VIVE E QUE PERMANECE

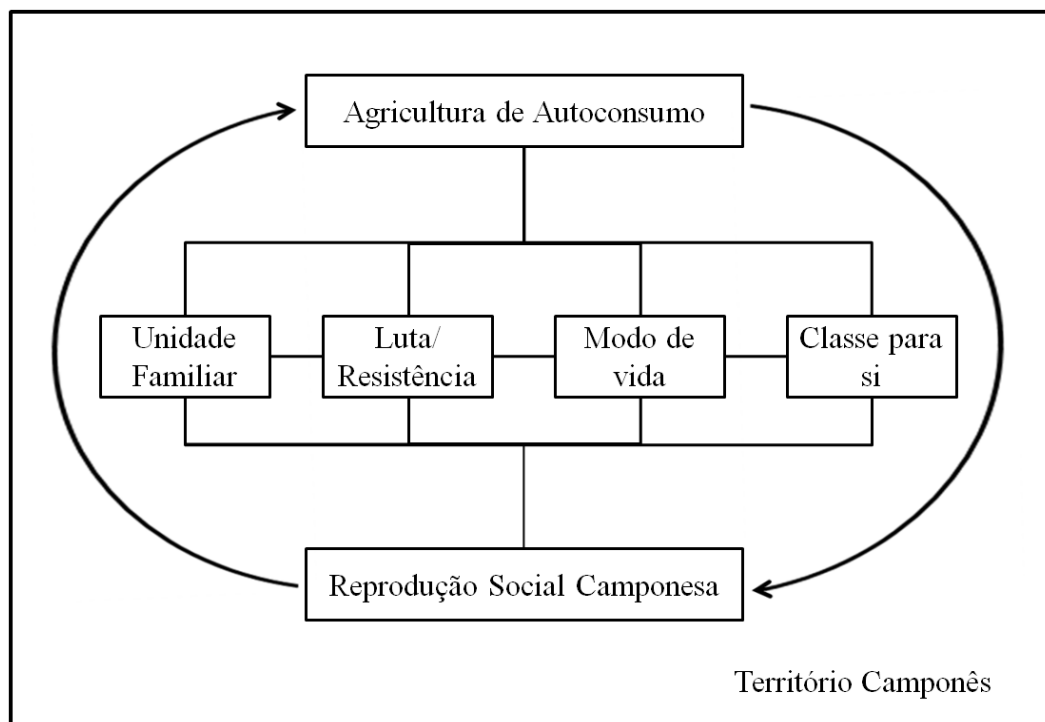
A estruturação do autoconsumo enquanto garante da reprodução social camponesa, é uma questão que se estabelece para além da reprodução fisiológica destes sujeitos. Tal realização comporta e favorece a unicidade dos diversos grupos familiares camponeses, a identificação e reconhecimento destes nas comunidades rurais, a inclusão social nos circuitos curtos de comercialização camponesa, o sentimento de pertença e autoridade²⁵² no respectivo recorte territorial, a sensação de abundância e fartura alimentícia, a possibilidade de poder conduzir e delimitar a própria história. Enfim, é uma série de atributos próprios e peculiar que resulta numa racionalidade existencial fundamentalmente divergente das aspirações ideológicas em voga no mundo financeirizado e dito ‘moderno’ - em suma, a sensação de liberdade e de autogestão da vida.

Não se presumiu aqui uma negação aos aportes tecnológicos disseminados mundo afora na atualidade, pois o campesinato tanto pode, como tem feito uso das tecnologias contemporâneas como ferramenta para melhorar a sua renda e conseqüentemente também a própria qualidade de vida. Assim, é incabível tratar o campesinato (da área em estudo) como um setor arcaico, atrasado e rudimentar, uma vez que seus integrantes reinventam e reproduzem suas vidas com um significativo acesso e uso de subvenções tecnificadas como: energia elétrica, bombas de água, estufas de hortaliças, granjas de animais, gado confinado, transportes automotores, acesso à internet, entre outros meios técnicos que permitem uma melhora do cotidiano social destes sujeitos.

No decorrer do presente estudo pretendeu-se uma reflexão acerca da agricultura de autoconsumo na ciência geográfica, um esforço interpretativo que buscou se aproximar desta realização no cotidiano camponês, trazendo à tona virtudes e significados interpretados pela perspectiva geográfica. Este desafio não pôde ser considerado como integralmente atingido, haja vista as numerosas possibilidades teóricas ainda comportadas no interior desta questão na geografia. Os levantamentos destacados ao longo desta pesquisa compreenderam a prática do autoconsumo nos territórios camponeses enquanto uma espécie de ‘combustível’ para o adequado funcionamento dos variados processos sociais campesinos que se dão neste limite (Quadro 03).

²⁵² Alguns agricultores citam o trabalho ao ar livre, tarefas altamente diversificadas, independência e o trabalho junto à natureza como os aspectos mais atraentes de seu trabalho. Sentem muito menos penosidade do que os que trabalham no contexto empresarial, onde o trabalho pode ser monótono, arriscado, maçante. A utilidade também é vivenciada de outra forma (PLOEG, 2016, p. 158).

Assim, o autoconsumo permite ocorrer determinados cenários que fortalece a perpetuação dos camponeses enquanto sujeitos sociais, com destaque para a coesão da unidade familiar camponesa, os processos de luta e resistência no campo, o modo de vida peculiar a estes lugares e a organização social destes trabalhadores enquanto uma ‘classe para si’. Vale destacar que esta estruturação social se dá de forma distinta e peculiar em cada realidade camponesa (equilibrada e harmônica), inexistindo um ordenamento fixo e/ou de caráter impositivo entre as suas realizações sociais. Há todo um mundo camponês de resistência e permanência na terra/território, mantendo a reprodução social secular vinculada a agricultura de autoconsumo, que os faz existir e nortear caminhos para milhões de pessoas que, ainda, buscam na terra o sustento da vida e do modo de vida, tudo isso impregnado pela dignidade.



Quadro 3: Relação entre a agricultura de autoconsumo e a reprodução social camponesa.
Fonte: Do ator (2018).

Outra contribuição advinda pela delimitação teórica da agricultura de autoconsumo é o reconhecimento e valorização das formas de cultivos que ocorrem fora das escalas de produção hegemônicas, deixando de lado a ultrapassada noção que considera o trabalho camponês como de ‘subsistência’. Ficou comprovado no decorrer desta pesquisa, tanto nas instruções teóricas como nos fragmentos de entrevistas, que o campesinato é o lugar da vida, da intensidade, da saúde, da soberania, do renascimento dentre outras virtudes que

contradizem os ‘maldizeres’ acerca destes lugares, incutidos pela agricultura capitalista. Portanto, persistir afirmando que os camponeses produzem uma agricultura de ‘subsistência’ é uma intenção ideológica que tem como única e verdadeira finalidade validar o dito agronegócio como o tipo ideal e perfeito de produzir no campo. Há, na agricultura de autoconsumo, toda uma cultura histórica refletida sobre os espaços geográficos construídos a ferro e fogo, com suor e sangue, com a luta diuturna de resistir de milhões de camponeses e camponesas no Brasil, mas que estão muito bem representados nos municípios aqui estudados, suas falas e seus modos de falar foram preservados, rompendo, desta forma, o ato de corrigir a fala de homens e mulheres do campo, deixando seu linguajar repleto de significações para quem ler, para que eles e elas possam se ver nas folhas de uma tese acadêmica, cujo mundo camponês, aqui foi registrado.

Entretanto, defende-se aqui que as formas de uso e ocupação da terra efetivada pelos camponeses é na realidade uma agricultura de autoconsumo, cuja lógica está revestida na alteridade, isto é, uma autonomia que tem sua validação se for reconhecida e partilhada localmente. Este modelo tem a sua sustentabilidade garantida pela solidariedade comunitária, uma vez que ele se caracteriza pela produção do excedente, aonde este último representa uma ‘reserva’ que supre as necessidades oriundas em tempos de adversidades entre os camponeses e as camponesas. Desta forma, o autoconsumo se torna legítimo e carregado de sentido, visto que o companheirismo, ou mesmo irmandade, característico das comunidades camponesas potencializa a capacidade de resistir, viver e querer continuar no campo. Ou seja, os camponeses e as camponesas não estão no campo pela falta de opção, pelo contrário, estes permanecem no campo pela possibilidade de exercerem um protagonismo social quase impossível nos centros urbanos, tanto hoje, quanto no passado e, inquestionavelmente, no futuro. Afinal, este desafio camponês resiste aos mandos e desmandos do capital agrícola-agrário graças a uma agricultura de autoconsumo que os municia de capacidades plurais para reinvestirem neste enfrentamento dia após dia – a geografia do campo é própria superação do homem e da mulher do campo, pois são esses sujeitos, protagonistas na consecução dos territórios camponeses, que fazem a pluralidade do mundo rural por meio da produção do alimento que alimenta vidas e sonhos de existência.

Esta realidade é uma verdade que foi percebida junto aos camponeses da MRG de Faxinal, sendo que cada qual com a sua especificidade de trabalhar este território, ao permitirem se perceber na reprodução social do grupo familiar a principal razão desta permanência. A caracterização geral destes sujeitos nos limites estudados carrega os seguintes aspectos: participam parcialmente dos programas institucionais da agricultura familiar;

apresentam relativa intensificação produtiva, com destaque para a criação de animais e estufas de hortaliças; dispõem de boas infraestruturas viárias de tráfego/deslocamento; integram comércios de produtos camponeses locais, tanto na forma de feiras, com dias e lugares fixos, obedecendo a forma itinerante na região, adquirindo e vendendo localmente produtos camponeses; realizam a prática de trabalho acessório como forma de complementar a renda; atuam junto aos movimentos sociais do campo (Acampamento Três Barras); retornam ao campo após um período de trabalho em centros urbanos, além destes se associarem as corporações do agronegócio como forma garantida de escoar sua produção, mesmo que em valores menos vantajosos comercialmente – tudo isso demonstra resistência frente ao mundo real, tudo isso garante sua permanência no campo, afinal, eles e elas não vivem numa ilha, vivem cercados pelo mundo capitalista financeirista da atualidade, são resistência ao imperialismo que domina os campos, sobremaneira, mostram uma outra via, que não a do dito agronegócio e do latifúndio improdutivo deste país.

As diversas estratégias produtivas efetivadas pelos camponeses e camponesas da MRG de Faxinal que garantem a sua reprodução social, tem a agricultura de autoconsumo como ponto de partida e de chegada (Quadro 02), pois é por meio da autonomia (mesmo que relativa) de vida nas comunidades camponesas que emergem as condições e a capacidade de um modo de vida autossuficiente e sustentável. Desta reflexão aparece a agricultura de autoconsumo, categoria social esta que não é formatada de forma hierarquizada, pois ela só tem significado se for concebida como um movimento cíclico e contínuo nos lugares camponeses. É a horizontalidade e a integração proativa dos sujeitos que fundamenta o equilíbrio desta abordagem, constituindo, assim, dinamismo e vitalidade que, com um conteúdo peculiar aos camponeses, lhes assegura a certeza de que vale a pena continuarem enquanto atores/as e autores/as sociais do campo.

Portanto, a agricultura de autoconsumo é tanto uma prática social camponesa como um ato político de resistência no campo, esta categoria em si não garante a permanência do homem no campo, mas potencializa a unidade familiar, a luta e resistência camponesa e o modo de vida destes sujeitos, condicionando-os enquanto uma classe para si. Assim sendo, a agricultura de autoconsumo é uma das características (não superior e/ou inferior) interiorizada junto aos territórios campesinos, significando parte substancial da identidade camponesa. Reforça-se também que ela está totalmente adversa aos sentidos de um modelo agrícola precário e/ou rudimentar, conforme propõe as literaturas que tratam esta questão no entendimento da agricultura de subsistência.

Enfatiza-se, novamente aqui, que isto não se trata do campesinato saudosista e bucólico, mas de uma interpretação sinérgica e totalitária dos territórios camponeses, uma vez que os vieses da racionalidade instrumentalizada/utilitarista são incapazes de uma adequada interpretação da vivência camponesa. Esta peculiaridade deve-se pelo fato da reprodução social destes sujeitos não se dar de forma segmentada, ela é conjuntural, se apóia na autoajuda, no comunitarismo e na diversificação produtiva. Deste modo, a organização social camponesa, mesmo nas condições de inexpressiva abrangência espacial-produtiva, traz consigo uma carga e conscientização política ampla e sólida, sendo esta a responsável pela manutenção dos propósitos de luta e resistência camponesa.

Assim, uma luta pontual, é em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe no seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem o seu território ou se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta – *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, pode vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate (SOUZA, 1995, p. 109, grifo do autor).

Igualmente os camponeses posicionam-se, também, enquanto agentes sociais de transformação, compreendendo e posicionando territorialmente com um sentido alternativo a lógica hegemônica. Portanto, o debate acadêmico envolvendo as virtudes e benefícios sociais advindos das estruturas camponesas²⁵³ é uma questão que precisa continuar e ser ampliado, pois é dever da Universidade contribuir na construção de um mundo mais justo e humano. O campo da política instituído pelos movimentos sociais (rurais e urbanos) é uma realidade já bastante desenvolvida, com isto, resta uma maior conscientização e apoio da sociedade como um todo acerca do projeto de sociedade proposto pelos camponeses e camponesas. Com isso, será possível reunir forças suficientes para superar o *lobby* político-financeiro-midiático imposto cotidianamente pela elite dominante, sobretudo quando se dirige ao campo.

Vale enfatizar que o propósito aqui não é o extermínio do atual modelo de desenvolvimento rural predominante, mas a construção de caminhos alternativos que permitam uma vida digna aos milhares de camponeses e camponesas (em todo o mundo)

²⁵³ Assim, é à luz dos complexos desdobramentos da dialética “interior-exterior” que devemos buscar compreender os diferentes processos que afetam o campesinato hoje: a proletarianização de grande número de camponeses; a intensificação de lutas de resistência, com a crescente afirmação de identidades territoriais; a transformação e diversificação de atividades; a recriação e o surgimento de “novos camponeses” etc (MARQUES, 2008, p. 76).

expulsos de suas terras e desguarnecidos de políticas públicas adequadas. Conforme já destacado neste estudo, o Brasil tem plenas condições de conciliar os avanços da agricultura capitalista e da agricultura camponesa. A diferença destes modelos agrícolas se assenta no fato de que a estrutura agrário-capitalista é insustentável²⁵⁴ e tem a ‘morte alheia’ (solo, plantas, animais, culturas, ar, silêncio, memória) como o garante da acumulação financeirizada. Por outro lado, o sonho camponês é a realização de uma agricultura de autoconsumo que não tem sua pauta na quantidade, mas na qualidade da vida, do solo, dos animais, das plantas e do ar, pois é desta conjuntura que emerge a certeza de um lugar para a morada, a comida e o trabalho camponês.

A confirmação deste entendimento ficou bastante evidenciada no decorrer deste estudo, das entrevistas, dos discursos camponeses, um esforço que está colocado de forma resumida no Quadro 04. Os levantamentos indicados destacam alguma das múltiplas características atinentes aos camponeses da Microrregião Geográfica de Faxinal, os quais apesar dos seus diferentes formatos na condução de sua reprodução social possuem como intento central a perpetuação e garantia da vida (soberania), análise esta que desconstrói os estereótipos que são corriqueiramente direcionados a estes sujeitos, pré-conceitos estes que o próprio meio acadêmico costuma julgar quando das implicações teóricas voltadas ao campesinato.

Os dados levantados apontam camponeses que possuem acesso a crédito agrícola, outros que já usaram e um terceiro grupo que nunca fez uso, sendo que as motivações para tal cenário são diversificadas. Existem ainda sujeitos do campo que fazem serviços fora da propriedade (trabalho acessório), alguns inclusive são até operários fixos (servidores públicos e do setor privado), sendo que nestes casos caracteriza-se por ser algum integrante da unidade doméstica, geralmente não figurado na pessoa do chefe familiar. Encontram-se também, produções altamente integradas ao capital como o cultivo de fumo, instalação de granja avícola, gado leiteiro intensivo, estufas de hortaliças, piscicultura entre outros. No entanto, isso não significa a desconstrução da essência camponesa, pois estes sujeitos, com sua agricultura de autoconsumo expressam uma realização social que se utiliza destas estratégias de vivência apontadas e inúmeras outras, sendo que cada qual está ajustada a realidade e necessidade da unidade camponesa. O campesinato existe, resiste e permanece na MRG de Faxinal, agora posicionado em conformidade aos enfrentamentos que o meio lhes impõe.

²⁵⁴ Desse modo, ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, pouco pode contribuir para o desenvolvimento efetivamente sustentável do país, que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva, notadamente da agricultura (PAULINO, 2008, p. 229).

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO AOS CAMPONESES (AS) DA MRG DE FAXINAL					
Entrevistado	Cidade	Localidade	Produção Familiar Proeminente	Tipo de Trabalho Acessório	Crédito Agrícola
BUF – 01	Borrazópolis	Placa São Vicente.	Frutas.	Não realiza.	Está utilizando.
BUF – 02	Borrazópolis	Placa São Vicente.	Plantação de Tomate.	Não realiza.	Não usa mais.
BSUF – 01	Bom Sucesso	Quilômetro Vinte.	Policultura.	Troca de diárias.	Nunca acessou.
BSUF – 02	Bom Sucesso	Água do Macaco.	Venda de assados na Feira.	Não realiza.	Não usa mais.
CUF – 01	Cruzmaltina	Comunidade Palmeirinha.	Doces caseiros.	Troca de diárias.	Nunca acessou.
CUF – 02	Cruzmaltina	Estrada São Pedro.	Plantação de Tomate.	Não realiza.	Nunca acessou.
FUF – 01	Faxinal	Assentamento 03 Barras.	Plantação de Tomate.	Não realiza.	Não usa mais.
FUF – 02	Faxinal	Estrada do Faxinalzinho.	Gado e orgânicos.	Não realiza.	Nunca acessou.
KUF – 01	Kaloré	Água do Uruzinho.	Policultura.	Mensalista na cidade.	Nunca acessou.
KUF – 02	Kaloré	Jussiara.	Gado de corte.	Diárias no campo.	Não usa mais.
MUF – 01	Marumbi	Água do Canutã.	Hortaliças.	Troca de diárias.	Não usa mais.
MUF – 02	Marumbi	Água do Canutã.	Hortaliça e Piscicultura.	Troca de diárias.	Nunca acessou.
RBUF – 01	Rio Bom	Comunidade Molina.	Gado leiteiro e frango (granja).	Funcionário Público.	Está utilizando.
RBUF – 02	Rio Bom	Salto do Rio Bom Bom.	Fumo.	Não realiza.	Está utilizando.

Quadro 4: Totalidade da Reprodução Social dos Camponeses (as) da Microrregião Geográfica de Faxinal.

Fonte: Do Autor (2018).

É por isso que a perpetuação camponesa representa um dos poucos ‘gritos’ de socorro que ecoa em favor do meio ambiente conservado, da qualidade das águas e dos alimentos, da não contaminação do solo, do preço justo da comida, do desenvolvimento local, da diversidade cultural, enfim, da vida enquanto finalidade precípua dos sujeitos. Portanto, é neste arranjo estrutural que vai para além do seu quintal e do seu roçado, perpassando tanto física como simbolicamente outras dimensões do campo, que os camponeses e camponesas dão sentido a agricultura de autoconsumo, isto é, uma prática de alteridade em que o ‘outro’ é tão importante quanto o ‘eu’. É este o outro mundo possível e desejável pelos camponeses e camponesas. Também é o outro mundo ‘subdesenvolvido’ e ‘atrasado’ que a elite conservadora apregoa como o propósito de legitimar única e exclusivamente a homogeneização mercantilizada do campo (agronegócio).

Por isso, os grupos campesinos são os praticantes da agricultura de autoconsumo e não de subsistência, ou seja, é um modelo que tem a diversidade, a abundância e a partilha como elementos que incluem e acolhem camponeses e não-camponeses, pois conforme destaca Fabrini (2008), “a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um ‘movimento camponês’ que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais (p. 270)”. Tal mobilização pode ser vista nas feiras camponesas, nas relações com as corporações rurais capitalistas, nas festividades camponesas, na escola no/do campo, na pesquisa acadêmica, enfim, um vasto campo de oportunidade de afirmar e defender as possibilidades de um mundo melhor por meio das territorializações camponesas.

Enfim, a agricultura de autoconsumo partilhada e praticada pelos grupos camponeses é uma realização social que não desapareceu (e não desaparecerá) e nem se mesclou junto à hegemonia do capital-agrário, pois a vida é no lugar camponês preponderante em relação à objetivização mercadológica. Portanto, não é a modalidade reprodutiva (menos ou mais integrada ao capital) que irá explicar a agricultura de autoconsumo, mas a intencionalidade desta estrutura, ou seja, se assenta no propósito da unidade familiar a concepção deste tipo de agricultura, sendo que as infra-estruturas aparentes na propriedade surgem como matizes das diversas estratégias e possibilidades da reprodução social camponesa. É este o sentido que provoca a necessidade de singularizar o entendimento e explicação da agricultura de autoconsumo, uma vez que as práticas e lógicas que sobressaem nestes modelos organizativos diferem substancialmente dos ordenamentos imposto nas territorialidades da agricultura empresarial.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. A. A. Concepções de Espaço Geográfico e Território. **Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ADUM, S. M. S. L. **Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930/1960**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UNESP, Assis, 1991. 259 p.
- ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ALKMIN, F. M. **Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, J. P. Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social, **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, Pontificia Universidade Javeriana, nº. 45, 2000, p. 35-68.
- ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- _____. **Migração e Território sob o Olhar do Migrante**. Três Lagoas: digitado, 2001.
- _____. **Identidade, distinção e territorialização: O processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- _____. **O MST e a Formação da Consciência de Classe Trabalhadora: ideologia política ou realidade camponesa? Formação** (Presidente Prudente), UNESP/FCT, v. 01, nº 12, p. 239-286, 2005.
- _____.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Mimeografado.
- ALMEIDA, A. M. C. Memória e identidade da população afro-brasileira em Londrina - PR. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ALVES, F. **Por que morrem os cortadores de cana?** (2006), Saúde e Sociedade. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

ALVES, J. **As estratégias de reprodução social dos produtores familiares no município de Ortigueira (PR):** Uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Dissertação de Mestrado. UNESP, Presidente Prudente, 2003.

AMADO, J. **Conflito social no Brasil:** a revolta dos “muckers”. Editora Símbolo, São Paulo, 1978.

AMIN, S. VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo.** Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

ANDRADE, M. C. **Lutas Camponesas no Nordeste.** (Série Princípios) São Paulo: Ed. Ática, 1986.

_____. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A., SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: ADUFPEL, 2003.

_____. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 20, nº. 1, 2003.

ANTONI, E. **O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do exército Zapatista de libertação nacional e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** Tese (Doutorado), PUC-RS, Porto Alegre, 2012.

ARAÚJO, R. V. **Os jesuítas dos sete povos.** Canoas: La Salle, 1990.

ARAUJO, M. N. R. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST.** Tese (Doutorado em Educação), Salvador-BA: UFBA, 2007.

ARENDT, H. **Da violência.** Brasília: UNB, 1985.

ARROYO, M. G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo:** contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

BACH, A. M. **Porcadeiros.** Ed. Estúdio Texto. Ponta Grossa, 2009.

BADIE, B. **O Fim dos Territórios** – ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito; Instituto Piaget; Lisboa, 1995.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969, vol. 1.

BALHANA, A. P. Política Imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, nº 87, jan/abr., 1996, p. 39-50.

BAND NEWS. **Paraná é o segundo no plantio de transgênicos**. Redação Paraná Portal, Curitiba/PR, 28 dez. 2016. Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/economia/parana-e-o-segundo-no-plantio-de-transgenicos/>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BARREIRA, C. **Os pactos na cena política cearense: passado e presente**. Revista Inst. Est. Bras. São Paulo, 1996.

BASTOS, J. M.; CASARIL, C. Formação socio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul** (UFSC), v. 31, p. 271-298, 2016.

BATISTA, E. E. **A importância da cafeicultura para a permanência dos sitiantes na terra: uma análise dos bairros rurais da Laranja Azeda a da Limeira em Lerroville, Londrina – PR**. 2010. 351f. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente-SP, 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD**. In Reforma Agrária. Revista da ABRA. nº 2, v. 25, mai/dez. 1995.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

BERNARDES, L. M. C. **O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano XV, n. 03, p. 335 – 383, jul. – set. 1953.

BERNARDES, L. N. **Expansão do povoamento no Estado do Paraná**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, Vozes, 1973. 351p.

BEM PARANÁ, Jornal Online. **População branca encolhe no Paraná; negros e pardos aumentam diz IBGE**, 2016. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/populacao-branca-encolhe-no-parana-negros-e-pardos-aumentam-diz-o-ibge>. Acesso em: 15 set. 2017.

BERNARDES, N. **Expansão do povoamento no estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Out./Dez., 1952.

BLOG HERESIAS COMPARTILHADAS. **Sobre o Cemitério Dos Caboclos**, 2016. Disponível em: <http://heresiascompartilhadas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BOGUSZEWSKI, J. H. **Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações**. 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/historia/4boguszewski_dissertacao.pdf. Acesso em 28 jun. 2016.

BOING, L. **Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais**, 2007 (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoespeduc/mduccio_boing.pdf. Acesso em 06 jul. 2016.

BOLIGIAN, L; ALMEIDA, R. D. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, L. H. O. (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOM SUCESSO. **Plano Diretor de Bom Sucesso**. Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, 2006.

BORGES, M. S. L. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BORRAZÓPOLIS. **Prefeitura Municipal**, 2016. Disponível em: <http://www.borrazopolis.com/p/historico.html>. Acesso em 07 jul. 2016.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL. **Lei n. 8629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Estatuto da Terra. 14ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945**. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/del/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL DE FATO M. **Alimentação e agricultura fora da OMC**. Brasil de Fato: São Paulo. nº. 94. p. 10. 16/22 de dez, 2004.

CALAZANS, J. Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. p. 15-42.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Apresentação. In: _____. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, R. S. **Discutindo o Paradigma da Questão Agrária: o Movimento Desigual e Contraditório do Desenvolvimento Capitalista no Campo Brasileiro**. Revista Entre-Lugar (UFGD. Impresso), v. 1, p. ano 2, 17-34, 2011.

_____. **A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais**. GeoGraphos, v. 3, p. 1-29, 2012.

CAMPINAS, R. C. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J.; TRICHES, R. I. (Org.). **Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 130-157.

CAMPOS, C. S. S. **Campesinato autônomo**: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Lutas & Resistências*, v. I, p. 146-170, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista/laedicao/lr146-162.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

CANCIAN, N. A. **Cafecultura paranaense (1900 -1970)**: estudo de conjuntura. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª ed., São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARDOSO, C. R. S. **O processo de ocupação do Noroeste Paranaense nas décadas de 1950 e 1960**.- Universidade Estadual de Maringá, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Orientador: Prof. Angelo Aparecido Priori. SEED/PR, 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cassia_regina_soares_cardoso.pdf. Acesso em 20 dez. 2017.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, M. C. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

CARLOS, A. F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. et. al. (Org.) **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**, Brasília - MDA, 2011.

CARVALHO, N. V. **Autogestão**: O nascimento das ONGs. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **Lutas Sociais do campesinato na Contemporaneidade no Brasil**. Boletim DATALUTA, nov. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/11_artigodomes_mes_2015.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, PR, 2012. Disponível em <http://www.landaction.org/O-campesinato-contemporaneo-como-modo-de-producao-e-como>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CARVALHO, J. G. **Agricultura e questão agrária no Brasil?** condicionantes estruturais da concentração fundiária. In: VI Coloquio de la Sociedad Lationamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, 2010, Montevideo. Anais do VI Coloquio Internacional de la SEPLA, 2010.

_____. **Economia Agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015. v. 1.

CASARIL, C. C.; SAMPAIO, F. S. **Formação sócio-espacial Sudoeste Paranaense: Gênese e estruturação da rede urbana de Francisco Beltrão e Pato Branco até os anos 1970**. In: XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, Fortaleza-CE, 2015.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. **Desindustrialização e Reprimarização da Economia Brasileira Contemporânea num Contexto de Crise Financeira Global: Conceitos e Evidências**. Economia Ensaios (UFU. Impresso), v. 26, p. 47-85, 2011.

CARVALHO, J. C. M. **Camponeses no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis / RJ, 1978.

CASSINI, S. T. **Ecologia: conceitos fundamentais**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES, 2005. Disponível em: https://www.inf.ufes.br/~neyval/Gestao_ambiental/Tecnologias_Ambientais_2005/Ecologia/CONC_BASICOS_ECOLOGIA_V1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

CASTRO, B. A. C. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada**. Estudos Avançados, IEA/USP- São Paulo, v. 15, n.Set/Dez, p. 255-265, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a19.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CASTRO, G. F. **História da colonização do município de Faxinal**. Programa de Desenvolvimento Educacional, SEED-PR, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_pdp_gualter_ferreira_de_castro.pdf. Acesso em: 30 dez. 2017.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

CESÁRIO, A. C. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco M. (org.) **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 342p. 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA J.; STOLKE, V. **A questão agrária**. Editora Brasiliense: São Paulo, p. 133-163, 1981.

CHIES, C. **Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – Pr**. Dissertação de Mestrado. UEM, Maringá, 2007.

_____.; YOKOO, S. C. **Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes desse processo**. Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMAE (Online), v. 03, p. 27-44, 2012.

CHMYZ, I. **Recuperando o passado para entendermos o futuro**. Presidente Prudente: FAPEPE/UNIESP. Revista Multidisciplinar N° 03, Junho, 2007.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de Vista Geográficos**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964. p. 139-145.

CIFOLINI, A. A. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná**. Florianópolis/SC, 1999. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina – UFCS, 1999.

CIOFFI, H. et. al. **Cianorte: Sua história contada pelos pioneiros**: Gráfica Ideal, 1995.

C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Maringá, C.M.N.P.

COLETTI, C. **Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil**. Lutas e Resistências, v. 1, p. 131-145, 2006.

CORBUCCI, R. C. **Algumas reflexões sobre o programa nacional de Agricultura Familiar - PRONAF**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas, v.25, n.2/3, p. 179-184, 1995.

CORRÊA JR., J. A. **O Trem de ferro**. Maringá: Ed. 5 de abril, 1991.

CORRÊA, R. L. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. Geosp, São Paulo, n.30, p.5-12, 2011.

CORREIA, J. L.; STEINKE, R. **Colonização do Norte do Paraná (1925 – 1960): apontamentos acerca de seu estudo e da produção de um material didático**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2424-8.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CORREIA, A. M. A agricultura familiar versus a agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP. In **Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas**, Fundação FIOCRUZ, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Rio de Janeiro, 2013, p. 119-133.

COSTA, O. R. G. **Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná**. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Aracaju, set. 1975.

_____. **Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná no século XIX**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, N. 43, p. 79-108, 1986.

COSTA, A. A.; FARIAS, P. S. C. **Formação Territorial do Brasil**. Campina Grande: EdUEP, 2009.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Agricultura Camponesa. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S. et. al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/patobr>

anco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos-graduacao/mestrados/ppgdr2/arquivos/dicionariodeEducacaodoCampo.pdf. Acesso em: 22 jan. 2018.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - **Plano Estadual de Logística e Transporte**, 2011. Disponível em: http://www.fiepr.org.br/para-empresas/consehos/infra_estrutura/uploadAddress/pdf_pelt_web%5B21172%5D.p. Acesso em: 11 jul. 2016.

CROCETTI, Z. S. **Formação Sócio-Espacial do Paraná**. 2012. 355f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia UFSC, 2012.

CLIFFORD, A. W. et. al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização— São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. In: JULIÃO, F. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v.1).

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANIELS, H. **Vygotsky e a Pedagogia**. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DEL CARMEN, M. H. C.; FUSCALDO, W. C.; SPOLADORE, A. (organizadores). **Turismo em pequenos municípios: Ortigueira - Paraná (uma pesquisa do projeto TERNOPAR)** / - Londrina: Midiograf, 2010.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

_____. “O Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: Gênese Histórica, Reprodução e Configuração Contemporânea”. In: ARROCHELLAS, M. H. (Org.). **"Desenvolvimento, Subsistência e Trabalho Informal no Brasil"**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter PálPelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DEMATTEIS, G. (1985). **Le metafore della Terra. La geografia umana tra mito e scienza**. Milano: Feltrinelli.

DÉNIS, P. **A colonização no Paraná**. Tradução de Lísia Maria Cavalcanti Bernardes. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, ano IX, n. 100, julho de 1951, p. 346- 356.

DER – Departamento de Estradas de Rodagens – **História das Rodovias do Estado**, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em: 06 jul. 2016.

DIAS, P. R. A. Desenvolvimento, capitalismo e comunidades tradicionais: reflexões em torno da Zattar e dos faxinalenses. In: PORTO, L; SALLES, J.; MARQUES, S. **Memórias dos**

povos do campo no Paraná - centro-sul. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná - ITCG, Curitiba, 2013.

DINIZ, M. **Sesmarias e posse de terras - uma política para a colonização.** Histórica (São Paulo. Impresso), v. 12, p. 17-21, 2005.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular.** Movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.

DURHAM, E. **A família operária: consciência e ideologia.** Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 201-213, 1983.

DURVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Revisitando interpretações sobre o campesinato: constrangimentos e perspectivas de autonomia.** Cadernos Ceru (USP), v. 26, 2015.

ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development.** 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Disponível em: <http://gege.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/FRANK%20ELLIS/Peasant%20Economics.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ENDLICH, A. M. **O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima.** Revista Huellas, v. 15, p. 149-165, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v15a11endlich.pdf>. Acesso em 20 fev. 2018.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 4ª ed. – São Paulo: Global Editora, 1981.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja em números (safra 2016/2017).** Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 31 dez. 2017.

_____. **Agricultura Familiar e a difusa conceituação do termo.** Revista Embrapa Hortaliças, ano III, nº. 14, setembro - dezembro de 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355126/2250572/revista_ed14.pdf/a238ede6-a45d-4e07-858a-78bfa9025ab5. Acesso em: 20 abr. 2018.

EXPRESSÃO ECONÔMICA, **Revista.** Curitiba: ago. 1977. p. 24-38.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (org). **Campesinato e territórios em disputa.** Expressão Popular, 2008.

_____. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Revista NERA (UNESP), v. 1, p. 53-76, 2012.

_____. **A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa.** Revista de Geografia (Presidente Prudente), v. 13, n. 2, p. 116-38, jul. – dez. 2004.

_____. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A (orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

_____. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul (UFSC), Florianópolis/SC, v. 21, n.42, p. 63-92, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12831/12011>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____.; ROOS, D.; MARQUES, E. B. **A Espacialização da Luta pela Terra no Paraná**. Espaço Plural (Unioeste), v. 01, p. 33-41, 2007.

FAJARDO, S. **O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná**. Caminhos de Geografia (UFU), Uberlândia - MG, v. 4, n.17, p. 31-47, 2006.

FARIA, L. R. A. **As orientações educativas contra-hegemônicas das décadas de 1980 a 1990 e os rebatimentos pós-modernos na didática a partir da visão de estudiosos**. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2011.

FARIA, J. H. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual**. CADERNOS EBAPE.BR (FGV), v. 15, p. 629-650, 2017.

FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro. **Anarquismo Social e Organização**. São Paulo: Faísca, 2008.

FARIAS, M. F. L. **A vida-travessia de mulheres assentadas rurais**. Retratos de Assentamentos, v. 14, p. 93-114, 2011.

FAXINAL (Tribuna Digital). **Faxinal - 64 anos de uma cidade feliz**. Disponível em: <http://www.tribunadigital.com.br/#!Faxinal-64-anos-de-uma-cidade-feliz/vjj1h/566e5dac0cf2f7de56e7771e>. Acesso em 04 jul. 2016.

FECEA - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. **Território do Vale do Ivaí**. Disponível em: http://www.fecea.br/valeoivai/mapa_vale.ph. Acesso em 30 maio 2016.

FELONIUK, W. S. A Instauração das Províncias no Brasil através da Influência Espanhola da Constituição de Cádiz. In: ROBERTO, G. B. S.; SIQUEIRA, G. S.; FOSECA, R. M. (Org.). **História do direito**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2014, v. 1, p. 237-256.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____.Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, v. 1, Jun. 2013. Disponível

em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence=1. Acesso em 06 jan. 2018.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. O Fim do Campesinato? In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O Campesinato no Século XXI**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, v. p. 23-26.

_____. Agricultura de mercado, campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 p. 161-186.

_____. **20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula**. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUÊS, I. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004, v., p. 273-294.

_____. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações**. In. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina. Anais. p. 61-71.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

_____. **Falta de informação sobre estrutura fundiária gera indefinição**. Instituto Humanistas Unisinos, São Leopoldo/RS, 2016. Disponível em: <http://www.ippri.unesp.br/#!/noticia/485/falta-de-informacao-sobre-estrutura-fundiaria-gera-indefinicao/>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

_____.; MEDEIRO, L. S. e PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo, UNESP, Brasília (DF): NEAD, 2009. v.2.

_____.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. G. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. 1. ed. Roma: International Land Coalition, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf. Acesso em 10 maio 2018.

FERRAZ, O. J. A. **Viagens de tropeiros entre serras: São Paulo caminhos da colonização**. Editora Cultura, São Paulo, 2002.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. 3. ed. [S.l.]: Memória do Brasil, 1999.

_____. **Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nomes.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 2006.

FILHO, F. A. G. O desflorestamento do Paraná em um século. In: SONDA, C. (Org.); TRAUZYNSKI, S. C. (Org.). **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná.** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, Curitiba, 2010.

FIORAVANTI, L. M. **A questão agrária e o Poder do Atraso: uma discussão a partir da obra de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.** Geografia em Questão (Online), v. 9, p. 09-25, 2016.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Concitec: Iparde, 1988.

FLORES, M. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, J. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq./Paralelo. 2002.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, Havana. **Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria.** Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf>. Acesso em: 25 dez 2017.

FPB - Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas (IDESPP). **Microcrédito e desenvolvimento regional.** Fortaleza: Premius, 2011.

FRAGA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, p.188, 2006.

_____. **Vale da Morte: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná.** Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

_____.; CAVATORTA, M. G.; GONÇALVES, C. **Tropeiros de porcos: a importância dos porcadeiros e da suinocultura na formação socioespacial de Pitanga (PR).** Revista Tamoios, v. 13, p. 72-84, 2017.

FRAJE, T. J. P. **Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 38ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAG, L. C. **Extremo – Oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação.** Franca, 2007.

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização.** Campinas: IE/Unicamp, pp. 01-21, 2000.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. **Água, terra e família: uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira**. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 20, p. 68-93, 2014.

GARCIA JR., A. R. **Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAZETA DO POVO. **Líder em desmatamento, Paraná é cobrado a frear destruição da mata atlântica**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lider-em-desmatamento-parana-e-cobrado-a-frear-destruicao-da-mata-atlantica-9716pf2qjhd7vja3x0kszeal1>. Acesso em 22 dez. 2017.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GODOI, E. P. et. al. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 1, São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GOLDMAN, L. **Ciências humanas e filosofia**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1979.

GONÇALVES, J. H. R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). Eduem - Maringá, 1999.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

GOHN, M. G. M. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, nº 3, 2012.

_____. **La Politique des États et leur géographie**. Paris, Colin, A., 1952, cap. II, p. 21.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. (Org.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos rurais populares no Brasil: desafios e perspectivas. In STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994.

_____.; DELGADO, N. G. **Integração e lutas sociais no campo: notas para debate.** Ensaios FEE, Porto Alegre, 7(1), 1986.

GUANZIROLI, C. E. **Pronaf dez anos depois:** resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, p. 301-328, 2007.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUBERT FILHO, F. A. **Levantamento de Áreas de Relevante Interesse Ecológico no Estado do Paraná.** Anais do II Congresso Florestal do Paraná - Instituto Florestal do Paraná, 136 -160, Curitiba, 1988.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.

GUTIERREZ, G. L. **Da autogestão à economia social:** a concepção de uma nova empresa. Revista de Administração. São Paulo, n. 33, p. 68-73, jan./mar., 1998.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2006.

_____. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

_____. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialização.** Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. vol. III. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

HESPANHOL, R. A. M. **A produção familiar:** perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções, 1789-1848.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

IASI, M. L. **Processo de consciência.** Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1999.

IBC-GERCA-DAC, **Relatório mimeografado**, 1967.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol 1, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em: 05 dez. 2016.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social -. **Diagnóstico Socioeconômico do Território Vale do Ivaí**: 1.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. Fundação Edison Vieira. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba: IparDES, 1982.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). **Desmatamento da Mata Atlântica cresce quase 60% em um ano**. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4471. Acesso em 22 dez. 2017.

IVAIPORÃ. (Paraná Centro). **Aniversário de Ivaiporã**, 2013. Disponível em: http://www.paranacentro.com.br/site/aniversario/aniversario_ivaipora2013.php#. Acesso em: 06 jul 2016.

JOFFILY, J. **Londres – Londrina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

JUNIOR, G. M. H. **Nada mais civilizado do que o genocídio**. Rio de Janeiro/RJ, 06 jan. 2012. Disponível em: <https://natransversaldotempo.wordpress.com/2012/01/06/nadamaiscivilizado-do-que-o-genocidio/>. Acesso em: 28 jul. 2017.

JÚNIOR, C. F. C. **Plantar, colher e associar-se para vender: a experiência da associação no mercado da agricultura familiar de Ivaiporã**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2017.

KAGEYAMA, A. et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C., GASQUES, J.G. e VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 1990, p. 574.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

KIRKWOOD, J. **Ser Política en Chile**. Las feministas y los partidos. Chile: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), 1986.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KASPARY, P H. Cinquenta anos atrás. In: KÖHLER, M. **Raízes: São Paulo das Missões, nossa missão, nosso futuro**. Santo Ângelo: EDIURI, 2010.

LAGARDE, M. El empoderamiento y el poderio de las mujeres. In: **El Feminismo in mi Vida**. Hitos, claves e topías. México D.F: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 2. ed. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1996.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAZIER, H. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. 2. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2004.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos. 1986(1974).

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEROY, J. P. Debatendo o capítulo ambiente, espaço, território e o campo da saúde: a agricultura In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Orgs.). **Saúde e Ambiente sustentável: estreitando os nós**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

LIMA, E. A. **Reflexões acerca de aspectos históricos do município de Boa Ventura de São Roque e entorno como subsídios ao Ensino de Geografia**. VII Congresso Nacional de Geógrafos, 2014.

LIMA FILHO, A. Caracterização da oferta de Crédito Rural a pecuária. In: **Agricultura em São Paulo**. Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola. Ano XXIII. São Paulo: Secretaria da Agricultura de São Paulo, 1976.

LINHARES, A. A. C. **Produção e a Reprodução da identidade Cultural Caipira em Mossâmedes – GO**. Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG_, Goiânia, Agosto de 2005.

LINHARES, M .Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo, Brasiliense, 1981

LOPES, A. Y. D. P. **Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado) -. Departamento de Ciências Sociais, USP.São Paulo-SP, 1982.

LÔR, H. V. **Álbum Comemorativo do 25º aniversário de Emancipação Política do Município de Apucarana Estado do Paraná**. Gráfica Wilger, Apucarana e Indústrias Gráficas Santa Terezinha, Arapongas. 1968.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coletas de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, F. **O Fenômeno Urbano Numa Zona Pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.

LYOTARD, JF. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986. 123 p. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** Tese (Doutorado em Ciências) CPDA-UFRRJ. Rio de Janeiro: 2007.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1981. 442 p.

MACEDA, E. **Tropeiros e Carreiros em Araranguá – SC (1920 - 1950).** Monografia. UNESC, 2005.

MACHADO, B. P. **Sinopse da História Regional do Paraná.** Curitiba, 1951.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, v. 2, p. 217-277.

MAGALHÃES LIMA, D. **A construção histórica do termo caboclo:** sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos Cadernos NAEA, Belém, v.2, n.2, p.5-32. 1999.

MAIA, D. S. **A vaquejada:** de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. JP. Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. P. 134-159.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

_____. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada.** In Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: EDUEL, 2003.

MARAFON, G. (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

MARCONDES, M. G. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos, 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MARÉS, C. F. **A função social da terra.** Editor: Sergio Antonio Fabris, Porto Alegre/RS, 2003.

MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: MARQUES, M.I.M.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Agricultura e camponato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Camponato e territórios em disputa.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 49-78.

_____. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista Nera, UNESP, Ano 11, n. 12 . Jan./Jun., 2008.

MARIANI, M. A.P; ARRUDA, D. O. **Território, territorialidades e desenvolvimento local:** um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá-MS. In: XLVIII Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2010. Campo Grande. Anais. Campo Grande: UFMS, 2010. 18 p.

MARSHALL, P. **Demanding the Impossible:** a history of anarchism. Oakland: PM Press, 2010. Disponível em: http://rebels-library.org/files/demanding_the_impossible.pdf Acesso em: 20 jul. 2018.

MARTINE, G. **A Trajetória da Modernização Agrícola:** A quem beneficia?. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, nº 03, Brasília: IPEA, 1990.

MARTINI, M. L. F. **Sobre o caboclo-camponês:** “um gaúcho a pé”. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

_____. Tatu, caboclo, gaúcho a pé. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (coord.). **Império.** v. 2, Passo Fundo: Méritos, 2006.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e Política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **O poder do atraso.** Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Expropriação e violência -** A questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A sociedade vista do abismo:** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. (Coord.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MARTINS, R. **1874-1948 – Terra e Gente do Paraná** / Romário Martins. – Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

MARTINS, R. M. **Governo diz que 100% do milho e 95% da soja do PR são transgênicos,** Jornal LIVRE.JOR, Curitiba/PR, 15 maio 2015. Disponível em: <http://livre.jor.br/governo-diz-que-100-do-milho-e-95-da-soja-do-pr-sao-transgenicos/>. Acesso em 25 fev. 2017.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente.** Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 1955.

MARUMBI. Prefeitura Municipal, 2016. Disponível em: <http://www.prefmarumbi.com/p/historia.html>. Acesso em 12 jul. 2016.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política / apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.** – São Paulo: Abril Cultural, 1988, vol. I, t. II.

_____. **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** Porto Alegre, 3a. edição, 2003.

_____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Prefácio 1ª e 2ª edição de O Capital In: MARX, K. **O Capital**, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Rascunhos da carta a Vera Sassulitch de 1881.** Trad. de E. Malagodi e R. S. Bezerra, Raízes, Campina Grande, Vol. 24, Nº. 1 e 2, p. 110-123, jan.-dez./2005.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Feuerbach.** 10.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. **Obras escolhidas. Tomo I.** Moscou/Lisboa: Progresso/Avante, 1982.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATO GROSSO (2017). **Com 61,9 mi/t, Mato Grosso é responsável por 26% da produção de grãos do Brasil.** Disponível em: <http://www.matogrossoagro.com.br/agricultura/com-619-mit-mato-grosso-e-responsavel-por-26-da-producao-de-graos-do-brasil/240>. Acesso em 19 dez 2017.

MAZOYER, M, 1933. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** [tradução de Cláudia Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MERCER, E. A. **Toca Mercer, um livro só para nós.** Edição comemorativa do seu aniversário, 1978.

MONBEIG, P. **A zona pioneira do Norte do Paraná.** Geografia. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: n. 3 – Ano 1, 1935, p. 221 a 236.

_____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.;

SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORAES, M. D. C. “Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense.” In: GODOI, E. .P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MORAES, M. D. C. **De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão**. Raízes, Campina Grande, v.17, n. 17, p. 121-143, 1998.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A Valorização do Espaço**. São Paulo, Hucitec, 1984.

MORO, D. A. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná**. Rio Claro, 1991. Tese (doutorado), UNESP, Instituto de Geociências.

_____. **Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo**. In: Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Ano 16 – Número 1 – 1998.

_____. **Aspectos geográficos da modernização agrícola no norte do Paraná**. Boletim de Geografia, Maringá, n. 13, p. 79-93, out. 1995.

_____. As conseqüências sociais da modernização da agricultura. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org). **Geografia social e Agricultura no Paraná**. 2 ed. Maringá: PGE, 2001. cap. 4, p.31-124.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang**. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª ed revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1986.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês**. [s. l.], 2012. Disponível em: https://issuu.com/comunicacaompa/docs/cartilha_-_plano_campones-_final. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Plano Camponês. Da agricultura camponesa para toda a sociedade**. 2012. Disponível em: < www.mpabrasil.org.br/download/file/fid/737> Acesso em: 15 de jun. 2018.

MUSEU DE FAXINAL. **A história política, cultural e socioeconômica do município de Faxinal**. Disponível em: <http://muvifaxfaxinal.blogspot.com.br/2014/01/a-historia-politica-e-cultural-e.html>. Acesso em 04 jul. 2016.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. **Geografia e Norte do Paraná: Um resgate histórico** – Londrina: Edições Humanidades, 2007.

MUSLIM, E. **O Povo Sutil**, os Malês no Paraná, Blog Islam Paraná. Curitiba [internet]. Jan. 2015. Disponível em: <http://islamparana.blogspot.com.br/2015/01/o-povo-sutil-os-males-no-parana.html>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1960/66)**. Niterói/RJ, 2002. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense – UFF, 2002.

NARO, N. P. S. **A Formação dos Estados Unidos**. São Paulo: Atual, 1987.

NEGRÃO, G. F. **O padre que construiu uma cidade**. Cruzmaltina, Paraná, 2014. Blog Padre Negrão. Disponível em: <http://blogpadrenegrao.blogspot.com.br/2014/05/o-padre-que-construiu-uma-cidade.html>. Acesso em 06 jul. 2016.

NEVES, D. P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: EDITORA Unesp; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. **Agricultura familiar**: questões metodológicas. Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n. 2, p. 21- -36, 1995.

_____.; SILVA, M. A. M. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Edunesp, 2008. v. 1. 272p.

NORMANO, J. F. **Evolução econômica do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

NOVAES, J. R. P. **Trabalho nos Canaviais**: os jovens entre a enxada e o facão. Rurais (Campinas), v. 3, p. 105-128, 2009.

OBERDIEK, H. I. **Fugindo da morte**: imigração de judeus alemães para Rolândia/PR, na década de 1930. Londrina; EDUEL, 2007.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **O cooperativismo paranaense**. Curitiba, 1997 (s.n.).

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. vol.15, n°43 São Paulo set./dec. 2001.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Prefácio. In: PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

_____. “**Agricultura e indústria no Brasil**”. In Boletim Paulista de Geografia. Nº. 58. AGB. São Paulo, 1981. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048/7006>. Acesso em: 25 jun. 2018.

OLIVEIRA, J. P. **Ensaio em Antropologia Histórica**. UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, A. P. S; TSUKAMOTO, R. Y. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Faxinal. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2015, Goiânia. **A questão agrária na contemporaneidade**. Goiânia: UFG, 2015. v. 1. p. 167-178.

OLIVEIRA, C. A. **A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado, Santa Catarina**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

ORTIGUEIRA, **Dados gerais**. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/ternopar/pages/arquivos/turismo_ortigueira_F2.pdf. Acesso em 22 jun. 2016.

OSÓRIO, C. **Migrações Recentes e desigualdades**. In: Encontro Nacional da Associação Brasileiro de Estudos Populacionais, 1, Campos do Jordão, Anais... Campos do Jordão (SP): ABEP, 1978.

OURIQUES, N. V. Estado e políticas públicas na América Latina. In: NOGUEIRA, F. M. G. **Estado e políticas sociais no Brasil**. – Cascavel: Edunioeste, 2001.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PAULINO, E. T. **Terra e Vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. Tese [Doutorado] – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Revista NERA (UNESP), Presidente Prudente, v. ano 9, n. 8, p. 52-73, 2006.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E.. (Org.). **Campeinato e territórios em disputa**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Por uma Geografia dos Camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____.; ALMEIDA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____.; (Org.); FABRINI, J. E. (Org.). **Campeinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 01. 498p.

_____.; KRUGER, C. R. **Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 32, p. 97-107, 2010.

PARANÁ (Estado). **Secretaria da Cultura**, 2016.

_____. Secretaria do Estado da Cultura. **Origem do nome e criação da Província.** Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=72>. Acesso em: 08 jun. 16.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – **SEAB (2016).** Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. (Agência de Notícias). **Paraná volta ao topo da produtividade em milho e soja.** 20 jan. 2017, Curitiba. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=92420>. Acesso em 27 fev. 2017.

PARANÁ TURISMO. **O Município de Faxina/PR.** Disponível em: <http://www.parana-turismo.com.br/?p=2631>. Acesso em: 04 jul. 2016.

PAZ, F. M. (Org.). **Cenários de economia política: Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991.

PEDRO, F. C. **Rediscutindo o Anarquismo: Uma Abordagem Teórica.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciência e Humanidade. USP, São Paulo, 2012.

PELLETIER, P. **Elisée Reclus: géographie ET anrchie.** Paris: Éditions Du monde libertraire, 2009.

PEREIRA, A. A. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba: das Ligas camponesas aos assentamentos rurais.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa / PB, 2008.

PERONDI, M. A. **A dimensão sócio-econômica da multifuncionalidade.** In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004, Santa Cruz do Sul. Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul - RS: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC / Brasil, 2004.

PETERSEN, P. F. Introdução. In: Paulo Frederico Petersen. (Org.). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, v. 1, p. 05-15.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico e a Educação.** Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Tradução de Fanny Wrobel. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **De sabores e saberes: apropriação da natureza, conhecimento e segurança alimentar.** In: A Globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, A. E. (coord.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2006.

_____. **Entre América e Abya Yala - tensões de territorialidades. Periódico Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Paraná: Editora UFPR, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.
PORTO, L.; SALLES, J.; MARQUES, S. **Memórias dos povos do campo no Paraná - centro-sul.** Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná - ITCG, Curitiba, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** 48ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRANDI, R. As religiões, a cidade e o mundo. In: PIERUCCI, A. F.: PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo: Hucitec. 1996.

PRIORI, Â. A. **O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo.** Maringá: Eduem, 2011.

_____. Legislação Política e Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). In: **III Seminário Internacional de História “Instituições, Fronteira e Política na História SulAmericana”**, set. 2007, Maringá. Anais... Maringá: UEM, 2007.

_____.; et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A emancipação política do Paraná. pp. 15-22.

QUEIROZ, M. I. P. **O Catolicismo Rústico no Brasil.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: Universidade, 1968.

_____. **O Campesinato Brasileiro.** Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana,** 2005, 219p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

REIS, I. O. (Org.). 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania: Projeto Vilas Rurais. Curitiba, 1997.

REIS, J. J. R. **A Revolta dos Malês 180 anos depois**. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso em 11 jul. 2016.

REVISTA CAROS AMIGOS. **João Pedro Stédile**, “Entrevista”, São Paulo: Casa Amarela, Nov. 1997, p. 29, ano 01.

RIBAS, M. **Relatório apresentado ao Presidente da República, Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal no Estado do Paraná, Manoel Ribas**. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1939, p. 24. Relatório depositado no Arquivo Público do Paraná.

RIBEIRO, J. História do Brasil, p. 184. Apud - MARTINS, R., 1874-1948. **História do Paraná** / Romário Martins. – Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

RIBEIRO, S. I. G. T. **Os Guarani no Oeste do Paraná: Espacialidade e Resistência**. Espaço Plural (Unioeste), Marechal Cândido Rondon/PR, v. Ano VI, nº 13, p. 26-30, 2005.

RICCI, R. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

RIEHELMANN, C. C. **Rurbanização, desenvolvimento e vida: o caso do assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos**. Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade Vale do Paraíba – UNIVAP, São José dos Campos/SP, 2006.

RINALDO B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C., GASQUES, J.G. e VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 1990, p. 574.

RODRIGUES, J. P. P. **Memórias e Histórias dos migrantes de Marumbi e Bom Sucesso no Paraná**. In: V Congresso Internacional de História, 2015, Maringá. V Congresso Internacional de História, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/745.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

ROLIM, C. F. C. **O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 86, p. 49-99, set./dez. 1995.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, A. **Safra de verão 2016/2017 chega ao fim com novo recorde no Paraná**. Gazeta do Povo, Curitiba, maio 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/safra-de-verao-20162017-chega-ao-fim-com-novo-recorde-no-parana-a599pprkc3css29rr20th2gd>. Acesso em: 27 jul. 2017.

ROSANVALLÓN, Pierre. **La autogestión**. Madrid: Fundamentos, 1980.

ROSANELI, A. F. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias do Paraná**, São Paulo-SP, 2009. 2680. Tese

(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, São Paulo-SP, 2009.

ROSSET, P. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SÁ, L. M. Prática Missionária e Resistência Cultural. In: ESTERCI, N. (Org). **Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a prática da igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Viabilidade da Agricultura familiar nordestina e globalização: mitos e desafios**. Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais n° 16, p, 25-39, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6447/19796>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. São Paulo: [s. n.], 1932.

SALLES, J. O. **Institucionalização da propriedade fundiária e conflitos agrários no município de Pinhão – PR**. Curitiba/PR, 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1982.

_____. **O retorno do território**. In: Debates Territori y movimientossociales. Ano VI, n. 16, enero-abril, 2005.

_____. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 (2001).

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J.; SERRA, E. **Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou**. Boletim de Geografia (UEM), v. 1, p. 75-89, 2010.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. **A luta pela terra e reinvenção do rural.** In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003, Campinas. Sociologia e conhecimento além das fronteiras, 2003.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para o desenvolvimento territorial.** SP: Outras Expressões, 2011.

_____. **Proposições para estudos territoriais.** GEOgraphia (UFF), UFF, v. 15, p. 71-85, 2006. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/189/181>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. **Abordagens e concepções de território.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; _____. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUZA, J. A. **Soja transgênica: uma avaliação à luz do ambiente institucional.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). UNIOESTE, Toledo-PR, 2006.

SOUZA, M. L. J. **O Planejamento e a Gestão das Cidades em uma Perspectiva Autonomista.** Revista Território. Rio de Janeiro: ano V, n.º 8, p. 67-99, jan./jun. 2000.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas.** CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** Hucitec, 1999.

SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. **O Brasil está nu!: O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais.** Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SCHMIDT, M. A. M; FILIZOLA, R. **Construção: novos estudos sociais.** São Paulo: Editora do Brasil, 1988.

SCHREINER, D. F. **Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social. USP, São Paulo-SP, 2002.

SCHWARTZ, W. **Londrina 80 Anos.** Edição Rádio CBN Londrina. Londrina, 2014. Disponível em: <https://cbnlondrina.com.br/projeto-especial/londrina-80-anos>. Acesso em 13 dez. 2017.

SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru: EDUSC, 2001.

SCORTEGAGNA, A. A geologia, o relevo e os recursos minerais. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, R. I. **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos.** Curitiba, Editora Bagozzi, 2005.

SEAB/DERAL. **Evolução da área colhida, produção, rendimento, participação e colocação Paraná/Brasil.**(Agosto de 2017).Disponível em: http://s.busca.pr.gov.br/search?site=search=&q=cprbr&btnG=Buscar&client=agricultura_frontend&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=agricultura_frontend&sort=date%253AD%253AL%253Ad1&oe=UTF8&ie=UTF8&ud=1&site=search=agricultura.pr.gov.br&wc=200&wc_mc=1&exclude_apps=1&site=agricultura_collection. Acesso em: 01 fev. 2018.

SENA, C. S. **A categoria Sertão:** Um exercício de imaginação antropológica. Goiânia: UFG, 1998.

SERRA, E. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná.** In: Boletim de Geografia DGE-UEM, v.19, n.01, p. 45 – 58, Maringá, 2001.

SEVERINO, C. S. **A dinâmica do poder e da autoridade na Comarca de Paranaguá e Curitiba (1765-1822).** 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Franca, 2009. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/poshistoria/caroline.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

SHANIN, T. **A definição de camponês:** conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: Revista NERA. Ano 8, n. 7 – Jul/Dez de 2005.

_____. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: FCE, 1979.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, M. **Análise Política do Território:** poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Guarapuava: Unicentro, 2007.

SILVA, J. V. R.; THOMAZ JÚNIOR A. **Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR).** Cuadernos de Geografia, v. 23, p. 161-178, 2014.

SILVA, V. P. Madeira no Paraná. In: ALEGRO, R. C.; MOLINA, A. H.; CUNHA, M. F.; SILVA, L. H. O. (Org.). **Temas e questões para ensino de história do Paraná.** 1 ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2008.

SILVA, V. I. **Classe Camponesa Modo de ser, de viver e de produzir.** 1. ed. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

SILVA, I. K. P. **Relações Internacionais, Regimes Alimentares e Questões Agrárias.** Resenha, Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais - RICRI Vol. 4, nº. 8, pp. 142-148, 2017.

SILVA, M. G. N. **Campesinato e suas manifestações.** Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente - Dez.- nº 10, Vol I, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 1997. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/10mariadasgracassilvanascimento_campesinatoesuasmanifestacoes.pdf. Acesso em: 23 jan. 2018.

SILVA, M. N. S. **O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?** In: / publicações do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. vol. 5, n. 2, Jul/Dez 2000. Londrina: Ed. UEL, 2000.

SILVA, M. A. M. **A terra no imaginário dos migrantes temporários.** In: Revista História Oral, nº. 4, junho de 2001.

SINGER, P. I. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2000.

SOETHE, P. A.; MARTINESCHEN, D.; KOHLHEPP, G. Fundamentos ambientais da colonização agrária no norte do Paraná. In: **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café** [online]. Maringá: Eduem, 2014, pp. 33-43.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. **“Território e Identidade”** in Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Secção das Três Lagoas; Três Lagoas, Brasil, 2007.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77 – 116.

_____. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas.** 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos** – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SOUZA, R. T. **A Teoria Política da Terceira Internacional: consciência de classe** (George Lukács, hegemonia política (Antonio Gramsci e frente única (Leon Trotsky). In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina. V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina/2013. Londrina: GEPAL, 2013. v. V. p. 37-50.

SPOSITO, E. S. Conceitos. In: **Geografia e Filosofia.** Contribuição para o pensamento geográfico. São Paulo. Editora da UNESP. 2004, P.16,17.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950.** Londrina: Eduel, 2002.

STEDILE, J. P. **A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país.** Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006.

_____. Conjuntura internacional da agricultura. In: Via Campesina do Brasil. **A situação internacional da Agricultura.** São Paulo, 2004.

_____. FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povosartigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>> Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Soberania alimentar, o que é isso?** Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 42, mar. 2007.

STELLA, P. J. G.; SOUZA, J. L. G. **Londrina, da Capital Mundial do Café à Cidade Genial**. 25.^a Conferencia ANPROTEC de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação. Cuiabá, Mato Grosso, 2015. Disponível em: http://anprotec.org.br/Relata/AnaisConferenciaAnprotec2015/ArtigosCompleto/ID_129-X.pdf. Acesso em 06 jul. 2016.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília/Paris: EDUNB/Orstom, 1988.

SEYFERTH, G. **As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **A Reprodução Subordinada do Campesinato**. Ensaio FEE, Porto Alegre / RS, v. 2, n.2, p. 109-117, 1982.

TEMPLE, D. L'économie humaine. In: **La revue du MAUSS**. n°10 (1), 1997. Disponível em: http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=249. Acesso em: 20 jul. 2018.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Degradação, Resistência e Centralidade do Trabalho** (As contradições do movimento Territorial de Classe). In: XXIV Asamblea General de CLACSO - (Grupo de Trabajo: ¿Desarrollo rural, disputas territoriales, campesinos y decolonialidad?). Anais eletrônicos. México: Universidad Nacional del México, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/11.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

_____. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil**. Revista Geocrítica, vol. XI, n°. 245, Barcelona, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1989.

_____. **“Revolution again! Or shut your ears and run”**. New Left Review, n°. 6, London, nov-dec, 1960.

TIBAGI. Assessoria de Comunicação Social. **Histórico do município**. Disponível em: <http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2016/Aspectos%20Caracter%3%ADsticos%20do%20Munic%3%ADpio%20de%20Tibagi.pdf>. Acesso em 30 jun. 2016.

TOMATICULTURA. **Faxinal (PR): destaque na produção nacional de tomate**. Blog, 2013. Disponível em: <http://tomaticultura.blogspot.com.br/2013/03/faxinal-pr-destaque-na-producao.html>. Acesso em: 23 fev. 2017.

TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”**: História e Fantasmagorias. Tese de Doutorado. Curitiba, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná, 1997.

_____. Construções e silêncios sobre a (Re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

TONON, E. **Os Monges do Contestado**: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. El proceso de trabajo agrícola y La mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed) **Ecología, Campesinato y Historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

_____. **Nuevos campesinos**: campesinos e imperios alimerntários. Icaria editorial, Barcelona: 2010. Disponível em: <http://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/424202>. Acesso em 30 jun. 2018.

_____. Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. In: **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. PETERSON, P. (org) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Orgs.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. Tradução Cláudia Freire, 1ª. ed. Editora UFRGS, 2016.

VALVERDE, O. **Planalto Meridional do Brasil**: guia da excursão nº 09 do XVIII. Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. 1957.

VANDERLINDE, T. **Camponeses**: uma enigmática categoria que resiste. Perspectiva Geográfica, v. 3, p. 29-42, 2007.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos**. 2006. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf. Acesso em: 03 maio 2015.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de ciência e tecnologia, v.13, n. 3, set./dez. 1996.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. – São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL, 2ª edição, 1979.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VIANA, M. **Paranaguá na História e na Tradição**. Conselho Municipal de Cultura, Paranaguá, 1976.

VIEIRA, I. M. **Jacus e Picaretas** (A história de uma colonização). Maringá: Bertoni, 1999.

VIEIRA, M. G. E. D. **Considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial**. In: XIV Encontro de Geógrafos da América Latina, Lima - Peru, 2012. Anais. Lima, Observatório Geográfico da América Latina. Disponível em: <http://observatorio-geografico-americalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelageografia/06.pdf>. Acesso em 28 abr. 16.

VIGEVANI, T. **Movimentos sociais na transição brasileira**: a dificuldade de elaboração do projeto. In: Lua nova, São Paulo: Cedec, 1989.

VOLOCHKO, D. **Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT**: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio. GEOgraphia, Ano. 17 – Nº 35, 2015.

ZUCCHERELLI, M. **A Rota dos Tropeiros** – Projeto Turístico na Região dos Campos Gerais: um olhar antropológico. Curitiba, 2008.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e Colonização. Curitiba: Vicentina, 1987. 2ª edição.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.

_____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Graf. Vicentina, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, p. 42-61. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

_____. Le Brésil: exploitation familiale ou latifundium. In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **L'Agriculture Familiale**: mythe à réalité. Paris: L'Harmattan, 1994.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2ª. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

_____. **O campesinato brasileiro**: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 52, p. 25-44, 2014.

_____. **O Mundo Rural Como Um Espaço de Vida.** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

_____. **Raízes Históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS, Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, out. 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20%201996.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

WESTPHALEN, C. M. e CARDOSO, J. A. **Atlas Histórico do Paraná.** Curitiba: Chain, 1986, 2ª edição.

WESTPHALEN, C. M. et al. **Ocupação do Paraná.** São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. 1988 (serie Cadernos de Migração, v.3).

WESTPHALEN, C. M. MACHADO, B. P. BALHANA, A. P. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de história. Curitiba, n. 07, 1968, p. 02-19.

WILLEMS, E. **A Aculturação dos Alemães no Brasil.** Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2º ed., il., rev. e ampl. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
WOLF, R. Eric. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOODCOCK, G. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas.** 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002.

WOORTMANN, K. Anuário Antropológico 87. **Campesinato.** Teoria Antropológica ed. (UnB) Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **“O sítio camponês”.** Anuário Antropológico, v. 81, 1983.

_____. **Com parente não se negueia:** o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

APÊNDICE 01**CONDIÇÃO CAMPONESA: QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO**

- 01)** Qual a origem da propriedade? A condição de vida é adequada, vivem bem? Seus pais trabalhavam/trabalham no campo?
- 02)** Quais método/forma(s) utilizam para o cultivo/plantação?
- 03)** Qual o seu entendimento em relação as suas condições de trabalho (condição camponesa)? Possui independência/controle nas suas escolhas de cultivo?
- 04)** O que entende por agronegócio (Essas aplicações modernas que dão no campo atualmente)? Qual seu entendimento desse tipo de organização moderna no trato com o campo?
- 05)** O Senhor (a) e sua família participam de alguma iniciativa comunitária neste lugar? Como funciona? Onde acontece?
- 06)** Têm mais familiares morando na roça (setor rural)? Onde residem?
- 07)** Realizam parceiras/mutirão/ajuda/comunitarismo com seus vizinhos sitiantes?
- 08)** A alimentação consumida por sua família é originária do sítio/propriedade rural? Como produz? Qual o significado/importância dessa realização para o senhor (a)?
- 09)** Suas compras/aquisições no comércio urbano constitui-se em quais produtos e com que frequência realiza tal procedimento?

- 10) Existe alguma dificuldade enfrentada/percebida neste lugar? Pessoas da cidade falam da sua condição de viver na roça?
- 11) Já tentaram comprar sua propriedade?
- 12) Já teve acesso a crédito agrícola? Se sim como foi o procedimento na agência de crédito?
- 13) Qual sua ideia de futuro no campo? Como imagina o campo dos tempos de hoje em diante? O que pode ser melhorado para o setor rural?
- 14) O Senhor (a) realiza alguma atividade/ocupação fora da propriedade?
- 15) Qual o motivo/razão do permanecer na terra?